



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 881

Quarta-feira - 07 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Atalanta	3
Biguaçu	33
Braço do Trombudo	34
Caçador	34
Camboriú	45
Campo Alegre	47
Campos Novos	49
Canoinhas	51
Capinzal	53
Chapadão do Lageado	54
Concórdia	56
Cordilheira Alta	84
Corupá	101
Curitibanos	101
Ermo	108
Forquilha	108
Fraiburgo	108
Garopaba	120
Gaspar	120
Guaramirim	142
Herval do Oeste	142
Imbituba	144
Iomerê	146
Irineópolis	146
Itapoá	147
Joaçaba	148
José Boiteux	155
Lauro Muller	161
Leoberto Leal	168
Lindóia do Sul	168
Luzerna	169
Macieira	173
Maracajá	173
Massaranduba	174
Meleiro	177
Monte Carlo	177
Morro da Fumaça	178
Navegantes	178
Nova Trento	189
Novo Horizonte	189
Palhoça	189
Passo de Torres	193
Paulo Lopes	194
Pinheiro Preto	194
Porto Belo	198
Porto União	201
Rio do Sul	208
São Bento do Sul	210
São Lourenço do Oeste	233

São Pedro de Alcântara	237
Schroeder	240
Siderópolis	246
Timbó	251
Tunápolis	252
Turvo	253
Videira	254
Vitor Meireles	257

Associações

AMMVI	259
-------------	-----

Consórcios

ARIS	260
CIDEMA	261
CIGA	261
CIS/AMOSC	261
CIS/AMURC	261

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei N° 1.363/2011

LEI N° 1.363/2011

Autoriza a concessão de direito real de uso de área de terras e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelo art. 75 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de direito real de uso da área de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), parte integrante de uma área maior de propriedade do Município de Antônio Carlos, localizado no Bairro Canudos, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu sob a matrícula n.º R2-11.539, Livro 2-BI, fls. 141.

Art. 2º A concessão de que trata o art. 1º da presente Lei se efetivará à empresa que restar vencedora de processo licitatório próprio, obedecidas as premissas previstas nesta lei.

§1º - Poderão participar do processo licitatório as empresas que atenderem aos seguintes requisitos mínimos:

I - Atuação no ramo de distribuição de combustíveis e/ou TRR - Transportador, Revendedor e Retalhista de Combustível;

II - Ser classificada como "pequeno" ou "médio" no potencial poluidor da sua atividade, segundo Resolução do CONSEMA de n.º 03/2008;

III - Assumir compromisso formal por seus diretores de gerar pelo menos 15 (quinze) empregos diretos no primeiro ano de atividade

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

da empresa

IV - Assumir compromisso formal por seus diretores que a unidade da empresa sediada no Município de Antônio Carlos gerará valor adicionado, base de cálculo para retorno de ICMS ao Município, de pelo menos R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), nos doze primeiros meses de operação;

VI - A empresa vencedora do certame deverá ainda apresentar completo estudo de viabilidade do empreendimento, devidamente aprovado pela Prefeitura, além das correspondentes e necessárias licenças ambientais para a instalação do empreendimento neste Município.

§2º - Em não sendo cumpridas qualquer dos requisitos mínimos previstos neste art.2º o contrato poderá ser automaticamente rescindido sem direito a qualquer tipo de indenização à empresa vencedora da licitação.

Art. 3º A concessão de que trata o art. 1º da presente Lei, se referem exclusivamente à concessão de direito real de uso das citadas áreas, não abrangendo a isenção ou a dispensa do pagamento de qualquer tipo de imposto ou taxa advindas da instalação e do funcionamento das mesmas.

Art. 4º Fica proibido o desvio de destinação dos imóveis para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 5º O prazo da concessão de que trata o art. 1º será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada enquanto houver interesse público.

§ 1º - As obras para a instalação das concessionárias deverão ser iniciadas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato e concluídas no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 2º - Em não havendo a prorrogação da concessão de direito real de uso de que trata o presente caput, ou cessadas as razões que justificarem a sua concessão ou se por qualquer motivo os concessionários deixarem de cumprir as condições desta lei, inclusive as estabelecidas no art. 2º desta Lei, ou de exercer suas atividades no Município, importará na rescisão pura e simples desta Concessão, revertendo ao patrimônio do Município os aludidos imóveis e suas benfeitorias incorporadas, independente de qualquer notificação ou aviso e sem que assista às Concessionárias direito a qualquer indenização, mediante simples Decreto.

Art. 6º O Município fixará no próprio procedimento licitatório as condicionantes que julgar pertinentes para a correta aplicação e finalidade desta lei.

Art. 7º O Município e a beneficiária firmarão contrato, no qual constarão as obrigações das partes.

Art. 8º A despesa desta lei correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário

Art. 10º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 29 de novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 1.364/2011

LEI Nº. 1.364/2011

Autoriza a conceder subvenção Social e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social a Academia de Letras do Brasil para

Santa Catarina Municipal de Antônio Carlos, entidade sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 12.928.265/0001-33, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º As despesas resultantes do disposto no Artigo anterior correrão por conta de dotações do Orçamento vigente para o corrente exercício.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 29 de novembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 1.365/2011

LEI Nº. 1.365/2011

Autoriza a abertura de Crédito Especial e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o valor do Crédito Especial no Orçamento Fiscal vigente, na importância de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.040.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Auxílio Desabrigados

179 - Aplicações Diretas

R\$ 2.800,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta do superávit financeiro de exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 29 de Novembro de 2.011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 1366/2011.

LEI Nº. 1366/2011.

Autoriza a abertura de Crédito Especial, autoriza a repassar subvenção social ao Fundo para Melhoria da Segurança Pública e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, na importância de R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

06.13 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2.031.4.4.30.00.00.00.0.1.000 - Manutenção dos Serviços de Trânsito

204 - Transferências a Estados

R\$ 26.000,00

2.031.4.4.30.00.00.00.0.3.000 - Manutenção dos Serviços de Trânsito

205 - Transferências a Estados

R\$ 42.900,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

06.13 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2.031.4.4.90.00.00.0.1.000 - Manutenção dos Serviços de Trânsito

103 - Aplicações Diretas
R\$ 26.000,00

2.032.3.3.90.00.00.0.3.000 - Manutenção de Serviços Urbanos
193 - Aplicações Diretas
R\$ 42.900,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir até R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais), por subvenção social, ao Fundo para melhoria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 85.280.147/0001-35, destinado à contrapartida do Município para a instalação de Câmeras de Monitoramento urbano, conforme Convênio n.º 009/2011, cuja minuta segue em anexo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 29 de Novembro de 2.011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 1433/2011

O presente Projeto de Lei se justifica primeiramente pela necessidade de anulação de dotações e abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal vigente, a fim de possibilitar o cumprimento da contrapartida firmada pelo Município de Antônio Carlos, no convênio de cooperação firmado com o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública - Fundo para Melhoria da Segurança Pública.

Esta Administração desde que assumiu vem pleiteando junto ao Governo do Estado parcerias para viabilizar a instalação das aludidas câmeras de monitoramento, conseguindo neste ano firmar o presente convênio, restando tão somente a aprovação da presente lei, em caráter de urgência, uma vez que o Município precisa repassar tais recursos até o próximo dia 03 de dezembro para que seja procedida a instalação das aludidas câmeras o mais breve possível.

Diante das justificativas apresentadas, torna-se imprescindível a tramitação EM CARÁTER DE URGÊNCIA e a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 28 de novembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 160/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 160/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 094/2011; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Elaboração de mapa físico político do Município de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; abertura: dia 20/12/2011 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 06 de Dezembro de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 005/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2011

"DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE ATALANTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Atalanta, dos Poderes Executivo e Legislativo, da Administração Direta e Indireta.

§ 1º O Regime Jurídico do Município de Atalanta é o Estatutário.

§ 2º Poderá ser adotado o regime da CLT para funções definidas, mediante Lei Específica, observada a legislação federal.

Art. 2º Para efeito desta lei designa-se:

I - SERVIDOR PÚBLICO: é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - CARGO PÚBLICO: é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pago pelos cofres públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III - QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;

IV - CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

V - CARGO EM COMISSÃO: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional;

VII - GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade;

Art. 3º É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, DO ESTAGIO PROBATÓRIO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

Seção I

Disposições Gerais



Art. 4º São requisitos para o ingresso nos quadros de pessoal:

I - a nacionalidade Brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;

VII - a aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo;

VIII - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo único - Decreto do Poder Executivo ou Resolução da Câmara podem estabelecer outros requisitos para o ingresso, em face da natureza das atribuições do cargo nos respectivos poderes.

Art. 5º O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 6º São formas de provimento de cargo público:

I - a nomeação;

II - o aproveitamento;

III - a reintegração;

IV - a recondução;

V - a reversão;

VI - a readaptação.

Parágrafo único. A investidura do servidor em cargo em comissão far-se-á mediante designação pela autoridade competente.

Seção II

Do Concurso

Art. 7º Concurso público é o processo de seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos na lei e no edital respectivo.

Parágrafo único. Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 8º O concurso público terá validade de até 02 (anos), fixado no edital, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 9º O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação, computadas as vagas disponibilizadas pelo edital.

Art. 10. O edital de concurso público, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

I - prazo para inscrição não inferior a 15 (quinze) dias, contados de sua publicação oficial;

II - requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;

III - tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;

IV - forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;

V - critérios de aprovação e classificação;

VI - valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio;

VII - número de vagas, cadastro reserva de vagas e a denominação dos cargos;

VIII - previsão para realização de prova oral ou entrevista, se for o caso;

IX - percentual de vagas para deficiente físico (art. 37 VIII CF);

X - o prazo para recurso, em todas as fases do certame.

§ 1º - As alterações no edital durante o prazo de inscrição implicam na reabertura do prazo do mesmo.

§ 2º - O prazo para inscrição no concurso, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§ 3º - O edital do concurso serão homologados pela autoridade do órgão que o promover.

§ 4º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de Cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para os quais serão reservadas vagas de acordo com o que dispõe a legislação federal.

Art. 11. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial, que será regulamentada por decreto, composta de:

I - Presidente: indicado pela autoridade competente;

II - 01 (um) servidor representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul e Região;

III - 03 (três) servidores efetivos estáveis.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente o concurso público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área.

Art. 12. O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover a quem caberá dar publicidade de todos os atos do concurso.

Seção III

Da Nomeação, da Posse e do Exercício

Art. 13. Nomeação é o ato através do qual a autoridade confere a alguém determinado cargo efetivo de nível inicial de carreira ou cargo em comissão, satisfeitas as exigências legais.

Art. 14. Posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação ao cargo efetivo de nível inicial de carreira, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º O prazo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados:

I - da data de publicação do ato de nomeação;

II - do término da licença ou afastamento, tratando-se de servidor municipal sujeito ao estatuto, licenciado ou legalmente afastado.

§ 2º Se a posse não ocorrer no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

§ 3º A requerimento do servidor, o prazo para a posse poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

Art. 15. Posse em cargo efetivo depende da apresentação dos seguintes documentos:

I - prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial.

II - declaração de bens que constituem seu patrimônio.

III - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

IV - comprovação da habilitação correspondente ao cargo em que irá ocupar previsto no edital de concurso público.

V - outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos, ao ingresso no serviço público municipal.

Parágrafo único. São competentes para dar posse:

- a) o Prefeito Municipal aos servidores do Poder Executivo;
- b) o Presidente da Câmara aos servidores do Poder Legislativo;
- c) o Superintendente aos servidores das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 16. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse ou nomeação em cargo em comissão.

§ 3º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua nomeação para cargo em comissão, se não entrar em exercício no prazo previsto do parágrafo anterior.

Art. 17. Para ingresso no quadro de pessoal, para cargo de provimento efetivo ou em comissão, faz-se necessário a realização de exame médico admissional.

Parágrafo único. Nos casos de exoneração, dispensa ou demissão do servidor público municipal, será obrigatoriamente submetido a exame demissional, antes de seu desligamento do quadro de pessoal.

Seção IV

Da Lotação

Art. 18. Lotação representa o local onde o servidor exerce as atribuições e responsabilidades do cargo público. A administração, discricionariamente, poderá direcioná-lo para qualquer local de trabalho, desde que, obviamente, a função a ser exercida seja compatível com as atribuições do cargo.

Seção V

Do Estágio Probatório

Subseção I

Do Estágio Probatório e da Finalidade

Art. 19. O servidor público municipal submetido ao prévio concurso público, devidamente aprovado e nomeado para cargo de provimento efetivo, fica sujeito ao cumprimento de estágio probatório por um período de 03 (três anos), contados a partir da posse, para a aquisição da estabilidade.

§ 1º A finalidade do estágio probatório é tecer uma análise do servidor investido em cargo público efetivo, no que tange ao: domínio sobre as atribuições do cargo, pontualidade, assiduidade, iniciativa, flexibilidade, produtividade e qualidade no trabalho, disciplina, ética pública, cuidados com materiais, equipamentos e ambiente, relacionamento interpessoal, capacidade física e mental para o exercício do cargo, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, de forma a considerá-lo apto ou inapto, capaz ou incapaz para a permanência no respectivo cargo.

§ 2º O servidor público municipal estável que for aprovado em outro concurso e nomeado em novo cargo, fica sujeito a novo estágio probatório.

§ 3º No que tange à capacidade física e mental, o servidor deverá realizar 02 (dois) exames médicos, um no ato da admissão e outro 30 dias antes do término do estágio probatório.

§ 4º Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, prevista constitucionalmente, o estágio probatório será cumprido independentemente, em relação a cada um dos cargos nomeados.

§ 5º Durante o período de estágio probatório, não são computados como de efetivo exercício, os dias em que o servidor afastar-se do trabalho, nas seguintes hipóteses:

I - licença sem remuneração para atividade política, a partir do dia de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo até a véspera do registro da respectiva candidatura;

II - licença maternidade;

III - licença paternidade;

IV - licença para fins de adoção;

V - afastamento para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família;

VI - licença após o registro da candidatura a cargo eletivo, pelo prazo previsto em lei eleitoral;

VII - exercício de mandato político ou eletivo em confederação, federação, associação de classe, sindicato representativo da classe, que importe afastamento das funções do cargo;

VIII - prestação de serviços considerados obrigatórios por lei, tais

como: júri e prestação de serviço militar;

IX - período da nomeação em cargo comissionado, ou no período em que substituir servidor em cargo comissionado;

X - afastamento do cargo decorrente de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente enquanto perdurar a prisão;

XI - afastamento do cargo em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo;

XII - licença para casamento.

§ 6º Sempre que o servidor for convocado para participar de programas de treinamento e capacitação, cujo conteúdo seja relativo às atividades específicas do cargo para o qual foi nomeado, o afastamento deve ser considerado como de efetivo exercício para efeito de cumprimento do período de estágio probatório.

§ 7º É vedado ao servidor público municipal, durante o período de estágio probatório:

I - ser readaptado, excetuando os casos de acidente de trabalho;

II - requerer licença para tratar de assuntos particulares;

III - ser cedido, com ou sem ônus, para quaisquer órgãos estranhos àqueles da estrutura organizacional do poder Executivo Municipal e das Fundações Públicas Municipais;

IV - requerer licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a).

§ 8º Ao iniciar suas atividades o servidor será informado detalhadamente dos critérios utilizados para sua avaliação de desempenho no período do estágio probatório.

Subseção II

Do Instrumento e dos Prazos da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório

Art. 20. Os requisitos utilizados para análise da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório serão aferidos, através do preenchimento em instrumento próprio, denominado Formulário de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório cujo modelo deverá fazer parte integrante de Decreto regulamentador.

Parágrafo Único. A Comissão, ao final de cada período de avaliação, emitirá o respectivo conceito sobre o qual o servidor deverá obrigatoriamente ser cientificado.

Art. 21. Durante o período de estágio probatório, o servidor será submetido a cada 06 (seis) meses, à Avaliação de Desempenho, por uma Comissão designada para tal finalidade.

§ 1º Quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho, que envolva mudança da comissão de avaliação, o servidor será avaliado em formulário de "Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório - Avaliação Subsidiária", com o objetivo de acompanhar o desempenho do servidor em cada local onde estiver desenvolvendo as suas atividades.

§ 2º Somente será realizada a avaliação subsidiária, antes da movimentação, quando o tempo de trabalho do servidor for igual ou superior a 30 (trinta) dias de efetivo exercício.

§ 3º Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final

da Avaliação Especial de Desempenho no respectivo período será a média ponderada de todas as avaliações realizadas naquele interstício.

§ 4º Os servidores aprovados em concurso em cargo que a lei municipal exija a realização de curso de formação profissional, imediatamente após a avaliação, estarão sujeitos no período da realização do curso, a regime excepcional de avaliação do estágio probatório que observará como critério único, a aprovação em todas as disciplinas ofertadas.

§ 5º A data de conclusão da última Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório antecederá obrigatoriamente em 30 (trinta) dias, àquela prevista para aquisição da estabilidade do servidor, salvo pendência de processo administrativo, quando então o prazo poderá ser prorrogado por igual período.

§ 6º Excepcionalmente, os servidores que não tenham sido avaliados na forma prevista nesta lei, até a data de sua vigência, serão avaliados, no prazo de até 6 (seis) meses, na forma de regulamento específico a ser editado pelo respectivo chefe de Poder.

Subseção III

Da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório e das Competências.

Art. 22. O Chefe de cada Poder instituirá Comissões de Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, com o objetivo de responsabilizarem-se pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho de servidor integrante do quadro permanente do Município, devendo obrigatoriamente se manifestar nos prazos e na forma estabelecidos em regulamento específico.

§ 1º Para fins de operacionalização da Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, a Comissão, regulamentado por decreto, deverá ser composta:

I - Pelo Diretor ou chefe imediato do servidor avaliado;

II - (01) um representante do Setor de Recursos Humanos;

III - (01) um servidor efetivo e estável, lotado na mesma Unidade Administrativa, indicados entre si, bem como seu respectivo suplente.

§ 2º Ocorrendo insuficiência de servidores estáveis para compor a Comissão de Avaliação na Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão do qual o servidor avaliado pertence, a comissão deverá ser composta por outros servidores com a mesma habilitação profissional.

§ 3º Nos casos dos profissionais do magistério, que possuam duas ou mais lotações, será criada uma comissão de avaliação em cada unidade escolar que o mesmo estiver lotado. O resultado final do período será a média ponderada entre as avaliações realizadas pelas comissões instituídas.

§ 4º É de competência das Comissões, avaliar os servidores que estão em estágio probatório, que exercem atividade em seu órgão de lotação, preenchendo o Formulário de Avaliação de Desempenho e emitindo conceito considerando o servidor:

I - apto - atende aos requisitos;

II - atende parcialmente aos requisitos;

III - não atende aos requisitos.

§ 5º O formulário mencionado no parágrafo anterior deve obrigatoriamente conter a assinatura de todos os integrantes da comissão, bem como do servidor avaliado com vistas a atestar a ciência do resultado final da avaliação.

§ 6º Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, esta será suprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor.

§ 7º As situações enquadradas nos incisos II e III, do parágrafo 3º do presente artigo, que conduzam a indicação de exoneração de servidor, devem obrigatoriamente estar fundamentadas em relatório circunstanciado com assinatura de todos os integrantes da Comissão.

§ 8º Compete ainda às Comissões de Avaliação respeitar as normas e prazos previstos nesta lei, sendo que o não cumprimento poderá implicar em medidas disciplinares.

§ 9º É de responsabilidade da Comissão de Avaliação de Desempenho, no caso do servidor não ser considerado apto para o cargo, encaminhá-lo para processo administrativo disciplinar previsto neste Estatuto.

§ 10. Para cada unidade administrativa será composta uma comissão, de acordo como o previsto no § 1º deste artigo.

Seção VI

Da Estabilidade

Art. 23. O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

Parágrafo único. A Portaria que determina a aprovação ou não no estágio probatório deverá ser publicada um dia antes da conclusão do estágio.

Art. 24. O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial criminal transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado a ampla defesa.

Seção VII

Da Reintegração

Art. 25. Reintegração é o reingresso do servidor no quadro a que pertencia, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º A reintegração dar-se-á no cargo anteriormente ocupado ou resultante de sua transformação.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado ao município.

§ 3º Se o cargo tiver sido extinto, o servidor será colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, se não for possível o seu aproveitamento imediato.

Seção VIII

Da Recondução

Art. 26 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo dos quadros do Município;
- II - em caso de reintegração do servidor que anteriormente ocupava o Cargo.

Parágrafo único - Na recondução observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 25.

Seção IX

Da Reversão

Art. 27. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I - quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria; ou:
- II - no interesse da Administração, desde que:
 - a) tenha solicitado a reversão;
 - b) a aposentadoria tenha sido voluntária;
 - c) estável quando na atividade;
 - d) aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
 - e) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para a concessão da aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da Administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza individual que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º O servidor de que trata o inciso II deste artigo, somente terá os proventos calculados com base nas regras se permanecer pelo menos 5 (cinco) anos no cargo.

§ 6º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção X

Da Reabilitação Ocupacional

Art. 28. Fica instituída a Reabilitação Ocupacional que compreende o conjunto de medidas que visa o aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão e/ou restrições de saúde, em atividade laborativa compatível com as mesmas.

§ 1º Será reabilitado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por perícia médica, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo efetivo.

§ 2º O servidor será encaminhado para inspeção médica que fará avaliação quanto à deflagração dos procedimentos de reabilitação a serem adotados.

§ 3º Compete à área de Recursos Humanos, de cada poder, com base no laudo circunstanciado promover o processo de Reabilitação Ocupacional, indicando a função, o cargo ou o local de trabalho, bem como o acompanhamento e o monitoramento do servidor.

§ 4º O servidor que estiver em processo de Reabilitação Ocupacional poderá ser convocado pelo Setor de Recursos Humanos, sempre que necessário, para avaliação pela Inspeção Médica.

§ 5º A Reabilitação Ocupacional obriga o servidor a adequar-se a todas as medidas definidas no processo de Reabilitação Ocupacional.

§ 6º O servidor considerado insuscetível de Reabilitação Ocupacional será encaminhado ao Médico Perito credenciado pelo órgão previdenciário para avaliação quanto à deflagração de processo de aposentadoria por invalidez.

Art. 29. O processo de Reabilitação Ocupacional é composto dos seguintes procedimentos:

I - readequação;

II - readaptação.

Subseção I

Da Radequação

Art. 30. A Radequação é o procedimento que autoriza a restrição de algumas atribuições e atividades inerentes ao cargo ocupado, em decorrência de agravos de saúde apresentados pelo servidor, verificado em Inspeção Médica, desde que mantido o núcleo básico do cargo.

§ 1º A Radequação não determina alteração definitiva das atividades e implica na manutenção do servidor no cargo efetivo de ingresso.

§ 2º Compete a Inspeção Médica definir o lapso temporal da readequação, podendo ter caráter definitivo.

Subseção II

Da Readaptação

Art. 31. Readaptação consiste na mudança de cargo decorrente da inaptidão definitiva do servidor para o cargo originário, visando o aproveitamento de sua capacidade laborativa residual.

Parágrafo Único. Será readaptado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por laudo circunstanciado emitido pela Inspeção Médica, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo original.

Art. 32. A mudança de cargo dar-se-á uma única vez, para cargo de igual ou inferior escolaridade, respeitadas as restrições de saúde apontadas, bem como os seguintes critérios:

I - habilitação ou escolaridade e conhecimentos específicos previstos para o novo cargo, na parte especial ou permanente, conforme o caso;

II - manutenção de carga horária do cargo de origem do servidor, exceto quando o novo cargo estiver sujeito a jornada legal reduzida;

III - manutenção do servidor no Quadro Geral em que investido.

Art. 33. O servidor readaptado será enquadrado no novo cargo, no padrão e referência de valor equivalente ou imediatamente superior ao percebido no cargo de origem, utilizando-se como critério a compatibilidade de tabelas salariais, observando o princípio de irredutibilidade de vencimento.

§ 1º Na hipótese de impossibilidade de efetivação do critério previsto no caput deste artigo, fica autorizado o pagamento, através de complementação de vencimento, da diferença nominal necessária a produzir a equivalência com o vencimento do cargo de origem, sobre a qual incidirão todas as vantagens e descontos legais.

§ 2º A complementação de vencimento a que alude o § 1º deste artigo integrará o cálculo de proventos quando da aposentadoria do servidor, e sofrerá incidência de todas as vantagens e descontos legais, como se vencimento fosse.

Art. 34. A readaptação será procedida mediante mudança do cargo ocupado pelo servidor para outro cargo de carreira em que será reabilitado, transpondo-se a respectiva vaga no quadro geral de vagas previsto em lei, através de decreto.

CAPÍTULO II

DA VACÂNCIA

Seção I

Das Formas de Vacância

Art. 35. São formas de vacância de cargo público:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - posse em outro cargo inacumulável;

V - recondução;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento.

Seção II

Da Exoneração

Art. 36. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º A exoneração do cargo efetivo de ofício dar-se-á:

I - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado;

II - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório;

III - quando for necessário adequar os dispêndios com pessoal, de acordo com a Legislação Federal vigente e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias:

a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão;

b) exoneração dos servidores não estáveis;

§ 2º O servidor que perder o cargo por decorrência do contido no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, fará jus a uma indenização correspondente a 01 (um) mês de remuneração por ano de serviço.

§ 3º O cargo objeto da redução prevista no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, deverá ser extinto, vedada a criação de cargo ou função com atribuições iguais pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos.

§ 4º A exoneração de cargo comissionado dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Seção III

Da Demissão

Art. 37 - A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

I - sentença judicial criminal transitada em julgado;

II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

Seção I

Da Remoção

Art. 38. Remoção é o deslocamento do servidor do quadro permanente de cada poder para preenchimento de vaga no âmbito do mesmo quadro, podendo ser:

I - a pedido;

II - de ofício;

III - por permuta;

IV - por concurso.

§ 1º A Remoção a pedido dar-se-á por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por serviço de perícia médica oficial e existência de vaga e anuência do Chefe de Poder.

§ 2º A Remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, indicando os fatos e fundamentos, que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação.

§ 3º A Remoção por permuta se processa por consenso de ambos

os interessados, observada a conveniência administrativa. Os interessados devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

§ 4º A Remoção por concurso interno será promovida mediante a existência e necessidade de ocupação de vaga, na hipótese de que o número de interessados seja superior ao número de vagas, obedecendo aos critérios previstos em edital próprio, onde conste:

I - número de vagas;

II - cargos;

III - local de trabalho;

IV - critérios de avaliação e habilitação.

§ 5º Serão considerados os seguintes critérios para avaliação:

I - aperfeiçoamento profissional na área pretendida;

II - pontuação na última avaliação de desempenho;

III - maior tempo de exercício no cargo;

IV - não sofrer penalidade disciplinar;

V - pontualidade e assiduidade.

§ 6º Os critérios de pontuação e desempate para os itens do parágrafo anterior estarão previsto no edital de remoção, respeitando a ordem de importância prevista.

§ 7º O servidor deverá aguardar a remoção no seu local de trabalho original até a substituição por novo servidor designado.

§ 8º As hipóteses de remoção previstas deverão ocorrer anualmente (no mês de novembro) e obrigatoriamente preceder o concurso de ingresso.

Seção II

Da Redistribuição

Art. 39. Redistribuição é o deslocamento de servidor, por ato da autoridade competente, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, observado sempre o interesse da Administração Pública.

§ 1º A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade;

§ 2º Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO IV

DA DISPONIBILIDADE, DO APROVEITAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO

Seção I

Da Disponibilidade

Art. 40. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o

servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado ao Município, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 41. O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O aproveitamento será tornado sem efeito, sendo cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Inspeção Médica.

Seção II

Do Aproveitamento

Art. 42. Aproveitamento é o retorno a cargo público do servidor colocado em disponibilidade, observadas as seguintes normas:

I - ocorrendo vaga no quadro de pessoal, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento;

II - havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais velho;

III - o aproveitamento far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional;

IV - é vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado;

V - no caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado, o servidor terá direito à diferença;

VI - o aproveitamento dependerá da prova de capacidade física/mental, mediante inspeção médica oficial;

VII - comprovada pela inspeção médica oficial à incapacidade definitiva do servidor convocado para o aproveitamento, será ele encaminhado ao sistema previdenciário para aposentadoria;

VIII - será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor convocado não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, salvo caso de doença comprovada de inspeção médica.

Parágrafo único. O servidor poderá ser aproveitado em outras funções quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação das atividades relativas ao seu cargo.

Seção III

Da Substituição

Art. 43. Os servidores ocupantes de cargos em comissão, nos seus afastamentos ou impedimentos regulares poderão ter substitutos designados pela autoridade competente.

Parágrafo único. A substituição será feita por servidor designado através de ato da autoridade competente, percebendo durante o período de substituição a remuneração correspondente ao cargo em que se faça a substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 44. Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção, chefia ou assessoramento, poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro cargo da

mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e neste caso, só perceberá a remuneração correspondente a um cargo, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo único. A reassunção ou vacância do cargo faz cessar de pronto, os efeitos da substituição.

TÍTULO III

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 45. Ao servidor público é assegurada a duração de trabalho não superior a 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º São cargos de 35 (trinta e cinco) horas semanais: todos os cargos administrativos e técnicos.

§ 2º São cargos de 40 (quarenta) horas semanais: todos os cargos não descritos no parágrafo 1º do Art. 45.

§ 3º Somente terão carga horária diferenciada os profissionais que a legislação federal assim determinar, devendo o Poder Executivo regulamentar por ato próprio.

§ 4º Em caso de necessidade, presente o interesse público, a jornada de trabalho poderá exceder a 08 (oito) horas, contando o excesso como hora extra.

§ 5º No caso de turno diário ininterrupto, a jornada de trabalho é de 06 (seis) horas diárias, com intervalo de 15 (quinze) minutos.

§ 6º A todos os servidores públicos é assegurado o direito ao descanso semanal remunerado.

§ 7º Para os servidores da área do Magistério a jornada de trabalho será estabelecida no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

§ 8º Poderão ser estabelecidos horários especiais para determinados serviços, ou para categorias específicas de servidores, de modo a atender as características próprias da prestação de serviços ou à natureza das atividades, tendo sempre em vista o interesse público e os limites da jornada diária e semanal tendo o disposto no caput e nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 9º A jornada de trabalho poderá ser reduzida, a requerimento do servidor, com a proporcional redução de remuneração, sempre que essa medida for necessária, em caso de servidor estudante ou outras situações especiais, observado o interesse público, desde que a redução não implique em nova contratação.

§ 10º: Entre cada jornada de trabalho haverá um período de descanso conforme Lei Federal.

Art. 46 - O ocupante de cargo em comissão e os agentes políticos submetem-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, excluído o adicional pela prestação do serviço extraordinário.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO E DO QUADRO DE HORÁRIO

Seção I

Do Controle da Jornada

Art. 47. Os servidores do quadro permanente submeter-se-ão a controle de ponto, que poderá ser manual, mecânico, eletrônico e biométrico, onde serão registrados os horários de entrada e saída, bem como o intervalo, este se houver.

§ 1º O registro de ponto poderá ser dispensado, acaso as condições da prestação de serviços do servidor impossibilitar tal procedimento, mediante requerimento do servidor, com despacho formalizado pelo dirigente da unidade administrativa, o qual será encaminhado à área de Recursos Humanos para análise e decisão devidamente fundamentada.

§ 2º As situações que podem ensejar dispensa de ponto deverão ser regulamentadas por decreto.

Art. 48. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto, não excedentes de 10 (dez) minutos, observado o limite máximo de 20 (vinte) minutos diários.

Art. 49. O servidor é obrigado a comunicar à sua chefia imediata, no próprio dia que, por doença ou força maior, não puder comparecer ao serviço, salvo em situações em que estiver impossibilitado, desde que seja devidamente comprovado.

Parágrafo único. As faltas ao serviço por motivo de doença deverão ser justificadas mediante atestado ou declaração médica, para fins disciplinares e de pagamentos, e encaminhados ao Setor de Recursos Humanos do Município, respeitado o prazo máximo e a forma estabelecido no Capítulo que trata da Licença para Tratamento de Saúde.

Seção II

Do Quadro de Horários

Art. 50. O quadro de horário do Poder Executivo e Legislativo, Administração direta e indireta, será normatizado mediante Decreto.

Parágrafo único. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser horário único para todos os servidores.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 51. Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei.

Parágrafo único. Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis ressalvadas as hipóteses do § 9º, art. 45, desta Lei.

Art. 52. Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei.

§ 1º Nenhum servidor ativo poderá perceber mensalmente dos cofres públicos municipais, a título de remuneração, importância maior àquela fixada como subsídio para o Prefeito Municipal.

§ 2º Fica assegurado aos servidores públicos municipais a revisão geral anual, na mesma data e no mesmo índice, conforme critérios estabelecidos na Lei que trata do Plano de Carreira e Vencimentos próprio.

§ 3º É vedada a percepção simultânea de provento de aposentadoria decorrentes do artigo 40 e seus parágrafos da Constituição Federal com a remuneração de cargo ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da mesma e os em comissão.

§ 4º A vedação prevista no parágrafo anterior não se aplica aos servidores que, até a publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, tenham ingressado novamente por concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 5º Os Secretários Municipais e outros Agentes Políticos definidos por lei serão remunerados através de subsídios, a ser pago em parcela única, vedados quaisquer acréscimos, exceto revisão geral.

§ 6º As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas de caráter pessoal, não gerando reflexos ou isonomia a terceiros.

§ 7º As vantagens vinculadas ao vencimento serão reajustadas sempre que houver reajustes, nos mesmos percentuais.

§ 8º As vantagens vinculadas ao vencimento serão sempre incidentes sobre o vencimento, sendo vedada a incidência de qualquer vantagem sobre vantagem, ainda que anteriormente incorporada.

Art. 53. Precederá o vencimento do cargo efetivo do servidor, quando no exercício de cargo em comissão.

Art. 54. Quando o ocupante de cargo em comissão for servidor efetivo, este poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa acrescido do percentual de 20% (vinte por cento) do valor do cargo em comissão que irá ocupar.

Parágrafo Único. A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante a vigência da designação para ocupação do cargo, destacado em seu contracheque de pagamento, sem prejuízo das demais vantagens, e não será incorporado ao vencimento do servidor.

Art. 55. Quando o ocupante do cargo de Secretário Municipal e outros Agentes Políticos definidos por Lei for servidor efetivo, este será afastado do seu cargo de origem, com prejuízo da remuneração e dos vencimentos e receberá subsídio, a ser pago em parcela única.

Art. 56. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 57. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia que faltar ao serviço, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, superiores a 10 (dez) minutos, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida;

IV - a remuneração quando no exercício de mandato eletivo, res-salvado o de vereador, havendo compatibilidade de horário;
V - a remuneração quando afastado por motivo de prisão em fla-grante, preventiva ou condenação judicial por sentença definitiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

Parágrafo Único: Auxílio Reclusão conforme Lei Federal.

Art. 58. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum des-conto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os des-contos legais.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver desconto em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração, e com reposição dos custos, quando for oneroso.

Art. 59. As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, aposentados e dos pensionistas serão efetuadas nas condições estabelecidas em regulamento específico.

Parágrafo único: A consignação em folha de pagamento será auto-rizada em parcelas cujo valor não exceda a 30% (trinta por cento) da remuneração ou provento.

Art. 60. As indenizações e reposições ao erário serão previamente comunicadas e devidamente autorizadas pelo servidor para pos-terior descontos em parcelas mensais em valores atualizados pelo mesmo índice utilizado para a revisão anual dos Servidores Públi-cos Municipal.

§ 1º A indenização será feita em parcelas cujo valor não exceda a 20% (vinte por cento) da remuneração ou provento.

§ 2º A reposição será feita em parcelas cujo valor não exceda a 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração ou provento.

§ 3º Quando constatado o pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha a reposição será feita em uma única parcela.

§ 4º Para efeito deste artigo considera-se:

I - reposição: a devolução de valores indevidamente pagos ao servidor;

II - indenização: o pagamento de quantia referente a danos cau-sado pelo servidor com dolo ou culpa.

Art. 61. O servidor em débito com o erário que for demitido, exo-nerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do respectivo ato, para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação ou a negativa de autorização do débito, no prazo previsto, implicará sua inscrição em dívida ativa.

CAPITULO II

DAS VANTAGENS

Art. 62. Além do vencimento, quando devidas, serão pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I -Indenizações:

a) Indenização de diárias e adiantamentos;

b) Indenização de transportes.

II - Auxílios pecuniários:

a) Auxílio-escolar;

b) Auxílio-alimentação.

III - Gratificações:

a) Gratificação natalina;

b) Gratificação especial;

c) Gratificação de instrução de programas de capacitação e aper-feiçoamento profissional;

d) Gratificação de atividade em comissão de processo administra-tivo de Sindicância

e) Gratificação de atividade em comissão de processo administra-tivo Disciplinar.

IV - Adicionais:

a) Adicional de férias;

b) Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas

c) Adicional pela prestação de serviço extraordinário;

d) Adicional pelo trabalho noturno;

e) Adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. A lei que dispuser sobre o plano de cargos, car-reira e salários dos servidores poderá instituir outras vantagens e os critérios para seu pagamento.

Seção I

Das Indenizações

Art. 63. Constituem indenizações ao servidor:

I - Indenização de diárias e adiantamentos;

II - Indenização de transporte.

Subseção I

Das Diárias e Adiantamentos

Art. 64. O servidor que se afastar temporariamente da sede de suas funções, para cumprimento de atividades com finalidade pú-blica, fará jus ao recebimento de diárias visando o pagamento de despesas com alimentação e hospedagem, desde que tenham sido previamente autorizadas pelo responsável do órgão corres-pondente, cujas condições para sua concessão, serão estabeleci-das em Lei específica.

§ 1º As despesas com passagens aéreas ou terrestres, quando não for adotado regime de adiantamento, serão suportadas dire-tamente pelos cofres públicos.

§ 2º Os servidores quando em missões de que trata esta Lei, deve-rão obrigatoriamente emitir relatório circunstanciado da viagem.

Art. 65. Em substituição ao regime de diárias poderá ser adotado o regime de adiantamento, sempre que convir aos interesses da

administração, em razão das despesas com alimentação, pernoite, ligações telefônicas e locomoção urbana, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado em ato do chefe de cada poder.

Art. 66. O servidor tem direito ao recebimento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pelo responsável do órgão, promovendo-se a tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até 5 (cinco) dias após o retorno.

§ 1º Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis.

§ 2º As solicitações de diárias e adiantamentos deverão ser encaminhadas ao setor competente com a antecedência de 2 (dois) dias úteis.

Art. 67 - As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento serão suportadas pelo Município, podendo ser adotado o regime de diárias ou adiantamento, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo organizador do evento ou poder público.

Subseção II

Da Indenização de Transporte

Art. 68. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, fazendo jus à indenização na ordem de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da UFM por quilômetro rodado.

§ 1º A utilização de veículo automotor próprio dependerá de prévia autorização do responsável do órgão correspondente, aos quais competem o controle e fiscalização da indenização prevista no caput deste artigo.

§ 2º A indenização será creditada diretamente na folha de pagamento do servidor, através de documento próprio e devidamente autorizada pelo responsável do órgão e assinada pelo servidor a ser indenizado.

§ 3º A indenização prevista neste artigo, terá caráter de ressarcimento, sendo de responsabilidade do servidor, qualquer dano causado ao veículo ou à terceiros, as multas de trânsito e o desgaste de uso do veículo.

Seção II

Dos Auxílios Pecuniários

Art. 69 - Serão concedidos ao servidor público os seguintes auxílios pecuniários:

I - Auxílio-escolar;

II - Auxílio-alimentação.

Subseção I

Do Auxílio-Escolar

Art. 70. O servidor público estável no exercício do cargo, terá direito a auxílio escolar, na forma de bolsa de estudo, corresponde a uma única oportunidade, para freqüentar curso em nível de terceiro grau, pós-graduação, mestrado, doutorado, desde que não possua outra graduação nesta modalidade.

Art. 71. A concessão do auxílio escolar dar-se-á da seguinte forma:

I - para cursos de graduação, serão disponibilizadas 10 (dez) bolsas auxílio escolar, que será concedida na forma de custeio parcial, na periodicidade mensal, no percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, não podendo ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino, a parte que compete ao município, cabendo exclusivamente ao servidor bolsista a responsabilidade pelo pagamento complementar da mensalidade e da taxa de matrícula, bem como de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de débitos;

II - para cursos de pós-graduação "lato-sensu" curso de especialização, serão disponibilizadas 05 (cinco) bolsas auxílio escolar, que será concedido na forma de custeio parcial, na periodicidade mensal, no percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, não podendo ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino, a parte que compete ao município, cabendo exclusivamente ao servidor bolsista a responsabilidade pelo pagamento complementar da mensalidade e da taxa de matrícula, bem como de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de débitos;

III - para cursos de pós-graduação "lato-stricto sensu" curso de Mestrado, serão disponibilizadas 03 (três) bolsas auxílio escolar, que será concedido na forma de custeio parcial, na periodicidade mensal, no percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, não podendo ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino, a parte que compete ao município, cabendo exclusivamente ao servidor bolsista a responsabilidade pelo pagamento complementar da mensalidade e da taxa de matrícula, bem como de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de débitos;

IV - para cursos de pós-graduação "lato-stricto sensu" curso de Doutorado, serão disponibilizadas 01 (uma) bolsas auxílio escolar, que será concedido na forma de custeio parcial, na periodicidade mensal, no percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, não podendo ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino, a parte que compete ao município, cabendo exclusivamente ao servidor bolsista a responsabilidade pelo pagamento complementar da mensalidade e da taxa de matrícula, bem como de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de débitos.

Art. 72 - O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudo, será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a:

I - 60 (sessenta) meses, para cursos de Graduação;

II - 24 (vinte e quatro) meses, para cursos de pós-graduação lato sensu;

III - 24 (vinte e quatro) meses, para cursos de pós-graduação Mestrado;

IV - 48 (quarenta e oito) meses, para cursos de pós-graduação Doutorado.

Art. 73. O auxílio escolar será concedido ao servidor, durante o prazo estabelecido no Art. 75, cessando imediatamente os benefícios quando implicar em prorrogação do prazo de conclusão do curso.

Art. 74. O auxílio escolar poderá ser concedido aos servidores que estiverem matriculados em faculdades situadas no Município ou fora dele, mediante prévia dotação orçamentária, consignada no orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 75. O auxílio escolar somente será concedido ao servidor que atender os seguintes requisitos:

I - não esteja cumprindo estágio probatório;

II - não tenha gozado de licença sem vencimento ou ficado à disposição de órgãos não pertencentes ao Município, nos últimos 03 (três) anos;

III - não tenha sofrido aplicação de pena disciplinar;

IV - não conte com tempo de serviço, para fins de aposentadoria.

Art. 76. O curso pretendido deverá atender os seguintes requisitos:

I - compatível com os interesses e objetivos do Poder e órgão de sua lotação;

II - afim com o cargo e a área de atuação do interessado, no serviço público municipal;

III - autorizado ou reconhecido pelo órgão federal ou estadual de educação que tiver competência, nos termos da legislação.

Art. 77. As solicitações de auxílio escolar devem ser entregues na área de Recursos Humanos, devendo ser instruída em formulário próprio da seguinte forma:

I - solicitação do servidor/aluno;

II - descrição do curso pleiteado e sua relação direta com a área afim da carreira do solicitante;

III - local;

IV - valor;

V - prazo de duração;

VI - justificativa do responsável pelo órgão sobre os trabalhos que serão desenvolvidos pelo solicitante após a conclusão do curso.

Parágrafo único. Compete a cada Poder, elaborar os controles, baixar os atos complementares e firmar o Termo de Compromisso para o fiel cumprimento do presente auxílio escolar.

Art. 78. Serão adotados como critério para seleção:

I - Maior tempo em exercício no cargo;

II - Necessidade do conhecimento para o desenvolvimento de suas atividades;

III - Maior idade.

Art. 79. Perderá o direito ao auxílio escolar o servidor que:

I - Abandonar o curso;

II - Não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, por módulo ou disciplina cursada;

III - For reprovado em disciplina ou módulo.

Art. 80. O servidor contemplado com a ajuda financeira de que trata a presente Lei deverá permanecer vinculado ao cargo que ocupa no Município por um período de no mínimo 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. Caso o servidor venha a solicitar ou ser exonerado do cargo, ou aposentar-se, exceto aposentadoria por invalidez, antes de cumprido o período de permanência previsto, deverá ressarcir os cofres públicos no valor dos gastos com seu aperfeiçoamento.

Subseção II

Do Auxílio-Alimentação

Art. 81. O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores ativos da administração pública municipal e destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo pago diretamente, na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

§ 1º O auxílio alimentação a ser concedido será devido ao servidor proporcionalmente com sua carga horária (10h, 20h, 30h), com pagamento integral para a carga horária de 35h e 40h.

§ 2º Na hipótese de acumulação de cargos, para a concessão deste benefício será considerada a soma das jornadas de trabalho.

Art. 82. O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia.

Parágrafo único. O crédito ocorrerá em folha de pagamento e sua discriminação constará no contracheque do servidor.

Art. 83. O valor unitário do auxílio-alimentação corresponderá a 1,2% (hum vírgula dois por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, por dia útil efetivamente trabalhado.

Art. 84. O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o regime de previdência do servidor público;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 85. O desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, será deduzido do total de dias do respectivo mês.

Parágrafo único. Considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede do município.

Art. 86. O auxílio-alimentação será custeado com recursos dos órgãos a que pertença o servidor, os quais deverão incluir na proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção do auxílio.

Art. 87. Os órgãos cujas atividades-fim e localização geográfica justifiquem, poderão contratar empresa para fornecimento de refeições prontas a seus servidores ou manter o serviço próprio de alimentação em substituição ao auxílio-alimentação.

Seção III

Das Gratificações

Art. 88. Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações:

I - Gratificação Natalina;

II - Gratificação Especial;

III - Gratificação de Instrução de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional;

IV - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo de Sindicância;

V - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Subseção I

Da Gratificação Natalina

Art. 89. A gratificação natalina será paga anualmente, a todo servidor municipal, independentemente da remuneração que fizer jus.

§ 1º A gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício da remuneração a que o servidor tiver direito a receber, considerando a competência, do mês de novembro do ano correspondente, incluindo-se para efeito de cálculo, a média das horas extraordinárias prestadas pelo funcionário público, no período, onde a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho, será paga como mês integral.

§ 2º O pagamento será proporcional quando o servidor for nomeado no curso do ano vigente ou quando houver rescisão antes do cumprimento do período de 12 (doze) meses no ano.

§ 3º No caso de o servidor municipal ser demitido ou exonerado no decorrer do ano e que por qualquer motivo, já tenha recebido a gratificação natalina, na forma prevista no parágrafo anterior, será feita a compensação nos valores atinentes às verbas rescisórias, podendo o Município retê-las de ofício.

§ 4º Caso as verbas rescisórias sejam insuficientes para a cobertura da antecipação de que trata o § 2º do presente artigo, o Município deverá inscrever eventual diferença em dívida ativa, passando a ser título executivo público.

§ 5º Deverá ser pago em parcela única, no mês de dezembro de cada ano, até o dia 20 (vinte) do referido mês.

§ 6º Não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§ 7º Sobre a gratificação prevista no caput incidirá contribuição previdenciária.

Subseção II

Da Gratificação Especial

Art. 90. O servidor efetivo ocupante de cargo em comissão poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa acrescido do percentual de 20%.

§ 1º A diferença remuneratória prevista no caput será devida

durante a vigência da designação para ocupação do cargo, destacado em seu contracheque de pagamento, sem prejuízo das demais vantagens, e não será incorporado ao vencimento do servidor.

§ 2º Sobre as opções de remuneração prevista no caput, o valor da pensão ou benefício de aposentadoria será proporcional ao período exercido junto ao quadro comissionado do Município e do cargo público efetivo ou estável, obtendo-se dessa forma uma média geral que corresponda ao período contributivo nas duas condições, sendo os descontos previdenciários da pensão ou benefício de aposentadoria devido ao regime geral de previdência, conforme a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2.003.

Subseção III

Da Gratificação de Instrução de Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional

Art. 91. Ao servidor que desempenhar atividades de ministração de cursos no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional aos servidores públicos municipais de Atalanta será concedida gratificação, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de seu padrão de vencimento, por hora de trabalho realizada.

Subseção IV

Da Gratificação para Participação em Comissão de Processo Administrativo de Sindicância

Art. 92. Ao servidor efetivo e estável designado para integrar a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância, será concedida gratificação pro processo concluído equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, quando no exercício da função.

§ 1º A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º Fica vedada a acumulação de gratificação, com outra paga sob o mesmo título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

Subseção V

Da Gratificação para Participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 93. Ao servidor efetivo e estável designado para integrar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será concedida gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal.

§ 1º A gratificação será devida por processo disciplinar e será autorizado o pagamento pela autoridade que determinou sua instauração, não incorporando ao vencimento do servidor.

§ 2º . Fica vedada a acumulação de gratificação, com outra paga sob o mesmo título.

Seção IV

Dos Adicionais

Art. 94. Aos servidores serão concedidos os seguintes adicionais:

I - Adicional de férias;

II - Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;

III - Adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IV - Adicional pelo trabalho noturno.

Subseção I

Do Adicional de Férias

Art. 95. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor por ocasião de férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção II

Do Adicional pelo Exercício de Atividade em Condições Insalubres ou Perigosas

Art. 96. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores municipais a agentes nocivos à sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição.

Art. 97. O quadro das atividades e operações insalubres e normas e critérios de caracterização da insalubridade, limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes serão fixados na lei federal.

Parágrafo único - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação, assegura a percepção do adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do valor do Piso Mínimo Municipal, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente.

Art. 98. São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado e outras previstas em legislação federal.

Parágrafo único. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento padrão.

Art. 99. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com o laudo técnico das condições de ambiente de trabalho, deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Parágrafo único. O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessará com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão, mediante atos da administração, inclusive com o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Art. 100. É proibido à servidora gestante ou lactante o trabalho em atividade ou operações consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 101. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o caput devem ser submetidos a exames médicos periódicos, pagos pelo Município.

Art. 102. A caracterização e a classificação da insalubridade e da

periculosidade, segundo a legislação federal, far-se-ão através laudo específico realizado por profissional especializado.

Art. 103. Sobre os adicionais de insalubridade e de periculosidade previstos não incidirá contribuição previdenciária.

Subseção III

Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário;

Art. 104. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º No caso de trabalho em dia consagrado de repouso e em feriado, o adicional será de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

§ 2º Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais.

§ 3º O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina, das férias, da licença para tratamento de saúde, da licença prêmio por desempenho e da aposentadoria, quando for o caso.

§ 4º Para efeito de Aposentadoria e da Licença para Tratamento de Saúde, a integração de que trata o § 3º deste artigo, será calculada pela média do valor corrigido dos serviços extraordinários prestados nos últimos 6 (seis) anos.

Art. 105. Fica estabelecido que os servidores efetivos poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 10 (dez) horas diárias e o limite de horas mensais, respeitado o descanso semanal.

Parágrafo único. As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

Art. 106. A administração de cada Poder poderá ter servidores realizando tarefas em regime de sobreaviso, para executarem serviços imprevistos, emergenciais ou essenciais à coletividade.

§ 1º Regime de sobreaviso é aquele em que o servidor fica na sua residência aguardando ser chamado para prestar serviço em seu local de trabalho.

§ 2º As horas do regime de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/5 (um quinto) do vencimento base do servidor.

§ 3º As horas efetivamente trabalhadas no regime de sobreaviso serão remuneradas, exclusivamente, como horas extras.

§ 4º Os servidores ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão são sujeitos ao regime de dedicação integral e, portanto, não terão direito à remuneração pelo regime de sobreaviso.

§ 5º Obriga-se o servidor que se encontra em regime de sobreaviso, quando convocado, atender o chamado imediatamente, sob pena de responder pela omissão de seu mister, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas em lei.

§ 6º Os cargos públicos de provimento efetivo sujeitos ao regime de sobreaviso, deverão estar expressamente previstos em Decreto próprio, cuja escala deverá ser no máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, previamente aprovada pelo responsável do órgão de lotação do servidor.

Subseção IV**Do Adicional Pelo Trabalho Noturno**

Art. 107. O adicional de trabalho noturno, assim entendido o que for prestado no período de 22h00m (vinte e duas horas) e 05h00m (cinco horas) do dia seguinte.

§ 1º As horas prestadas no período definido neste artigo serão acrescidas de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal de serviço.

§ 2º A hora de trabalho noturno será computada como de 60 (sessenta) minutos.

§ 3º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplicam-se às horas de trabalho noturno o disposto nestes parágrafos.

Subseção V**Do Adicional de Tempo de Serviço**

Art. 108. Fica instituído o adicional por tempo de serviço, o qual dar-se-á na razão de 1% (um por cento) por ano de efetivo serviço público no município incidente sobre o vencimento base do servidor integrante do quadro permanente da administração municipal.

§ 1º O servidor fará jus ao adicional mencionado no caput deste artigo, a cada 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 2º Fica limitado em 35% (trinta e cinco por cento) o Adicional por Tempo de Serviço de que trata o caput deste artigo.

§ 3º Não será admitida, a título de adicional por tempo de serviço, qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, ou seja, sem contribuição.

CAPITULO III**DO PRÊMIO ESPECIAL**

Art. 109. Ao servidor estável que completar vinte (20) anos, período compreendido de dias trabalhados no serviço público no Município de Atalanta, Poder Executivo - administração direta, e indireta e do Poder Legislativo, será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente a três (03) vezes o valor do piso municipal percebido na data de sua concessão.

Parágrafo Único. O servidor será intimado do direito ao prêmio especial, tendo a Administração direta, indireta ou Poder Legislativo que estiver vinculado, o prazo de até um (01) ano para fazer o pagamento, em parcela única.

CAPITULO IV**DAS FÉRIAS**

Art. 110. O servidor fará jus, anualmente, ao gozo de 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas no período de recesso escolar.

§ 2º Após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes não justificadas;
II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas não justificadas;
III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas não justificadas;
IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas não justificadas.

§ 3º O servidor não fará jus às férias quando no período aquisitivo tiver mais de 32 (trinta e duas) faltas não justificadas.

§ 4º Durante o recesso escolar, os servidores do Magistério poderão ser convocados pelo órgão competente, para participar de cursos ou atividades relacionadas ao magistério, respeitando o período de férias.

§ 5º Não será permitido o acúmulo de 2(duas) férias, sendo obrigatório o gozo de férias no período aquisitivo subsequente.

§ 6º A concessão das férias será comunicada por escrito ao servidor, através do órgão competente do Município, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, excetuando-se do cumprimento do prazo, as situações acordadas mutuamente.

§ 7º As férias deverão ser programadas pelo servidor ou pelo órgão competente até o 11º (décimo primeiro) mês do período de gozo, no contrário será programada automaticamente para o 12º (décimo segundo) e último mês para o gozo.

§ 8º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 9º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo órgão terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

Art. 111 - É facultado a administração converter um terço das férias em abono pecuniário.

Parágrafo único. No cálculo do abono do pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 95.

Art. 112. O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente com Raios X e substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único. O servidor referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o artigo anterior.

Art. 113. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 114. Aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que passarem para a inatividade e aos ocupantes de cargos em comissão, no momento da exoneração de ofício ou a pedido será devida a indenização correspondente ao período de férias, cujo direito tenha sido adquirido e não tenha sido exercido em época própria.

§ 1º Aos servidores mencionados no caput deste artigo, após 12 (doze) meses de serviço, será devido o direito à indenização relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias, desde que a cessação do vínculo com o Município não seja decorrente de processo disciplinar que tenha ensejado penalidade

de demissão.

§ 2º O servidor efetivo que requerer sua exoneração a fim de assumir novo cargo público, não acumulável, pertencente ao quadro do mesmo ente público, não fará jus a remuneração antecipada proporcional de gratificação natalina, do adicional de férias e das férias.

CAPÍTULO V

DAS LICENÇAS

Art. 115. São modalidades de licença:

I - para serviço militar;

II - para atividade política;

III - para desempenho de mandato eletivo;

IV - para desempenho de atividades classistas;

V - para tratar de assuntos particulares;

VI - prêmio;

VII - para acompanhar o cônjuge ou companheiro;

VIII - por motivo de doença em pessoa da família.

§ 1º São competentes para a concessão de licença a autoridade superior de cada Poder, admitida a delegação de competência.

§ 2º As licenças previstas não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas do exercício de cargo em comissão.

§ 3º O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias, relativas à parte do segurado e a patronal.

Seção I

Licença para o Serviço Militar

Art. 116. Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração, cuja duração será idêntica a do período em que estiver servindo as Forças Armadas.

§ 1º A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º O servidor desincorporado será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que reassuma o exercício do cargo sem perdas de vencimento.

Seção II

Da Licença para Atividade Política

Art. 117 - O servidor efetivo terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a desincompatibilização do cargo, determinada por lei ou sua escolha em convenção partidária, para concorrer a cargo eletivo e o dia do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

Parágrafo único - A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo fará jus à licença com remuneração integral, como se em efetivo exercício estivesse.

Seção III

Da Licença para Desempenho de Mandato Eletivo

Art. 118. O servidor público municipal do Poder Executivo ou Poder Legislativo, da Administração Direta ou Indireta, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - quando investido no mandato de Chefe do Executivo, ou outro mandato eletivo federal ou estadual, será afastado de seu cargo, facultando-lhe optar pela remuneração de seu cargo ou pelo subsídio, quando investido no mandato de Chefe do Executivo;

II - se investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade deverá optar ou pela remuneração do cargo ou pelo subsídio do mandato de Vereador.

§ 1º Findo o mandato, o funcionário público reassumirá o seu cargo.

§ 2º Sempre que houver necessidade do funcionário público afastar-se para exercer o mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para progressão funcional.

§ 3º Para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Seção IV

Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 119. É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria dos servidores municipais, com remuneração do cargo efetivo.

§ 1º A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada em caso de reeleição e por uma única vez.

§ 2º O servidor ocupante de cargo em comissão deverá desincompatibilizar-se do cargo quando se empossar no mandato de que trata este artigo.

§ 3º Deverá ser licenciado 1 (um) servidor, para cargo na referida entidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com remuneração do cargo efetivo pago pelo município.

§ 4º O servidor eleito representante sindical não poderá, em qualquer hipótese, tratar de assuntos sindicais durante o expediente de trabalho no cumprimento das demais horas que estiver no exercício efetivo da função para a qual prestou concurso público.

§ 5º O servidor licenciado de que trata o § 3º, passará por processo eleitoral de acordo com o Estatuto da entidade sindical que representa os servidores.

Seção V

Da Licença para Tratar de Assuntos Particulares

Art. 120. A critério da Administração, poderá ser concedida, ao servidor estável, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor, estando condicionado o retorno ao despacho do órgão competente.

§ 2º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, no interesse do serviço público, devendo neste caso, o mesmo assumir o serviço no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Em caso de interrupção, no interesse do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

§ 4º Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

§ 5º Não se concederá licença a servidor nomeado, removido ou transferido, antes de completar 03 (três) anos no exercício do cargo, ou que esteja respondendo a processo disciplinar.

§ 6º Finda a licença e o servidor não retornando, os dias não trabalhados serão considerados como falta ao serviço.

§ 7º O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, devendo o órgão competente manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 8º Ao servidor ocupante de cargo em comissão não se concederá, nessa qualidade licença para tratar de interesses particulares.

Art. 121. Concedida a licença, fica o órgão autorizado a contratar servidor em caráter temporário.

Seção V

Da Licença Prêmio

Art. 122. O servidor público municipal terá direito como prêmio de assiduidade, a licença de 3 (três) meses, em cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício ininterrupto, em que não tenha mais do que 2 (duas) faltas injustificadas no período aquisitivo, iniciando-se o período de contagem na data de vigência desta lei.

§ 1º Não se concederá licença prêmio por desempenho ao servidor que, no período aquisitivo for enquadrado nas situações enumeradas abaixo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de assuntos particulares;

b) condenação à pena privativa de liberdade, determinada por sentença definitiva.

§ 2º O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará descontos no vencimento ou remuneração.

Art. 123. O requerimento de licença prêmio será instruído com a certidão do tempo de serviço.

§ 1º A licença deverá ser usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época da fruição.

§ 2º A licença prêmio, se assim optar o funcionário público, e a critério de cada Poder, mediante requerimento, poderá ser convertida em pecúnia, de importância correspondente a um terço do total da licença, observando-se a disponibilidade de verba orçamentária

e a necessidade do serviço público.

§ 3º Para efeito do cálculo da conversão, será considerado o vencimento referente ao cargo que o servidor público estiver exercendo no ato do pagamento e incluir-se-ão todas as vantagens pessoais e as referentes ao cargo, excetuando-se as gratificações que por ventura o servidor estiver recebendo no ato da concessão da licença prêmio.

§ 4º No caso de optar pela conversão em pecúnia referente a um terço do período da licença, deverá o servidor gozar o restante, a partir do recebimento da parcela.

Art. 124. O servidor público deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

Parágrafo único. Dependerá de novo requerimento, o gozo da licença, quando, embora requerida esta não for iniciada dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato oficial que a houver concedido.

Art. 125. O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio por desempenho não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 126. Decairá do direito de receber a licença prêmio não gozada, o servidor que não a requerer no prazo de 90 (noventa) dias antes da data de sua respectiva exoneração.

Seção VI

Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro (A)

Art. 127. O servidor estável, cujo cônjuge for servidor federal, estadual e tiver sido mandado servir, ex-offício em outro ponto do território nacional, ou no estrangeiro, terá direito a licença sem remuneração.

§ 1º A licença será concedida mediante pedido instruído por documento oficial que comprove a remoção e vigorará pelo período de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

§ 2º Decorrido o prazo e não tendo o servidor reassumido o exercício do cargo, será demitido por abandono do cargo, cuja apuração dar-se-á em regular processo administrativo.

Art. 128. Concedida a licença, fica o órgão autorizado a contratar servidor em caráter temporário.

Seção VII

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 129. Poderá ser concedida licença, ao servidor efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro(a), pais e filhos, do padrasto ou madrasta e enteado cujos nomes constem de seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica e avaliação do serviço social municipal.

§ 1º A licença de que trata este artigo somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogada por mais 15 (quinze) dias, mediante parecer da perícia médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 12 (doze) meses.

§ 3º O servidor que necessitar licenciar-se com base na norma prevista neste artigo, deverá requerer e aguardar em serviço o parecer da autoridade competente.

§ 4º O pedido de licença mencionado no presente artigo obedecerá ao rito sumaríssimo e deverá ser apreciado pela autoridade competente num prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas.

§ 5º Não se concederá nova licença para acompanhamento de doença em pessoa da família no período de 12 (doze) meses, ao servidor que já utilizou tal licença.

Art. 130. Concedida a licença, por mais de 30 (trinta) dias, fica o órgão autorizado a contratar servidor em caráter temporário.

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO

Art. 131. O servidor estável poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio nas seguintes hipóteses.

I - para exercício de cargo em comissão;

II - para atendimento de convênios e/ou instrumentos similares;

III - em casos previstos em Leis específicas.

Parágrafo único. Na hipótese do Inciso I deste Artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante, e nos demais incisos conforme prevê o convênio ou a lei.

Art. 132. Concedida a cessão, fica o órgão autorizado a contratar servidor em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

DAS CONCESSÕES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 133. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia para doação de sangue, a cada período de seis meses;

II - por 02 (dois) dias úteis, pelo falecimento de avós, netos, tios e sobrinhos, madrasta, padrasto e sogros;

III - até 05 (cinco) dias úteis em virtude de seu casamento, contados a partir da data do pedido.

IV - até 05 (cinco) dias úteis pelo falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos, enteados e menores sob guarda ou tutela.

V - por 02 (dois) dias em virtude da convocação da Justiça Eleitoral para trabalho nas eleições, mediante comprovação de participação firmada pelo órgão.

Parágrafo único. A concessão prevista no item V deste artigo refere-se ao trabalho executado por turno eleitoral e deverá ser usufruída no período máximo de 60 (sessenta) dias subsequentes a participação exercida.

Seção II

Das Concessões Para Estudo

Art. 134. Poderá ser concedido, a critério de cada Poder e desde que não prejudique o funcionamento do serviço público, horário especial ou licença para realização de cursos de graduação, pós-graduação em especialização, pós-graduação em mestrado ou pós-graduação em doutorado.

Subseção I

Cursos de Graduação e Pós-Graduação e Especialização

Art. 135. Poderá ser concedido ao servidor efetivo horário especial para realizar curso de graduação ou pós-graduação e especialização, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição a que esteja vinculado.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração mensal do trabalho.

§ 2º Excepcionalmente, e mediante autorização expressa da chefia imediata, quando a compensação de horas efetivar-se através de atividades ligadas a campanhas educativas, campanhas e serviços correlatos de saúde, campeonatos esportivos, participação em cursos de capacitação promovidos pela administração municipal, estas poderão ser realizadas e computadas trimestralmente.

§ 3º Compete à chefia imediata do servidor beneficiado com o regime especial de trabalho, definir o local de trabalho onde as atividades realizadas a título de compensação de horas irão se efetivar, observando-se neste caso que estas sejam realizadas no Município de Atalanta e compatíveis com as atribuições do cargo de carreira do servidor.

§ 4º O servidor designado para cumprir compensação de horas em local diferente de sua lotação, não fará jus a qualquer auxílio financeiro destinado a cobrir custo adicional com transporte ou alimentação.

§ 5º Ao servidor em exercício de atividades em regime de compensação de horas, fica vedado o pagamento do adicional de horas extras até o limite da jornada normal de trabalho.

§ 6º Nas férias escolares e nos dias em que não houver aula na Instituição de Ensino, o servidor beneficiado com horário especial, deverá cumprir a carga horária integral do cargo efetivo do qual está vinculado ao Município.

§ 7º O controle das horas compensadas e àquelas a compensar serão feitas pela chefia imediata da repartição a qual o servidor está subordinado, devendo tal relatório de controle, ser encaminhado mensalmente à área de Recursos Humanos, para os registros funcionais competentes.

§ 8º Verificado o interesse público e não havendo comprometimento das atividades normais da repartição, fica limitada, a liberação simultânea de até 03 (três) servidores da mesma unidade administrativa.

§ 9º A concessão prevista neste artigo somente poderá ser deferida mediante requerimento do interessado à área de Recursos Humanos, constando o nome do curso, horário das aulas, respectiva duração, despacho fundamentado da chefia imediata sobre o deferimento ou não do pedido e atendimento das seguintes condições:

a) comprovação de matrícula em curso na área afim do cargo ocupado pelo servidor;

b) comprovação de que a Instituição de Ensino onde foi aprovado, não possui o referido curso em horário noturno;

c) apresentação de calendário escolar da Instituição de Ensino que pretende frequentar.

Art. 136 - O total de horas compensadas não poderá ultrapassar a 10 (dez) horas semanais.

Art. 137 - Perderá o benefício de compensação de horas o servidor que:

I - não apresentar comprovação mensal de frequência no curso;

II - não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

§ 1º - No caso de desistência do curso autorizado, o servidor fica obrigado a compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial.

§ 2º - O não cumprimento da norma prevista no inciso II deste artigo é considerado como falta não justificada ao trabalho, devendo, neste caso, ser aplicado ao servidor infrator as penalidades administrativas previstas neste estatuto.

Subseção II

Cursos de Pós-Graduação em Mestrado Ou Doutorado

Art. 138. O servidor efetivo e estável que estiver no exercício das atribuições do cargo em carreira de nível superior poderá, a critério de cada Poder, requerer licença, sem prejuízo da remuneração do cargo, para realização de cursos de Pós-Graduação em Mestrado ou Doutorado, desde que assuma o compromisso de defesa de dissertação ou tese, bem como elaboração de monografia em tema compatível com sua área de atuação e comprometimento em atuação no Programa de Qualificação Profissional da Prefeitura Municipal de Atalanta.

§ 1º Para obtenção de licença remunerada, o servidor firmará compromisso, mediante termo de:

I - imediatamente após o retorno ou conclusão do curso, se manter no efetivo exercício do cargo durante período não inferior a 5 (cinco) anos;

II - não desistir do curso e concluir todas as suas fases, inclusive defesa de dissertação ou tese, quando couber;

III - participação como docente em programas de capacitação promovidos pela Prefeitura Municipal de Atalanta;

IV - ressarcir os valores da remuneração recebida na hipótese de demissão.

§ 2º Na hipótese de descumprimento das condições definidas no parágrafo anterior, incidirá obrigação de ressarcimento total do montante da remuneração percebida no período de afastamento.

§ 3º O servidor que requerer esta licença não poderá receber auxílio escolar nos termos dessa lei.

§ 4º A concessão do benefício previsto neste artigo corresponde a uma única oportunidade para cursos de pós-graduação em Mestrado ou Doutorado.

Art. 139. Os eventos de capacitação devem ter relação direta com as atribuições do cargo e respectiva classe exercida pelo servidor, devendo ser previamente homologados.

Parágrafo único. A homologação prévia dos eventos de capacitação será procedida por Comitê de Avaliação de Qualificação Profissional designada para este fim.

Art. 140. O servidor estável poderá ausentar-se do Município para estudo, sem remuneração, desde que autorizado pelo chefe de cada Poder, e devidamente comunicado a área de Recursos Humanos.

§ 1º A ausência de que trata este artigo não excederá o período de duração do estudo, objeto da licença. Cessando o motivo da licença, o servidor terá prazo de 15 (quinze) dias para reassumir as funções de origem no Município, sob pena de serem consideradas injustificadas suas faltas a partir desta data.

§ 2º O benefício será concedido ao servidor que possuir maior tempo de serviço no Município, quando mais de um requerimento for apresentado simultaneamente.

CAPÍTULO VIII

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 141. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando-se o ano com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 1º Todo o tempo de serviço prestado ao Município será integralmente considerado para efeitos de aposentadoria.

§ 2º Para efeitos de adicional de tempo de serviço e licença prêmio somente será considerado o período em que o servidor entrou no exercício do cargo mediante regular concurso público.

§ 3º Para fazer jus ao direito consignado no § 2º deste artigo, o período de exercício deverá ser contínuo, havendo rompimento do vínculo com a municipalidade, o prazo somente será considerado a partir do reinício do exercício no novo cargo.

Art. 142. São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - desempenho de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal;

II - convocação para o Serviço Militar;

III - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;

IV - missão ou estudo fora do Município, quando autorizada;

V - férias;

VI - processo disciplinar que não resulte penalidade;

VII - licença:

a) a gestante, à adotante e paternidade;

b) para tratamento da própria saúde ou para acompanhamento doença em pessoa da família durante o período em que houver contribuição previdenciária;

c) para atividades políticas;

d) para desempenho de mandato classista;

e) por motivo de acidente de serviço ou de doença profissional;

f) licença prêmio;

VIII - outros afastamentos previstos nesta lei em que houver contribuição previdenciária.

CAPÍTULO IX

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 143 - Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, observadas as seguintes normas:

I - a petição, dirigida à autoridade competente para decidir, será encaminhada por intermédio do superior hierárquico imediato, se for o caso, o qual deferirá procedente ou não, no prazo de 15 (quinze) dias;

II - o prazo para decisão, qualquer que seja a instância, é de 30 (trinta) dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de 60 (sessenta) dias;

III - só cabe pedido de reconsideração à autoridade que deva decidir em última instância;

IV - cabe recurso para a autoridade imediatamente superior a que se expediu o ato que decidiu em primeira instância;

V - nenhum recurso ou pedido de reconsideração pode ser dirigido à mesma autoridade por mais de uma vez;

VI - os requerimentos, recursos ou pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo;

VII - o direito de requerer prescreve:

a) em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial em créditos resultantes da relação de trabalho;

b) em 01 (um) ano nos demais casos.

VIII - prazo para recorrer ou pedir reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação ou data em que o servidor for cientificado pessoalmente;

IX - o pedido de reconsideração e o recurso interrompem o prazo de prescrição.

Parágrafo único. Para o exercício do direito de petição é assegurada a vista do processo ou do documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, bem como cópia das peças que tenha interesse à sua defesa.

Art. 144. A administração deve rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

TÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 145 - São deveres do servidor público:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentos;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza sem preferência pessoal:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) as requisições para defesa da Fazenda Pública;

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material que lhe for confiado e pela conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição que não devam ser divulgados;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas, preservar a imagem, decoro, eficiência e credibilidade;

XII - participar das comissões para as quais for nomeado;

XIII - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como, o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem confiados;

XIV - freqüentar cursos, quando indicados pela administração, para aperfeiçoamento, capacitação ou especialização;

XV - submeter-se a avaliação médica e/ou avaliações complementares que for determinada pela autoridade competente;

XVI - providenciar para que esteja sempre em dia no seu assentamento individual, seu endereço residencial e sua declaração de família;

XVII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único - A representação de que trata o inciso XVII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado amplo defesa.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 146 - Ao servidor público é proibido:

I - faltar ao serviço injustificadamente, ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

II - retirar, modificar, ou substituir sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;

VII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VIII - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou político-partidário;

IX - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, na administração pública direta e indireta;

X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, o comanditário;

XII - exercer comércio, e nesta qualidade, transacionar com o Município;

XIII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;

XIV - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XV - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XVI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVII - proceder de forma desidiosa;

XVIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;

XXI - recusar-se se submeter a inspeção médica;

XXII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XXIII - requerer e utilizar indevidamente o vale transporte (casa-trabalho / trabalho-casa);

XXIV - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;

XXV - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

XXVI - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§ 1º Considera-se agravante da penalidade, a embriaguez do servidor que coloque em risco a vida ou a integridade de outrem.

§ 2º É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III

DAS ACUMULAÇÃO

Art. 147. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

I - a de 02 (dois) cargos de professor;

II - a de 01 (um) cargo de professor com outro, técnico ou científico;

III - a de 02 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º Fica vedada a acumulação do cargo na área de Radiologia, ainda que permitida a acumulação de 02 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, levando em conta o risco da atividade.

§ 3º A compatibilidade de horário será reconhecida quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho determinadas para cada um, incluindo-se nessa situação os profissionais da área do magistério, os quais devem cumprir as horas atividades de conformidade com as normas próprias do magistério público municipal.

§ 4º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.

§ 5º O servidor público aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, não poderá ocupar nenhum cargo público municipal de provimento efetivo.

Art. 148. Verificada em processo administrativo acumulação proibida e provada boa fé, o servidor público optará por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, será exonerado de qualquer deles, a critério da administração.

Parágrafo único. Provado que o servidor público agiu de má fé, este permanecerá ocupando o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 149. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 150. A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao erário ou

a terceiros.

§ 1º Tratando-se de danos ao patrimônio municipal, o ressarcimento poderá ocorrer mediante desconto em folha, total ou em parcelas, a requerimento ou de ofício.

§ 2º Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano, previstos nos §§ anteriores deste artigo, estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor de herança recebida, decorrente do ilícito.

Art. 151. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

Art. 152. A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 153. As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 154. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 155. É isento de pena o servidor que por doença mental, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 156. São penalidades disciplinares:

I - a advertência;

II - suspensão;

II - demissão;

IV - destituição do cargo em comissão;

V - cassação da aposentadoria ou da disponibilidade;

VI - multa alternativa à pena de suspensão.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 157. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º São circunstâncias agravantes da pena:

I - a premeditação;

II - a reincidência;

III - o conluio;

IV - a continuação;

V - o cometimento do ilícito:

a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;

b) com abuso de autoridade;

c) durante o cumprimento da pena;

c) em público.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da pena:

I - haver sido mínima a cooperação do servidor no cometimento da infração.

II - ter o agente:

a) procurado, espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe os efeitos;

b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiro;

c) confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada, ou imputada a outrem.

Art. 158. A competência para a aplicação de penalidades disciplinares é do chefe do Poder Executivo, Prefeito Municipal, para a Administração Direta, dirigente máximo da Administração Indireta em conjunto com o chefe do Poder Executivo, ou do chefe do Poder Legislativo, Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Após a ciência pelo servidor, da decisão disciplinar, deverá ser publicada a portaria que determinou a aplicação de penalidade.

Seção I

Da Advertência

Art. 159. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante nos incisos abaixo elencados, além da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

I - faltar ao serviço injustificadamente, ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

II - retirar, modificar, ou substituir sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;

VII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

VIII - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à

associação profissional ou sindical, ou político-partidário;

IX - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

X - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;

XII - recusar-se a submeter a inspeção médica;

XIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XIV - não utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos;

XV - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

XVI - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§ 1º A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º O cancelamento do registro da advertência não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

§ 3º A penalidade de advertência será aplicada ao servidor que se ausentar injustificadamente do serviço por 5 (cinco) dias, interpostamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Seção II

Da Suspensão

Art. 160. A suspensão, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, implicará a perda de todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo no período da suspensão, e será aplicada quando:

I - na violação das proibições consignadas nesta lei;

II - nos casos de reincidência em infração já punida com advertência;

III - quando a infração foi intencional ou se revestir de gravidade;

IV - como gradação de penalidade mais grave, tendo em vista circunstância atenuante;

V - que atestar falsamente a prestação de serviço, bem como proferir, permitir, ou receber a retribuição correspondente a trabalho não realizado;

VI - que se recusar sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário;

VII - responsável pelo retardamento em processo sumário;

VIII - que deixar de atender notificação para prestar depoimento em processo disciplinar.

§ 1º A suspensão não será aplicada enquanto o servidor estiver afastado por motivo de gozo de férias regulamentares ou em

licença por qualquer dos motivos previstos nesta lei.

§ 2º Quando houver conveniência para a continuidade para o serviço público, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 3º A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 05 (cinco) anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 4º O cancelamento do registro da suspensão não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

Seção III

Da Demissão

Art. 161. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime praticado por servidor público contra a administração em geral, na forma dos artigos 312 a 327 do Código Penal;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiro público;

IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI - corrupção;

XII - acumulação proibida de cargos, empregos, ou funções públicas;

XIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, o comanditário;

XV - exercer comércio, e nesta qualidade, transacionar com o Município;

XVI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;

XVII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;

XIX - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XX - proceder de forma desidiosa;

XXI - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;

XXII - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente;

XXIII - não utilização de equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Município.

§ 1º Configura abandono de cargo, a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta dias) consecutivos.

§ 2º Configura inassiduidade habitual, que enseja pena de demissão, a ausência injustificada do servidor ao serviço, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 3º Aplica-se o disposto no incisos XXII e XXIII, deste artigo, quando ocorrer continuidade, depois de aplicadas as penalidades da advertência e suspensão.

§ 4º Aplica-se o disposto no inciso XII, deste artigo, nas situações:

a) se comprovada boa-fé, acarreta a demissão de um dos cargos, emprego ou função, dando-se ao servidor prazo de quinze dias para optar por um deles.

b) se comprovada má-fé, acarreta a demissão de ambos os cargos.

§ 5º A demissão será aplicada, também, ao servidor que, condenado por decisão judicial transitada em julgado, incorrer na perda da sua função pública na forma de lei penal.

Art. 162. A demissão ou destituição do cargo em comissão, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 163. A demissão ou destituição do cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 161 desta Lei, implica na indisponibilidade dos bens do servidor e o ressarcimento ao erário público, sem prejuízo da ação penal cabível.

CAPITULO VI

DA PRESCRIÇÃO DISCIPLINAR

Art. 164. O direito de a Administração Municipal promover ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato imputável ao servidor se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos em lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instrução de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final

proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a fluir novamente a partir do término do prazo legal estabelecido para a conclusão da sindicância ou do processo administrativo disciplinar.

Art. 165. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

TÍTULO V

DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 166 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que tenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 1º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal ou quando constatada a prescrição, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 2º - Sendo conhecida a autoria da infração apontada, poderá ser dispensada a realização de sindicância, iniciando os procedimentos para instalação do Processo Administrativo Disciplinar competente.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

Seção I

Da Comissão de Sindicância

Art. 167. A Comissão de Sindicância será composta por 03 (três) servidores efetivos e estáveis e respectivos suplentes, indicados pela autoridade competente, de nível não inferior a Ensino Médio, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função, a gratificação por processo concluído.

§ 1º A Comissão de Sindicância composta por 3 (três) servidores deverá indicar entre eles o seu presidente.

§ 2º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§ 3º Quando um dos membros indicados for parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, deverá ser substituído por um dos suplentes.

§ 4º A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

Art. 168. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 169. Os servidores indicados para Comissão de Sindicância farão jus à gratificação conforme estabelece o art. 92 desta lei.

Seção II

Da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 170. O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 03 (três) servidores efetivos e estáveis, designados pela autoridade competente.

§ 1º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta por 3 (três) servidores deverá indicar entre eles o seu presidente.

§ 2º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§ 3º A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

§ 4º Não poderá participar da Comissão parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 171. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 172. Os servidores indicados para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar farão jus a gratificação conforme estabelece o Art. 93 desta lei.

CAPITULO III**DA SINDICÂNCIA**

Art. 173. A Sindicância Administrativa é meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público.

§ 1º A Sindicância será instaurada através de Portaria e encaminhada para a Comissão de Sindicância, indicando as irregularidades a serem apontadas, bem como os elementos necessários à elucidação dos fatos, assegurando-se a ampla defesa do servidor.

§ 2º A Sindicância não dispensa a defesa do sindicato e a publicação do seu procedimento, quando se tratar de simples expediente de verificação de irregularidade.

§ 3º O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 4º Instaurada a Sindicância, dar-se-á ciência ao servidor, abrindo-se vistas aos autos e citando-o para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá apresentar seu rol de testemunhas, até 03 (três) para cada fato, podendo requerer outras provas.

§ 5º Esgotado o prazo exigido no parágrafo anterior, a Comissão designará audiência de instrução, intimando o servidor e as testemunhas.

§ 6º Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

I - o arquivamento do processo;

II - a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 174. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, de disponibilidade ou demissão de cargos em comissão será obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

CAPÍTULO IV**DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

Art. 175. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º Instaurado o Processo Disciplinar, o servidor público designado para presidi-lo, poderá propor ao Chefe do Executivo, Presidente da Câmara ou dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta, que seja sustada a suspensão preventiva ou prorrogada por até mais 90 (noventa) dias.

§ 2º Findo o prazo constante no "caput" e sua prorrogação, quando for o caso, cessará o afastamento preventivo, ainda, que não concluído o processo.

Art. 176. Nos casos em que o servidor municipal for responsável por valores pertencentes à Fazenda Municipal ou que se acharem sob a guarda deste, onde se apure alcance ou omissão em efetuar as entradas no devido prazo, cabe ao Chefe do Poder Executivo, Presidente da Câmara ou dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta, ordenar fundamentadamente por escrito, o afastamento preventivo.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo, Presidente da Câmara ou dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta comunicará o fato imediatamente a autoridade judiciária competente e providenciará no sentido de ser realizado com urgência o processo de tomada de contas.

Art. 177. O funcionário público terá direito:

I - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado punição ou se esta limitar às penas de advertência, suspensão ou multa;
II - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem do período de afastamento e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

CAPÍTULO V**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 178. O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será instaurado através de Portaria, sendo conduzido por uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo único. O processo disciplinar inicia-se com a publicação do ato que constituiu a comissão, indicando as irregularidades a serem apontadas, os dispositivos legais infringidos e a punição a ser aplicada, se comprovada a irregularidade, bem como os elementos necessários à elucidação dos fatos, assegurando-se a ampla defesa do servidor.

Art. 179. O processo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que a determinou;

II - citação

III - instrução;

IV - defesa;

V - relatório;

VI - julgamento.

Art. 180. O presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, após nomear o secretário, determinará a autuação da Portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa inicial e indicar provas e rol de testemunhas, até o máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 181. Os termos serão lavrados pelo secretário da comissão e terão forma processual e resumida.

§ 1º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o secretário da comissão rubricar todas as folhas.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas.

§ 3º Todos os atos, documentos e termos do processo serão extraídos em 02 (duas) vias ou produzidos em cópias, formando autos suplementares.

Art. 182. Aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar o Código de Processo Penal.

Seção I

Da Citação

Art. 183. A citação do acusado será feita pessoalmente ou por edital.

Art. 184. A citação pessoal será feita, preferencialmente, pelo secretário da comissão, apresentando ao destinatário o instrumento correspondente em duas vias, o qual conterá a descrição resumida da imputação, o local de reuniões da comissão, com a assinatura do presidente, e o prazo para a defesa.

Parágrafo único. Recusando-se o acusado a receber a citação, deverá o fato ser certificado à vista de 02 (duas) testemunhas.

Art. 185. Quando o acusado encontrar-se em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.

Parágrafo único. O edital será publicado, por uma vez, no Diário Oficial dos Municípios e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, onde houver.

Art. 186. O comparecimento voluntário do acusado perante a Comissão supre a citação.

Seção II

Da Instrução

Art. 187. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização de meios e recursos admitidos em direito.

Art. 188. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 189. Na fase da instrução a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º A designação dos peritos recairá em servidores com capacidade técnica especializada, e, na falta deles, em pessoas estranhas ao serviço público municipal, assegurada ao acusado a faculdade de formular quesitos.

§ 2º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 190. A defesa do acusado será promovida por advogado por ele constituído ou por defensor público ou dativo, podendo este arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º Caso o defensor do acusado, regularmente intimado, não compareça ao ato, sem justificativa prévia, o presidente da comissão designará defensor, ainda que somente para o ato.

§ 2º Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação do acusado ou de seu defensor.

Art. 191. Em qualquer fase de qualquer dos procedimentos disciplinares, até a apresentação da defesa final, poderão ser juntados documentos.

Art. 192. As testemunhas serão intimadas através de ato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente delas, ser anexada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor, a intimação poderá ser feita mediante requisição ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a audiência.

§ 2º Os mandados serão expedidos com, pelo menos, 02 (dois) dias úteis de antecedência à data da inquirição, se servidor, e, 05 (cinco) dias, se particular.

§ 3º Se as testemunhas arroladas pela defesa não forem encontradas e o acusado, intimado para tanto, não fizer a substituição dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.

Art. 193. O servidor que estiver em gozo de férias ou licença prêmio poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, sendo-lhe assegurada a compensação do respectivo dia.

Art. 194. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, devendo o presidente da Comissão adverti-las das penas cominadas em caso de falso testemunho.

§ 2º Antes de depor, a testemunha será qualificada e prestará compromisso legal.

§ 3º Não se deferirá o compromisso legal de que trata o § 2º:

I - aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos;

II - em caso de amizade íntima ou inimizade capital ou parentesco com o acusado ou denunciante, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Art. 195. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo nas hipóteses prevista em lei.

Art. 196. Antes de iniciado o depoimento, o advogado poderá contraditar a testemunha ou argüir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fé.

Parágrafo único. O presidente da Comissão fará consignar em ata a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos no inciso II do § 3º do art. 194.

Art. 197. O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela e pelos presentes ao ato.

Parágrafo único. Na hipótese de a testemunha não souber ou puder assinar o termo, o presidente, depois de ler o documento em voz alta, pedirá a um terceiro que o faça por ela.

Art. 198. Se o presidente verificar que a presença do indiciado, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

Art. 199. Concluída a inquirição de testemunhas, a Comissão promoverá a intimação do acusado para o seu interrogatório.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, podendo ser promovida acareação, sempre que divergirem em suas declarações.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquirilas, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 200. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão, de ofício ou a pedido da defesa, proporá à autoridade competente que ele seja submetido à avaliação pela junta médica oficial, com a participação de pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, ficando este sobrestado até a apresentação do laudo, sem prejuízo da realização de diligências imprescindíveis.

Art. 201. O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o local onde será encontrado.

Art. 202. Compete à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o acusado durante o curso do processo, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.

Art. 203. O prazo para conclusão da instrução não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato de instauração do processo.

Seção III

Da Defesa

Art. 204. Ultimada a instrução, intimar-se-á o acusado, através de

seu defensor, para apresentar defesa final no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se vista do processo.

Parágrafo único. Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

Art. 205. Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

Seção IV

Do Relatório

Art. 206. Apreciada a defesa final, a Comissão elaborará relatório minucioso, no prazo de 30 (trinta) dias, no qual:

I - resumirá as peças principais dos autos;

II - mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

III - concluirá pela inocência ou responsabilidade do servidor;

IV - indicará o dispositivo legal transgredido.

§ 1º A comissão apreciará, separadamente, as irregularidades que forem imputadas a cada acusado.

§ 2º A comissão deverá sugerir providências para evitar reprodução de fatos semelhantes aos que originaram o processo e quaisquer outras que lhe pareçam de interesse público.

Art. 207. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, para julgamento.

Art. 208. É causa de nulidade do processo disciplinar:

I - incompetência da autoridade que o instaurou;

II - suspeição e impedimento dos membros da comissão;

III - a falta dos seguintes termos ou atos:

a) citação, intimação ou notificação, na forma desta lei;

b) prazos para a defesa;

c) recusa injustificada de promover a realização de perícias ou quaisquer outras diligências imprescindíveis a apuração da verdade;

IV - inobservância de formalidade essencial a termos ou atos processuais.

Parágrafo único. Nenhuma nulidade será declarada se não resultar prejuízo para a defesa, por irregularidade que não comprometa a apuração da verdade e em favor de quem lhe tenha dado causa.

Seção V

Do Julgamento

Art. 209. No prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

Art. 210. A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 211. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, devendo outro ser instaurado.

Art. 212. Extinta a punibilidade, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 213. Quando a infração estiver capitulada como crime, os autos suplementares do processo disciplinar serão remetidos ao Ministério Público.

Art. 214. O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Seção VI

Da Revisão Do Processo

Art. 215. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso da incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo seu curador.

Art. 216. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 217. A alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão.

Art. 218. O pedido de revisão será dirigido ao Chefe de Poder ou aos Dirigentes superiores das Fundações que, se autorizá-la, o encaminhará ao dirigente do órgão de onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Recebida a petição, o dirigente do órgão providenciará a constituição de comissão revisora, seguindo o mesmo procedimento da constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 219. Os autos da revisão serão apensados aos do processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora

para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 220. A comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 221. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora as normas relativas ao processo administrativo disciplinar.

Art. 222. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 223. Julgada procedente a revisão, inocentado o servidor, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os seus direitos, exceto em relação à demissão de cargo de provimento em comissão que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

TÍTULO VI

DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 224. O plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social e que atendam as seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;

II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;

III - assistência à saúde.

Art. 225. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;
- b) auxílio natalidade;
- c) salário família;
- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e à paternidade;
- f) licença especial à gestante;
- g) licença por acidente em serviço;
- h) assistência à saúde;
- i) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio reclusão;
- d) assistência à saúde.

Art. 226. O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude,

dolo ou má fé, implicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação disciplinar e penal cabível.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

Seção I

Da Aposentadoria

Art. 227. O servidor efetivo será aposentado de acordo com o que dispuser a Lei do Regime Geral de Previdência.

Seção II

Do Auxílio-Natalidade

Art. 228. O auxílio natalidade será devido à servidora por ocasião do nascimento de filho ou adoção e corresponderá ao valor do piso mínimo municipal.

§ 1º Tratando-se de parto múltiplo, serão devidos tantos auxílios-natalidade quantos os filhos nascidos.

§ 2º Quando o pai e mãe forem servidores, o benefício será pago uma única vez e para a mãe.

§ 3º O auxílio-natalidade deverá ser requerido no prazo de 90 (noventa) dias que se seguirem à data de nascimento ou adoção, devendo ser instruído com a certidão de nascimento do menor.

§ 4º Não sendo a parturiente servidora pública, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro na condição de servidor.

§ 5º Na hipótese da servidora falecer durante o parto, os herdeiros habilitados junto à previdência receberam o auxílio-natalidade.

§ 6º O auxílio-natalidade será pago, ainda, em caso de natimorto.

Seção III

Do Salário Família

Art. 229. O salário família é devido ao servidor ativo ou inativo, cuja remuneração seja igual ou inferior ao limite estabelecido no artigo 13 da Emenda Constitucional nº 20/98.

Art. 230. Será devido o salário-família, mensalmente, ao servidor ativo que receba remuneração igual ou inferior ao estipulado para este benefício pelo Regime Geral de Previdência, na proporção do número de filhos de até 14 (quatorze) anos ou inválidos.

Parágrafo único. Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais ambos terão direito ao salário-família.

Seção IV

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 231. A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida ao servidor, impossibilitado de exercer suas atividades profissionais por motivo de doença, através de requerimento mediante atestado médico:

I - Com até 15 (quinze) dias encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos;

II - Igual ou superior a 16 (dezesesseis) dias diretamente ao INSS.

Parágrafo único. Todos os atestados médicos deverão obrigatoriamente ser apresentados ao Departamento de Recursos Humanos num prazo de no máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Seção V

Da Licença à Gestante, Adotante e Paternidade

Art. 232. Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 233. A licença à servidora gestante poderá ter início a partir do oitavo mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

Parágrafo único. No caso de natimorto ou aborto, dar-se-á licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico, devendo obrigatoriamente ser submetida à avaliação médica.

Art. 234. A servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido o benefício pelos seguintes períodos:

I - 120 (cento e vinte) dias para criança até 1 (um) ano de idade;

II - 60 (sessenta) dias para criança de 1 (um) a 4 (quatro) anos de idade; e.

III - 30 (trinta) dias para criança de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade;

Art. 235. A licença paternidade será de 15 (quinze) dias úteis a contar do nascimento ou da adoção do filho, mediante comprovação.

Parágrafo único - O servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com até um ano de idade terá direito à licença remunerada de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da guarda judicial ou da adoção definitiva.

Seção VI

Da Licença Especial à Gestante

Art. 236. Será concedida licença especial à servidora gestante, pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, desde que requeira a prorrogação da licença-maternidade, no período da licença à gestação.

§ 1º A licença especial de que trata o caput terá início no dia seguinte ao término da licença à gestante de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º A licença especial será paga integralmente pela entidade a qual a servidora é vinculada.

Art. 237. A servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput, a beneficiária perderá o direito à prorrogação.

Seção VII

Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 238. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 239. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
- II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 240. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento recomendado pela Inspeção Médica Previdenciária constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 241. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Seção VIII

Do Auxílio Funeral

Art. 242. O auxílio funeral será devido à família do servidor falecido na atividade ou do aposentado, correspondente a 03 (três) vezes o valor do piso mínimo municipal.

§ 1º O auxílio funeral será pago em parcela única, no prazo de até 3 (três) dias a partir do requerimento, por procedimento sumaríssimo, aos herdeiros habilitados junto à previdência, não existindo herdeiros necessários, na forma da ordem da vocação hereditária, mediante comprovação de pagamento dos custos funerários.

§ 2º Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado observado o caput deste artigo.

§ 3º Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão a conta de recursos oficiais.

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 243. A assistência à saúde do servidor, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, ou ainda, poderão ser asseguradas mediante contratos ou convênios firmado com outras instituições, cuja adesão do servidor será facultativa, nos termos da legislação específica.

§ 1º Para os fins do disposto, ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares.

§ 2º A parte de contribuição do servidor às entidades oficiais de assistência à saúde, será compatível com os planos oferecidos e disponíveis, observada a manifestação de interesse do servidor.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 244. Os prazos fixados neste Estatuto ou na legislação pertinente ao Regime Jurídico dos servidores serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia útil de

expediente normal da repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 245. São isentos de taxas, emolumentos, custas os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nesta qualidade.

Art. 246. O não preenchimento de vagas, através da realização de Concurso Público, poderá implicar na contratação por tempo determinado, na forma da Lei.

Art. 247. A inspeção médica, quando exigida por esta Lei será disciplinada por ato específico de cada Poder, que deverá definir os casos de validade de atestados médicos particulares.

Art. 248. Para todos os efeitos previstos nesta Lei, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por junta médica.

Parágrafo único. Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade, o chefe dos Poderes Executivo e Legislativo e das Fundações instituídas e mantidas pelo Município, poderão designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município.

Art. 249. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta lei, na qualidade de servidores públicos, todos os servidores do Município, e das Fundações por ele instituídas e mantidas.

Art. 250. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios, em cada exercício.

Art. 251. O dia do servidor público municipal será comemorado no dia 28 de outubro de cada ano.

Art. 252. O Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, no que couber.

Art. 253. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 254. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 01/2001 de 01 de março de 2001.

Atalanta, 01 de dezembro de 2011

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2011

ÍNDICE DO ESTATUTO	Páginas
Das Disposições Preliminares	01
Do Provimento	02
Do concurso	03
Da nomeação, da posse e do exercício	05
Da lotação	06
Do estágio probatório e da finalidade	07
Do instrumento e dos prazos da avaliação de desempenho para servidores em Estágio Probatório	09
Da comissão de avaliação de desempenho em Estágio Probatório e das competências	10
Da estabilidade	11
Da reintegração	12
Da recondução	12
Da reversão	12
Da reabilitação ocupacional	13
Da readaptação	14

Da readaptação	15
Da vacância, das formas de vacância	16
Da exoneração	16
Da demissão	17
Da remoção	17
Da redistribuição	19
Da disponibilidade	19
Do aproveitamento	20
Da substituição	20
Da jornada de trabalho	21
Do controle da jornada de trabalho	22
Do quadro de horários	23
Do vencimento e da Remuneração	23
Das vantagens	26
Das indenizações	27
Das diárias e adiantamentos	27
Da indenização de transporte	28
Dos auxílios pecuniários	29
Do auxílio escolar	29
Do auxílio alimentação	32
Das gratificações	33
Da gratificação natalina	34
Da gratificação especial	35
Da gratificação de instrução de programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional	35
Da gratificação para participação em comissão de processo administrativo de sindicância	35
Da gratificação para participação em comissão de processo administrativo disciplinar	36
Dos adicionais	36
Do adicional de férias	37
Do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas	37
Do adicional pela prestação de serviço extraordinário	38
Do adicional pelo trabalho noturno	39
Do adicional de tempo de serviço	40
Do prêmio especial	40
Das férias	40
Das licenças	42
Da licença para o serviço militar	43
Da licença para atividade política	43
Da licença para desempenho de mandato eletivo	44
Da licença para desempenho de mandato classista	44
Da licença para tratar de assuntos particulares	45
Da licença prêmio	46
Da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro(a)	47
Da licença por motivo em doença de pessoa da família	48
Da cessão	48
Das concessões - das disposições gerais	49
Das concessões para estudo	49
Cursos de graduação e pós-graduação em especialização	50
Cursos de pós-graduação em mestrado e doutorado	51
Do tempo de serviço	53
Do direito de petição	54
Dos deveres	55
Das proibições	56
Da acumulação	58
Das responsabilidades	59
Das penalidades	60
Da advertência	62
Da suspensão	63
Da demissão	64
Da prescrição disciplinar	66
Da apuração da responsabilidade - das disposições gerais	67

Da comissão de sindicância	68
Da comissão de processo administrativo disciplinar	68
Da sindicância	69
Do afastamento preventivo	70
Do processo administrativo disciplinar	71
Da citação	72
Da instrução	72
Da defesa	75
Do relatório	76
Do julgamento	77
Da revisão do processo	78
Da Seguridade Social - disposições gerais	79
Dos benefícios, da aposentadoria	80
Do auxílio natalidade	80
Do salário família	81
Da licença para tratamento de saúde	81
Da licença à gestante, adotante e paternidade	81
Da licença especial à gestante	82
Da licença por acidente em serviço	82
Do auxílio funeral	83
Da assistência à saúde	84
Das disposições gerais, transitórias e finais	84

Biguaçu

PREFEITURA

Pregão (PRESENCIAL) 271/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 271/2011- PMB

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de horas máquinas, caminhões e equipamentos para uso das secretarias municipais de obras e infraestrutura e agricultura, durante o ano de 2012.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 14:00 horas, do dia 21 dezembro, 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 21 dezembro, 2011, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 5 de dezembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 065/2011

DECRETO 065/2011

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal em Exercício Nildo Melmestet, no uso de suas atribuições legais, etc

DECRETA:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a servidora:

Denise Schüssler Werter - matrícula nº 129601.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, os servidores:

Juliana do Nascimento - matrícula nº 148001 - Secretária
Elisabeth Hoeltgebaum - matrícula nº 102401 - Membro
Silvânia Rohling Goede - matrícula nº 118801 - Membro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto 031/2011 de 10.08.2011.

Braço do Trombudo, em 06 de dezembro de 2011.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Decreto 066/2011

DECRETO 066/2011

Constitui Comissão Permanente de Julgamento de Licitação.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores Denise Schüssler Werter, Juliana do Nascimento, Cristiano Hadlich, Silvânia Rohling Goede e Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz para sob a Presidência da primeira, constituírem a Comissão Permanente para Julgamento de Licitações e Análise de Registro de Fornecedores, Regulamentada no Art. 8º do Decreto 0059/93, de 19.10.93.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 032/2011 de 10.08.2011.

Braço do Trombudo, em 06 de dezembro de 2011.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA

Lei Nº 2.864

L E I Nº 2.864, de 23 de novembro de 2011.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na forma abaixo:

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

SOMA R\$ 1.000.000,00

TOTAL R\$ 1.000.000,00

(um milhão de reais).

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária realizada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, abaixo discriminada, na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

SOMA R\$ 1.000.000,00

TOTAL R\$ 1.000.000,00

(um milhão de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Decreto n 5.083

DECRETO nº 5.083, de 30 de novembro de 2011.

Nomeia Fiscal da obra de construção da Ponte do Trabalhador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,



D E C R E T A :

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Corolina Freut de Lima, ocupante do cargo carreira de Engenheira Civil, como Fiscal da obra de construção da "Ponte do Trabalhador", objeto do Edital - Tomada de Preço nº 01, datado de 20/10/2011, Contrato nº 139, datado de 30/11/2011, com recursos provenientes do Ministério do Turismo e Município de Caçador,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Contrato 141-2011 PREFEITURA

Contrato nº 141/2011 - 2º aditamento ao contrato administrativo 10-2011 prorrogação do prazo de execução por 90 dias para contratação de empresa para construção de coberturas das quadras esportivas das escolas da rede Municipal de Ensino Alto Bonito e Esperança. Referente ao processo licitatório nº 145/2010 TP nº 13/2010. Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA sob nº 73.461.196/0001-95. Prazo: 29/02/2012. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

Contrato 142-2011 PREFEITURA

Contrato nº 142/2011 - 1º aditamento ao contrato administrativo 14-2011 acréscimo nas quantidades inicialmente contratadas no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) na contratação de jornais (credenciamento de Jornais) para veiculação de publicidade governamental. Referente ao processo licitatório nº 24/2011 IL nº 03/2011. Contratado: REFERÊNCIA EDITORA JORNALÍSTICA LTDA sob nº 04.736.389/0001-99. O valor acrescido nas quantidades anteriores contratadas, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) ao preço total do Contrato Principal é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), totalizando o acréscimo na quantia de 500 unidades de publicações, estando o percentual de acordo com o estabelecido no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

Contrato 60-2011 SAÚDE

Contrato 60/2011 FMS - acréscimo em 25% nas quantidades do contrato nº 112/10 para contratação de laboratórios clínicos, referente ao processo licitatório nº 16/2010, IL 06/2010. Contratado: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA. Valor: R\$ 14.062,50.

Contrato 61-2011 SAÚDE

Contrato 61/2011 FMS - acréscimo em 20% nas quantidades do contrato nº 51/11 para aquisição de mais um veículo motor no mínimo 1.4 Hatch, referente ao processo licitatório nº 50/2011, PR 37/2011. Contratado: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA. Valor: R\$ 31.900,00.

Compras Mes Novembro 2011 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 1/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
1000 MEDIC DISTRIB. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	3564	8.000,000	0,4639	3.711,20
A. G. KIENEN E CIA LTDA	OMEPRAZOL 20 MG	3554	120.000,000	0,0355	4.260,00
ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SERV COMPRESSOR AR CONDICI	3474	1,000	120,0000	120,00
ADEMIR ARIGONI	CURSO DE POLIMENTO AUTOMOTIVO	3374	1,000	700,0000	700,00
ADRIANA RIBAS	SESSÕES DE PSICOTERAPIAS	3323	10,000	85,0000	850,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM	3341	424,000	0,9600	407,04
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ÁLCOOL COMUM 90%, FRASCO DE 1LT.	3341	400,000	3,2400	1.296,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	ALCOOL GEL 1 LITRO	3341	150,000	3,9400	591,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	AMACIANTE DE ROUPAS, EMBALAGEM DE 2 LITROS.	3341	20,000	2,4000	48,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA	3341	300,000	1,9500	585,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Detergente com amoníaco para limpeza pesada, com alto poder	3341	150,000	6,8800	1.032,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Detergente de louça neutro com odor suave e agradável	3341	400,000	0,7500	300,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML.	3341	100,000	1,0800	108,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	LUSTRA MOVEIS FRASCO COM 200ML	3341	20,000	1,5800	31,60
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	MULTI USO C/ PH CONCENTRADO/ODOR SUAVE/AGRADÁVEL.	3341	125,000	1,5600	195,00
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA	Sabonete liquido cremoso embalagem de 500ml	3341	200,000	3,6000	720,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Bolsa de algodão alvejada lisa, medindo no mínimo 0,70 x 0,8	3342	400,000	2,9700	1.188,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Café tipo exportação, embalado a vácuo, torrado e moído, ext	3342	300,000	5,1800	1.554,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Copo descartável, 50 ml, pacote com 100 unidades	3342	300,000	0,7400	222,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESCOVA PLÁSTICA DE ROUPA	3342	60,000	0,8800	52,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO.	3342	100,000	3,9900	399,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM CO 500 GR. COM BRANQUEADOR ÓPTICO E C	3342	300,000	1,6600	498,00
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ANEL DE SILICONE-EQUIP.-VITALE	3399	1,000	84,6161	84,62
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ANEL ORING	3399	3,000	4,9359	14,81
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	JUNTA DO ENGATE- EQUIP- KAVO	3399	1,000	4,5834	4,58
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	LAMPADA 12V/75W	3399	1,000	68,7506	68,75
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA PU 3,9 MM	3399	1,000	3,5257	3,53
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANGUEIRA SILICONADA P/ SUGADOR	3399	3,000	28,2054	84,62
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MANOMETRO- EQUIP.-VITALE	3399	1,000	91,6674	91,67
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPA	3401	1,000	3.084,9616	3.084,96
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	MOLA FIXADORA PARA CONTRA ÂNGULO	3399	1,000	21,1540	21,15
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PALHETA PARA MICRO MOTOR- EQUIP DABIATLANTE	3399	5,000	15,8655	79,33
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PINO DE SEGURANÇA- EQUIP.-VITALE	3399	1,000	24,6797	24,68
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	PROTETOR DA REFLETOR- EQUIP- GNATUS	3399	1,000	21,1540	21,15
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	RESERVATORIO PET	3399	1,000	6,1699	6,17
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO- EQUIP. DABIATLANTE	3399	2,000	70,5134	141,03
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	ROLAMENTO PARA TURBINA- EQUIP.DABIATLANTE	3399	16,000	70,5134	1.128,21
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	SELO DE SEGURANÇA-EQUIP.-VITALE	3399	2,000	29,0868	58,17
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	TERMOSTATO-EQUIP.-VITALE	3399	1,000	70,5134	70,51
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DE SPRAY- EQUIP- DABIATLANTE	3399	1,000	66,9877	66,99
ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA	VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. DABIATLANTE	3399	1,000	61,6992	61,70
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3346	2.000,000	2,2000	4.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 2/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3590	5.120,000	2,2000	11.264,00
AUTO ELITE LTDA.	MANUTENÇÃO MHE 4856 GOL FLEX 2010	3526	6.840,000	1,0000	6.840,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	RADIADOR	3325	1,000	45,5000	45,50
AUTO MECANICA GERAL LTDA	Veículo 1.4 Hach, 04 (quatro) portas, fabricação nacional,		2,000	31.900,0000	63.800,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	Veículo 1.4 Hach, 04 (quatro) portas, fabricação nacional,	3495	1,000	31.900,0000	31.900,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	Veículo 1.4 Hach, 04 (quatro) portas, fabricação nacional,	3568	4,000	31.900,0000	127.600,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	3470	358,000	2,8000	1.002,40
BELLENZIER PNEUS LTDA	Pneu 90 x 90 x 18 M/CT 51 P (MOTO) TRASEIRO	3410	2,000	93,0000	186,00
BH FARMA COMERCIO LTDA	TOPIRAMATO 50 MG	3457	2.000,000	0,4100	820,00
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO VAN	3502	2.536,000	1,7300	4.387,28
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANPORTE TFD COM VEÍCULO VAN	3503	2.536,000	1,7300	4.387,28
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	3502	13.343,000	2,9900	39.895,57
C. SCHUMACHER & CIA LTDA ME	TRANSPORTE TFD VEÍCULO ÔNIBUS	3503	13.343,000	2,9900	39.895,57
CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS L	DIETA ENTERAL EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA	3338	20,000	33,4800	669,60
CASA DA DIETA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS L	DIETA LÍQUIDA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 100% PROTEÍNA	3338	80,000	14,0900	1.127,20
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ADESIVO PVC 17 G	3422	1,000	1,9000	1,90
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CURVA DE PVC DE 25MM	3422	4,000	0,7100	2,84
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ENGATE FLEXIVEL	3422	1,000	1,9200	1,92
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	VEDA ROSCA	3422	1,000	2,4500	2,45
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação do CIEE/SC	3316	3,000	759,0000	2.277,00
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	Contratação do CIEE/SC	3552	5,000	759,0000	3.795,00
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	SERVIÇOS DIVERSOS	3291	1,000	954,0000	954,00
CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE/SC	SERVIÇOS DIVERSOS	3320	1,000	35,0000	35,00
CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	TIORIDAZINA 25 MG	3456	1.500,000	0,2200	330,00
CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	TIORIDAZINA 50 MG	3456	2.000,000	0,3100	620,00
CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	CAPTAPRIL 25MG	3522	250.000,000	0,0098	2.450,00
CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	ENALAPRIL 20 mg	3522	100.000,000	0,0180	1.800,00
CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	3522	150.000,000	0,0087	1.305,00
CIRURGICA JAW COM MAT MED HOSPITALAR LT	TEOFILINA 100MG	3327	8.000,000	0,3300	2.640,00
CIRÚRGICA MAFRA LTDA	Dieta	3337	10,000	109,0000	1.090,00
CIRÚRGICA MAFRA LTDA	NUTRIÇÃO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS, HIPERPROTÉICA	3337	40,000	18,3300	733,20
CLINICA MEDICA DR. NORTON LTDA	CONTRATAÇÃO DO DR. NORTON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH	3490	71,000	75,0000	5.325,00
COLOMBO ACRILICOS LTDA	CAIXA EM POLICABONATO	3293	30,000	55,0000	1.650,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA HP 1120 (36A) - COM GARANTIA	3416	25,000	12,9000	322,50
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA HP 1320 (49A) - COM GARANTIA	3416	3,000	29,9000	89,70
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA HP M 11130 (CE 285A)	3416	4,000	12,9000	51,60
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA TONER SANSUNG SCX-D5530B - COM GARANTIA	3416	3,000	54,0000	162,00
COLUSSI & CIA LTDA	Ambulância de simples remoção, tipo furgão, 0 km, potência m	3574	0,733	120.000,0000	88.000,00
COLUSSI & CIA LTDA	Ambulância de simples remoção, tipo furgão, 0 km, potência m	3576	0,267	120.000,0000	32.000,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	Veículo para 07 (sete) lugares, fabricação nacional, 0 (zero		1,380	34.779,0500	47.995,09
COLUSSI & COLUSSI LTDA	Veículo para 07 (sete) lugares, fabricação nacional, 0 (zero	3577	1,000	53.450,0000	53.450,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	Veículo para 07 (sete) lugares, fabricação nacional, 0 (zero	3578	1,000	53.450,0000	53.450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL CANDIMEDICA MED. HUMANOS LTDA	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. 400/80 MG	3556	12.000,000	0,0428	513,60
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CINARIZINA 75 MG		30.000,000	0,0305	915,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DOXAZOSINA 2 MG	3525	9.000,000	0,0840	756,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	BALA DIVERSOS SABORES	3459	20,000	10,0000	200,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	BALÃO Nº 07, DIVERSAS CORES, PACOTEM COM 50 UNIDADE S	3459	52,000	3,0000	156,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	BALAO SAO ROQUE VERMELHO	3589	15,000	5,1000	76,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - ME	PIRULITO	3459	300,000	0,8900	267,00
CONDOMINIO EDIFICIO ITORORO	ALUGUEL	3351	1,000	161,0000	161,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	3419	16,000	7,0000	112,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	3471	2,000	7,0000	14,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	3472	17,000	7,0000	119,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	3473	9,000	7,0000	63,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	AGUA MINERAL RECIPIENTE 20 LITROS	3591	1,000	7,0000	7,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP 13 KG	3419	1,000	40,0000	40,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP 13 KG	3471	1,000	40,0000	40,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP 13 KG	3472	1,000	40,0000	40,00
COZIGAS COM. E TRANSP. DE GASES LTDA	GÁS GLP 13 KG	3591	1,000	40,0000	40,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmiteix, número 09, compostas de no	3400	114,000	8,1700	931,38
CRETA - CENTRO DE REC DE TOXICÔMANOS E ALC	TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA	3324	26,000	26,1230	679,20
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	CITALOPRAM 20 MG	3561	8.000,000	0,0830	664,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	CLORPROMAZINA SOL. ORAL 40 MG/ML	3567	25,000	3,0300	75,75
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	HALOPERIDOL, DECANOATO 70,52 mg/ml	3408	100,000	1,8700	187,00
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	LEVOMEPRAMAZINA 25 MG	3380	11.000,000	0,0700	770,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	CLONAZEPAN 2 MG	3454	7.000,000	0,0250	175,00
DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.	NEOMICINA+BACITRACINA CREME	3328	450,000	0,5800	261,00
DR. NELSON DALLAGNOL DE SOUZA	PERICIA MÉDICA	3494	1,000	300,0000	300,00
DUPATRI HOSPITALAR COM., IMP. EXP. LTDA FILIAL	Vitamina A+D gotas 50000/10000 UI/ml	3349	100,000	3,1800	318,00
EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA	IMPRESSÃO COLORIDA	3405	4.000,000	1,5000	6.000,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	Cartão de saúde - laboratório, papel cartolina branco	3479	1.000,000	0,0320	32,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PACOTE DE PAPEL MONOLÚCIDO- 25/18	3448	50,633	39,5000	2.000,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PACOTE DE PAPEL MONOLÚCIDO- 25/18	3466	20,836	39,5000	823,02
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PACOTE DE PAPEL MONOLÚCIDO- 25/18	3501	24,937	39,5000	985,01
ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LT	DIETA PARA PACIENTES COM CÂNCER, CALORICAMENTE DENSE	3336	30,000	36,0000	1.080,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE	3489	2,778	10,8000	30,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	SERVIÇO DE MÍDIA PARA CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE OUTDOOR	3489	2,000	450,0000	900,00
EVALDO MARTINS SCHULZE-ME	VEICULAÇÃO DE OUTDOO NO PERÍODO DE 15 DIAS, INCLUSO	3489	1,000	200,0000	200,00
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP (21) C9351A - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	30,9900	92,97
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP (22) C9352A - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	40,4400	121,32
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP COLOR (17) 14MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	71,5300	214,59
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP COLOR (28) 11MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	52,5400	157,62
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP COLOR (57) 22,8MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	76,5600	229,68
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP PRETO (20) 14MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	71,1800	213,54

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 4/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EVANDRO MARCOS FERREIRA	CARTUCHO HP PRETO (29) 20MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3415	3,000	74,7500	224,25
FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	APTAMIL 1	3356	139,000	17,9900	2.500,61
FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA	APTAMIL 2	3356	96,000	16,5000	1.584,00
FETEC - FUNDACAO EMPRES. TECNOL.CACADOR	PAGAMENTO DE CONDOMINIO	3322	1,000	580,0000	580,00
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo	3420	10,900	1,0900	11,88
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Banana Caturra - Características: tamanho médio em processo	3465	11,500	1,0900	12,54
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	3420	14,866	2,9000	43,11
FRUTOLANDIA CENTRAL LTDA - ME	Maça tipo fugi	3465	10,063	2,9000	29,18
FUNERARIA NOIVA DO MAR LTDA	TRANSPORTE FUNERÁRIO	3379	200,000	0,4500	90,00
GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	LEVOTIROXINA 50MCG	3381	20.010,000	0,0739	1.478,74
GOMES E GOMES S/S LTDA	COLONOSCOPIA		11,000	200,0000	2.200,00
GOMES E GOMES S/S LTDA	COLONOSCOPIA	3504	11,000	200,0000	2.200,00
GRAMS & GRAMS LTDA	Insulina Glargina 100 UI/ml (refil com 3ml)		45,000	77,8000	3.501,00
IMETRO / SC	SERVIÇOS DIVERSOS	3406	1,000	3.149,5000	3.149,50
INDUSTRIA DE MOVEIS NDN LTDA	Balcão frontal para embutir um computador, gavetas e portas	3545	1,000	3.600,0000	3.600,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO C/ 5KG.	3339	60,000	10,9000	654,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO C/ 5KG.	3584	26,000	10,9000	283,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Copo descartável, 200 ml, tira com 100 unidades, produzido c	3339	350,000	1,6900	591,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Papel higiênico extra macio, branco, rolo de 30 metros, não	3339	35,000	15,4900	542,15
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PAPEL TOALHA, FOLHAS	3339	400,000	4,7000	1.880,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADO/PRETO/50LT/PCT/10UN.	3339	350,000	0,8600	301,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO REFORÇADOD/ PRETO/ 100 LITROS/PTE/5UN.	3339	350,000	0,8600	301,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE	Contratação do IEL/SC		13,000	700,6150	9.108,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IE	Contratação do IEL/SC		14,428	759,0000	10.950,85
JOAO GOMES SOARES	CONTRATAÇÃO DO DR. JOAO GOMES SOARES	3569	83,000	75,0000	6.225,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONJUNTO VENTILADOR AR	3464	1,000	48,0000	48,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA CONserto DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA	3354	1,000	280,0000	280,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MÃO DE OBRA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	3464	1,000	105,0000	105,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MÃO DE OBRA DIVERSAS		1,000	45,0000	45,00
JOAO TAVARES DA SILVA FILHO-ME	ELETROMA MOTOR BOMBA		1,000	48,0000	48,00
JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	CONTRATAÇÃO DO DR. JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	3491	34,000	75,0000	2.550,00
JULIO CESAR MANDELLI	OZONIO. MEURALTERAPIA, GLUCOSONIRA 1,5GRS,OMEGA3, MSM. BROME	3353	1,000	800,0000	800,00
KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME	CANECAS DE PORCELANAS	3582	180,000	1,9900	358,20
KATIUSCIA FEITEN SANTOS & CIA LTDA ME	CANECAS DE PORCELANAS	3583	180,000	1,9900	358,20
LAB. DE ANAL. CLI. MADALOZZO CAMATI LTDA	ANÁLISE DE ÁGUA	3382	2,000	65,0000	130,00
LENISE HEINZMANN	CONTRATAÇÃO DA DRA. LENISE HEINZMANN	3493	51,000	75,0000	3.825,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	BUDESONIDA 32MCG/DOSE NASAL	3553	300,000	8,3200	2.496,00
LICIMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LT	BUPROPIONA 150mg	3458	900,000	1,1000	990,00
LUIZ ANTONIO DOMINGOS DA SILVA - ME	MESA DE SINUCA COMPLETA	3451	1,000	1.500,0000	1.500,00
MAGAZINE LUIZA SA	SECADOR	3565	1,000	49,9900	49,99
MAGAZINE LUIZA SA	Televisor TV 42" LCD com conversor.	3585	1,000	1.433,0000	1.433,00
MAN-SUL CONFECÇOES LTDA - ME	Camiseta fio 30, branca, contendo logotipo do CAPS II tam G	3469	25,000	19,0000	475,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 5/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAN-SUL CONFECOES LTDA - ME	Camiseta fio 30, branca, contendo logotipo do CAPS II tam GG	3469	10,000	19,0000	190,00
MAN-SUL CONFECOES LTDA - ME	Camiseta fio 30, branca, contendo logotipo do CAPS II tam M	3469	17,000	17,0000	289,00
MAN-SUL CONFECOES LTDA - ME	Camiseta fio 30, branca, contendo logotipo do CAPS II tam P	3469	8,000	17,0000	136,00
MANUEL INÁCIO MANSUR FORTES	CONTRATAÇÃO DO DR. MANUEL INÁCIO MANSUR FORTES	3492	24,000	75,0000	1.800,00
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo ducato	3541	4,000	28,0000	112,00
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo médio (Sprint, Dublo, KOMBI)		3,000	26,0000	78,00
MARCELO GONCALVES	Lavagem completa de veículo médio (Sprint, Dublo, KOMBI)	3300	3,000	26,0000	78,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	CONFIGURAÇÃO DE RAMAL	3398	2,000	60,0000	120,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	CONCERTOS	3398	2,000	100,0000	200,00
MARCIA AP DA SILVA MATTOS - COMERCIANTE ME	MUDANÇA E INSTALAÇÃO DE RAMAL	3398	6,000	71,6666	430,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSP. ORAL	3560	1.000,000	0,9100	910,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 0,1%	3559	800,000	0,3600	288,00
MARCOFARMA DISTR. DE PROD. FARMACEUTICOS	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA. SUSP. ORAL (40mg/ml+8mg/ml)	3559	300,000	0,6500	195,00
MARCOS BULE DA COSTA	BALAO SAO ROQUE VERMELHO	3497	20,000	1,9900	39,80
MARCOS BULE DA COSTA	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO, COM ALÇA DE PLÁSTICO	3340	10,000	6,4400	64,40
MARCOS BULE DA COSTA	CAIXA DE ISOPOR 18 LITROS	3497	10,000	14,9900	149,90
MARCOS BULE DA COSTA	Cera líquida 750 ml, incolor para piso de madeira, alto bril	3340	195,000	2,1500	419,25
MARCOS BULE DA COSTA	Cha mate, caixa de 40gr. com 25 saquinhos cada	3340	300,000	1,4900	447,00
MARCOS BULE DA COSTA	Esponja de lã de aço, pacote com 8 unidades, 60 gr	3340	100,000	0,8900	89,00
MARCOS BULE DA COSTA	Esponja dupla face antibacterias, lado verde de fibra abrasi	3340	300,000	0,9900	297,00
MARCOS BULE DA COSTA	HASTES FLEXIVEIS CAIXA COM 75 UNIDADES	3340	50,000	0,9500	47,50
MARCOS BULE DA COSTA	Lixeira de plástico com tampa e pedal para abri-lá, capacidade	3340	10,000	27,9000	279,00
MARCOS BULE DA COSTA	Lixeiro de plástico reforçado com tampa e pedal	3340	10,000	13,8000	138,00
MARCOS BULE DA COSTA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO	3340	320,000	1,8400	588,80
MARCOS BULE DA COSTA	PLASTICO FREEZER KG	3497	5,000	3,9900	19,95
MARCOS BULE DA COSTA	PLASTICO FREEZER KG	3497	5,000	2,9900	14,95
MARCOS BULE DA COSTA	Rodo duplo de borracha com cabo	3340	50,000	2,8000	140,00
MARCOS BULE DA COSTA	SAPONÁCEO COM DETERGENTE, TAMPA ABRE E FECHA	3340	350,000	0,9800	343,00
MARCOS BULE DA COSTA	VASSOURA DE NYLON SEM CABO	3340	300,000	1,7900	537,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Filtro óleo para Corsa código PH 4722	3450	1,000	14,4079	14,41
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Filtro óleo para Fiesta código PH 5713	3449	1,000	14,4079	14,41
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Filtro óleo para Kombi código PH 5548	3393	1,000	14,4079	14,41
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a gasolina ou flex		3,500	14,4079	50,43
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo 15w40 para motor a gasolina ou flex	3450	3,500	14,4079	50,43
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA - ME	Óleo para moto a gasolina	3393	3,500	14,4079	50,43
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Fórmula de seguimento	3335	28,000	15,2000	425,60
MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LT	AMOXICILINA 500MG.	3551	25.000,000	0,0500	1.250,00
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	Soro Fisiológico 125 MI	3444	400,000	2,4300	972,00
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO 250 ML	3444	720,000	2,7000	1.944,00
METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO 500 ML	3444	500,000	3,2000	1.600,00
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	3409	5.000,000	0,0179	89,50
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	DILTIAZEM 60MG	3348	15.000,000	0,0689	1.033,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 6/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	NIMESULIDE 100 MG	3348	100.000,000	0,0213	2.130,00
NOÉ FERLIN	CONTRATAÇÃO DE TECNICO P/ CONFEÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA	3347	1,000	1.800,0000	1.800,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	DIETA SEMI- ALIMENTAR E HIPOALERGÊNICA, A BASE DE PROTEINA	3312	30,000	70,5000	2.115,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	Fórmula Infantil	3312	20,000	17,0000	340,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE, CONTENDO VITAMINAS	3312	20,000	19,0000	380,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	NUTRIÇÃO EM PÓ PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO, PARA USO	3312	30,000	38,0000	1.140,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	NUTRIÇÃO ORAL EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA	3312	40,000	26,3500	1.054,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	SUPLEMENTO LÍQUIDO PARA CRIANÇAS Á PARTIR DE 1 ANO	3312	40,000	12,0000	480,00
NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA	SUPLEMENTO ORAL LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA ONCOLOGIA	3312	40,000	26,0000	1.040,00
ORDENSUL - ORG.DENTARIA SUDOESTE LTDA	Frezas maxi-cut- 1508		2,000	75,0000	150,00
ORDENSUL - ORG.DENTARIA SUDOESTE LTDA	FREZOS MAX CUT Nº1571		2,000	75,0000	150,00
ORDENSUL - ORG.DENTARIA SUDOESTE LTDA	MOTOR DE SUSPENÇÃO MAX		1,000	298,0000	298,00
ORDENSUL - ORG.DENTARIA SUDOESTE LTDA	SERRINHA PARA CORTA GESSO		12,000	3,0000	36,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	CARTUCHO HP COLOR (49) 11MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3413	3,000	97,0000	291,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	ALBENDAZOL SUSP.ORAL 40 mg/ml	3566	500,000	0,4100	205,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	BROMOPRIDA GOTAS	3403	800,000	0,6900	552,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	LORATADINA 1 mg/ml XAROPE	3523	300,000	0,9200	276,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA	PROMETAZINA 25 MG	3455	2.500,000	0,0190	47,50
RADIO CACANJURE LTDA	Contratação de emissora de rádio com alcance em toda exte	3424	270,000	13,8800	3.747,60
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3292	5,000	125,0000	625,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3373	2,000	125,0000	250,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3521	2,000	125,0000	250,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3542	2,000	125,0000	250,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3543	3,000	125,0000	375,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3544	3,000	125,0000	375,00
RAFAEL JOSÉ ARIATTI ME	Locação de 01 (um) automóvel por diária	3570	2,000	125,0000	250,00
RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA-ME	PLACA TIPO BANDEIRA COM POSTE	3563	3,000	600,0000	1.800,00
RED POINT DECORACOES E PINTURAS LTDA-ME	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	3563	7,000	330,0000	2.310,00
SAWAIA & CIA LTDA	CAMISETA POLO MANGA CURTA	3417	20,000	32,6650	653,30
SCARDUA & CIA LTDA	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	3412	14,000	45,9900	643,86
SILVIO JOSÉ DRIESSEN - ME	SERVIÇO DE SOLDA	3476	1,000	350,0000	350,00
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	ACIDO VALPROICO 250/5ML XAROPE	3547	350,000	1,6700	584,50
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	FENITOINA 100 MG	3550	12.000,000	0,0533	639,60
SO DROGAS DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSP.	IBUPROFENO 300 MG	3550	12.000,000	0,0329	394,80
STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	Contratação de serviços médicos especializados NEUROCIRURGI		92,000	70,0000	6.440,00
TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME	CARTUCHO HP PRETO (15) 15MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3414	3,000	52,0000	156,00
TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME	CARTUCHO HP PRETO (27) 11MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3414	3,000	34,0000	102,00
TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME	CARTUCHO HP PRETO (56) 19MI - ORIGINAL COM GARANTIA	3414	3,000	34,0000	102,00
TONERTECH COM. DE MAQUINAS LTDA - ME	RECARGA HP 1020 (12A) - COM GARANTIA	3414	3,000	13,0000	39,00
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	AREIA MÉDIA.	3593	2,000	65,0000	130,00
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	CIMENTO 50 KG	3593	10,000	22,9000	229,00
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	FERRO CONSTR	3593	7,000	18,9900	132,93

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 7/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	FERRO VERGALHÃO 4.2 MM	3593	5,000	4,9900	24,95
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	PEDRA BRITA	3593	1,000	49,9000	49,90
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	PREGO 10X10	3593	1,000	12,5000	12,50
TREVO CASA & CONSTRUCAO LTDA - ME	TIJOLO 6 FUROS 9X17X18	3593	1.000,000	0,4500	450,00
UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS II E AD	3358	0,059	8.500,0000	501,50
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ESCADA DE ALUMINIO	3397	1,000	134,0500	134,05
VENTO NEGRO CIA DO TEATRO	CONTRATAÇÃO DE GRUPO DE TEATRO	3468	2,000	1.600,0000	3.200,00
VICINI PNEUS LTDA	PNEU 185 x 60 x 14	3540	4,000	172,9000	691,60
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT PA		89,000	75,0000	6.675,00
WYLER MARINHO ROBERT	CONTRATATAÇÃO DO DR. WYLER MARINHO ROBERT PA	3520	89,000	75,0000	6.675,00
Total Geral do Mês ---->					818.912,41

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 101, de 05 de Dezembro de 2011.**

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

Regulamenta o § 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SANTA CATARINA, no usando das suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige dos administradores públicos a correta aplicação dos recursos públicos, devendo esta ser tratada com austeridade, controle e, principalmente, em atendimento ao princípio da moralidade administrativa, cuja desobediência pode ensejar posteriores sanções civis e criminais contra o ordenador de despesas;

CONSIDERANDO o esforço desta Câmara Municipal na manutenção do equilíbrio financeiro das despesas com pessoal;

CONSIDERANDO que a realização de horas extras deve se dar em situações atípicas ou excepcionais;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal deve planejar o trabalho de sua unidade, contando com a carga horária normal de sua equipe;

CONSIDERANDO os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade,

RESOLVE:

Art. 1º Poderá haver convocação de servidor público da Câmara Municipal de Caçador para prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho para atender a situações excepcionais de trabalho, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, em seu art. 65.

§ 1º Considera-se regime extraordinário de trabalho, para fins desta Resolução, aquele realizado em período que exceda a jornada diária regular do cargo ou função ou em finais de semana e feriados.

§ 2º O trabalho em regime de horas extras deverá ser sempre eventual e nunca habitual e respeitará o limite de 40 (quarenta) horas mensais.

§ 3º A jornada diária de trabalho, somada às horas de trabalho extraordinário, não poderá exceder a 10 (dez) horas.

Art. 2º No caso de necessidade de execução de horas extraordinárias, a Presidência ou a Direção Geral, deverá, previamente, justificar e planejar o tempo de duração da situação atípica ou excepcional, mediante preenchimento do Formulário de Requisição de Trabalho Extraordinário (Anexo I).

§ 1º A justificativa e planejamento de execução de horas extras deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - finalidade pública;

II - razoabilidade;

III - proporcionalidade.

§ 2º Fica proibida a compensação de horas extras e Banco de

Horas sem as formalidades previstas nesta Resolução.

Art. 3º Os limites a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 1º desta Resolução poderá ser ampliado, com autorização expressa do Presidente da Câmara, mediante justificativa da Diretoria Geral.

Art. 4º As horas de trabalho realizadas sob o regime extraordinário, serão registradas em Banco de Horas e compensadas com horas folgas, da seguinte forma:

a) uma por uma e meia, quando realizadas durante os dias úteis de trabalho (segunda a sexta);

b) uma por duas, quando realizadas durante o horário considerado noturno ou quando realizadas nos dias consagrados ao repouso (sábado e domingo) ou nos feriados.

Art. 5º O Banco de Horas será gerenciado pelo Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras.

§ 1º A apuração das horas extraordinárias será feita mensalmente pela Diretoria Geral e, depois de atestadas pela mesma que o serviço foi prestado, encaminhada ao Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras, até o dia 10 de cada mês.

§ 2º As horas extraordinárias para crédito em Banco de Horas, deverão constar no formulário padrão (Anexo I), integrante da presente Resolução.

§ 3º Todas as horas informadas no referido anexo, deverão obrigatoriamente constar do registro de ponto eletrônico, sendo excepcionalmente, admitido, nos locais onde não haja coletor de ponto eletrônico, o registro de horas extraordinárias em folha de frequência.

§ 4º O registro de ponto com 10 minutos de antecedência ou 10 minutos após o término da jornada não é considerado hora extraordinária.

§ 5º As horas extraordinárias apuradas no Banco de Horas deverão ser compensadas com a dispensa em dias de trabalho, a critério da Diretoria e da Presidência, observado o prazo máximo de 03 (três) meses, contado do lançamento do crédito no Banco de Horas.

§ 6º Cabe à Diretoria Geral, com base em critérios de oportunidade e conveniência, o momento adequado para a compensação das horas creditadas no Banco de Horas.

§ 7º O número de horas e o período em que ocorrerá a compensação serão registrados em formulário próprio (Anexo II), que, depois de assinado pelo servidor e pela Diretoria Geral, deverá ser encaminhado ao Analista de Recursos Humanos, Licitações e Compras.

§ 8º A unidade gerenciadora do Banco de Horas manterá quadro atualizado com as horas extraordinárias realizadas, as horas compensadas e o saldo de horas a compensar por servidor.

Art. 6º Sempre que a quantidade de horas extras em Banco de Horas atingir o limite de 80 (oitenta) horas, deverá ser concedido, de imediato, ao servidor, o descanso na sua totalidade, sob pena de responsabilidade administrativa do superior.

Art. 7º A compensação do Banco de Horas deverá obrigatoriamente ocorrer dentro do ano, sendo devido ao servidor, o pagamento do valor correspondente ao saldo de horas excedentes que não forem compensadas naquele período.

Parágrafo único. O pagamento do valor correspondente ao saldo de horas excedentes ocorrerá, preferencialmente, no mês de janeiro do ano subsequente.

Art. 8º As horas não trabalhadas em virtude de afastamentos do exercício do cargo autorizados pela Diretoria Geral, não previstos no art. 73 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, poderão ser deduzidas do saldo de horas lançado no Banco de Horas.

Parágrafo único. É vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no Banco de Horas.

Art. 9º Na hipótese de desligamento do servidor por motivo de rescisão contratual demissão, exoneração ou de aposentadoria, serão pagas as horas creditadas no Banco de Horas e não compensadas.

Art. 10. É vedada a utilização das horas créditos para fins de compensação de atrasos e saídas antecipadas.

Art. 11. A jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargo comissionado, de confiança, função gratificada ou que recebam gratificação por desempenho de atividade especial, pode prolongar-se até o necessário para o cumprimento das atividades de sua competência, não se lhes aplicando o disposto na presente Resolução.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
1º Secretário, em Exercício.

ANEXO I
Requisição de Horas Extras

1) Data da Emissão: ____/____/____

2) JUSTIFICATIVA DO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DA DIRETORIA GERAL

3) RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA UNIDADE

Nome	Planejamento HE	Horas Suplementares	Nº hs	Nº Hs Banco de Horas
TOTAL				

4) AUTORIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

4.1. () RATIFICO 4.2. () RETIFICO 4.3. () INDEFIRO Data: ____/____/____

4.4 - Motivação: _____

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

5) Ao Recursos Humanos para Processamento.
Processo nº ____/____/____

Diretor(a) Geral

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS
MEDIANTE BANCO DE HORAS

Nome do Servidor:

Cargo:

Processo junto ao Setor de Recursos Humanos sob nº ____/____/____ (número de controle do Recursos Humanos, conforme requisição de trabalho extraordinário, Anexo I, do Resolução nº /2011)

Dias e Horários de Trabalho Extraordinário:

Dias e Horários para Compensação:

Diretoria Geral:

Caçador/SC, Data: ____/____/____.

Processo Licitatório Nº 22/2011 Dispensa de licitação Nº 04/2011

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 22/2011 Dispensa de licitação nº 04/2011- Objeto:

Contratação de profissional para elaboração de projeto arquitetônico para reforma e adequação da Câmara Municipal, conforme descrito no processo licitatório nº 22/2011 - Dispensa de licitação nº 04/2011. Contratada: Gisa Lis Menegazzo - CPF: 027.884.439-19. Valor da contratação: R\$ 1.100,00.

Caçador (SC), 02 de dezembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Presidente

Processo Licitatório Nº 23/2011 Dispensa de licitação Nº 05/2011-

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 23/2011 Dispensa de licitação nº 05/2011- Objeto:

Contratação de emissora de rádio para divulgação da prestação de contas anual da Câmara Municipal de Caçador/SC, conforme descrito no processo licitatório nº 23/2011 - Dispensa de licitação nº 05/2011. Data da abertura: 12/12/2011 às 14:00 horas e entrega dos envelopes até as 14:00 do mesmo dia. Maiores Informações por email: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 05 de dezembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Presidente

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 053/2011 - 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 30/2011, referente ao processo licitatório nº 10/2011 - Convite nº 04/2011. Objeto: Aditivo de 25% ao valor do contrato principal. Contratada: Kemeli Sorgato - ME - CNPJ nº 12.253.505/0001-47. Valor: R\$ 14.391,25. Prazo: 31.12.2011. Sirley de Fatima Tibes Ceccatto - Presidente.

Camboriú**PREFEITURA****Aviso de Licitação PR 33/11 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2011-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE VALAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS EM REDES PLUVIAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:30 horas do dia 28 (vinte e oito) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso de PR 34/11 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER, CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 09:30 horas do dia 02 (dois) de Janeiro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso de PR 34/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2011-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE TINTAS DESTINADAS AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO PARA PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES, ELEVADAS, MEIO - FIOS E POSTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 27 (vinte e sete) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso do PR 31/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2011-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 20 (vinte) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Aviso do PR 32/11 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2011-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 26 (vinte e seis) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Aviso do PR 33/11 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINO A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 20 (vinte) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Aviso PR 09/11 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2011-FUNDESB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINADO AS MAQUINA E VEICULOS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 20 (vinte) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Aviso PR 10/11 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2011-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO HORA MAQUINA, PARA SERVIÇO DE COMPACTAÇÃO E TERRAPLANAGEM

JUNTO A ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Aviso PR 11/11 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2011-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA DE CAMINHÃO COMBINADO HIDROJATO/VACUO PARA DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÕES E BOCAS DE LOBO COM O PROPOSITO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:15 horas do dia 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Aviso PR 23/11 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2011-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR DESTINO A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 17:00 horas do dia 20 (vinte) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.732 de 05 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.732 DE 05 DE DEZEMBRO 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL EM CARÁTER DE URGÊNCIA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando de interesse público, DECRETA:

Art.1º) Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra medindo 659,605 (seiscentos e cinquenta e nove metros e sessenta décimos quadrados), com uma casa de madeira medindo 71m², localizada à Rua Ernesto Afonso Scheide, 1.437, bairro Belo Horizonte, neste Município, matriculada sob n. 18.079 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único - A área descrita no caput deste artigo, com Inscrição Imobiliária na Prefeitura Municipal de Campo Alegre sob número 01.04.018.186.0001-001, é de propriedade de Agostinho da Silva Duarte, inscrito no CPF/MF sob n. 249.530.676-49 e sua esposa Ângela Maria Damas Duarte, inscrita no CPF/MF sob n. 703.786.656-34.

Art.2º) Fica declarada a urgência da desapropriação aludida no presente Decreto, especialmente para cumprimento de prazo dos Convênios ns. 25.685/2010-4 e 15.141/2011-6, firmados com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Mafra - SDR, que expiram em 31/12/2011.

Art.3º) A área a ser desapropriada será integrada ao Patrimônio Público Municipal com status de "Bem Público Municipal", destinando-se à ampliação das instalações do Posto de Informações Turísticas e da Associação Mãos do Campo.

Art.4º) O expropriante, por suas Secretarias Municipais, fica autorizado a ingressar na área expropriada afim de adotar as medidas necessárias à sua perfeita individualização, podendo recorrer em caso de oposição, ao auxílio de força policial, prerrogativa assegurada por lei.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias do Município.

Parágrafo único - O valor correspondente à indenização ao expropriado, previsto no Laudo de Avaliação Imobiliária, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Decreto Nº 6.733 de 05 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.733 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 012/2011.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 012/2011, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula nº. 000211;
Rosana Emília Greipel, matrícula nº. 000146;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº. 000366.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do seguinte Cargo: Agente Operacional V, para exercer a função de Pedreiro/Carpinteiro, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 012/2011 deste Município.

§ 3º) Para a Comissão de aplicação e avaliação da Prova Prática, ficam designados os seguintes membros:

Jarbas Jorge Catoni, matrícula nº. 000182;
Clodoaldo da Rosa, matrícula nº. 000104;
Francisco Osni de Lima, matrícula nº. 00002;
Manoel Vieira Piske, matrícula nº. 954780.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete da Prefeita em Exercício

1ª Alteração ao Processo Licitatório - 86/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2011, PREGÃO (presencial)

Considerando erro de digitação no Edital 86/2011, altera-se o item 2.1.6, conforme segue:

O critério de julgamento será : MENOR PREÇO POR LOTE (valor total de cada lote).

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 05 de dezembro de 2011.

ALICE B. GROSSKOPF

Prefeita Municipal

Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC. Tel: (47) 3632-2266

Pregão (presencial) Nº 03/2011- FMAS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 03/2011

O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de gasolina comum e álcool , conforme descrição e quantidade constante do Anexo I, parte integrante deste Edital. Material que será utilizado para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2012.

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL (Total Geral), com observância nos valores máximos fixados unitário por ITEM.

-Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 10 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 19/12/2011, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

-Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: DIA:19/12/2011, às 11h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2012, na seguinte classificação:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais; Função: 08 - Assistência Social; Subfunção: 244 - Assistência Comunitária; Programa - 61 - Manutenção das Atividades da Assistência Social; Projeto: 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10080 - Ordinários.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br , no ícone "Licitação" /

"Pregão" / "Pregão 3/2011" .

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2011.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Pregão (presencial) Nº 24/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 24/2011

O objeto da licitação consiste no Registro de Preços para aquisição de gasolina comum, óleo diesel e tacógrafo, conforme descrição e quantidade constante do Anexo I, parte integrante deste Edital. Material que será utilizado para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2012.

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL (Total Geral), com observância nos valores máximos fixados unitário por ITEM.

-Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 9 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 19/12/2011, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

-Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: DIA:19/12/2011, às 10h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

-As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2012, na seguinte classificação:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa - 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10109 - MAC/TFD (previsão R\$ 7.938,00);

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa - 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.1099 - Impostos e Transf. de Impostos Saúde (previsão R\$ 111.786,00);

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.03 - Manutenção das Atividades - Programa Saúde da Família; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa - 53 - Estratégia Saúde da Família -ESF; Atividade: 2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10100 - Programa Saúde da Família - PSF (previsão R\$ 9.922,50);

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00

- Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 304 - Vigilância SANitária; Programa - 58 - Vigilância em Saúde; Atividade: 2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância em Saúde; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10126 - (previsão R\$ 11.056,50).

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica; Programa - 58 - Vigilância em Saúde; Atividade: 2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10112 - PPI Epidemiológica (previsão R\$ 4.218,50).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 24/2011".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 06 de dezembro de 2011.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.419/2011 de 02/12/2011

DECRETO Nº 6.419/2011 DE 02/12/2011

HOMOLOGA RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2011.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 33 do Regulamento do Concurso aprovado pelo Decreto nº 5.449/07,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final classificatório do Concurso Público promovido pelo Edital nº 001/2011 de 05/10/2011, obedecendo à ordem decrescente da pontuação para a categoria constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
02 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



**Associação dos Municípios do Planalto
Sul de Santa Catarina**

**CONCURSO PÚBLICO CAMPOS NOVOS
EDITAL 001/2011
RESULTADO DEFINITIVO APÓS RECURSOS**

CARGO DE CONTADOR/CONSULTOR						
Nº INS.	NOME	Nº CART.	A.P.	A.M.	A. C.E.	N. FINAL
002	BRUNA P. PIZZOLATO	10	9	6	16	7,75
014	GABRIELA Q. DE ALMEIDA	17	7	5	18	7,50
017	VILMAR E. CALLIARI	06	7	6	17	7,50
020	JOÃO ALBINO DAROS	05	4	5	19	7,00
009	AMAURI VEIGA	18	8	4	16	7,00
026	ANA R. RIBEIRO AITA	09	7	5	14	6,50
007	MARCIO LUIS MACHADO	02	5	8	13	6,50
013	LUIS A. W. SCHEEREN	23	5	8	12	6,25
005	ANDRIELI S. BOENO	25	6	1	15	5,50
019	ISRAEL M. FERREIRA	11	4	5	13	5,50
004	SIMONE DA S. MAZIEIRO	13	4	4	13	5,25
015	ELIANE F. DE S. PRANDI	26	5	4	12	5,25
023	CARLOS R. RAITHS	12	4	7	10	5,25
021	TIAGO F. BAISCH	03	5	2	13	5,00
003	ALEXANDRE J. BIOLCHI	01	6	3	12	5,00
008	JORGE AUGUSTO ANTELO	07	6	4	10	5,00
006	CARLOS D. REDANTE	08	4	4	11	4,75
012	SIMONE V. B. LAIDNES	22	5	4	9	4,50
022	CIANDRA DE MATOS	20	5	4	9	4,50
025	CHAIANA DE OLIVEIRA	04	3	3	11	4,25
011	VALTOIR SCOLARO	19	2	5	9	4,00
018	JEAN CARLOS SERENA	24	3	5	8	4,00
024	IARA CRISTINA NERIS	21	4	0	8	3,00

Nº. INS. = NÚMERO DA INSCRIÇÃO

Nº. CART.= NÚMERO DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

A. P. = ACERTOS DE PORTUGUÊS

A. M. = ACERTOS DE MATEMÁTICA

A. C.E= ACERTOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

N. FINAL= NOTA FINAL

Anuladas as questões de nº 02-07-26-27-31-32 ☐ por provimento de recursos.

Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina
Rua São João Batista Centro

Fone/Fax: (49) 3541-0855 - amplasc@amplasc.org.br

Campos Novos - SC - Cep 89620-000

Aviso de Cancelamento da TP 19_2011

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2011- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 211/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO QUE VISA FORNECER FACILIDADES DE CONEXÃO PARA DADOS, VOZ, IMAGEM, SEGURANÇA E ELÉTRICA ESTABILIZADA NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO.

Parecer de Revogação de Processo Licitatório

Fundamentação:

Revoga-se, de ofício, a licitação TP Nº 19/2011 - PROC.LICITATÓRIO Nº 211/2011, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO QUE VISA FORNECER FACILIDADES DE CONEXÃO PARA DADOS, VOZ, IMAGEM, SEGURANÇA E ELÉTRICA ESTABILIZADA NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM PROJETOS E MEMORIAIS EM ANEXO, com base no art. 49 lei 8.666/93: "A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

Justificativa:

Foi identificado falha no anexo 05 memorial descritivo e no anexo 06 orçamento do processo licitatório, as quais dificultam uma justa competitividade entre os licitantes.

Em cumprimento ao Princípio da Economicidade, a administração apta por revogação da Tomada de Preço e poderá a uma nova abertura de processo licitatório, em outra modalidade, pois este princípio analisa os atos administrativos sob o ponto de vista econômico, tendo o objeto de verificar se o administrador observou a relação custo-benefício, para que os recursos públicos tenham sido empregados da forma econômica, eficiente e vantajosa para o Poder Público.

Campos Novos 06 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 310/2011

DECRETO Nº. 310/2011

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 436,50m² (Quatrocentos e trinta e seis metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), procedido por JOSÉ PRADO BRANCO, situado à Rua Alfredo Bach, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 16.340 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 22 com área de 200,00m² e lote nº. 34 com área de 236,50m², todos pertencentes à quadra 239,

conforme requerimento protocolado sob nº.7196/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 312/2011

DECRETO Nº. 312/2011

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 21.992,00m² (Vinte e um mil, novecentos e noventa e dois metros quadrados), procedido por MILTON BUENO DE OLIVEIRA, situado às Ruas Arthur Oscar Spies e Rua Sem Denominação, Bairro Industrial Nº 1, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 11.930 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 10 com área de 338,63m², lote nº. 11 com área de 306,93m², lote nº. 12 com área de 336,00m², lote nº. 13 com área de 336,00m², lote nº. 14 com área de 336,00m², lote nº. 15 com área de 336,00m², lote nº. 16 com área de 336,00m², lote nº. 17 com área de 336,00m², lote nº. 18 com área de 349,30m², lote nº. 19 com área de 18.911,14m², todos pertencentes à quadra 32, conforme requerimento protocolado sob nº.5912/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 314/2011

DECRETO Nº. 314/2011
DECRETA LUTO OFICIAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: DECRETA

Art.1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por três (03) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. ACÁCIO PEREIRA, Ex - deputado Federal e Ex - deputado Estadual, ocorrido no dia 29 de novembro do corrente.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 30/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Retifica Decreto Nº. 254/2011 Desmembramento de Área de Terras

DECRETO Nº. 309/2011
RETIFICA DECRETO Nº. 254/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE: DECRETA

Art.1º- Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 0254/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 615,00m² (Seiscentos e quinze metros quadrados), procedido por JAIME LUIZ LADER, situado na Rua Alfredo Kelner, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 30.964 e nº 30.967 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 10 com área de 200,00 m², lote nº. 20 com área de 200,00m² e lote 07 com área de 215,00 m², todos pertencentes à quadra 601, conforme requerimento protocolado sob nº.6204/2011.

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Retifica Decreto Nº. 254/2011 Desmembramento de Área de Terras

DECRETO Nº. 311/2011
RETIFICA DECRETO Nº. 254/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art.1º- Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 0252/2010, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 647,50 m² (seiscentos e quarenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por LAÉRCIO MANOEL DAVID, situado na Rua Carlos Wagner, Bairro Campo da Água Verde nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 21.691 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 04 com área de 447,50 m² e lote nº. 07 com área de 200,00 m², ambos pertencentes a quadra nº.1153, conforme requerimento protocolado sob nº. 7008/2010.

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

"HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO do CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL de SANEAMENTO BÁSICO do MUNICÍPIO de CANOINHAS - CONFUNSAE"

DECRETO Nº. 313/2011

"HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONFUNSAE"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado o Regimento Interno do CONFUNSAE - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Canoinhas, órgão de composição paritária de caráter deliberativo e consultivo, integrante da estrutura administrativa municipal, aprovado por maioria absoluta na 3ª reunião na data de 28/11/2011, em anexo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de novembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial n.º 80/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 200/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 80/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/12/2011, às 10h05min, a abertura das propostas para Registro de Preços de serviços para manutenção de fogões industriais, refrigeradores (geladeira) freezer, bebedouros elétricos, máquinas de lavar roupa e aparelhos de ar condicionado destinados a Prefeitura e Fundos Municipais. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia N° 0145/2011

MUNICÍPIO DE CAPINZAL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Diretoria de Licitações
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia N° 0145/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia com fornecimento de mão de obra e material para construção da primeira etapa do NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO, com área edificada de 665,70 metro quadrados, a ser implantado no acesso a Cidade Alta - Bairro São Cristóvão no Município de Capinzal - SC, Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 23/12/2011.
MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 07 de dezembro de 2011.
PAULO RONALDO WAMES
Presidente da Comissão de Licitações

Contrato 0041/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0041/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0015/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: ESCRIMATE COM.MAT.ESCRITORIO E INFORM. LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente, do Programa Bolsa Família - PBF - recursos do Índice de Gestão Descentralizada - IGD.

VALOR R\$: 1.699,00

VIGÊNCIA: 05/12/2011 A 31/12/2011

Contrato 0042/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0042/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0015/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: RAIMOND GUSTAVO DA SILVEIRA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente, do Programa Bolsa Família - PBF - recursos do Índice de Gestão Descentralizada - IGD.

VALOR R\$: 13.123,77

VIGÊNCIA: 05/12/2011 A 31/12/2011

Contrato 0043/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0043/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0015/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CV MOVEIS MODULADOS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente, do Programa Bolsa Família - PBF - recursos do Índice de Gestão Descentralizada - IGD.

VALOR R\$: 1.433,00

VIGÊNCIA: 05/12/2011 A 31/12/2011

Contrato 0219/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0219/2011
Pregão Eletrônico 0130/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRATUR -TRANSPORTES E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar da rede municipal de ensino para o exercício de 2011, com recursos do Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 6.940,89

VIGÊNCIA: 28/11/2011 A 31/12/2011

Contrato 0220/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0220/2011
Pregão Eletrônico 0130/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: RONALDO CRISPIN MACHADO - ME

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar da rede municipal de ensino para o exercício de 2011, com recursos do Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 23.325,19

VIGÊNCIA: 28/11/2011 A 31/12/2011



Contrato 0221/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0221/2011

Pregão Eletrônico 0130/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FIGUEIRO TRANSPORTE E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar da rede municipal de ensino para o exercício de 2011, com recursos do Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 11.456,34

VIGÊNCIA: 28/11/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 001/2011 - Contrato SUPERIOR 0121/2011

TERMO ADITIVO 001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0121/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FUND. UNIVERS. DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/03/2012, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 02/12/2011 A 31/03/2012

Termo Aditivo 002/2011 - Contrato SUPERIOR 0123/2010

TERMO ADITIVO 002/2011

CONTRATO SUPERIOR 0123/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/04/2012, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 02/12/2011 A 30/04/2012

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo do Edital Nº 006/2011**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2011

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRITOS

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº006/2011, de 08 de novembro de 2011, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

A prova escrita será realizada no dia 03/12/2011, na EEB Otília Muller, Centro, Chapadão do Lageado – SC, com início às 13h 30m, sendo obrigatória a chegada dos candidatos com 10 (dez) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento de identidade, com fotografia, para ingresso na sala de provas, levando em consideração que os portões de acesso ao local da prova serão fechados às 13h 20m.

Chapadão do Lageado, 29 de novembro 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado

ANEXO ÚNICO

Professor de Dança

Inscrição	Nome	Data nascimento
80	ANA CAROLINA GRAH NICOLODELLI	09/03/1991
77	DJALMA SCHAFFER	12/07/1985
78	FERNANDA EHARDT	17/04/1993
79	JANAINA SCHAFFER POLICARPO	01/03/1989

Professor Educação Infantil

Inscrição	Nome	Data nascimento
63	BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD	26/10/1976
16	CLAUDIA ADRIANA AMORIM DE SOUZA	10/04/1973
20	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	30/07/1984
14	DANIELA KRAUS	11/02/1986
70	DANIELI WERNKE RODE	07/11/1988
18	DEISEANE DOS SANTOS	12/01/1993
60	DEISI SCHRODER	30/09/1982
59	DENISE MACHADO KLETTENBERG	01/03/1982
47	EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT	11/02/1977
56	EDNA APARECIDA MARQUEZ	12/05/1977
19	ELAINE THOLL JASPER	11/03/1982
68	ELISANDRA SEBOLD	18/11/1990
41	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	09/08/1977
3	ELOIZA DA SILVA	07/06/1990
43	EVILANEA DE OLIVEIRA	14/08/1984
57	GABRIELA KERSCHBAUM	12/03/1990
53	JAQUELINE LEHMKUHL	09/01/1989
44	JOSIANE HEERDT FARIAS	05/08/1979
54	JOSIANI MACHADO DE PINHO	11/10/1983
46	JULIE MARA DE OLIVEIRA	06/11/1989
24	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	06/04/1989
55	MARIA GORETE WALTRICH	27/07/1961
51	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	26/04/1970
58	MARINELMA RAYMUNDO	02/07/1983
17	MARISTELA MICHELS WELTER	07/11/1976
22	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	29/07/1980
27	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	06/12/1993
36	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	11/12/1986
8	NEIVA COSTA	27/05/1975
5	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	20/10/1967
33	PATRÍCIA PEREIRA	27/04/1993
72	RAFAELA GUIMARÃES	19/06/1992
71	REGIANE MARQUEZ	29/12/1982
30	RITA DE CASSIA PEREIRA	04/04/1974
62	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	27/11/1987
13	THAIS ALESSANDRA DA SILVEIRA MARQUEZ	20/06/1979
42	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	27/07/1974

Professor de Ensino Fundamental - Séries Iniciais

Inscrição	Nome	Data nascimento
52	ALDO JEREMIAS	27/08/1967
63	BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD	26/10/1976
16	CLAUDIA ADRIANA AMORIM DE SOUZA	10/04/1973
20	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	30/07/1984
49	CLAUDINEI DA SILVEIRA	07/05/1975
14	DANIELA KRAUS	11/02/1986
70	DANIELI WERNKE RODE	07/11/1988
18	DEISEANE DOS SANTOS	12/01/1993

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

60	DEISI SCHRODER	30/09/1982
59	DENISE MACHADO KLETTENBERG	01/03/1982
47	EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT	11/02/1977
56	EDNA APARECIDA MARQUEZ	12/05/1977
19	ELAINE THOLL JASPER	11/03/1982
68	ELISANDRA SEBOLD	18/11/1990
41	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	09/08/1977
3	ELOIZA DA SILVA	07/06/1990
67	ELZA STEIN PEREIRA	20/03/1958
43	EVILANEA DE OLIVEIRA	14/08/1984
57	GABRIELA KERSCHBAUM	12/03/1990
53	JAQUELINE LEHMKUHL	09/01/1989
44	JOSIANE HEERDT FARIAS	05/08/1979
46	JULIE MARA DE OLIVEIRA	06/11/1989
24	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	06/04/1989
51	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	26/04/1970
32	MARIA ZENAIDE SENEM SOUZA	22/06/1955
58	MARINELMA RAYMUNDO	02/07/1983
17	MARISTELA MICHELS WELTER	07/11/1976
22	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	29/07/1980
27	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	06/12/1993
36	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	11/12/1986
8	NEIVA COSTA	27/05/1975
5	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	20/10/1967
28	PATRÍCIA MACHADO HINCKEL	11/02/1988
33	PATRÍCIA PEREIRA	27/04/1993
64	PATRICIA ZUNINO	02/12/1989
72	RAFAELA GUIMARÃES	19/06/1992
71	REGIANE MARQUEZ	29/12/1982
30	RITA DE CASSIA PEREIRA	04/04/1974
62	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	27/11/1987
2	TAINE RODE	30/08/1993
13	THAIS ALESSANDRA DA SILVEIRA MARQUEZ	20/06/1979
42	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	27/07/1974

Professor de Informática

Inscrição	Nome	Data nascimento
4	DAIANI ANDRÉ MEURER	29/08/1987
14	DANIELA KRAUS	11/02/1986
26	DÉBORA SCHMIDT DE SOUZA	04/02/1989
41	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	09/08/1977
3	ELOIZA DA SILVA	07/06/1990
57	GABRIELA KERSCHBAUM	12/03/1990
25	GÉSSICA SCHMIDT	04/02/1992
10	GUSTAVO PEREIRA	05/04/1994
54	JOSIANI MACHADO DE PINHO	11/10/1983
28	PATRÍCIA MACHADO HINCKEL	11/02/1988

Professor de Libras

Inscrição	Nome	Data nascimento
53	JAQUELINE LEHMKUHL	09/01/1989

Professor de Música

Inscrição	Nome	Data nascimento
68	ELISANDRA SEBOLD	18/11/1990

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - ARTES

Inscrição	Nome	Data nascimento
4	DAIANI ANDRÉ MEURER	29/08/1987
46	JULIE MARA DE OLIVEIRA	06/11/1989

69	SABRINA HINCKEL	27/03/1989
23	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	07/04/1983

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - CIÊNCIAS

Inscrição	Nome	Data nascimento
59	DENISE MACHADO KLETTENBERG	01/03/1982
11	FERNANDO RENGEL	06/02/1991
48	MARISOL BATISTI STUEPP	25/06/1979
12	RAFAEL RENGEL	24/06/1992

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Nome	Data nascimento
45	ADILSON HELENO DE SOUZA	27/05/2001
1	CLEBER MEURER	15/07/1985
39	DEIVID DIONI MONTEIRO	17/04/1992
74	LUIS RICARDO DE SOUZA	08/11/1986
73	MAICON DE SOUZA	06/02/1985
37	MAURO CORDEIRO DOS SANTOS	00/00/0000
6	PATRICIA DO NASCIMENTO	03/05/1983

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - ENSINO RELIGIOSO

Inscrição	Nome	Data nascimento
47	EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT	11/02/1977
75	MARILENE BACK	18/12/1972

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - GEOGRAFIA

Inscrição	Nome	Data nascimento
4	DAIANI ANDRÉ MEURER	29/08/1987
54	JOSIANI MACHADO DE PINHO	11/10/1983
28	PATRÍCIA MACHADO HINCKEL	11/02/1988
64	PATRICIA ZUNINO	02/12/1989

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - HISTÓRIA

Inscrição	Nome	Data nascimento
9	ARLENE DÖRNER BRUNETTO	11/07/1983
50	FLADEMIR FRANZ	08/06/1984
44	JOSIANE HEERDT FARIAS	05/08/1979

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - INGLÊS

Inscrição	Nome	Data nascimento
15	JULIANA MARIA LONGEN	20/07/1978
24	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	06/04/1989

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - LÍNGUA PORTUGUESA

Inscrição	Nome	Data nascimento
60	DEISI SCHRODER	30/09/1982
13	THAIS ALESSANDRA DA SILVEIRA MARQUEZ	20/06/1979

Professor Ensino Fundamental Séries Finais - MATEMÁTICA

Inscrição	Nome	Data nascimento
61	GISELE GONÇALVES	03/12/1984

Segundo Professor

Inscrição	Nome	Data nascimento
72	RAFAELA GUIMARÃES	19/06/1992

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 601, de 28 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 601, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores do Bairro dos Estados.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 9.219,70m2, com a Associação de Moradores do Bairro dos Estados, inscrita no CNPJ sob nº 80.623.200/0001-30, destinada para regularização do centro comunitário, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 466, 450, 452, 451, 468 e 469, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado no Loteamento Minks, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.437, Livro nº 2 - "AU".

Parágrafo único. A área de terras de 9.219,70m2 possui as seguintes medidas e confrontações: ao norte, na extensão de 137,20m, com área remanescente do Município; ao sul, nas extensões de 66,16m, com os lotes urbanos nºs. 486, 487, 488 e 489, da quadra 28 e 12,78m, com a Rua Ceará; ao leste, na extensão de 98,61m, com parte do lote rural nº 451; ao oeste, nas extensões de 40,00m2, com área de reserva florestal, 30,40m, com o lote nº 451, da quadra 27 e 12,00m, com a Rua Paraná.

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, considera-se inexigível a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, a homologação prevista no art. 10, III, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Lei Complementar Nº 602, de 29 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 602, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Concórdia – PCCVM, estabelece normas de enquadramento, institui nova Tabela de Vencimentos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO REGIME JURÍDICO

Art. 1º Ficam instituídos o Estatuto do Magistério Público Municipal e, na forma do inciso V do art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e art. 67 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Concórdia –PCCVM.

Art. 2º O regime jurídico dos servidores enquadrados no PCCVM disposto nesta Lei é o estatutário.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores contratados por prazo determinado, para atender aos casos previstos no inciso IX do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 3º O PCCVM de que trata esta Lei tem por objetivo estruturar o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, estabelecendo normas de enquadramento e vencimentos, construídos de maneira a incentivar a formação, o aperfeiçoamento, a atualização e a especialização dos profissionais, para propiciar a melhoria do desempenho de suas funções, ao formular e executar as ações estabelecidas pelas políticas nacionais e pelos planos educacionais do Município.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei são servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal os profissionais da educação legalmente investidos em cargo público, criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, e os estáveis na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, remunerados pelos cofres públicos, para exercer atividades de docência ou oferecer suporte pedagógico e multidisciplinar direto a essas atividades, incluídas as de direção, administração escolar e orientação educacional ou pedagógica.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS ADOTADOS NESTA LEI

Art. 5º Para efeitos desta Lei considera-se:

I – servidor público civil: pessoa física legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

II – servidor efetivo: servidor habilitado em concurso público e empossado no cargo;

III – servidor estável: servidor habilitado em concurso público, empossado no cargo e aprovado no estágio probatório;

IV – cargo público: o menor centro hierarquizado de competências, com um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades



cometidas ao servidor que o ocupa, criado por lei, com denominação própria, vencimento específico, pago pelo poder público, submetido ao regime estatutário;

V – quadro de pessoal: conjunto de cargos de carreira, de cargos em comissão e de funções gratificadas;

VI – carreira: mecanismos que proporcionam o crescimento do servidor por critérios de promoção por titulação, desempenho, aperfeiçoamento ou capacitação e tempo de serviço;

VII – interstício: lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor do magistério se habilite à promoção;

VIII – promoção: formas de desenvolvimento funcional do servidor;

IX – vencimento: é a retribuição pecuniária como sendo o valor inicial ou base, percebido pelo servidor, pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação ou equiparação para qualquer fim;

X – remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei;

XI – função gratificada: vantagem pecuniária, de caráter transitório, criada para remunerar encargos de direção, chefia, coordenação ou assessoramento, exercida exclusivamente por servidores do Município, ocupantes de cargo efetivo ou estável na forma do art. 19 do ADCT;

XII – cargo em comissão: cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal;

XIII – estágio probatório: tempo de exercício profissional a ser avaliado pelo período de 3 (três) anos após a posse;

XIV – faixa de vencimentos: a escala de padrões de vencimento atribuídos a um determinado cargo, de acordo com o nível de escolaridade.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA DOS CARGOS DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 6º São requisitos básicos para provimento de cargo efetivo de Professor e Especialista em Educação:

I – aprovação em concurso público de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso;

II – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III – nacionalidade brasileira ou estrangeira;

IV – gozo dos direitos políticos;

V – regularidade em relação às obrigações eleitorais e, se homem, também às militares;

VI – nível de escolaridade exigido para o cargo;

VII – aptidão física e mental comprovada em prévia inspeção

médica oficial, admitida a incapacidade física parcial, na forma estabelecida em lei.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, desde que sejam estabelecidos em lei.

§ 2º Lei específica estabelecerá os requisitos para ingresso de estrangeiro no Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

§ 3º Às pessoas portadoras de necessidades especiais, para as quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no certame, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

§ 4º Ao servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal admitido na forma do inciso VII deste artigo não serão concedidos quaisquer direitos, vantagens ou benefícios em razão de deficiência existente à época da nomeação.

Art. 7º Para preenchimento dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal deverá ser observada a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e a complexidade das atribuições a serem desempenhadas por seus ocupantes, na forma prevista no Anexo I desta Lei.

Art. 8º Os cargos constantes no Anexo II desta Lei serão providos:

I – pelo enquadramento dos atuais servidores, de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei;

II – por nomeação, precedida de concurso público de provas e títulos;

III – pelas demais formas previstas na Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Concórdia, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

Art. 9º Para provimento dos cargos efetivos serão rigorosamente observados os requisitos básicos e os específicos indicados no Anexo I desta Lei, sob pena de ser o ato de nomeação considerado nulo de pleno direito, sem qualquer obrigação para o Município, nem qualquer direito para o beneficiário, além de acarretar responsabilidade a quem lhe der causa.

Art. 10. O provimento dos cargos constantes no Anexo II desta Lei será autorizado pelo Prefeito Municipal, mediante solicitação do titular da Secretaria Municipal de Educação, desde que comprovada a existência de vaga e dotação orçamentária para atender às despesas dele decorrentes.

Parágrafo único. Da solicitação deverão constar:

I – denominação e vencimento do cargo;

II – quantitativo dos cargos a serem providos;

III – prazo desejável para provimento;

IV – justificativa para a solicitação de provimento.

Art. 11. Os cargos do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal que vierem a vagar, bem como os que forem criados, só poderão ser providos na forma prevista neste Capítulo ou na Lei Complementar nº 90/1994.

CAPÍTULO II**DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, prorrogável, 1 (uma) única vez, por igual período.

Parágrafo único. A nomeação dos aprovados em concurso público far-se-á em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, após prévia inspeção médica oficial.

Art. 13. O prazo de validade do concurso, os requisitos a serem satisfeitos e as condições de sua realização serão estabelecidos em regulamento e edital, garantida a ampla publicidade.

§ 1º No edital do concurso deverão constar, entre outros, os seguintes requisitos:

I – denominação do cargo, vencimento e número de vagas a serem preenchidas, distribuídas por área de especialização ou disciplina, quando for o caso;

II – grau de escolaridade exigível.

§ 2º O edital será publicado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a realização das provas.

Art. 14. Aos candidatos serão assegurados amplos recursos nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou finais.

Art. 15. Na realização do concurso de provas e títulos serão aplicadas provas escritas, conforme as características do cargo e as especificações constantes no edital.

Parágrafo único. As provas para os cargos do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal serão orientadas para as responsabilidades, atribuições e formação, que se encontram descritos no Anexo I desta Lei, de forma a atender às necessidades do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 16. A posse e o respectivo exercício no cargo do servidor aprovado em concurso público serão regidos na forma da Lei Complementar nº 90/1994, no que não colidir com a presente Lei.

Parágrafo único. A posse ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, improrrogáveis, contados da publicação do ato de provimento.

Art. 17. A penalidade de demissão do serviço público, em qualquer ente da Federação e suas entidades da Administração Indireta, inabilita o profissional para a ocupação de cargo no presente PC-CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

TÍTULO III**DA ESTRUTURA DO MAGISTÉRIO****CAPÍTULO I****DO QUADRO DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 18. Entende-se por pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal o conjunto de servidores que, nas unidades escolares e demais órgãos da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, ministra aulas ou administra, assessora, dirige, supervisiona, coordena, orienta, planeja e avalia as atividades inerentes ao ensino e à educação a cargo do Município e que, por sua condição funcional, está subordinado às normas pedagógicas e aos regulamentos desta Lei.

Art. 19. O Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal é composto dos seguintes segmentos de carreira:

I – Professor;

II – Especialista em Educação.

Parágrafo único. Os cargos de provimento efetivo, de que trata este artigo, no desempenho de suas respectivas funções ou no exercício de cargo em comissão na Secretaria Municipal de Educação, obedecerão ao disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II**DOS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DOS CARGOS, DA MISSÃO E DAS RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Art. 20. Os requisitos mínimos para o exercício dos cargos, a missão e as responsabilidades dos Professores e dos Especialistas em Educação, para atuarem na educação básica são as definidas no Anexo I desta Lei.

§ 1º A educação básica consiste na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, nos termos do art. 21 da LDB.

§ 2º Serão automaticamente extintas as vagas dos cargos pertencentes ao Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, previstas no Anexo III, quando vagarem.

§ 3º As atribuições dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança ou gratificadas, encontram-se descritas no Anexo VII.

TÍTULO IV**DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO****CAPÍTULO I****DO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

Art. 21. Os servidores da educação, efetivos ou estáveis na forma do art. 19 do ADCT, que já atuam no serviço público do Município e possuem habilitação profissional, serão enquadrados nos respectivos cargos, códigos e vencimentos, nos termos desta Lei, conforme preveem os Anexos I e II.

CAPÍTULO II**DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

Art. 22. O desenvolvimento funcional dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal dar-se-á:

I – por titulação;

II – por desempenho;

III – por aperfeiçoamento ou capacitação;

IV – por tempo de serviço.

Art. 23. Têm direito ao desenvolvimento funcional os servidores do Magistério Público Municipal que tenham ingressado por concurso público e os estáveis, na forma do art. 19 do ADCT, com habilitação específica na área de atuação.

Art. 24. Para fins de avaliação do desenvolvimento funcional, será

nomeada comissão, composta por servidores, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Seção I

Do Adicional por Titulação

Art. 25. Os servidores efetivos e os estáveis na forma do art. 19 do ADCT do Magistério Público Municipal farão jus ao adicional por titulação, quando apresentarem comprovação de nova habilitação na área específica de atuação.

Parágrafo único. Entende-se por área específica de atuação os cursos de graduação em nível superior, pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, realizados na área afim.

Art. 26. O servidor, ocupante do cargo de Professor, que prestou concurso público em nível médio, modalidade Magistério, terá direito ao adicional por titulação que incidirá sobre seu vencimento-base, na seguinte forma e proporção:

I – ensino superior completo em Pedagogia ou curso normal superior, ou formação superior completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena, equivalente a 17,73% (dezesete vírgula setenta e três por cento);

II – pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, na área de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, equivalente a 12% (doze por cento);

III – pós-graduação, em nível de mestrado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 20% (vinte por cento);

IV – pós-graduação, em nível de doutorado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 27. O servidor, ocupante do cargo de Professor, que prestou concurso em nível superior, modalidade Licenciatura Curta, terá direito ao adicional por titulação que incidirá sobre seu vencimento-base, na seguinte forma e proporção:

I – ensino superior completo em Pedagogia ou curso normal superior, ou formação superior completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena, equivalente a 9,93 % (nove vírgula noventa e três por cento);

II – pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, na área de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 12% (doze por cento);

III – pós-graduação, em nível de mestrado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 20% (vinte por cento);

IV – pós-graduação, em nível de doutorado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 28. O servidor, ocupante do cargo de Professor ou Especialista em Educação, que prestou concurso em nível superior, em Pedagogia, normal superior ou Licenciatura Plena, terá direito ao adicional por titulação que incidirá sobre seu vencimento-base, na seguinte forma e proporção:

I – pós-graduação, em nível de especialização lato sensu, na área de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 12% (doze por cento);

II – pós-graduação, em nível de mestrado, na área de atuação, reconhecido MEC ou pelo CEE, equivalente a 20% (vinte por cento);

III – pós-graduação, em nível de doutorado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 29. O servidor, ocupante do cargo de Professor ou Especialista em Educação, que prestou concurso em nível de pós-graduação, terá direito ao adicional por titulação que incidirá sobre seu vencimento-base, na seguinte forma e proporção:

I – pós-graduação, em nível de mestrado, na área de atuação, reconhecido MEC ou pelo CEE, equivalente a 20% (vinte por cento);

II – pós-graduação, em nível de doutorado, na área de atuação, reconhecido pelo MEC ou pelo CEE, equivalente a 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º Cada adicional por titulação, de que tratam os arts. 26 a 29, será pago em rubrica própria, na forma de adicional por graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

§ 2º Os adicionais de que tratam os arts. 26 a 29, poderão ser acumulados, sendo vedada a concessão de mais de 1 (um) para a mesma natureza de titulação.

Art. 30. Não terão direito a receber os adicionais na forma prevista nos arts. 26 a 29, os Professores e Especialistas em Educação em gozo de licença para tratar de interesses particulares ou licença por motivo de acompanhamento do cônjuge, conforme previsto nas Seções III e VII, do Capítulo IV, da Lei Complementar nº 90/1994.

Art. 31. O servidor que preencher os requisitos necessários deverá protocolizar requerimento, acompanhado de certificado de conclusão de curso e histórico escolar, até o 5º (quinto) dia do mês para receber o respectivo adicional, no mesmo mês.

Art. 32. Os servidores efetivos, ocupantes dos cargos de Professor e Especialista em Educação, pertencentes do Quadros de Pessoal do Magistério Público Municipal, que na data de início de vigência desta Lei tiverem recebido promoção por titulação, na forma prevista no art. 27 da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações, terão a referida promoção transformada no adicional de titulação previsto nesta Seção.

Seção II

Promoção por Desempenho

Art. 33. O servidor estável e os estáveis na forma do art. 19 do ADCT, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, com habilitação específica na área de atuação, submeter-se-á a cada triênio, a uma avaliação para promoção por desempenho.

Art. 34. A promoção por desempenho somente poderá ocorrer depois de cada período de 36 (trinta e seis) meses, ininterruptos, de efetivo serviço prestado ao Município, mediante avaliação, levando-se em consideração os critérios especificados nesta Seção, obedecidos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. A avaliação será efetuada da seguinte forma:

I – para servidores com período aquisitivo de 1º dezembro a 30 de junho, a concessão será a partir de 1º de agosto;

II – para servidores com período aquisitivo de 1º de julho a 30 de novembro, a concessão será a partir de 1º de janeiro.

Art. 35. Cada promoção por desempenho depende da aprovação na avaliação e corresponde a um adicional de 7% (sete por cento), sempre sobre o vencimento do servidor.

Art. 36. A avaliação trienal de desempenho será realizada mediante a observância dos seguintes requisitos:

I – idoneidade moral;

II – assiduidade;

III – pontualidade;

IV – cumprimento das atribuições;

V – disciplina;

VI – iniciativa;

VII – participação na Formação Continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Para cada um dos requisitos acima será atribuído peso de 1 (um) a 10 (dez).

§ 2º Para fazer jus ao adicional da promoção por desempenho o servidor deverá alcançar no mínimo 50 (cinquenta) pontos e, em nenhum requisito, nota inferior a 6 (seis).

§ 3º Excetuam-se do disposto no inciso VII deste artigo, os servidores da Secretaria Municipal de Educação, ocupantes de cargos de provimento em comissão ou cedidos para atuar em outra unidade administrativa do Município, ou em órgãos das esferas estadual e federal, os quais comprovarão formação específica na área em que atuam.

§ 4º A Secretaria Municipal de Educação dará conhecimento prévio ao servidor, dos critérios, das normas e dos padrões para avaliação do desempenho.

Art. 37. O lapso temporal aquisitivo para a concessão da primeira promoção por desempenho do servidor, ocupante dos cargos de Professor ou Especialista em Educação, já efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal na data de início de vigência desta Lei, terá início na data da última Avaliação de Desempenho a que o servidor foi submetido na forma dos arts. 28 a 37, da Lei Complementar nº 445/2005, ou a data da nomeação, para aqueles que não tiverem completado o primeiro período aquisitivo para a primeira Avaliação de Desempenho.

Art. 38. Interrompem a contagem do tempo de serviço para efeito da promoção por desempenho:

I – licenças e afastamentos sem direito à remuneração;

II – licença para atividade política, na forma do § 2º do art. 115 da Lei Complementar nº 90/1994;

III – afastamento para desempenho de mandato eletivo.

Parágrafo único. A contagem do novo período aquisitivo para os servidores de que trata este artigo iniciará a partir do retorno às atividades.

Art. 39. Acarreta suspensão da contagem de tempo de serviço para efeito da promoção por desempenho:

I – licença para tratamento de saúde em pessoa da família do servidor, com remuneração, observado o disposto na Lei Complementar nº 90/1994;

II – licença para cursar Mestrado ou Doutorado.

Parágrafo único. A contagem do período aquisitivo para os servidores de que trata este artigo, recomençará a partir do retorno às atividades.

Art. 40. Os servidores que tenham sido penalizados em sindicância ou processo administrativo disciplinar, durante o período aquisitivo, perderão o mesmo e não poderão integrar a lista dos que serão avaliados para efeito da concessão da promoção por desempenho, sendo que a contagem de novo período iniciará a partir do término deste interstício.

§ 1º A avaliação do servidor que esteja respondendo à sindicância ou processo administrativo disciplinar será efetuada a partir da conclusão do respectivo processo, desde que tenha sido inocentado.

§ 2º Na situação de que trata o § 1º, se o servidor for inocentado, será procedida à avaliação para fins de concessão da promoção por desempenho referente ao período que havia sido suspenso.

Seção III

Da Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação

Art. 41. A promoção por aperfeiçoamento ou capacitação dar-se-á a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.

§ 1º A concessão da primeira promoção por aperfeiçoamento ou capacitação somente poderá se dar após a aprovação em estágio probatório e desde que o servidor tenha cumprido as exigências previstas nos parágrafos seguintes.

§ 2º Cada promoção corresponde a 1% (um por cento) do vencimento do servidor, para 100 (cem) horas de curso, com certificados que apresentarem 100% (cem por cento) de frequência, sendo que o limite máximo de promoções será de até 10% (dez por cento).

§ 3º Para conquistar esta promoção, o servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal deverá comprovar que realizou cursos na área de atuação específica ou disciplina afim, no interstício.

§ 4º A carga horária de cada curso deverá ser igual ou superior a 20 (vinte) horas, visando atender ao estabelecido na LDB.

§ 5º A carga horária excedente às 100 (cem) horas não poderá ser utilizada para novas promoções.

§ 6º A promoção por aperfeiçoamento ou capacitação deverá ser solicitada pelo servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, mediante requerimento protocolizado no Setor de Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 42. A capacitação dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal será proporcionada pela Secretaria Municipal de Educação ou por outro órgão por ela autorizado ou considerado, mediante cursos de atualização e aperfeiçoamento, bem como capacitação em serviço.

Art. 43. O interstício para a concessão da primeira promoção por aperfeiçoamento ou capacitação do servidor, ocupante dos cargos de Professor ou Especialista em Educação, já efetivos do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal na data de início de vigência desta Lei, terá início na data da última promoção recebida ou a data do início do último período aquisitivo.

Seção IV

Da Promoção por Tempo de Serviço

Art. 44. A promoção por tempo de serviço aos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal dar-se-á por anuênio de efetivo exercício do cargo no Município e a concessão do adicional obedecerá ao estabelecido na Lei Complementar nº 90/1994.

TÍTULO V

DO PRÊMIO ASSIDUIDADE

Art. 45. Ao Professor, em efetivo exercício de suas responsabilidades em sala de aula, e aos que atuam em programas que exigem cumprimento de horas-aula, com alunos, e ao Especialista em Educação, em efetivo exercício de suas responsabilidades na unidade escolar, que não apresentarem falta, licença ou afastamento durante o mês letivo, justificados ou não, conceder-se-á o Prêmio Assiduidade, correspondente a R\$110,00 (cento e dez) reais mensais, para jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Os Professores com jornada semanal de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, em efetivo exercício de suas responsabilidades em sala de aula, terão direito ao recebimento do Prêmio Assiduidade, proporcionalmente a sua carga horária.

§ 2º Os dias de recesso serão considerados como efetivo exercício.

§ 3º Observado o disposto no caput deste artigo, no mês de dezembro e nos meses em que houver gozo de férias, o valor pago será proporcional aos dias trabalhados.

§ 4º A proporcionalidade do mês de dezembro será observada, inclusive, para os Professores que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs.

§ 5º O valor do Prêmio Assiduidade previsto no caput deste artigo será corrigido na mesma época e nos mesmos índices da revisão geral anual dos vencimentos e não integra a remuneração para qualquer fim.

TÍTULO VI

DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

CAPÍTULO I

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 46. A jornada de trabalho dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal será:

I – Professor, com 10 (dez) horas semanais;

II – Professor, com 20 (vinte) horas semanais;

III – Professor, com 30 (trinta) horas semanais;

IV – Professor, com 40 (quarenta) horas semanais;

V – Especialista em Educação, com 20 (vinte) horas semanais;

VI – Especialista em Educação, com 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 47. A jornada de trabalho dos servidores, ocupantes dos cargos de Professor, garantido 1/3 (um terço) da carga horária utilizada em horas-atividade, obedecerá aos seguintes critérios, a partir de 1º de fevereiro de 2012:

I – dos Anos Finais e dos que compartilham disciplinas comuns dos Anos Iniciais:

a) Professor com 10 (dez) horas semanais, cumprirá 6 (seis) horas de atividade em sala de aula, sendo, no máximo, 8 (oito) aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos por semana;

b) Professor com 20 (vinte) horas semanais, cumprirá 12 (doze) horas de atividade em sala de aula, sendo, no máximo, 16 (dezesseis) aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos por semana;

c) Professor com 30 (trinta) horas semanais, cumprirá 18 (dezoito) horas de atividade em sala de aula, sendo, no máximo, 24 (vinte e quatro) aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos por semana;

d) Professor com 40 (quarenta) horas semanais, cumprirá 24 (vinte e quatro) horas de atividade em sala de aula, sendo, no máximo, 32 (trinta e duas) aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos por semana;

II – de Educação Infantil, dos Anos Iniciais e das salas de atendimento especializado:

a) Professor com 20 (vinte) horas semanais, cumprirá 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) horas semanais da carga horária em horas-atividade;

b) Professor com 40 (quarenta) horas semanais, cumprirá 10,50 (dez vírgula cinquenta) horas semanais da carga horária em horas-atividade.

§ 1º A jornada de trabalho será sempre aquela para a qual o servidor prestou concurso.

§ 2º A hora-atividade de que trata o caput deste artigo, aplica-se exclusivamente aos professores em efetiva atividade em sala de aula.

§ 3º A hora de trabalho prevista no caput deste artigo refere-se a 60 (sessenta) minutos.

§ 4º Da jornada de trabalho prevista no § 3º, o Professor terá 1/3 (um terço) de sua carga horária utilizada em horas-atividade.

Art. 48. Para efeitos desta Lei, entende-se por hora-atividade o tempo utilizado pelo Professor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal em reuniões de natureza administrativa ou pedagógica ou em atividades de estudo, articulação com os membros da comunidade escolar, aperfeiçoamento profissional, planejamento de aula, elaboração de provas, avaliação de alunos, participação em comissões de trabalho ou na realização das atividades solicitadas pela equipe gestora da unidade educacional onde atua, observado o estabelecido na proposta pedagógica da escola.

Art. 49. As atividades mencionadas no art. 47 desta Lei deverão ser cumpridas nas unidades escolares em que o servidor desempenha suas funções ou em locais onde são desenvolvidas atividades educacionais, pertinentes ao trabalho realizado na Rede Municipal de Ensino.

Art. 50. A jornada de trabalho de Professor que diferenciar daquela referida no art. 47 desta Lei corresponderá sempre ao número de horas de efetiva atividade em sala de aula, acrescida, pelo menos, a 1/3 (um terço) para a realização das atividades relacionadas no § 2º do mesmo artigo.

Parágrafo único. O vencimento-base e as demais vantagens remuneratórias do Professor que tiver carga horária diferenciada será sempre proporcional a sua jornada de trabalho.

Art. 51. O Professor cumprirá integralmente a jornada semanal de trabalho, inclusive em mais de 1 (uma) unidade educacional, se necessário.

Art. 52. Por iniciativa, interesse e necessidade da Administração Municipal, fica autorizado o Professor efetivo e estável a aumentar provisoriamente a carga horária semanal de trabalho.

§ 1º O aumento de carga horária do Professor poderá se dar até a jornada semanal limite de 40 (quarenta) horas, mediante processo seletivo, com o aumento proporcional do respectivo vencimento.

§ 2º As regras para aumento da carga horária do Professor serão definidas em decreto regulamentador.

CAPÍTULO II

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 53. A remuneração dos ocupantes de cargos públicos, os proventos, as pensões ou outra espécie remuneratória dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder aos limites constitucionais.

Parágrafo único. Serão descontados:

I – a remuneração do dia, quando o professor faltar, injustificadamente, ao trabalho;

II – a remuneração de 1 (um) dia, quando o professor se ausentar, injustificadamente, de 2 (duas) aulas, consecutivas ou não;

III – 1/3 (um terço) da remuneração do dia, quando o professor comparecer ao trabalho com atraso de mais de 15 (quinze) minutos ou quando se retirar antes do término do expediente, sem prévia autorização.

Art. 54. O vencimento dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal somente poderá ser fixado ou alterado por lei, observada a iniciativa do Poder Executivo Municipal, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Parágrafo único. O vencimento dos cargos públicos é irredutível, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

TÍTULO VII

DAS FÉRIAS E DOS AFASTAMENTOS

CAPÍTULO I

DAS FÉRIAS

Art. 55. Todo servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, inclusive o ocupante de cargo em comissão, terá

direito, após cada período de 12 (doze) meses de exercício, ao gozo de 1 (um) período de férias, sem prejuízo da remuneração e nas seguintes condições:

I – 30 (trinta) dias contínuos, acrescidos de até 15 (quinze) dias de recesso, distribuídos conforme o interesse da Rede Municipal de Ensino, para os Professores que estejam em efetivo exercício em sala de aula;

II – 30 (trinta) dias contínuos, acrescidos de até 15 (quinze) dias de recesso, distribuídos conforme o interesse da Rede Municipal de Ensino, para os Especialistas em Educação que estejam em efetivo exercício das responsabilidades de seu cargo em unidade escolar.

Art. 56. A época do gozo das férias, pelo servidor, será estabelecida de acordo com o calendário escolar organizado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme previsto na Lei Complementar nº 90/1994.

Parágrafo único. O gozo do primeiro período aquisitivo de férias será proporcional ao período aquisitivo do ano civil de início do exercício do cargo.

CAPÍTULO II

DOS AFASTAMENTOS

Art. 57. O afastamento do servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de seu cargo ou função poderá ocorrer nas hipóteses previstas no Capítulo IV do Título III da Lei Complementar nº 90/1994.

Art. 58. Serão consideradas as licenças previstas na Lei Complementar nº 90/1994, observado o limite de 5 % (cinco por cento) do número de servidores regidos por esta Lei, em gozo simultâneo.

§ 1º Para as licenças remuneradas para cursar mestrado, pelo período de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, ou doutorado, pelo período de até 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, os servidores serão selecionados por procedimento interno da Secretaria Municipal de Educação, mediante forma definida em regulamento.

§ 2º Ficam autorizadas por um prazo de até 2 (dois) anos as licenças não remuneradas por motivo de afastamento de acompanhamento de cônjuge, prorrogável 1 (uma) única vez, por igual período.

§ 3º Sempre que houver um número de servidores habilitados ao gozo das licenças previstas no caput e no § 1º deste artigo, superior ao limite estabelecido, os critérios para definição dos beneficiários serão os de tempo de serviço no cargo efetivo no Magistério Público Municipal, média das Avaliações de Desempenho e sorteio, nesta ordem.

§ 4º A critério da Administração Municipal e observado o interesse público, caberá ao Secretário Municipal de Educação autorizar o afastamento do servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal para os fins previstos neste artigo, mediante Termo de Compromisso de Permanência no Serviço Público Municipal, por igual período ao do afastamento, contado do término da licença, com cláusula de indenização e ressarcimento em eventual descumprimento.

§ 5º Somente após o cumprimento do Termo de Compromisso de Permanência, poderá o servidor solicitar qualquer outra licença.

TÍTULO VIII**DA REMOÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO****CAPÍTULO I****DA REMOÇÃO**

Art. 59. Até que ocorra o processo de remoção, o servidor que ingressar no serviço público será lotado na Rede Municipal de Ensino, com posterior designação para local definitivo e dele só podendo ser removido mediante as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 60. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido, de ofício ou por permuta, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, para atender interesse do servidor ou necessidade da Administração Municipal.

Art. 61. A remoção do servidor a pedido, por concurso interno, por permuta ou por acordo, precederá o concurso de ingresso, resguardados, em todos os casos, os interesses da Administração Municipal e a conveniência administrativa.

§ 1º Dar-se-á a remoção também, a pedido, para outra localidade do Município, independentemente da existência de vaga, para acompanhar cônjuge, companheiro ou dependente, com problemas de saúde, condicionada, sempre, à comprovação por Junta Médica Oficial do Município.

§ 2º A remoção por permuta dar-se-á quando houver consenso dos interessados, observada a conveniência administrativa.

§ 3º Os interessados na permuta devem ter a mesma categoria funcional e a mesma habilitação profissional.

Art. 62. O servidor removido deverá assumir o exercício do cargo no local designado, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação do ato, salvo determinação ou autorização em contrário.

Art. 63. Todo servidor do magistério público, efetivo ou estável na forma do art. 19 do ADCT, terá lotação identificada, que corresponderá ao respectivo local de trabalho e será indicada quando de sua nomeação e dos atos posteriores.

§ 1º Em caso de alteração no número de alunos matriculados, extinção de escolas ou disciplinas, que implique na diminuição dos servidores lotados em determinada unidade escolar, o atingido deverá ser removido para a unidade educacional mais próxima que apresentar vaga.

§ 2º Em caso de extinção da disciplina, o servidor poderá ser designado para atuar em área afim a sua habilitação.

§ 3º A aplicação da medida prevista no § 1º deste artigo recairá ao servidor que, após obedecidos aos seguintes critérios:

I – manifestar interesse prévio;

II – tiver o menor tempo de serviço na respectiva unidade escolar e for solteiro;

III – tiver o menor tempo de serviço na respectiva unidade escolar e for casado, porém sem filhos;

IV – tiver o menor tempo de serviço na respectiva unidade escolar e for casado, com filhos;

V – justificadamente, melhor convier à direção da escola.

Art. 64. A remoção dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, além do citado no art. 61 desta Lei, submete-se ao seguinte regramento:

I – só poderá ocorrer de uma unidade escolar para outra;

II – a remoção a pedido será promovida com pedidos protocolizados no Setor de Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração, até o dia 31 de dezembro ou quando abrir vagas para concurso;

III – o pedido da remoção só será concedido para a unidade escolar que possuir mais de 15 (quinze) alunos, com previsão de demanda de, no mínimo, 10% (dez por cento) para os anos subsequentes.

CAPÍTULO II**DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 65. O ocupante de cargo em comissão terão substitutos designados na forma do art. 48 da Lei Complementar nº 90/1994.

Art. 66. Havendo excepcional interesse público e para atender a necessidade temporária, o Município poderá contratar pessoal por tempo determinado, na forma de lei municipal específica, de acordo com o inciso IX do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 67. A contratação temporária de professor para substituição respeitará, obrigatoriamente, a lista classificatória do Processo Seletivo Público, organizado anualmente para este fim.

Art. 68. Ato Administrativo da Secretaria Municipal de Educação orientará como proceder às substituições de professor, titular de classe, quando este se ausentar, excepcionalmente e por período determinado.

Parágrafo único. Para as substituições excepcionais, o Professor, afastado em qualquer das hipóteses previstas neste Capítulo, deverá disponibilizar o seu planejamento diário em local indicado pelo Diretor Escolar.

TÍTULO IX**DA APOSENTADORIA**

Art. 69. Os ocupantes de cargos efetivos bem como os estáveis na forma do art. 19 do ADCT do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal serão aposentados conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 70. As vantagens pecuniárias permanentes auferidas por esta Lei serão consideradas para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria do Professor e do Especialista em Educação, nos termos da legislação previdenciária municipal.

TÍTULO X**DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL****CAPÍTULO ÚNICO****DA CAPACITAÇÃO**

Art. 71. Fica instituída, como atividade permanente na Secretaria Municipal de Educação, a capacitação dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 72. Capacitação, para os efeitos desta Lei, consiste na possibilidade do servidor participar de cursos de formação, especialização ou outra modalidade, em programas desenvolvidos diretamente pelo Município ou por instituições de ensino especializadas em educação ou em áreas correlatas ou afins.

Art. 73. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – identificar as áreas e servidores carentes de aperfeiçoamento e estabelecer programas prioritários;

II – planejar a participação do servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal nos programas de aperfeiçoamento e adotar as medidas necessárias para que os afastamentos não causem prejuízo às atividades educacionais.

Art. 74. Os programas de aperfeiçoamento serão conduzidos pela Secretaria Municipal de Educação por:

I – contratação de especialistas ou instituições especializadas, mediante convênios, observada à legislação pertinente;

II – encaminhamento do servidor a organizações especializadas, sediadas ou não no Município;

III – realização de programas de capacitação de diferentes formatos.

Art. 75. Os programas de aperfeiçoamento serão elaborados e organizados anualmente, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos para implementação.

Art. 76. A Secretaria Municipal de Educação realizará reuniões para estudo e discussão de assuntos pedagógicos, divulgação e análise das normas legais e aspectos técnicos referentes à educação e à orientação educacional, para propiciar seu cumprimento e execução.

TÍTULO XI

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

CAPÍTULO I

DA DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR

Art. 77. A Direção de Unidade Escolar será desempenhada por cargo comissionado ou função de confiança, após processo de eleição, nos termos definidos em lei.

Art. 78. Para definição das vagas e nível do cargo de Diretor, será considerada a natureza da escola e o número de alunos matriculados:

I – Escolas Municipais com até 199 (cento e noventa e nove) alunos, 1 (um) Diretor I;

II – Escolas Municipais com 200 (duzentos) até 499 (quatrocentos e noventa e nove) alunos, 1 (um) Diretor II;

III – Escolas Municipais com 500 (quinhentos) alunos ou mais e as Escolas de Educação Integral, 1 (um) Diretor Escolar I e 1 (um) Diretor Adjunto.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições deste artigo, as Unidades Escolares que possuem Programas de Educação específicos, desenvolvidos em tempo integral e de Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas quais será nomeado 1 (um) Diretor e 1 (um) Diretor

Adjunto, independentemente do número de alunos.

Art. 79. O profissional do magistério, eleito como Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino, poderá optar pelo vencimento do cargo em comissão ou pela remuneração do cargo efetivo, sem prejuízo das vantagens permanentes do cargo efetivo.

Art. 80. Ao profissional do Magistério eleito que optar pelo vencimento do cargo em comissão, em nenhuma hipótese será incorporado no todo ou em parte, aos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 81. Os cargos comissionados de direção de unidade escolar e funções de confiança ou gratificadas, número de vagas, carga horária semanal, nível, percentual sobre o vencimento de origem, e remuneração são os estabelecidos nos Anexos V e VI desta Lei.

§ 1º Sobre o vencimento estabelecido no Anexo V desta Lei, não incidirá a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

§ 2º A jornada de trabalho do Diretor de Unidade Escolar será sempre de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 3º Se a função de confiança de Diretor de Unidade Escolar for ocupada por servidor efetivo com carga horária inferior, sua jornada de trabalho será ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, enquanto permanecer no cargo, com proporcional aumento do seu vencimento inicial, sobre o qual será calculada a gratificação de que trata o Anexo VI.

§ 4º O servidor em estágio probatório no serviço público municipal e que ocupar cargo comissionado ou função de confiança de Diretor de Unidade Escolar deverá comprovar exercer simultaneamente, mesmo que em caráter eventual, as atribuições do seu cargo efetivo, para fins da avaliação do estágio probatório.

CAPÍTULO II

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 82. Ao servidor designado para exercício de cargo em comissão aplicar-se-á o disposto no art. 57 da Lei Complementar nº 90/1994.

Art. 83. Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Educação são os relacionados no Anexo IV desta Lei, com os respectivos percentuais de gratificação e observado o vencimento dos níveis estabelecidos na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, podendo o servidor optar pela remuneração do cargo efetivo.

§ 1º O servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal que ocupar cargo comissionado terá direito às promoções estabelecidas nesta Lei, sobre o cargo de origem.

§ 2º Pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos comissionados devem ser ocupados por servidores do quadro de carreira.

CAPÍTULO III

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 84. A função gratificada será concedida aos servidores efetivos e aos estáveis na forma do art. 19 do ADCT, que atuem em unidades educacionais ou organizacionais da Secretaria Municipal de Educação, exercendo atribuições de direção, chefia, coordenação ou assessoramento, além das descritas para os cargos de natureza efetiva para que foram concursados.

§ 1º É vedada a acumulação de 2 (duas) ou mais funções gratificadas.

§ 2º O servidor do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, designado para exercer função gratificada, terá direito às promoções estabelecidas nesta Lei, sobre o cargo de origem.

§ 3º As funções de confiança ou gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, com os respectivos percentuais sobre os vencimentos-base do servidor, são os estabelecidos no Anexo VI desta Lei.

TÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DO ENQUADRAMENTO

Art. 85. Os servidores da Secretaria Municipal de Educação, ocupantes dos cargos de provimento efetivo e os estáveis na forma do art. 19 do ADCT, destinados ao exercício das atividades de docência ou de supervisão, administração escolar e orientação educacional serão, automaticamente, enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, em conformidade com o disposto neste Capítulo.

§ 1º Os títulos e as vantagens permanentes auferidas pelos servidores de que trata o caput deste artigo, apuradas, identificadas e nominadas, na forma prevista no § 1º do artigo 74, da Lei Complementar 445/2005, continuarão identificadas em rubrica própria.

§ 2º As vantagens permanentes conquistadas pelo servidor público continuarão integrando a remuneração quando este for nomeado para outro cargo, em razão de aprovação em concurso público, no Município de Concórdia.

Art. 86. O Poder Executivo constituirá e designará, por ato próprio, Comissão de Enquadramento do Magistério, constituída por 5 (cinco) membros, na forma abaixo:

I – 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III – 1 (um) representante da Assessoria Jurídica;

IV – 1 (um) representante da classe dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por esta escolhido.

Parágrafo único. Para recompor o número de membros da Comissão de Enquadramento do Magistério, quando qualquer deles tiver que se ausentar, será indicado, pelo Secretário Municipal de Educação, como membro ad hoc, 1 (um) servidor daquela Secretaria.

Art. 87 Será de competência da Comissão de Enquadramento do Magistério:

I – elaborar normas complementares de enquadramento que forem necessárias e relacionar as vantagens auferidas pelo servidor com vistas ao enquadramento;

II – elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento.

Parágrafo único. Para cumprir o disposto no art. 87, a Comissão basear-se-á nos assentamentos funcionais dos servidores do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal e nas informações

colhidas junto aos servidores e à chefia do órgão ou unidade educacional respectiva.

Art. 88. No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I – a igualdade de denominação e de atribuições dos cargos;

II – o vencimento do cargo ocupado e o vencimento do cargo no qual se dará o enquadramento;

Art. 89. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 90. A Comissão de Enquadramento do Magistério publicará as listas nominais de enquadramento dos servidores, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 91. O servidor cujo enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá solicitar revisão, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de publicação das listas nominais de enquadramento, mediante requerimento devidamente fundamentado, protocolizado no Setor de Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º Após manifestação da Comissão de Enquadramento do Magistério, a decisão será comunicada ao servidor, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Sendo o pedido deferido, a decisão será publicada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do término do prazo fixado no § 1º deste artigo.

§ 3º Após encerrados os procedimentos estabelecidos neste artigo, o enquadramento será homologado por ato do Prefeito Municipal e os servidores terão direito à nova remuneração prevista nesta Lei, a contar da data do protocolo de seu requerimento.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92. Os proventos dos servidores inativos do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, bem como as pensões, serão reajustados nos termos das disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 93. São partes integrantes desta Lei, os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

Art. 94. Para os casos omissos, aplica-se de forma subsidiária o disposto na Lei Complementar nº 90/1994.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 95. As despesas decorrentes da implantação do presente Estatuto e PCCVM correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 96. A presente Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 97. Fica garantida a manutenção do adicional "Agregação de Vantagens", previsto na forma do parágrafo único, do art. 86, da Lei Complementar 445/2005, no seu valor nominal, atualizado anualmente, nos mesmos índices da correção anual dos

vencimentos, para os servidores do Magistério Público Municipal que o estiverem recebendo na data do início de vigência desta Lei.

Art. 98. Fica assegurada aos servidores de que trata esta Lei, revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 99. Ficam revogadas as Leis Complementares nºs. 445, de 9 de dezembro de 2005; 495, de 21 de setembro de 2007; 531, de 14 de abril de 2009 e 563, de 10 de maio de 2010.

Art. 100. Esta lei e seus efeitos entram em vigor, a partir do primeiro dia do mês subsequente à data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO I

MANUAL DE OCUPAÇÕES DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

(Administração Escolar, Orientação Escolar e Psicopedagogia)

Missão do Cargo

Atuar nas diferentes áreas da educação (administração, planejamento e orientação educacional) com o intuito de garantir a aprendizagem pela execução planejada do Projeto Político Pedagógico – PPP, em busca da plena eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Responsabilidades

- Participar da elaboração de projetos educacionais e das propostas pedagógicas do Sistema Municipal de Ensino e outras atividades que visem à melhoria do processo educacional.

- Coordenar, planejar, orientar e avaliar o processo pedagógico.

- Coordenar o processo de elaboração e atualização do PPP, garantindo o seu cumprimento coletivamente.

- Possibilitar que a escola cumpra sua função social e a construção do conhecimento.

- Diagnosticar junto à comunidade (especialistas, professores, pais e alunos) as suas reais necessidades e recursos disponíveis.

- Contribuir para que todos os servidores da escola se comprometam com o atendimento das reais necessidades dos alunos.

- Atualizar-se continuamente na área de atuação, mediante

pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica e da qualidade do ensino. Participar das formações continuadas, buscando o autoaperfeiçoamento.

- Frente ao trabalho de coordenação pedagógica, quando na falta de professores, contribuir com o Gestor Escolar na busca de alternativas que visem solucionar o problema.

- Executar outras atividades compatíveis com a função, compatíveis com a administração, coordenação e orientação escolar.

Quando atuando em Administração Escolar:

- Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola.

- Providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos, necessários à viabilização do PPP da escola.

- Acompanhar a execução do currículo, objetivando o melhor uso de recursos, bem como a sua permanente manutenção e reposição.

- Viabilizar aos profissionais da escola oportunidade de aperfeiçoamento.

- Coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos da escola, que possibilitem constante avaliação do processo educacional.

- Coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de administração de pessoal.

- Assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela escola.

- Discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades do educando.

- Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares (Associação de Pais e Professores – APP, grêmios estudantis, conselho comunitário, conselho deliberativo, etc.).

- Contribuir com o desenvolvimento das lideranças, coordenando e orientando o processo de escolha via eleição direta de representantes de turma.

Formação:

- Graduação em Pedagogia – licenciatura plena, com habilitação em Administrador Escolar.

- Graduação em Pedagogia – licenciatura plena ou com habilitação em Administração Escolar, mais pós-graduação específica ou afim.

- Graduação em Pedagogia – licenciatura plena ou com habilitação em Administração Escolar, pós-graduação específica ou afim, mais mestrado na área afim.

- Graduação em Pedagogia – licenciatura plena ou com habilitação em Administração Escolar, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Quando atuando em Orientação Escolar:

- Realizar ações e projetos que garantam o acesso e a permanência do aluno na escola.

- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive.

- Orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente.

- Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo.

- Promover a participação dos pais e alunos na construção do PPP da escola.

- Coordenar o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos.

- Promover a participação dos pais e alunos nos conselhos de classe.

- Avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas.

- Atuar em prol da humanização, promovendo reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação, exclusão das classes trabalhadoras, dentre outros assuntos.

- Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola.

- Estimular a reflexão coletiva de valores éticos e humanos (liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade e comprometimento social).

- Contribuir para o desenvolvimento do autoconceito positivo, visando à aprendizagem do aluno, bem como à construção de sua identidade pessoal e social.

- Buscar alternativas coletivas e interdisciplinares para superar problemas de aprendizagem.

- Propiciar ações educativas que estabeleçam o inter relacionamento entre alunos, professores, família, serviços especializados e outros da comunidade escolar, participando da coordenação educacional da unidade escolar e Regimento Interno.

- Realizar encaminhamentos a profissionais especializados quando identificada a necessidade, de acordo com a demanda.

- Participar na orientação de programas culturais, de lazer ou outros, visando o desenvolvimento da comunidade escolar.

Formação:

- Normal Superior e/ou graduação em Pedagogia – licenciatura plena e/ou com habilitação em Orientação Escolar.

- Normal Superior e/ou graduação em Pedagogia – licenciatura plena e/ou com habilitação em Orientação Escolar, mais pós-graduação em nível de especialização específica ou afim.

- Normal Superior e/ou graduação em Pedagogia – licenciatura plena e/ou com habilitação em Orientação Escolar, pós-graduação

específica ou afim, mais mestrado na área afim.

- Normal Superior e/ou graduação em Pedagogia – licenciatura plena e/ou com habilitação em Orientação Escolar, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Quando atuando em Psicopedagogia:

- Ampliar as possibilidades e interesses relativos ao aprender e ao ensinar.

- Diagnosticar as causas das dificuldades de aprendizagem e superá-las.

- Propiciar autonomia de pensamento.

- Produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico relacionado à aprendizagem humana.

- Assumir compromissos éticos e políticos com a educação de qualidade para todos.

- Contribuir com os demais profissionais da educação para a construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária.

- Participar da formulação e implantação de políticas públicas em educação e saúde, relacionadas à aprendizagem e à inclusão social.

Formação:

- Normal Superior e/ou graduação em Pedagogia – licenciatura plena e/ou Psicologia, com especialização em Psicopedagogia.

Atribuições Gerais:

- Agir com ética, respeito e solidariedade perante colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.

- Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático, dos equipamentos e do imóvel junto à comunidade escolar.

- Cumprir suas funções com assiduidade e pontualidade, zelando pela postura profissional, de em conformidade com as normas da instituição. Seguir as normas e determinações da unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do Município.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

PROFESSOR

Missão do Cargo

Desenvolver o educando fornecendo meios para que possa progredir em estudos posteriores e no trabalho, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, complementando a ação da família e da comunidade.

Responsabilidades

- Definir um projeto aplicável a unidade de ensino com relação a proposta pedagógica, sugerindo objetivos gerais e específicos, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais,

interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente.

- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta política pedagógica do estabelecimento de ensino.

- Planejar atividades sistematizadas, desafiadoras e condizentes aos conteúdos e habilidades propostas, estimulando os alunos e contribuindo com seu desenvolvimento.

- Preocupar-se com a formação do aluno para o exercício da plena cidadania.

- Criar situações que elevem a autoestima do educando, tratando-o com afetividade, melhorando o vínculo com o mesmo e consequentemente, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

- Realizar encaminhamentos para profissionais especializados, preenchendo documentação exigida.

- Zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de aceleração no desenvolvimento para os alunos de maior rendimento e de recuperação para os alunos de menor rendimento, utilizando as técnicas e recursos disponíveis.

- Utilizar materiais adequados à faixa etária dos educandos, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo.

- Utilizar diferentes estratégias durante a realização das aulas, atendendo as dificuldades dos alunos com atividades diversificadas, buscando recursos práticos na realidade vivida pelos alunos.

- Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.

- Orientar os alunos na realização de pesquisas e trabalhos curriculares.

- Desenvolver hábitos e atitudes de conservação ambiental.

- Incentivar a prática desportiva, cultural e recreativa, promovendo eventos internos e externos.

- Avaliar o aluno de forma contínua e sistemática dentro do processo de ensino e aprendizagem, conforme legislação nacional e do órgão normatizador.

- Corrigir atividades desenvolvidas, esclarecendo dúvidas quanto às necessidades e carências apresentadas pelos alunos.

- Cooperar com os serviços de orientação e gestão escolar.

- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, participando de reuniões com pais, recebendo-os pessoalmente, individualmente ou em grupo.

- Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, conselhos de classe, reuniões de planejamento, supervisão, campanhas educativas junto à comunidade, entre outras atividades extraclasse promovidas pela direção do estabelecimento de ensino.

- Controlar e registrar a frequência dos alunos.

- Executar o fechamento e registro de médias parciais e finais dos alunos.

- Respeitar e cumprir prazos estabelecidos pela coordenação para a entrega de documentos, projetos, relatórios, planejamentos,

avaliações e outros.

- Avisar, com antecedência, a direção da escola, quando não puder cumprir seu horário de trabalho, organizando-se para que os alunos não tenham prejuízo no conteúdo.

- Atualizar-se continuamente na área de atuação, mediante pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica e da qualidade do ensino. Participar das formações continuadas, buscando o autoaperfeiçoamento.

- Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Quando atuando na Educação Infantil (Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI):

- Atuar como mediador entre a criança e o meio, estimulando a desenvolver-se integralmente, aprendendo gradativamente a linguagem e conceitos.

- Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito.

- Realizar atividades pedagógicas recreativas, colocando-as para praticar dança, correr, aprender sons e músicas, ouvir histórias, entre outros, com o intuito de desenvolver integralmente as crianças (coordenação motora, percepção visual, auditiva, sensorial, atenção, entre outras), respeitando as faixas etárias.

- Avaliar o desenvolvimento da criança por meio de registros sistemáticos e descritivos.

- Dialogar com as famílias das crianças de modo a contribuir, por meio do trabalho docente, para o desenvolvimento da criança, firmando assim, uma educação compartilhada entre instituição de ensino e família.

- Desenvolver o currículo, priorizando a linguagem e o movimento por meio do brincar.

- Planejar e executar atividades que promovam o desenvolvimento infantil nos aspectos social, afetivo, estético e cognitivo.

- Responsabilizar-se para desenvolver a rotina pedagógica da Instituição, por meio de atividades com os alunos (recepção, alimentação, repouso e atividades dirigidas).

Quando atuando na Educação Especial:

- Contribuir para a obtenção de uma educação inclusiva de qualidade, atuando em centros educacionais e núcleos de educação infantil, visando garantir a participação dos alunos com deficiência nas classes comuns, buscando novos mecanismos para favorecer a prática pedagógica e a inclusão escolar.

- Suprir as dificuldades encontradas pelo educando, auxiliando-o na realização das suas atividades, acompanhando individualmente o processo de realização da mesma.

- Realizar atendimentos extraclasse, a fim de melhorar a memória, percepção, criatividade, coordenação motora, organização espacial e temporal, esquema e imagem corporal, coordenação viso-motora, análise e síntese, figura e fundo, memória lógico-matemática, entre outros.

- Contribuir para que haja um trabalho conjunto entre família e escola, para um melhor desenvolvimento do educando, prestando orientações aos pais dos alunos.

- Definir, juntamente com a equipe técnico-administrativa e professores regentes do estabelecimento de ensino, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados.

- Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o boletim de notas do aluno com necessidades educativas especiais.

- Realizar a troca de experiências com outros profissionais da Unidade Escolar ou do Núcleo de Educação no qual participa, inclusive de reuniões mensais com a equipe multiprofissional.

- Atuar nas salas de recursos multifuncionais, desenvolvendo o plano de trabalho específico ao trabalho nesse espaço educacional.

Formação

Professor – Educação Infantil:

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – educação infantil.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – educação infantil, mais pós-graduação específica ou afim.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – educação infantil, pós-graduação específica ou afim, mais mestrado na área afim.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – educação infantil, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Professor – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – séries iniciais.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – séries iniciais, mais pós-graduação específica ou afim.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – séries iniciais, pós-graduação específica ou afim, mais mestrado na área afim.

- Habilitação em nível superior, licenciatura plena, graduação em Pedagogia – séries iniciais, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Professor – Anos Finais do Ensino Fundamental

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior, licenciatura plena.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior licenciatura plena, mais pós-graduação específica ou afim.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior licenciatura plena, pós-graduação específica ou afim mais mestrado na área afim.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior

licenciatura plena, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Professor – Educação Especial

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior, licenciatura plena.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior, licenciatura plena, mais pós-graduação específica ou afim.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior licenciatura plena, pós-graduação específica ou afim, mais mestrado na área afim.

- Habilitação específica na área de atuação, em nível superior, licenciatura plena, pós-graduação específica ou afim, mestrado na área afim, mais doutorado.

Atribuições Gerais:

- Agir com ética, respeito e solidariedade perante colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.

- Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático, dos equipamentos e do imóvel junto à comunidade escolar.

- Cumprir suas funções com assiduidade e pontualidade, zelando pela postura profissional, de em conformidade com as normas da instituição. Seguir as normas e determinações da unidade escolar e da Secretaria Municipal de Educação.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do Município.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

ANEXO II

QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CODIFICAÇÃO DOS CARGOS	FORMAÇÃO	VENCIMENTO (R\$)
Professor	10	10 horas	10.12	Graduação	475,02
	500	20 horas			950,04
	10	30 horas			1.425,05
	30	40 horas			1.900,08
Especialista em Educação	5	20 horas	11.12	Graduação	950,04
	35	40 horas			1.900,08

ANEXO III

QUADRO SUPLEMENTAR DE CARGOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

CARGO	Nº DE VAGAS OCUPADAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CODIFICAÇÃO DOS CARGOS	FORMAÇÃO	VENCIMENTO (R\$)
-------	----------------------	-----------------------	------------------------	----------	------------------

Professor	74	20 horas	10.10	Magistério	806,97
	3		10.11	Licenciatura Curta	864,19
	22		10.13	Pós-Graduação	1.064,05
	12	40 horas	10.10	Magistério	1.613,95
	5		10.13	Pós-Graduação	2.128,10
Especialista em Educação	2	40 horas	10.15	Pós-Graduação	2.128,10

ANEXO IV

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº DE ORDEM	CARGO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	GRATIFICAÇÃO
1	Secretário Municipal de Educação	1	Subsídio previsto em legislação própria	
2	Diretor Administrativo	1	2	80%
3	Diretor Pedagógico	1	2	80%
4	Chefe do Departamento Administrativo	1	3	40%
5	Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos	1	3	40%
6	Chefe do Departamento de Educação Infantil	1	3	40%
7	Chefe do Departamento de Ensino Fundamental I	1	3	40%
8	Chefe do Departamento de Ensino Fundamental II	1	3	40%
9	Encarregado da Seção de Atividades Integradoras	1	4	40%
10	Encarregado da Seção de Convênios	1	4	40%
11	Encarregado da Seção de Formação	1	4	40%
12	Encarregado da Seção de Transporte Escolar	1	4	40%
13	Responsável do Setor de Manutenção	1	5	40%
14	Responsável do Setor de Projetos Pedagógicos	1	5	40%
15	Controlador da Divisão de Almo-xarifado	1	6	20%
16	Controlador da Divisão de Logística Administrativa	1	6	20%

ANEXO V

CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR

Nº DE ORDEM	CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO (R\$)
1	Diretor Escolar I	6	40	3.040,00
2	Diretor Escolar II	11	40	2.755,00
3	Diretor Escolar III	9	40	2.470,00
2	Diretor Adjunto	6	40	2.470,00

ANEXO VI

FUNÇÕES DE CONFIANÇA OU GRATIFICADAS

Nº DE ORDEM	FUNÇÃO	NÍVEL	Nº DE VAGAS	PERCENTUAL SOBRE O VENCIMENTO DE ORIGEM
1	Direção Escolar I	1	6	60%
2	Direção Escolar II	2	11	45%
3	Diretor Escolar III	3	9	30%
4	Diretor Escolar Adjunto	3	6	30%
3	Chefia	-	5	30%
4	Assessoramento	-	10	20%
5	Coordenação de CMEIS, de modalidades esportivas e de áreas de formação continuada	-	32	50%

ANEXO VII

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA OU GRATIFICADAS

Ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – AGENTE POLÍTICO compete:

- Coordenar e supervisionar a política educacional da Rede Municipal de Ensino.
- Gerir e autorizar a execução do orçamento da Secretaria Municipal de Educação.
- Supervisionar a política de gestão de pessoal do Magistério Público Municipal, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração.
- Solicitar a contratação de servidores e primar pelo bom uso dos recursos públicos.
- Primar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.
- Definir e supervisionar a execução de obras, reformas e/ou melhorias nos espaços.
- Coordenar e viabilizar o planejamento a curto, médio e longo prazo, das questões estruturais e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação.
- Garantir a manutenção e efetivação dos instrumentos de gestão democrática.
- Representar a Secretaria e/ou a Municipalidade em todas as instâncias, sempre que necessário.

Ao DIRETOR ADMINISTRATIVO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.
- Coordenar e supervisionar todos os procedimentos relativos aos controles: orçamentário e financeiro; patrimonial; contratação, remanejamento, avaliação e encaminhamentos de pessoal; cartão ponto de servidores, com responsabilidade de vistar os cartões de chefia do Departamento Administrativo e Direções de

unidades escolares;
compras e distribuição de materiais, alimentos, equipamentos e obras;
transporte escolar e de servidores;
convênios de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação;
obras, reformas e/ ou melhorias nas unidades escolares;
escrituração escolar.

- Proporcionar atendimento ao público e às Direções de Escolas e Coordenações dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, especialmente nos assuntos relacionados a questões de ordem administrativa e legal.

- Receber, encaminhar, orientar e supervisionar os documentos, de qualquer natureza, que sejam de responsabilidade de Secretaria Municipal de Educação.

- Manter-se atualizado acerca dos assuntos e questões relativas à educação, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

- Supervisionar os processos:
seletivos para contratação de professores;
de remoção de professores.

- Zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.

- Contribuir na elaboração e definição das políticas para a educação da Rede Municipal de Ensino.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

- Representar o Secretário Municipal de Educação em sua ausência, assumindo suas responsabilidades, sempre que solicitado.

Ao DIRETOR PEDAGÓGICO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Coordenar e supervisionar todas as ações relativas aos controles de:

matrículas de alunos na Rede Municipal de Ensino;
condições de acesso e permanência de alunos nas unidades escolares e CMEIs;
ações pedagógicas desenvolvidas nos espaços escolares, a partir das diretrizes e proposta pedagógica definidas nas Conferências Municipais de Educação;
disciplinas e carga horária dos professores e profissionais da educação, bem como vistar os cartões ponto dos Chefes de Departamentos, Encarregados de Seções e Responsáveis de Setores;
projeto de Formação Continuada para Gestores, Profissionais da Educação e Conselhos Escolares;
programa de oficinas socioeducativas e de Educação em Tempo Integral;
eventos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação;
construção da política de Educação Especial;
cursos de origens diversas para profissionais da educação;
materiais didático-pedagógicos para as Unidades Escolares;
calendário escolar;
certificação da Formação Continuada;
encaminhamentos e decisões relativos às questões pedagógicas, juntamente com Chefes de Departamentos.

- Proporcionar atendimento ao público e às Direções de Escolas e Coordenações de CMEIs, especialmente nos assuntos relacionados a questões de ordem pedagógica.

- Manter-se atualizado acerca dos assuntos e questões relativas à educação, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

- Zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.

- Contribuir na elaboração e definição das políticas para a educação da Rede Municipal de Ensino.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

- Acompanhar e verificar encaminhamentos, de qualquer natureza, a outras Unidades.

- Representar o Secretário Municipal de Educação em sua ausência, assumindo suas responsabilidades, sempre que solicitado.

Aos CHEFES DE DEPARTAMENTO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações específicas do Departamento.

- Responsabilizar-se pelo controle dos horários e atividades dos servidores do Departamento.

- Orientar e zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.

- Contribuir na elaboração e definição das políticas para a educação da Rede Municipal de Ensino.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

- Acompanhar e verificar encaminhamentos, de qualquer natureza, a outras Unidades.

Aos ENCARREGADOS DE SEÇÃO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações específicas da Seção.

- Orientar e zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.

- Providenciar logística adequada para eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

- Acompanhar e verificar encaminhamentos, de qualquer natureza, a outras Unidades.

Aos RESPONSÁVEIS DE SETOR compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações específicas do Setor.

- Orientar e zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.
- Controlar e executar as atividades relacionadas a projetos pedagógicos e manutenção das edificações da Secretaria Municipal de Educação.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

- Acompanhar e verificar encaminhamentos, de qualquer natureza, a outras Unidades.

Aos CONTROLADORES DE DIVISÃO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações específicas da Divisão.

- Orientar e zelar pela conservação do patrimônio pertencente à Secretaria.

- Controlar e executar as atividades relacionadas a logística e estoque de equipamentos, materiais e alimentos para merenda escolar.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

- Participar da composição de Conselhos e/ou Comissões, quando necessário.

Aos DIRETORES DE UNIDADES ESCOLARES compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações administrativas e pedagógicas da unidade escolar.

- Orientar, zelar e controlar o patrimônio pertencente à unidade escolar.

- Responsabilizar-se pelo controle dos horários e atividades dos servidores da respectiva unidade escolar.

- Manter controle dos estoques de alimentos, materiais de limpeza e didáticos.

- Acompanhar a execução do cardápio escolar e, juntamente com as Agentes de Alimentação e Nutrição, efetuar a conferência das planilhas com dados dos estoques e das refeições servidas e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar as ações relativas aos servidores pertencentes à unidade: férias, licenças de qualquer natureza, acidente de trabalho, substituições, cumprimento da carga horária, desempenho das funções e demais ações pertinentes.

Aos COORDENADORES DOS CMEIs compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar e supervisionar todas as ações administrativas e pedagógicas da unidade.

- Orientar, zelar e controlar o patrimônio pertencente à unidade.

- Responsabilizar-se pelo controle dos horários e atividades dos servidores do CMEI.

- Manter controle dos estoques de alimentos, materiais de limpeza e didáticos.

- Acompanhar a execução do cardápio escolar e, juntamente com as Agentes de Alimentação e Nutrição, efetuar a conferência das planilhas com dados dos estoques e das refeições servidas e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar as ações relativas a pessoal pertencente à unidade: férias, licenças de qualquer natureza, acidente de trabalho, substituições, cumprimento da carga horária, desempenho das funções e demais ações pertinentes.

- Atender às determinações dos superiores.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

Aos gratificados pelo exercício de função de DIREÇÃO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Exercer a coordenação dos CMEIs, de áreas de formação continuada e do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, responsabilizando-se pelo controle de todas as atividades pertinentes à sua área de atuação.

- Controlar e supervisionar todas as ações administrativas e pedagógicas de sua área de atuação.

- Orientar, zelar e controlar o patrimônio pertencente à unidade.

- Manter controle dos estoques de alimentos, materiais de limpeza e didáticos.

- Acompanhar a execução do cardápio escolar e, juntamente com as Agentes de Alimentação e Nutrição, efetuar a conferência das planilhas com dados dos estoques e das refeições servidas e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação.

- Controlar as ações relativas a pessoal pertencente à unidade: férias, licenças de qualquer natureza, acidente de trabalho, substituições, cumprimento da carga horária, desempenho das funções e demais ações pertinentes.

- Atender às determinações dos superiores.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

Aos gratificados pelo exercício de função de CHEFIA compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Exercer, em unidade administrativa, função distributiva e de controle de serviços ou de gerência de projetos especiais.

- Responsabilizar-se pelo controle de todas as atividades pertinentes à sua área de atuação.

- Zelar pelo patrimônio público.

- Atender às determinações dos superiores.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

Aos gratificados pelo exercício de função de ASSESSORAMENTO compete:

- Colaborar para o cumprimento de todas as atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

- Exercer funções de assessoramento às diretorias ou chefias ou quando designados em comissões especiais, temporárias ou comissões de serviços técnicos/especializados ou, ainda, quando respondam ou acumulem funções de servidores em férias ou em gozo de qualquer uma das licenças previstas no art. 107 da Lei Complementar nº 90/1994.

- Participar das atividades das comissões para as quais foram designados.

- Zelar pelo patrimônio público.

- Atender às determinações dos superiores.

- Atender ao público com cortesia e urbanidade.

Lei Nº 4.366, de 22 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.366, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Ensino Especial

Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 19.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2017 Ações do Ensino Fundamental

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 7.160,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.601.0022.2023 Ações da Promoção da Produção Vegetal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 56.000,00

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 131.160,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 19.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2019 Ações da Merenda Escolar para as Creches

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.160,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 131.160,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Ações da Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.361.0019.1005 Modernização e Organização Administrativa - SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0019 Transferências do FUNDEB R\$ 349.300,00
Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações da Educação Infantil
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 24.000,00
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 6.500,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0024 Recursos de Convênios R\$ 150.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0024 Recursos de Convênios R\$ 535.550,40

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.122.0054.2106 Modernização e Organização Administrativa do FMS
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos da Saúde R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.115.350,40.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Lei Nº 4.367, de 28 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.367, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza baixa de bens integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar baixa de bens, pertencentes ao patrimônio do Município, na forma abaixo:

I - furtado: 1 (um) bebedouro garrafão, modelo Advanced, marca Masterfrio, série motor 127358, cor branca, série 513104553, código patrimonial 28713;

II - por demolição: 1 (uma) edificação, em alvenaria, antigas instalações da Escola Isolada Lageado Guilherme, com 85,09m2, código patrimonial 28626.

Art. 2º Fica o Poder Executivo, pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS autorizado a dar baixa de 1 (um) violão, AC 39 NA, marca Memphis Tagima, capa em lonita, código patrimonial 343, pertencente ao patrimônio do FMAS, furtado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Lei Nº 4.368, de 29 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.368, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Altera dispositivos da Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações, que dispõem sobre a contratação temporária de professor substituto, para atender necessidade de excepcional interesse público.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações, que dispõem sobre a contratação temporária de professor substituto, para atender necessidade de excepcional interesse público, terá os seguintes dispositivos alterado e acrescido:

I - fica acrescida a expressão: "exceto o Prêmio Assiduidade, de que trata o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério

Público Municipal de Concórdia - PCCVM", ao § 1º do art. 5º;

II - fica acrescido § 3º ao art. 8º, com a seguinte redação:

"Art. 8º ()

§ 3º A penalidade de demissão do serviço público, em qualquer ente da Federação e suas entidades da Administração Indireta, inabilita o profissional para a ocupação de função ou emprego de que trata esta Lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2011.

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 5.645, de 21 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.645, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "h" e "m", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações e considerando a Resolução nº 425/2010, do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e TJSC - AC nº 1988.083917-9.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 2.997,00m², necessária para abrigar instalações de Unidades Administrativas do Município, caracterizada como: parte integrante da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuada como parte da Quadra "H", da propriedade Itaíba, situada na Rua 29 de Julho, Bairro Itaíba, nesta cidade, de propriedade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Departamento Regional de Santa Catarina, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 8.906, Livro nº 2 - "AL".

Parágrafo único. No imóvel constante no caput deste artigo, existem 4 (quatro) edificações, com áreas de 116,15m², 295,08m², 456,37m², 600,19 e 1.068,19m².

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.646, de 21 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.646, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Permite o uso de bem imóvel, pertencente ao patrimônio do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI e 91, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, à entidade Associação de Portadores de Deficiência Física, Águias de Concórdia SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61, o uso das instalações da sala nº 2, localizada no Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini, nesta cidade, com área de 21,62m².

Parágrafo único. Para efetivar a permissão, será celebrado Termo de Permissão de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade interessada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.647, de 22 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.647, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.364, de 22 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.122.0079.2454 Manutenção do Centro de Eventos
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 20.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 20.01 Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade 27.122.0074.2451 Manutenção das Atividades-Meio da FMEC
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0019.1005 Modernização e Organização Administrativa - SEMED
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.0.0019 Transferências do FUNDEB R\$ 343.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0089 Recursos Ordinários R\$ 216.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 559.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.648, de 22 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.648, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.366, de 22 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Ensino Especial
Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 19.000,00
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2017 Ações do Ensino Fundamental
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 7.160,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.601.0022.2023 Ações da Promoção da Produção Vegetal
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 56.000,00

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 131.160,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação
Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 19.000,00
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.365.0017.2019 Ações da Merenda Escolar para as Creches
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.160,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade 08.122.0033.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 131.160,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de outubro de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Ações da Educação Infantil
Projeto/Atividade 12.361.0019.1005 Modernização e Organização Administrativa - SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0019 Transferências do FUNDEB R\$ 349.300,00

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações da Educação Infantil
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 24.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação R\$ 6.500,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0024 Recursos de Convênios R\$ 150.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0024 Recursos de Convênios R\$ 535.550,40

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0054.2106 Modernização e Organização Administrativa do FMS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receita de Impostos e de Transferências de

Impostos da Saúde R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.115.350,40.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Decreto Nº 5.649, de 24 de Novembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.649, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 5.623, de 23 de setembro de 2011, que regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.623, de 23 de setembro de 2011, que regulamenta a Lei nº 4.341, de 23 de setembro de 2011, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia, terá os seguintes dispositivos revogado e alterado:

I - fica revogada a alínea "b" do inciso II;

II - o § 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

§ 1º A obrigação de que trata o caput deste artigo será facultativa para os profissionais liberais (pessoa física) a que se refere o art. 38 do Código Tributário Municipal e aos microempreendedores individuais." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.650, de 28 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 5.650, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.259, de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.243.0060.2203 Ações de Assistência a Criança, ao Adolescente e a Família
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0051 Programa Sentinela R\$ 4.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.000,00.

Art. 2º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2010, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.243.0060.2203 Ações de Assistência a Criança, ao Adolescente e a Família
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0051 Programa Sentinela R\$ 4.493,71

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.493,71.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 841/2011, de 22 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 841/2011, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.
Concede abono de permanência à servidora WALKIRIA BORILLE MORTARI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora WALKIRIA BORILLE MORTARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 22 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 842/2011, de 23 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 842/2011, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LUCIA MERI BRANDÃO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2011, à servidora LUCIA MERI BRANDÃO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 843/2011, de 23 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 843/2011, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 236/2011, de 28 de fevereiro de 2011 e alteração, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso II do art. 2º do Decreto nº 236/2011, de 28 de fevereiro de 2011 e alteração, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de dezembro de 2011:

"Art. 2º ()

a) MAURO MARTINI;" (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida ao servidor MAURO MARTINI, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de dezembro de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 844/2011, de 24 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 844/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ROGERIO STRINGHINI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2011, ao servidor ROGERIO STRINGHINI, ocupante do cargo de Farmacêutico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de março de 2002 a 11 de março de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 845/2011, de 24 de Novembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 845/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor VELCIR PEREIRA DUARTE.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2011, ao servidor VELCIR PEREIRA DUARTE, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de dezembro de 2005 a 6 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 24 de novembro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Resolução Nº 53/2011 de 02 de Dezembro de 2.011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 53/2011 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2.011
Disciplina sobre a eleição dos Conselheiros Tutelares, em substituição a resolução nº 52/2011 de 21 de novembro de 2011.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo do artigo 139 da Lei nº 8.069/90 e Artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e de acordo com plenária realizada no dia 1º de novembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - O presente ato estabelece procedimentos que norteiam a eleição do Conselho Tutelar do Município de Concórdia, que ocorrerá no dia 03 de dezembro de 2011, das 9h às 17h, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, conforme Edital de Eleição Pública nº 1/2011 e alterações.

Art. 2º - Serão instaladas doze Mesas Receptoras com urnas eletrônicas no local de eleição, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, para viabilizar o pleito.

Parágrafo Único - Para cada Mesa Receptora haverá uma cabina para ser resguardado o sigilo do voto, na forma de Lei.

Art. 3º - A Mesa Receptora será constituída por:

- I - Presidente;
- II - Mesário;
- III - Secretário.

§ 1º - As atribuições dos integrantes relacionados nos itens II e III, serão designados pelo Presidente da Mesa Receptora de votos.

§ 2º - Em caso de necessidade o Presidente poderá requisitar, entre os eleitores de comprovada idoneidade moral, auxílio para a realização dos trabalhos.

§ 3º - Os mesários serão nomeados pelo Presidente da Comissão de Eleição, entre os eleitores do Município de Concórdia, de preferência com formação universitária.

Art. 4º - Caso os equipamentos eletrônicos não possam ser utilizados por qualquer motivo, serão disponibilizadas cédulas oficiais impressas, que serão confeccionadas pelo CMDCA, em modelo único, conforme Anexo II deste Ato, as quais deverão ser rubricadas pelos membros da Mesa Receptora.

Art. 5º - O votante deverá identificar-se através de documento de identidade oficial com fotografia.

Art. 6º - Às 17h, o Presidente da Mesa Receptora, ordenará que sejam distribuídas senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentem após o horário.

Art. 7º - Encerrada a votação o Secretário lavrará a ata, detalhada, das ocorrências durante os trabalhos.

Art. 8º - No local de funcionamento da eleição, após o encerramento dos trabalhos e a lavratura da ata, os membros da Mesa Receptora e os membros da Comissão Eleitoral, procederão a apuração,

registrando ao final, em mapa próprio o resultado apurado.

§ 1º - Todos os documentos, consignados no artigo 10, serão encaminhados à Comissão de Eleição, que, divulgará o resultado final no primeiro dia útil seguinte a apuração do resultado depois de transcorrido o prazo de recurso que se encontre em tramite ou pendente de decisão, e proclamará os eleitos.

§ 2º - Os recursos do resultado final da eleição deverão ser impetrados perante a Comissão de Eleição, no prazo de dois dias e não terá efeito suspensivo, conforme o Edital de Eleição Pública nº01/2011 e alterações.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Eleição, obedecendo os princípios da moralidade e formalidade, fazendo-se os registros necessários.

Art. 10 - São adotados os formulários a seguir relacionados, conforme modelos constantes dos Anexos I a VI, partes integrantes do presente Ato, os quais serão destinados à Eleição dos Conselheiros Tutelares, objeto do Edital de Eleição Pública nº 1/2011 e alterações:

- I - Relação de Votantes;
- II - Cédula de Votação;
- III - Ata de Votação;
- IV - Ata de Apuração;
- V - Credencial de Fiscal;
- VI - Mapa de Apuração.

Art. 11- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Presidente do CMDCA

ANEXO I

RELAÇÃO DE VOTANTES

Sequencia	Matricula	Eleitor	Assinatura

ANEXO II

CÉDULA DE VOTAÇÃO

ANEXO III

ATA DE VOTAÇÃO

Mesa nº _____

Aos três dias do mês de dezembro de 2011, reuniram-se na sala _____ da Escola de Educação Básica Deodoro, componentes da Mesa Receptora de Votos, a cima referida.

Integraram a mesa os seguintes membros:

Houve substituições? Quais as nomeações feitas?

Número (numeral e por extenso) dos votantes por urna, de cada Mesa, que compareceram e votaram.
Ocorrências

Escreva aqui o inteiro teor da decisão proferida em caso de dúvidas, problemas ou acontecimentos ocorridos durante a votação. Nas folhas de votação há rasuras, emendas ou entrelinhas? Esta Ata tem rasuras, emendas ou entrelinhas?

Assinatura dos mesários e fiscais

OBS.: na falta de espaço, utilizar o verso, não esquecendo de colocar as assinaturas dos mesários.

ANEXO IV

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Concórdia, 03 de dezembro de 2011

Ata de Apuração da Eleição Pública do Conselho Tutelar

Aos três dias do mês de dezembro de 2011, às xxhxxmin, na Escola de Educação Básica Deodoro reuniu-se a Comissão Eleitoral responsável pela Eleição Pública do Conselho Tutelar, sob a Coordenação da Sra. Cirlei Giombelli. A eleição transcorreu de forma tranquila ocorrendo apenas DESCREVER RESUMIDAMENTE OS INCIDENTES E AS SOLUÇÕES. Às xxhxxmin concluída a digitação de todos os boletins de urna, deu-se por encerrados os trabalhos de apuração obtendo-se os seguintes resultados: a) Eleitorado apto xxxxxx; b) Comparecimento de xxxxxx eleitores o que representa xxxxxx% do eleitorado apto; c) Votos brancos xxx; d) Votos Nulos xxx; e) Candidatos eleitos por ordem de classificação: 1º Nome do candidato com xxx votos; 2º Nome do candidato com xxx votos; 3º Nome do candidato com xxx votos; 4º Nome do candidato com xxx votos; e 5º Nome do candidato com xxx votos. Nada mais havendo para ser relatado, assinam a presente ATA de apuração e o Mapa de Totalização os membros da comissão eleitoral:

Nome do Membro
Nome do Membro
Nome do Membro
Nome do Membro

nome do Membro

ANEXO V

CREDENCIAL DE FISCAL

Mesa nº _____

Nome do Fiscal Nome do Candidato

Data: ____/____/____.

Comissão Eleitoral

ANEXO VI

MAPA DE APURAÇÃO

	Se- ção 1	Se- ção 2	Se- ção 3	Se- ção 4	Se- ção 5	Se- ção 6	Se- ção 7	Se- ção 8	Se- ção 9	Se- ção 10	Se- ção 11	Se- ção 12	Total
Elei- tores Aptos													
Com- pa- reci- mento													

Falto- sos													
Candi- datos													
Bran- co													
Nulo													
Total													
Eleito- rado Apto	%												
Com- pa- reci- mento													
Abs- ten- ção													

Portaria Nº 163/2011, de 24 de Novembro de 2011 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA PORTARIA Nº 163/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - DARLAN BALBINOTT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 1º de dezembro de 2011;

II - EDSON LUIS GONÇALVES, ocupante do cargo de Diretor-Geral/Superintendente, no período de 9 a 30 de dezembro de 2011;

III - ELAINE ROMAN BUSSOLO, ocupante de cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos, a partir de 1º de dezembro de 2011;

IV - MARIA DE FATIMA SAVI COLDEBELLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a partir de 22 de novembro de 2011;

V - MARINES ZAGO DE VARGAS, ocupante do cargo de Secretário Escolar, a partir de 21 de novembro de 2011;

VI - TABARA PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 1º de dezembro de 2011;

VII - VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração



Portaria Nº 164/2011, de 1º de Dezembro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 164/2011, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante do cargo de Médico:

a) relativo à matrícula 76864-04, a partir de 14 de dezembro de 2011;

b) relativo à na matrícula 76864-02, a partir de 29 de dezembro de 2011;

II - JOSE MODOLON DANDOLINI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Infraestrutura do Meio Rural, no período de 1º a 11 de dezembro de 2011;

III - MICHEL CRISTOFFER FAVERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 28 de novembro de 2011;

IV - VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 11 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
MARIA SUELI S. BIGATON
Secretária Municipal de Administração, em exercício

ADENDO 01 ao Edital Tomada de Preços Nº 45/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 45/2011 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação da Rua Amazonas, no Bairro dos Estados, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste edital, foi alterado. Ficando os prazos para protocolo dos envelopes de Habilitação, Proposta Técnica, Proposta de Preço e a abertura da licitação para a mesma data e horário.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 6 de dezembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato Nº 227/2011 - PMC

Contrato Nº: 227/2011 1ªTA 227/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 21/2011

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905199000000.0 1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905199000000.0 3010000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.

Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 14/12/2011

Valor R\$ 21.572,56(VINTE E HUM MIL E QUINHENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 243/2011 - PMC

Contrato Nº: 243/2011 1ªTA 243/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 20/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905198000000.0 1190000

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.

Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 17/12/2011

Valor R\$ 66.300,60(SESENTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS E SESENTA CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 258/2011 - PMC

Contrato Nº: 258/2011 1ªTA 258/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 24/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0 1190000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 07/01/2012

Valor R\$ 23.921,11(VINTE E TRES MIL E NOVECENTOS E VINTE E HUM REAIS E ONZE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 270/2011 - PMC

Contrato Nº: 270/2011 1ªTA 270/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 26/2011

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905199000000.0 3010000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CMEI PRIMEIROS PASSOS.

Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 19/03/2012

Valor R\$ 32.681,19(TRINTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E OITENTA E HUM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 279/2011 - PMC

Contrato Nº: 279/2011 1ªTA 279/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: M.W CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 19/2011
Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.344905107000000.03550000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material, mão de obra e equipamento) para execução de obra.
Vigência: Início: 29/11/2011 Término: 01/02/2012
Valor R\$ 8.413,46(OITO MIL E QUATROCENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 280/2011 - FUMAS

Contrato Nº: 280/2011 M 1ªTA 280/2011
Contratante: FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA
Contratada: MS EQUIPAMENTOS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME
Licitação: Pregão500060/2011
Objeto: Aquisição de equipamentos novos.
Vigência: Início: 23/11/2011 Término: 06/11/2012
Valor R\$ 380,00(TREZENTOS E OITENTA REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 319/2011 - PMC

Contrato Nº: 319/2011 1ªTA 319/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: CV MÓVEIS MODULADOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 22/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903016000000.01190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903017000000.01190000
Objeto: AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 19/12/2011
Valor R\$ 4.860,40(QUATRO MIL E OITOCENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 320/2011 - PMC

Contrato Nº: 320/2011 1º TA 320/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: EJAQ SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 22/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903016000000.01190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903017000000.01190000
Objeto: AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 19/12/2011
Valor R\$ 392,16(TREZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 322/2011 - PMC

Contrato Nº: 322/2011 1ªTA 322/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 22/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903016000000.01190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903017000000.01190000
Objeto: AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE

EXPEDIENTE PARA ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 19/12/2011
Valor R\$ 2.931,50(DOIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E HUM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 220/2011 - PMC

Contrato Nº: 220/2011 2º TA 220/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: MATEUS SPRICIGO - ME
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 14/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905199000000.03010000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra.
Vigência: Início: 29/11/2011 Término: 10/12/2011
Valor R\$ 35.052,92(TRINTA E CINCO MIL E CINQUENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

Extrato 3º TA Contrato Nº 203/2011 - PMC

Contrato Nº: 203/2011 3º TA 203/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 16/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material, mão de obra e equipamento) para execução de obra.
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 10/03/2012

Extrato 4º TA Contrato Nº 169/2011 - PMC

Contrato Nº: 169/2011 4ªTA 169/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: BRITTER RODOVIAS LTDA
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 4/2011
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01160000
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01440000
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000
Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação em CAUQ e drenagem pluvial Eem diversas ruas deste Municipio.
Vigência: Início: 30/11/2011 Término: 05/01/2012
Valor R\$ 9.435,35(NOVE MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS)

Extrato do Convênio Nº 111/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 111/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, em exercício, senhor NEURI ANTONIO SANTHIER e a EQUIPE COGESTORA DO PARQUE ESTADUAL FRITZ PLAUMANN - ECOPEF, inscrita no CNPJ sob nº 08.722.809/0001-39, representada pelo seu Presidente, senhor RAFAEL LEÃO.

OBJETO: Conjunção de esforços para a valorização e conservação da Floresta Estacional Decidual (Floresta do Rio Uruguai), mediante a realização do IV Aniversário do Parque Estadual Fritz Plau-mann.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 24 de novembro de 2011.

Extrato do Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável Nº 5/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE
DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 5/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 5/2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela sua Secretária Municipal de Administração, em exercício, senhora MARIA SUELI S. BIGATON e os senhores MARIA DA GLORIA CADORE e FABIANO MARCOS CADORE.

OBJETO: Aquisição da área de terras de 287,85m2, para ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Amigo da Criança.

VALOR: R\$ 66.000,00, que será pago pelo Município após assinada a escritura de compra e venda.

DATA DA ASSINATURA: 30 de novembro de 2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 111/2011

DECRETO Nº 111/2011, 05 DE DEZEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta; o Código Tributário Municipal (Lei nº 11/99 e suas alterações posteriores), especialmente nos termos da Lei Complementar n. 29/2003 e Lei Complementar n. 30/2004 e demais legislações pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2012, de conformidade com a Lei Complementar 30/2004, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Os tributos que serão arrecadados mediante a apuração pelo movimento econômico variável serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor originário desta apuração, e, após o vencimento serão até a data do efetivo pagamento serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 4º Os vencimentos constantes do anexo Único, deste Decreto, serão até a data fixada no Calendário fiscal, podendo o Contribuinte antecipar o seu pagamento.

Art. 5º Os tributos não constantes neste Calendário Fiscal serão pagos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Art. 6º A atualização monetária para todos os tributos municipais em 2012, conforme preconiza o art. 59 da Lei Complementar n. 029/2003, fica estipulada em %5,95 (cinco vírgula noventa e cinco por cento), considerando o IGPM (dezembro/2010 a novembro/2011).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta – SC, 05 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário de administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO AO DECRETO N. 111/2011

CALENDÁRIO FISCAL PARA 2012

MESES	IPTU/TCL/ TPPS	ISS	SERV. ÁGUA	TLLP / ALVARÁ SANTI- TÁRIO
		PARCELAMENTO		
Janeiro				
Fevereiro		10/02/2012	10/02/2012	29/02/2012
Março	10/03 (1ª ou única)	10/03	10/03	
Abril	10/04	10/04	10/04	
Mai	10/05	10/05	10/05	
Junho	10/06	10/06	10/06	
Julho	10/07	10/07	10/07	
Agosto		10/08	10/08	
Setembro		10/09	10/09	
Outubro		10/10	10/10	
Novembro		10/11	10/11	
Dezembro		10/12	10/12	
		10/01/2013	10/01/2013	

*IPTU e CM – 16% desconto para pagamento a vista, conforme Anexo 1.9, da Lei 675/05.

*Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Legenda:
IPTU – Imposto Predial e territorial Urbano

TCL – Taxa de Coleta de Lixo
 TPPS – Taxa para Prestação de Serviço
 ISS – Imposto Sobre Serviço
 Serv. De Água – Taxa pelo Fornecimento de Água
 TLLP – Taxa de Licença para Localização e Permanência
 CM – Contribuição de Melhoria

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Secretário de administração, Fazenda e Planejamento

Decreto Nº 112/2011

DECRETO No 112 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.
 "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO
 NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

05 - Secretaria Municipal de Cultura e Esportes
 05.01 - Secretaria Municipal de Cultura e Esportes
 05.01.13.392.2507.2.005 - 3.3.90.00 - 01.00 - 50 - Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 2o Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.00 - Recursos Ordinários. .

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 113/2011

DECRETO No 113 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigo 11 da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1o Fica remanejado o valor de R\$ 67.154,15 para a seguinte dotação orçamentária:

Da: 04.00 - Secretaria de Educação
 04.01 - Secretaria de Educação
 Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.022 - Manutenção do FUNDEB

Modalidade de Aplicação: 319000 - 01.19 - 14 R\$ 17.607,86
 Modalidade de Aplicação: 449000 - 01.19 - 16 R\$ 49.546,29

Para: 04.00 - Secretaria de Educação
 04.01 - Secretaria de Educação
 Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.022 - Manutenção do FUNDEB
 Modalidade de Aplicação: 319000 - 01.18 - 13 R\$ 67.154,15

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 01 de dezembro de 2011.
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº 494/2011

PORTARIA Nº 494/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
 "DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ANDRÉIA BERTOLDI GABRIEL, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
 Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 495/2011

PORTARIA Nº 495/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
 "DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. TATIANE AMADO, ocupante do cargo de Professora de Inglês - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 496/2011

PORTARIA Nº 496/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. PATRICIA MARCHI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Pré II - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 497/2011

PORTARIA Nº 497/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. VANDA INÊS CITADELLA PEDROSO, ocupante do cargo de Professora de Reforço Escolar - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 498/2011

PORTARIA Nº 498/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ELESTRANA CARLA LEVER, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Ensino Religioso - 10hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 499/2011

PORTARIA Nº 499/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. VALESKA BRIANCINI ZANARDI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Educação Tecnológica - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 500/2011

PORTARIA Nº 500/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. FERNANDA PIT, ocupante do cargo de Professora de Educação Física - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 501/2011

PORTARIA Nº 501/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. LEANDRA CASO-NATTO BREANSINI, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 502/2011

PORTARIA Nº 502/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. LEILA PAGLIARINI, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 503/2011

PORTARIA Nº 503/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. IVANDRA ROSTI-ROLLA MULLER, ocupante do cargo de Professora de Artes e Habilidades Artísticas- 10hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 504/2011

PORTARIA Nº 504/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. IVANDRA ROSTIROLLA MULLER, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 505/2011

PORTARIA Nº 505/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. MARILENE SALETE VANAZI, ocupante do cargo de Professora de Artes e habilidades Artísticas - 10hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 506/2011

PORTARIA Nº 506/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. MARILENE SALETE VANAZI, ocupante do cargo de Professora de Educação Especial - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 507/2011

PORTARIA Nº 507/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ANDRÉIA LANZARINI DI DOMENICO, ocupante do cargo de Professora de Reforço Escolar - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 508/2011

PORTARIA Nº 508/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ANDRÉIA LANZARINI DI DOMENICO, ocupante do cargo de Professora de Artes e Habilidades Artísticas - 10hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 509/2011

PORTARIA Nº 509/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. DAIANE FÁVERO, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Ciências/Agroecologia - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 510/2011

PORTARIA Nº 510/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ANA PAULA DAL SANTO, ocupante do cargo de Professora de Atividades Desportivas - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 511/2011

PORTARIA Nº 511/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ADRIANA FAVARETTO, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 512/2011

PORTARIA Nº 512/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. JULIANA BREANCINI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - 20hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 513/2011

PORTARIA Nº 513/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. ANE CRISTINA BRIANCINI, ocupante do cargo de Professora de Educação Física - 10hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 514/2011

PORTARIA Nº 514/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. ANDRÉ DETONI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais - 10hs semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 515/2011

PORTARIA Nº 515/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 468/2001 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, a Sra. NOELI FERRARI TECCHIO, ocupante do cargo de Orientadora de Atividades Pedagógicas - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 516/2011

PORTARIA Nº 516/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. SÉRGIO PAULO RIBEIRO, ocupante do cargo de Professor de Musica - Instrumento e Coral - ACT, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 517/2011

PORTARIA Nº 517/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º da Lei Municipal nº 468/2001 e Lei Municipal 858/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por término de contrato, o Sr. ORLANDO VILLA SANCHES, ocupante do cargo de Professor de Musica - Fanfarra Escolar - ACT, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 30 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 518/2011

PORTARIA Nº 518/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.70, XXV, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir a Sra. MONICA CARNIEL, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 519/2011

PORTARIA 519/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 3% sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora, Sra. SONIA FATIMA CENCI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 520/2011

PORTARIA Nº 520/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. JOSIANE MATTOS CARNEIRO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/02/2010 a 14/02/2011, que serão gozadas no período de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

JOSIANE MATTOS CARNEIRO Ciente em: ____/____/____

Portaria Nº 521/2011

PORTARIA Nº 521/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Gerente de Administração Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2010 a 01/01/2011, que serão gozadas no período de 16/01/2012 a 30/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

EMANUELLE CELLA TOZZO Ciente em: ____/____/____

Portaria Nº 522/2011

PORTARIA Nº 522/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E CONVERSÃO EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público, Sr. FLARI RAFAEL TRICHES, ocupante do cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10/03/2010 a 09/03/2011, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em abono pecuniário, correspondente ao período de 02/01/2012 a 11/01/2012 e 20 (vinte) dias serão gozados no período de 12/01/2011 a 31/01/2011.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias e ao abono pecuniário será paga no mês de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

FLARI RAFAEL TRICHES Ciente em: ____/____/2011

Portaria Nº 523/2011

PORTARIA Nº 523/2011, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. MÁRCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 31/01/2011, que serão gozadas no período de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 483/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

MÁRCIA ZANETTE Ciente em: ____/____/____

Portaria Nº 524/2011

PORTARIA Nº 524/2011, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor Municipal, Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 27/06/2010 a 26/06/2011, que serão gozadas no período de 02/01/2012 a 21/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

IVONEI BREANSINI Ciente em: ____/____/____

Portaria Nº 525/2011

PORTARIA Nº 525/2011, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. KATIA ROSY GRANDO, ocupante do cargo de Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18/01/2010 a 17/01/2011, que serão gozadas no período de 02/01/2012 a 31/01/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

KATIA ROSY GRANDO Ciente em: ____/____/____

Extrato de Licitação Nº 11/2011 FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a todos os interessados, que estará realizando processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor valor unitário por item, nos termos da Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007.

Processo Adm. Nº.: 13/2011 FMS

Edital: Pregão Presencial Nº.: 11/2011 FMS

Tipo: Menor Preço unitário por item.

Objeto: Contratação de empresas (Laboratório Químico) para realizar exames laboratoriais em pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município para o exercício de 2012.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 21/12/2011.

Abertura dos Envelopes: 09:20 horas do dia 21/12/2011.

O Edital na íntegra e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, nos dias úteis, de Segunda à Sexta feira, durante o horário de expediente, ou pelo fone (049) 3358-9100.

Cordilheira Alta em 06 de dezembro de 2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Extrato de Licitação Nº 30/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2011

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2011

A Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, nos termos da Lei 10.520/02, Decreto Municipal 017, de 17 de janeiro de 2007 e Decreto 075 de 07 de março de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços sob nº 30/2011, do tipo menor preço unitário por item, tendo como objeto: Aquisição de Combustível, Gasolina Comum e Óleo Diesel, destinado ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município para o exercício de 2012, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos. Os envelopes serão aceitos até as 09:00 horas do dia 20 de dezembro de 2011, e Credenciamento será realizado a partir das 09:00 horas do dia 20 de dezembro de 2011. Abertura da sessão será realizada às 09:20 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. O Edital na íntegra e demais Informações, podem ser obtidos, de segunda a sexta-feira, no departamento de Compras e Licitações no horário de expediente da Prefeitura Municipal, situada na Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 06 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Resultado de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 11.427.163/0001-71 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2011 - PR Processo Administrativo: 10/2011 Processo de Licitação: 10/2011 Data do Processo: 17/11/2011
	Folha: 1/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Pregoeiro Municipal, Sr(a) CLOVIS FIDELIS GRANDO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 10.520/2002, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2011
b) Licitação Nr.: 8/2011-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 01/12/2011 Sequência: 1
e) Objeto da Licitação Aquisição de móveis para escritório e equipamentos de informática, a serem instalados na Unidade de Saúde deste Município

f) Fornecedores e Itens Adjudicados:

	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total do Item</u>
--	----------------	-------------------	-----------------------	---

CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA (124)

1	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO INTERNO MULTILAMINADO ANATÔMICOS, NAS DIMENSÕES DO ASSENTO 427x449x15MM E ENCOSTO 355x413x15MM, COM ESPUMA INJETADA E DENSIDADE CONTROLADA DE 45 À 55, ESPESSURA DE 43MM, ESTOFADO SEM COSTURAS, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO NA COR VERDE ESCURO, COM BORDA PVC E BORDADO PERSONALIZADO CONFORME ANEXO AO EDITAL	73	-	123,00	8.979,00
2	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVO, COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO INTERNO MULTILAMINADO ANATÔMICOS, COM ESPUMA INJETADA ESTOFADO SEM COSTURAS, COM REVESTIMENTO EM TECIDO E BORDADO NO ENCOSTO, ACABAMENTOS EM BORDAS PVC, BASE DA CADEIRA COM ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO COM CAPA DE PROTEÇÃO EM POLIPROPILENO INJETADO, MECANISMO BACK-SYSTEM, COM SISTEMA DE INCLINAÇÃO ATRAVÉS DE MÚLTIPLAS LAMINAS, ACIONANDO TOQUES NA ALAVANCA, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DE ENCOSTO E ALTURA ATRAVÉS DE PISTÃO A GÁS E COM SUPORTE DE BRAÇO EM AÇO COM REGULAGEM DE ALTURA. REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO NA COR VERDE ESCURO, COM BORDA PVC E BORDADO PERSONALIZADO CONFORME ANEXO AO EDITAL	12	-	222,00	2.664,00

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
SECRETÁRIO

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Presidente da Comissão de Licitação

CARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
MEMBRO



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2011 - PR

Processo Administrativo: 10/2011
 Processo de Licitação: 10/2011
 Data do Processo: 17/11/2011

Folha: 2/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA (124)

3	MESA ESTAÇÃO OVAL - EM MADEIRA MDP 25MM REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO DE BAIXA PRESSÃO, NAS CORES NOCE E PRETA. ACABAMENTO NAS BORDAS COM PERFIL DE PVC 180° 25 MM COM FECHAMENTO NOS CANTOS COM FITA PVC DE 2MM. DUTOS P/ PASSAGEM DE FIAÇÃO EM POLIESTIRENO INJETADO DE 60 MM DE DIÂMETRO. TAMPO NAS MEDIDAS DE 120 x 180 x 70 x 74 CM. SUSTENTAÇÃO HORIZONTAL SUPERIOR COM TUBO 20x30 ESPESSURA DE 0,90 MM, SUSTENTAÇÃO VERTICAL COM DUAS BARRAS DE TUBO DE AÇO SEMI-OBLONGO 25x60 ESPESSURA 0,90MM. CALHA COM PASSAGEM DE FIAÇÃO REMOVÍVEL EM AÇO 0,60MM ESTAMPADO COM FUIROS DECORATIVOS. BÂLCÃO MEDINDO 70x40x74 SERVINDO DE BASE EM UM DOS LADOS DA MESA COM TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA MDP DE 25 MM REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURAZDO DE BAIXA PRESSÃO. MONTADO COM 4 GAVETAS, TODAS ELAS COM ESTRUTURA EM AÇO CARBONO CHAPA ESPESSURA 0,6MM. FRENTE DAS GAVETAS EM CHAPA DE MADEIRA MDP 15MM, REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO DE BAIXA PRESSÃO, COM BORDAS EM PVC 1MM. GAVETAS DELIZANTES EM CORREDIÇAS METÁLICAS COM PINTURA EPÓXI-PÓ COM ROLDANAS DE POLIACETAL, E COM FECHAMENTO AUTOMATICO. CARGA DE 15 KG POR GAVETA. FECHATURA FRONTAL MULTIPLA. UMA PORTA AO LADOCOM DOBRADIÇAS EM ZAMAK COM FIXAÇÃO POR PARAFUSO, COM FECHAMENTO AUTOMATICO, ÂNGULO DE ABERTURA DE 95°, CANECO 25MM. PUXADORES TIPO CONCHA 96MM EM POLIPROPILENO.	1	-	598,00	598,00
7	ARMÁRIO DE AÇO - ARQUIVO EM AÇO RAO 4/61 COM 04 GAVETAS, CHAPA, 26, NAS DIMENSÕES 1300X470X710MM NA COR CINZA.	4	-	325,00	1.300,00
8	POLTRONAS FIXAS - POLTRONA FIXA DE APROXIMAÇÃO, ESTRUTURA E BRAÇOS CROMADOS, REVESTIDA EM TECIDO NA COR VERDE ESCURO, COM BORDADO PERSONALIZADO CONFORME ANEXO AO EDITAL.	2	-	420,00	840,00
9	CONJUNTO ESPERA 03 LUGARES - CONJUNTO PARA ESPERA COM 03 LUGARES, ESTRUTURA PRETA, ESPUMA INJETADA, REVESTIDA EM TECIDO POLIPROPILENO, NA COR VERDE ESCURO, COM BORDADO PERSONALIZADO CONFORME ANEXO AO EDITAL	10	-	270,00	2.700,00
11	POLTRONA GIRATÓRIA DIRETOR, ESTRUTURA E BRAÇOS CROMADOS, BASE À GÁS, RELAX, REVESTIDA EM TECIDO NA COR VERDE ESCURO, COM BORDADO PERSONALIZADO CONFORME ANEXO AO EDITAL.	1	-	410,00	410,00
Total do Fornecedor:				17.491,00	

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
 SECRETÁRIO

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Presidente da Comissão de Licitação

CARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
 MEMBRO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2011 - PR

Processo Administrativo: 10/2011
 Processo de Licitação: 10/2011
 Data do Processo: 17/11/2011

Folha: 3/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME (862)

4	ESTAÇÃO DE TRABALHO, TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA MDP 25MM, REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO DE BAIXA PRESSÃO NAS CORES NOCE E PRETA. ACABAMENTO NAS BORDAS INTERNAS DA MESA COM PERFIL DE PVC 180° 25MM, E NAS BORDAS LATERAIS COM FICA DE PVC 2MM. DUTOS P/ PASSAGEM DE FIAÇÃO EM POLIESTIRENO INJETADO DE 60MM DE DIAMETRO. PAINEL CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA MDP 15MM REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO BAIXA PRESSÃO. CALHA DE PASSAGEM DE FIAÇÃO REMOVÍVEL DE CHAPA DE AÇO ESPESSURA 0,60MM COM FUROS DECORATIVOS. ESTRUTURA CENTRAL CONFECCIONADA COM CHAPA DE AÇO 1,20MM DOBRADA COM SEIS LADOS 100x100x740, CALHA P/ PASSAGEM DE FIAÇÃO SACÁVEL PELO LADO DE DENTRO, FIXAÇÃO DO PAINEL ATRAVÉS DE MINIFIX PRESO AO PÉ COM REBITE DE ROSCA. SUPORTE DELIZANTE COM REGULAGEM DE ALTURA PARA DESNÍVEL DE PISO. GAVETEIRO FIXO TRES GAVETAS, CORPO EM MELAMÍNICO 15MM, CORPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA MDP 15MM, REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO COM BAIXA PRESSÃO. AS GAVETAS DESLIZAM EM CORREDIÇAS METÁLICAS COM ROLDANAS DE POLIACETAL, E COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO EM TODAS AS GAVETAS. CARGA DE 15 KG POR GAVETA. PUXADORES TIPO CONCHA 96MM EM POLIPROPILENO. FECHADURA FRONTAL DE AÇO CROMADO, TRAVAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. FIXAÇÃO COM PARAFUSOS E BUCHAS COM ROSCAS.	11	-	550,00	6.050,00
5	ARMÁRIO Estante FECHADO COM DUAS PORTAS NAS COR NOCE. TAMPO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA DE 25MM REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO TEXTURIZADO DE BAIXA PRESSÃO. ACABAMENTO NAS BORDAS COM FITA DE PVC 2MM. COPOR E PORTAS DO ARMÁRIO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MADEIRA MDP 15MM REVESTIDA EM AMBAS AS FACES COM MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO. COM QUATRO PRATELEIRAS, TODAS EM CHAPA DE MADEIRA MDP 15 MM EM MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO. PRATELEIRAS COM REGULAGEM DE ALTURA. DELIZDORES NOS ROPADÉS PARA SOLUCIONAR DESNIVEIS DO PISO. DOBRADIÇAS EM ZAMAK COM FIXAÇÃO POR PARAFUSO, COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO, ÂNGULO DE ABERTURA 95°, CANECO 25MM.PUXADORES TIPO CONCHA 96MM EM POLIPROPILENO. FECAHDURA DE AÇO CROMADO, TRAVAMENTO INDIVIDUAL.	6	-	480,00	2.880,00
12	BALCÃO RECEPÇÃO EM "L" DIREITO OU ESQUERDO, CONTENDO GAVETEIRO COM 05 GAVETAS, SUPORTE PARA CPU/ESTABILIZADOR E TECLADO RETRÁTIL COM TAMPO DE VIDRO TEMPERADO 10MM, COM ESPAÇADOR CROMADO, TAMPO SUPERIOR EM MDF 25 MM E CORPO EM MDF 15MM TAM 1,60X1,60X0,60M	1	-	3.999,00	3.999,00

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
 SECRETÁRIO

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Presidente da Comissão de Licitação

CARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
 MEMBRO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 11.427.163/0001-71
 R. Celso Tozzo, 27
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 8/2011 - PR

Processo Administrativo: 10/2011
 Processo de Licitação: 10/2011
 Data do Processo: 17/11/2011

Folha: 4/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME (862)

13	SERVIDOR CORPORATIVO PROCESSADOR QUAD-CORE XEON 5410 - CACHE DO PROCESSADOR L2 12 MB MEMÓRIA 4 GB PC2-5300 FB-DIMM DDR2 667 MHZ - DISCO RÍGIDO: DUAS UNIDADES DE 250 GB SATA HOT PLUG MÍDIA ÓPTICA: DVD-ROM - MEMÓRIA DE VIDEO 32 MB; PLACA DE REDE 10/100/1000; - PORTAS USB 6; FONTE DE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE (1); GABINETE TORRE; 3 ANOS DE GARANTIA NO SITE; TECLADO E MOUSE;	1	-	6.300,00	6.300,00
14	MICRO COMPUTADOR COMPLETO CONTENDO AS CARACTERÍSTICA MÍNIMAS: PROCESSADOR 2.7 GHZ 2MB; MEMÓRIA RAM DDR2 2GB 800MHZ; DISCO RÍGIDO DE 320 GB (SATA) COM 7200RPM; DVDRW; TECLADO MULTIMÍDIA ABNT2 PS2; MOUSE OPTICO C/ SCROLL PS2 OU USB; TORRE SMART; ESTABILIZADOR 220/110V;	6	-	1.450,00	8.700,00
15	Notebook com configurações mínimas de: Processador 2,13 GHz, 3MB Cachê L3 Sistema Operacional Windows 7 Home Basic ; Memória Ram 4GB (DDR3, PC3-8500); Disco Rígido (HD) 500GB; Unidade Ótica DVD+RW (Gravador de CD 24x, Gravador de DVD 8x); Leitor de Cartões MMC/ MS/MS Pro/MS Duo/ SD ; Webcam 1.3 Megapixel; Tela LCD 14,0" WXGA, TFT, Widescreen, 1366x768 (tecnologia LED); Rede 10/100/1000 Mbps; Wireless (rede sem Fio); Portas de Conexão □1x VGA; 3 USB; 1 RJ-45; 1 Microfone; 1 fone Ouvido; Teclado Português Brasil, 88 Teclas + 3 Teclas de acesso rápido; Mouse Tipo Touchpad, com toque múltiplo, Scroll, 2 Botões ; Fonte 100~240V Automático; Bateria Li-ion 4400 mah;	2	-	2.000,00	4.000,00
16	MONITOR 17" LCD o TAMANHO DA TELA 17W o BRILHO 250 CD o CONTRAST RATIO DC15000:1(TYP 600:1) o RESOLUÇÃO 1440X900 o TEMPO DE RESPOSTA 8MS o ÂNGULO DE VISÃO (HORIZONTAL/VERTICAL) 160°/150° (CR>10) o NÚMERO DE CORES 16.2M o INTERFACE ANALOG RGB o SICRONISMO DO SINAL SEPARATE H/V, COMPOSITE, SOI o COR DO GABINETE HIGH GLOSSY BLACK	6	-	600,00	3.600,00

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
 SECRETÁRIO

CLOVIS FIDELIS GRANDO
 Presidente da Comissão de Licitação

CARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
 MEMBRO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTACNPJ: 11.427.163/0001-71
R. Celso Tozzo, 27
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 8/2011 - PR

Processo Administrativo: 10/2011
Processo de Licitação: 10/2011
Data do Processo: 17/11/2011

Folha: 5/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME (862)**

17	NOBREAK 2400 VA POWER SINUS BIFX SENOIDAL BIVOLT SENOIDAL ON-LINE - SIMPLES CONVERSÃO. ESTABILIZADOR INTERNO: COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO. FILTRO DE LINHA INTERNO. MICROPROCESSADO: EQUIPADO COM ALTA TECNOLOGIA DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) QUE PROPORCIONA MELHOR PERFORMANCE E CONFIABILIDADE NO FUNCIONAMENTO DO NOBREAK E AOS EQUIPAMENTOS CONECTADOS. FUNÇÃO TRUE RMS: PERMITE UMA MELHOR REGULAÇÃO DE TENSÃO DE SAÍDA. AUTO TESTE: AO SER LIGADO, O EQUIPAMENTO AUTO-EXECUTA UMA ROTINA DE TESTES EM SEUS CIRCUITOS INTERNOS. RECARGA AUTOMÁTICA DAS BATERIAS MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO. INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE (SISTEMA PLL). FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA. DC START: PERMITE SER LIGADO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. LEDS QUE INDICAM AS CONDIÇÕES DO NOBREAK: MODO REDE, MODO INVERSOR/BATERIA, FINAL DE AUTONOMIA, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, BATERIAS EM CARGA, SAÍDA PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE: TRUE SERIAL - RS232. OPÇÃO PARA USB: ATRAVÉS DE SMS POWER VIEW CONNECTIVITY ADAPTER. SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE ENERGIA (SMS POWER VIEW): FUNÇÕES COMO RELATÓRIO DE EVENTOS, TEMPERATURA, TENSÃO DE ENTRADA E SAÍDA, POTÊNCIA, CARGA DA BATERIA, FREQUÊNCIA DE REDE, SHUTDOWN E RESTORE PROGRAMÁVEIS. NET ADAPTER II (OPCIONAL): PERMITE AO USUÁRIO CONTROLAR E MONITORAR O NOBREAK VIA REDE LOCAL (TCP/IP). TECLA LIGA / DESLIGA TEMPORIZADA COM FUNÇÃO MUTE: EVITA ACIONAMENTOS ACIDENTAIS OU INVOLUNTÁRIOS. FUNÇÃO MUTE INIBIDOR DE ALARME SONORO. MODELO MONOVOLT: ENTRADA 220V E SAÍDA 220V. MODELO BIVOLT AUTOMÁTICO: ENTRADA 115-127V OU 220V E SAÍDA 115V. POWER VIEW - SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE ENERGIA: FUNÇÕES COMO RELATÓRIO DE EVENTOS, TEMPERATURA, TENSÃO DE ENTRADA E SAÍDA, POTÊNCIA, TENSÃO DE BATERIA, FREQUÊNCIA DE REDE, SHUTDOWN E RESTORE PROGRAMÁVEIS, FUNÇÃO NIGHT OFF E WAKE-UP	1	-	3.850,00	3.850,00
----	---	---	---	----------	----------

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
SECRETÁRIOCLOVIS FIDELIS GRANDO
Presidente da Comissão de LicitaçãoCARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
MEMBRO

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTACNPJ: 11.427.163/0001-71
R. Celso Tozzo, 27
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 8/2011 - PR

Processo Administrativo: 10/2011
Processo de Licitação: 10/2011
Data do Processo: 17/11/2011

Folha: 6/6

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME (862)**

18	ESTABILIZADOR POTÊNCIA NOMINAL DE 300 VA MODELOS ENTRADA BIVOLT (115V/220V) FILTRO DE LINHA INTEGRADO 5 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO TRUE RMS GABINETE PLÁSTICO ANTI-CHAMA SINALIZAÇÃO VISUAL: REDE NORMAL, REDE BAIXA CRÍTICA, REDE ALTA CRÍTICA CHAVE LIGA/DESLIGA FRONTAL EMBUTIDA QUATRO TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NEMA 5-15 PROTEÇÃO DE SOBRE CARGA PROTEÇÃO DE TENSÃO DE SAÍDA PROTEÇÃO DE SOBRE-TEMPERATURA PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO PORTA FUSÍVEL EXTERNO COM UMA UNIDADE RESERVA	6	-	85,00	510,00
----	--	---	---	-------	--------

Total do Fornecedor: 39.889,00**Total Geral: 57.380,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo: 3.683,42

Cordilheira Alta, 1 de Dezembro de 2011.

FLARI RAFAEL TRICHES
SECRETÁRIOCLOVIS FIDELIS GRANDO
Presidente da Comissão de LicitaçãoCARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN
MEMBRO

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 1583/11- EXONERA A PEDIDO, RAUL SERGIO LARSEN, do CARGO de AUXILIAR Administrativo.

PORTARIA Nº 1583/11

EXONERA A PEDIDO, RAUL SERGIO LARSEN, DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, RAUL SERGIO LARSEN, do cargo de Auxiliar Administrativo, admitido pelo Concurso Público 001/08, nomeado através da Portaria nº 372/08 de 15 de abril de 2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 24 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1584/11 - DISPÕE SOBRE A RESCISÃO do Contrato de TRABALHO da SRA. FRANCIELI BRONSTRUP, do CARGO de PROFESSOR ACT.

PORTARIA Nº 1584/11

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SRA. FRANCIELI BRONSTRUP, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de FRANCIELI BRONSTRUP, do cargo de Professor ACT, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 1233/11, de 03 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 30 de novembro de 2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1589/11 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 6, à SERVIDORA VALQUIRIA MICHALAK.

PORTARIA Nº 1589/11

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 6, à SERVIDORA VALQUIRIA MICHALAK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 6, à servidora VALQUIRIA MICHALAK, para responder pela Coordenação de Controle Interno, junto a Controladoria Interna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de dezembro de 2011, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1510/11 de 22 de setembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 02 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1590/11 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4, ao SERVIDOR RODOLFO PINHEIRO DUARTE.

PORTARIA Nº 1590/11

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4, AO SERVIDOR RODOLFO PINHEIRO DUARTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, ao servidor RODOLFO PINHEIRO DUARTE, para responder pela Coordenação da Fiscalização de Tributos e Posturas, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 02 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.709/2011

LEI Nº 4.709/2011

DENOMINA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) DO BAIRRO SANTO ANTONIO DE PÁDUA DE "BERNARDO VON MÜLLER BERNECK"

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominada de BERNARDO VON MÜLLER BERNECK", o Centro de Educação Infantil (CEI)) instalado na Rua Juvenal Caetano da Silva, Bairro Santo Antonio de Pádua.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desta lei, o termo de responsabilidade e cooperação para a construção do Centro de Educação Infantil da Empresa Berneck S/A Painéis e Serrados.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de novembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei N. 4.703/2011

LEI N. 4.703/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Curitiba, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET. TRANSP
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
3390000000.00.221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.702/2011

LEI Nº 4.702/2011

AUTORIZA O IPESMUC A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento específico do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba -SC, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos sete mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

08.00 INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
08.01 INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
09.272.0007.2.026 Manutenção das Atividades do IPESMUC - Executivo
3.3.90.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

MONICA SARTOR
Diretora Executivo IPESMUC

Lei Nº 4.704/2011

LEI Nº 4.704/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 12.746,80 (doze mil, setecentos e quarenta e seis mil reais e oitenta centavos):

SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM
03.01 FUNREBOM
06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM
4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.730,00
4490000000.00.0170 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.016,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 12.746,80

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 12.746,80 (doze mil, setecentos e quarenta e seis mil reais e oitenta centavos):

SUPLEMENTAÇÃO:

03.00 FUNREBOM
03.01 FUNREBOM
06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM
4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.730,00
4490000000.00.0170 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.016,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 12.746,80

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 12.746,80 (doze mil, setecentos e quarenta e seis mil reais e oitenta centavos):

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.705/2011

LEI Nº 4.705/2011
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 543.600,00 (quinhentos e quarenta e três mil e seiscentos reais):

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1003 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - SECRET. DE ADM.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08.244.0005.1007 OBRAS DE ASSISTENCIA SOCIAL
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08.244.0020.2081 MANUT. DAS AÇÕES DO BEM ESTAR SOCIAL
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 9.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
13.392.0017.2095 ELEIÇÃO DA RAINHA DA EXPOCENTRO
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEM. MUNIC.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0019.1026 PAV. DO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROM. E EXTEN. RURAL.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 47.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMBIENTAIS E POL. DE PR.
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1019 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 48.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1021 CONSTR. AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 55.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
17.512.0021.1029 OBRAS DE CAP. DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESG. DOM.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
22.661.0025.1037 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE IND.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 66.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
23.695.0026.1039 CONSTRUÇÃO DE PORTAIS.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
26.781.0019.2078 MANUT. DO AEROPORTO MUNICIPAL.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

23.695.0026.2080 MANUT. DAS ATIV. P/ DESEN. DO TURISMO LOCAL.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 10.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.1015 CONSTR. E REF. DE GINÁSIOS E ÁREAS ESPORTIVAS.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 26.600,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.1016 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 543.600,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 543.600,00 (quinhentos e quarenta e três mil e seiscentos reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0005 PAGAMENTO AO PASEP.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. ADMIN.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.600,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL

20.602.0023.1033 OBRAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 330.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL

20.606.0024.2085 MANUT. DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 543.600,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 543.600,00 (quinhentos e quarenta e três mil e seiscentos reais):

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.706/2011

LEI Nº 4.706/2011

INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 4.563/2010 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2011 - LDO/2011.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluída no Demonstrativo XVI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais da Lei n. 4.563/2010 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011, no Programa 002 - Administração, Planejamento e Finanças a seguinte ação:

"1.004 - REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL"

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de novembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.708/2011

LEI Nº 4.708/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSUMIR OS CUSTOS DAS AUTORIZAÇÕES DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR REPRESENTADAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir os custos das Autorizações de Internação Hospitalares - AIH's para a Fundação Hospitalar de Curitiba, "Hospital Hélio Anjos Ortiz", com sede na Rua Altino Gonçalves de Farias, 1832, neste município, inscrito na CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, na importância de R\$ 62.965,61 (sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais, sessenta e um centavos), referente ao valor das internações que excederam as AIH's - fornecidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, no ano de 2010.

Art. 2º - O valor referido no artigo 1º será repassado a Fundação Hospitalar de Curitiba, "Hospital Hélio Anjos Ortiz", que prestará contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60

(sessenta dias), após a publicação da presente lei.

Art. 3º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.710/2011

LEI Nº 4.710/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Nilson Silva de Souza, inscrito no CPF sob n. 769.714.739-49, do lote 11 da quadra 04 A (antiga quadra 19) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a sudeste de Rua Juvenal José Rodrigues, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 20 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 12 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 10 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.711/2011

LEI Nº 4.711/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Luiz Ricardo Maurilio, inscrito no CPF sob n. 052.918.349-86, do lote 13 da quadra 03 A (antiga quadra 18) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 432,00 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), localizado na esquina da Avenida Fernando Damiani com Prologamento da rua Edgar Ko Freitag, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o lote 12;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o Prolongamento da Rua Edgar Ko Freitag;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com a Avenida Fernando Damiani.

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com o Lote 14 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.712/2011

LEI Nº 4.712/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Nilson Silva de Souza, inscrito no CPF sob n. 769.714.739-49, do lote 10 da quadra 04 A (antiga quadra 19) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Juvenal José Rodrigues, entre o lote 09 e 11 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 21 da mesma quadra e loteamento;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra e loteamento

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o Lote 09 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro

do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.713/2011

LEI Nº 4.713/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Osni Carlos Medeiros, inscrito no CPF sob n. 632.706.179-68, do lote 04 da quadra 19 A (antiga quadra 34) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a Nordeste da Rua Projetada "D", entre o lote 03 e o lote 05 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 03 da mesma quadra e loteamento;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra e loteamento;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 15 da mesma quadra e loteamento
Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Projetada "D".

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e sete na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Projeto de Lei Nº 104/2011

PROJETO DE LEI Nº 104/2011

LEI Nº 4.707/2011

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 4.572/2010 do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 15.477,76 (quinze mil, quatrocentos e setenta e sete reais, setenta e seis centavos) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
004.122.0002.1004 REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.447,76

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no superávit financeiro do exercício de 2010

conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.003/2011 no valor de R\$ 15.447,76 (Quinze mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 7 de novembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

7 de novembro de 2011

OF/PROJUR/304/2011.

Assunto: Projeto de Lei nº 104/2011

Senhor Presidente

Encaminhamos à apreciação de vossas Excelências o Projeto de Lei nº 104/2011 que objetiva a abertura de crédito especial do orçamento da Prefeitura Municipal junto a Lei Orçamentária aprovada pela Lei Municipal nº 4.572/2010

Atenciosamente

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Valdeci Garcia

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

Curitiba - SC

Decreto Nº 4.110/2011

DECRETO Nº 4.110/2011

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENS. FUND.

4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 55.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 55.000,00

Art. 2º. Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.

4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 55.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 55.000,00

Art. 3º. Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.

4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso FUNDEB no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.

4490000000.00 .103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 95.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais).

Art. 7º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2063 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC. ESTADUAL

3390000000.00 .063 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 17.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Edital de Pregão Presencial Nº 171/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de um veículo para uso na secretaria de administração, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/12/2011. A partir das 16:00 horas do dia 19/12/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 05 de Dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 172/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de veículos para uso na secretaria de obras e administração, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/12/2011. A partir das 14:00 horas do dia 19/12/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 05 de Dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

Editais de Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº40/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº40/2011.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Ampliação da Unidade de Saúde Central do Município - 3ª etapa, os serviços que contemplam esta etapa estão detalhadamente descritos no memorial descritivo, na planilha de orçamento global e na planta baixa da obra, que são anexos deste edital, totalizando uma área de 327,94 m². O prazo final para entrega dos envelopes é o dia 22/12/2011 às 14h00, os interessados poderão ter acesso a integral do Edital no www.curitiba.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente no Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitiba, 05 de dezembro de 2011.
ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO
Presidente CPL

Ermo**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 23/2011 - Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de combustíveis p/ serem utilizados nos veículos e máquinas da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2012, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:15 hs do dia 20/12/11 e abertura as 08:30 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 às 12:00 hs.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Forquilha**PREFEITURA****Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 70/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 70/2011
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO
Nº9912237223 (PMF-78/2009)

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

DO OBJETO - O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do subitem 6.1, alíneas "a" e "b" da Cláusula Sexta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência do Contrato.

DO PRAZO - 01/01/2012 à 31/12/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 27 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Portaria Nº 2066/2011**

PORTARIA N.º 2.066 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JOCELAINE FERREIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº. 050.080.499-09, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, por 21 horas semanais, a partir de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2067/2011

PORTARIA N.º 2.067 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLIVINO MORAIS DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 386.115.709-87, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de

01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2068/2011

PORTARIA N.º 2.068 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011, de 24 de março de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RUDE RICHTER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 219.813.109-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2069/2011

PORTARIA Nº 2.069, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1085/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária do servidor SIMONE PILLON DELFES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.031.339-42, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 17 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2070/2011

PORTARIA N.º 2.070 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIRENE DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.143.819-23, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de dezembro de 2011 até 01 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2071/2011

PORTARIA N.º 2.071 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 14 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 029.997.749-82, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2011 até 04 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2072/2011

PORTARIA N.º 2.072 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 14 de dezembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.989-76, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2011 até 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2073/2011

PORTARIA N.º 2.073 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 025 de 14 de dezembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2011 até 30 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2074/2011

PORTARIA N.º 2.074, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora LUCIMARA ROTHMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.829.109-23, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2075/2011

PORTARIA N.º 2.075, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora SUELEM MARINA VANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.881.099-75, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, por 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2076/2011

PORTARIA N.º 2.076, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA HILLESHEIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.388.949-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, por 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2077/2011

PORTARIA N.º 2.077 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADAIR ERASMO PASINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 436.990.909-06, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2078/2011

PORTARIA N.º 2.078 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIDINEI MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.980.349-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2079/2011

PORTARIA N.º 2.079 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DARCY DE ALMEIDA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 590.322.789-91, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2080/2011

PORTARIA N.º 2.080 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027, de 13 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO MARIA PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.624.729-20, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2081/2011

PORTARIA N.º 2.081 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 25 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOCELAINE FERREIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 050.080.499-09, na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de dezembro de 2011 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2082/2011

PORTARIA N.º 2.082 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 25 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ZÉLIA APARECIDA MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.588.569-14, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de dezembro de 2011 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0160/2011-PMF RP 0074

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0160/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0074/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de lavagem dos veículos da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de janeiro a dezembro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 28/12/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0161/2011-PMF RP 0075

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0161/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0075/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tubos e canaletas de concreto, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de Janeiro a Abril de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 20/12/2011. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0162/2011-PMF RP 0076

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0162/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0076/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gás liquefeito de petróleo em cargas de 13kg e 45kg, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de janeiro a abril de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 27/12/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Edital de Imposição de Penalidade 1099/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1099/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGN6601	55256308C	6920/0	13/07/2010	R\$ 127,69	233
ALY9481	54604086C	5169/1	10/07/2010	R\$ 957,69	165
IEZ6280	54957975C	6920/0	04/07/2011	R\$ 127,69	233
LZS3487	54603482C	5010/0	05/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZS3487	54603483C	5169/1	05/03/2011	R\$ 957,69	165
LZS3487	54603484C	5118/0	05/03/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZS3487	54603486C	5177/0	05/03/2011	R\$ 191,53	166
MDJ9414	54957979C	6920/0	04/07/2011	R\$ 127,69	233
MEL3959	54957985C	6920/0	05/07/2011	R\$ 127,69	233
MJZ5445	54957997C	6920/0	12/07/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

Editais de Imposição de Penalidade 1102/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1102/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJW2401	54958020C	6920/0	26/07/2011	R\$ 127,69	233
MAN4033	54958054C	6920/0	05/08/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Imposição de Penalidade 1105/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1105/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADF6093	54603330C	6769/1	19/06/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
AEP2850	54602622C	5010/0	14/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
AMV1245	54957971C	6920/0	27/06/2011	R\$ 127,69	233
BER0473	54605315C	5010/0	30/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
BER0473	54605316C	6912/0	30/06/2011	R\$ 53,20	232
IPE4160	54957968C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
LYQ6056	54603332C	6769/1	26/06/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
LZA1389	54957959C	6920/0	13/06/2011	R\$ 127,69	233
MCT5674	54958063C	6920/0	16/08/2011	R\$ 127,69	233
MDU6000	54604878C	6548/2	03/09/2011	R\$ 85,12	229
MGZ0576	54605526C	5010/0	27/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIA0516	54605333C	6610/2	27/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MIF0987	54605870C	5169/1	05/03/2011	R\$ 957,69	165
MJR9489	54602898C	5169/1	11/06/2011	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Autuação 1097/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1097/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHV0322	54603343C	6599/2	09/09/2011	230 * V
IHU8295	54958091C	6920/0	01/09/2011	233
LXB2837	55035133D	6920/0	29/09/2011	233
LXL3670	55035134D	6920/0	29/09/2011	233
LYW8695	54602775C	5010/0	25/09/2011	162 * I
LYW8695	54602776C	5118/0	25/09/2011	164 c/c 162 * I
LYW8695	55035130D	6920/0	28/09/2011	233
LZB1829	55035137D	6920/0	30/09/2011	233
LZH6414	55035132D	6920/0	29/09/2011	233
LZY9188	54958096C	6920/0	06/09/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação de Autuação 1100/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1100/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUD9216	55035112D	6920/0	19/09/2011	233
BUJ3145	54605429C	5169/1	06/10/2011	165
BYC0245	55035105D	6920/0	14/09/2011	233
LWZ7716	55035111D	6920/0	16/09/2011	233
LYD7329	54605340C	6912/0	13/09/2011	232
LYV3188	55035139D	6920/0	03/10/2011	233
MGS3144	54606013C	6599/2	07/10/2011	230 * V
MGS3144	54606014C	5045/0	07/10/2011	162 * V
MID7262	54605668C	5169/1	08/10/2011	165
MID7262	54605670C	5177/0	08/10/2011	166
MID7262	54606015C	5010/0	08/10/2011	162 * I
MID7262	54606016C	5118/0	08/10/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Autuação 1103/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1103/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ1489	54605534C	6610/2	14/10/2011	230 * VII
AFJ1489	54605535C	6700/1	14/10/2011	230 * XVI
AFJ1489	54605850C	7340/0	14/10/2011	252 * IV
BET0578	54602519C	6912/0	18/10/2011	232
CKN4677	54603344C	6599/2	13/09/2011	230 * V
CKN4677	55035110D	6920/0	15/09/2011	233
LWS5195	54605428C	6599/2	06/10/2011	230 * V
LWV5683	54605837C	6599/2	25/09/2011	230 * V
LWV5683	54605838C	6912/0	25/09/2011	232
LXV9316	54605666C	6769/1	07/10/2011	230 * XXII
LYV7695	54605970C	5274/2	12/10/2011	175
LYV7695	54605971C	6610/2	12/10/2011	230 * VII
LYV7695	54605972C	6769/1	12/10/2011	230 * XXII
LYV7695	54605973C	6556/4	12/10/2011	230 * I
MAF2035	54605840C	6602/0	03/10/2011	230 * VI
MAF2035	54605841C	6599/2	03/10/2011	230 * V
MAT8189	54605536C	6556/5	19/10/2011	230 * I
MAT8189	54605537C	6726/1	19/10/2011	230 * XVIII
MDX2888	55035121D	6920/0	23/09/2011	233
MGH5496	54605423C	6599/2	24/09/2011	230 * V
MGH5496	54605424C	6556/1	24/09/2011	230 * I
MGH5496	54605425C	6637/2	24/09/2011	230 * IX
MXQ9771	54605765C	5010/0	16/10/2011	162 * I
MXQ9771	54605766C	5118/0	16/10/2011	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS

DELEGADA DE POLICIA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 05/12/2011 no valor de R\$ 468.119,99 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e dezenove reais e noventa e nove centavos), vinculado ao contrato de Convênio Nº 1.249/2010-1, assinado em 09/02/2010, objetivando a "Construção do Centro de Eventos - Bloco 1".

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

Decreto Nº. 177/2011

DECRETO Nº. 177, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.
PRORROGA A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 0001/2009, DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e

Considerando, que as vagas abertas para o Concurso Público n.º 0001/2009, ainda não foi totalmente preenchidas,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada, por 18 (dezoito) meses, a conta de 08 de dezembro de 2011, a validade do Concurso Público n.º 0001/2009, realizado pela Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 011/2011, para o seguinte cargo:

CARGO: ENFERMEIRA

POSICÃO	NOME CANDIDATO
1.	MARGARETE GARCIA COSTA
2.	NERECI NELLY MAY PHILIPPI
3.	TANIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA
4.	VANESSA MARCIA RAGIEVICZ
5.	RAQUEL XAVIER
6.	MARIA TEREZA BERTONCINI MENDES

7.	GIZELLI DE SOUZA JOVINO
8.	JOZIANE NUNES DO AMARAL

DESCCLASSIFICADO:

JULIANA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Garopaba, 06 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.376, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.376, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 2.016, DE 23 DE MAIO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº. 2.016, de 23 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º []

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, no máximo, até 20 (vinte minutos), salvo:

I - nos 10 (dez) primeiros dias e no último dia útil de cada mês, o tempo para atendimento será de, no máximo, 35 (trinta e cinco) minutos;

II - nas segundas-feiras e no dia seguinte aos feriados, o tempo para atendimento será de, no máximo, 35 (trinta e cinco) minutos; e

III - no primeiro dia útil após o dia 10 (dez) de cada mês, quando esse não for dia útil, o tempo de atendimento será de, no máximo 35 (trinta e cinco) minutos. (NR)".

Art. 2º As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação, para adaptarem-se aos termos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº. 2.016, de 23 de maio de 2000.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.377, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.377, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS ESTABELECIMENTOS

VAREJISTAS QUE VENDAM ALIMENTOS EMBALADOS A DISPONIBILIZAREM BALANÇA PARA CONFERÊNCIA DO PESO PELOS CONSUMIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos da cidade de Gaspar, que se dedicam a comercialização, no varejo, de bens embalados de fábrica, obrigados a deixar à disposição de seus clientes, balança com capacidade suficiente à conferência de peso dos produtos à venda no estabelecimento.

Parágrafo único. O número de balanças para atendimento dos clientes, a que se refere o caput deste artigo, obedecerá à seguinte proporção:

I - estabelecimentos cujas áreas tenham até 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) disponibilizarão no mínimo uma balança;

II - estabelecimentos cujas áreas tenham entre 151m² (cento e cinquenta e um metros quadrados) até 500m² (quinhentos metros quadrados) disponibilizarão, no mínimo, duas balanças; e

III - estabelecimentos cujas áreas sejam superiores a 500m² (quinhentos metros quadrados) disponibilizarão, no mínimo, três balanças.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais cujas áreas tenham até 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) poderão disponibilizar ao público as balanças de seu próprio uso.

Art. 3º As balanças nos estabelecimentos acima de 150m² (cem e cinquenta metros quadrados) serão de uso exclusivo dos consumidores e serão instaladas em local de fácil visualização e acesso.

Art. 4º No local onde for instalada a balança deverá constar a seguinte frase: "EM CASO DE DÚVIDA, VERIFIQUE O PESO DO PRODUTO NESTA BALANÇA".

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais descritos no caput do art. 1º desta Lei ficam obrigados a manter as balanças aferidas de acordo com as regras do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 6º Os estabelecimentos comerciais descritos no artigo 1º deverão atender ao disposto na presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após a data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.378, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.378, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do Art. 72, inciso IV,

da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Gaspar, dispondo sobre as diretrizes, princípios e procedimentos referentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em âmbito municipal.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, as Leis nos 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a Lei Estadual nº. 13.557, de 17 de novembro de 2005, a Lei Municipal nº. 2.888, de 29 de junho de 2007 e demais leis, regulamentos, resoluções e normas pertinentes.

Art. 3º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações no fluxo de resíduos sólidos.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Entende-se por resíduo sólido qualquer substância ou objeto, no estado sólido ou semi-sólido, que resulta de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada.

Art. 5º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Agregado reciclado: material granular proveniente do beneficiamento de resíduos da construção civil, que apresentam características técnicas para a aplicação em obra de edificação, de infraestrutura, em aterros sanitários ou em outras obras de engenharia;

II - Áreas de transbordo e triagem (ATT): são áreas destinadas ao armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos recicláveis e da construção civil, para o aguardo da destinação adequada

III - Aterro sanitário: método de disposição final dos resíduos sólidos urbanos no solo, fundamentado em princípios de engenharia e normas operacionais específicas, que tem como objetivo acomodar no solo, no menor espaço possível, com sistema de impermeabilização da base e das laterais, sistema de cobertura, sistema de coleta, drenagem e tratamento do chorume, sistema de coleta de gases, sistema de drenagem superficial e sistema de monitoramento;

IV - Coleta seletiva: serviço que compreende a separação e a coleta diferenciada, entendida como a coleta separada de cada uma das tipologias de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, possibilitando a destinação final adequada dos rejeitos, a compostagem dos resíduos orgânicos e a reciclagem;

V - Coletor (catador) de material reciclável: aquele que faz a coleta de materiais que podem ser reaproveitados por processo de reciclagem;

VI - Ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem a produção, desde sua concepção, obtenção de matérias-primas e insumos, processo produtivo, até seu consumo e disposição final;

VII - Compostagem: processo biológico aeróbico e controlado de transformação dos resíduos orgânicos, previamente triados, em resíduos estabilizados, com propriedades e características diferentes do material que lhe deu origem, cujo composto resultante terá uso definido por meio de estudo prévio;

VIII - Controle de transporte de resíduos (CTR): documento emitido pelo gerador ou transportador de resíduos sólidos, que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e destinação dos resíduos;

IX - Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação das políticas, de

planejamento e de avaliação, relacionados aos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos;

X - Despejo irregular: despejo de resíduos sólidos por geradores desconhecidos ou de difícil identificação, em locais inadequados ambientalmente ou sem tratamento, como logradouros públicos, praças, terrenos baldios e fundos de vale;

XI - Destinação final adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando impactos ambientais adversos;

XII - Fluxo de resíduos sólidos: movimentação de resíduos sólidos desde o momento da geração até a disposição final de rejeitos;

XIII - Geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que geram resíduos por meio de seus produtos e atividades, econômicas ou não econômicas, inclusive consumo, bem como as que desenvolvem ações que envolvam o manejo e o fluxo de resíduos sólidos definidos nesta Lei;

XIV - Gerenciamento integrado de resíduos sólidos: sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

XV - Gestão integrada de resíduos sólidos: ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável;

XVI - Grandes geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares: pessoas físicas ou jurídicas, entes públicos ou privados, proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, cuja geração de resíduos orgânicos e/ou rejeitos seja em quantidade mássica superior a 100 (cem) quilogramas por mês;

XVII - Grande gerador de resíduos da construção civil: pessoas físicas ou jurídicas que geram a quantidade superior a 1m³ (um metro cúbico) de resíduos da construção civil, por obra;

XVIII - Limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelos Municípios, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais (bocas de lobo e bueiros), limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos sólidos provenientes destas atividades;

XIX - Logística reversa: o processo de ações, procedimentos e meios para restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores, para que sejam tratados e destinados de forma ambientalmente adequada, ou ainda reaproveitados em seu ciclo ou em outros ciclos de vida de produtos, com o controle do fluxo de resíduos sólidos, do ponto de consumo até o ponto de origem;

XX - Manejo de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XXI - Pequenos geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares: pessoas físicas ou jurídicas que geram resíduos orgânicos e/ou rejeitos, provenientes de habitações unifamiliares ou em cada unidade das habitações em série ou coletivas, cuja geração de resíduos é regular e não ultrapassa a quantidade máxima de 100 (cem) litros por passada, e nos imóveis comerciais e industriais cuja produção de resíduos não exceda a quantidade de 100 (cem) quilogramas por mês;

XXII - Pequeno gerador de resíduos da construção civil: pessoas físicas ou jurídicas que geram a quantidade máxima de 1m³ (um metro cúbico) de resíduos da construção civil, por obra;

XXIII - Plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS): estudo técnico do sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para descrever, desenvolver

e implementar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, em cumprimento às etapas previstas nesta Lei e à legislação ambiental e normas técnicas cabíveis;

XXIV - Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS): estudo técnico de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos, para descrever, desenvolver e implementar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos gerados nos estabelecimentos de saúde, referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, em consonância com a Resolução ANVISA - RDC nº. 306/2004 e Resolução CONAMA nº. 358/2005.

XXV - Projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC): estudo técnico de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos, para descrever, desenvolver e implementar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos da construção civil, referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, cumprindo as etapas previstas nesta Lei, e em especial a Resolução CONAMA nº. 307/2002.

XXVI - Receptores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, cuja função seja o manejo de resíduos sólidos em pontos de entrega ou áreas de triagem;

XXVII - Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, dentro dos padrões e condições definidos pelo órgão ambiental competente, que envolve alteração das propriedades físicas e físico-químicas, transformando-os em novos produtos, na forma de insumos ou matérias-primas destinados a processos produtivos;

XXVIII - Rejeitos: são os resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XXIX - Resíduos da construção civil: são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, entre outros, comumente chamados de entulhos de obras;

XXX - Resíduos eletrônicos: os produtos e os componentes eletroeletrônicos e aparelhos eletrodomésticos, de uso doméstico, industrial, comercial ou do setor de serviços, que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como: componentes periféricos de computadores, monitores e televisores, acumuladores de energia (baterias e pilhas) e produtos magnetizados;

XXXI - Resíduos orgânicos: são os resíduos constituídos exclusivamente de matéria orgânica degradável, passível de compostagem;

XXXII - Resíduos recicláveis: são os resíduos constituídos no todo ou em partes de materiais passíveis de reutilização, reaproveitamento ou reciclagem, tais como papéis, plásticos, vidros, metais, entre outros;

XXXIII - Resíduos sólidos de serviços de saúde: resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde, conforme a classificação dada pela Resolução nº. 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações técnicas pertinentes;

XXXIV - Resíduos sólidos industriais: são todos os resíduos no estado sólido ou semi-sólido originado nas atividades dos diversos ramos da indústria, tais como: o metalúrgico, o químico, o petroquímico, o de papelaria, da indústria alimentícia, etc, incluindo lodos e determinados líquidos, cujas características tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água ou que exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis;

XXXV - Resíduos sólidos especiais: aqueles que, por seu volume, grau de periculosidade, de degradabilidade ou de outras especificidades requeiram procedimentos especiais ou diferenciados para o manejo e a disposição final de rejeitos, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente, tais como pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias, pneus e outros definidos pela legislação e normas técnicas em vigor;

XXXVI - Resíduos sólidos rurais: resíduos provenientes de atividades agrícolas e da pecuária, tais como embalagens de fertilizantes e de defensivos agrícolas, rações, restos de colheitas e outros semelhantes;

XXXVII - Resíduos sólidos urbanos: resíduos originados em habitações e em estabelecimentos comerciais que, por sua natureza e composição, tenham as mesmas características dos gerados em habitações, composto sobretudo por resíduos recicláveis, resíduos orgânicos e rejeitos, e os provenientes dos serviços de limpeza urbana;

XXXVIII - Resíduos de limpeza urbana: inclui todos os resíduos de varrição das vias públicas, limpeza de praias, galerias, córregos, restos de podas de plantas, limpeza de feiras livres, entre outros;

XIX - Resíduos verdes urbanos: os resíduos provenientes da limpeza e manutenção das áreas públicas, jardins ou terrenos baldios privados, como dos serviços de poda, capina, roçada e varrição, designadamente troncos, ramos e folhas;

XL - Resíduos volumosos: objetos volumosos fora de uso, que, pelo seu volume, forma ou dimensões, necessitam de meios específicos para remoção, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados;

XLI - Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos;

XLII - Reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química; e

XLIII - Transportadores de resíduos sólidos: são as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos, entre as fontes geradoras e as áreas de destinação.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VIII - o respeito às diversidades locais;
- IX - o direito da sociedade à informação e ao controle social; e
- X - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - controle e fiscalização dos processos de geração de resíduos sólidos;
- III - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- IV - redução do volume e da periculosidade dos resíduos;
- V - gestão integrada de resíduos sólidos;
- VI - regularidade, continuidade, aprimoramento e universalidade dos sistemas de coleta e transporte dos resíduos sólidos e serviços de limpeza pública, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos integrais dos serviços prestados, como forma de garantir a sustentabilidade financeira, operacional e administrativa do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos; e
- VII - inclusão social de coletores de materiais reutilizáveis e recicláveis no programa municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 8º O Poder Público e a coletividade são responsáveis pela efetividade das diretrizes e objetivos dispostos nesta lei, incumbindo ao Município de Gaspar o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em seu território, por meio dos programas definidos nesta Lei ou em legislação específica;

Art. 9º São diretrizes da Política Municipal de Resíduos Sólidos, devendo ser observadas na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- I - a não geração, a redução, a reutilização e o tratamento de resíduos sólidos, bem como a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- II - a segregação na fonte geradora;
- III - a responsabilidade dos geradores de resíduos sólidos;
- IV - o desenvolvimento de processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável de produtos e serviços;
- V - a educação ambiental, com estímulo à conscientização e à participação da comunidade nos programas de manejo de resíduos sólidos, em especial sobre coleta seletiva e inibição de despejos irregulares;
- VI - a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento das tecnologias ambientalmente saudáveis como forma de minimizar os impactos ambientais;
- VII - o incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VIII - a articulação entre as diferentes esferas do poder público, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada dos resíduos sólidos;
- IX - a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X - a transparência baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- XI - a participação e controle social;
- XII - a integração dos coletores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos;
- XIII - a utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- XIV - preferência, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis; bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; e
- XV - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS

Art. 10. São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- I - O Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- II - Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- III - O Programa Municipal de Coleta Seletiva nas tipologias orgânico, rejeito e reciclável;
- IV - O Cadastro Municipal de Grandes Geradores de Resíduos Sólidos;
- V - O licenciamento ambiental;
- V - Os sistemas de logística reversa;
- VI - O monitoramento e fiscalização;
- VII - Os projetos municipais de educação ambiental;
- VIII - O Fundo Municipal de Meio Ambiente; e
- IX - Os Conselhos Municipais de Saneamento Básico e de Meio Ambiente.

CAPÍTULO VI DOS PLANOS

Seção I

Do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)

Art. 11. Cabe ao Município de Gaspar, sob a coordenação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e o acompanhamento da Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Gaspar - GEMADS, elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, garantindo a periodicidade de sua revisão, no máximo, a cada 4 (quatro) anos.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é condição para o Município ter acesso a recursos da União, ou por ela controlado, destinado a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado em consonância com a legislação em vigor, e ter o seguinte conteúdo mínimo:

- I - caracterização do Município;
- II - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no âmbito municipal, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;
- III - visão global dos resíduos sólidos gerados de forma a estabelecer o cenário atual e o futuro no âmbito de sua competência;
- IV - identificação de regiões favoráveis para a disposição final adequada de rejeitos, observando o Plano Diretor Municipal e o zoneamento ambiental;
- V - identificação das possibilidades de soluções, inclusive consorciadas ou compartilhadas, considerando a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- VI - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa;
- VII - procedimentos operacionais e especificações mínimas que deverão ser adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, em consonância com o estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VIII - estabelecimento de indicadores de desempenho operacional, ambiental e econômico;
- IX - definição das atribuições de todos que participam da

implementação ou operacionalização;

- X - estabelecimento de programas e ações de capacitação técnica, voltadas à implementação do Plano;
- XI - programa social, contendo as formas de participação dos grupos interessados;
- XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIII - programa econômico, contendo o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e a forma de cobrança referente a estes serviços, observada a Lei Municipal nº; 2.888/07.
- XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- XV - controle dos geradores de resíduos sólidos sujeitos ao sistema de logística reversa no âmbito local e os instrumentos financeiros que poderão ser aplicados para incentivar ou controlar as atividades dele decorrentes;
- XVI - ações preventivas e corretivas dos procedimentos adotados, incluindo o respectivo programa de monitoramento; e
- XVII - estabelecimento de canal de comunicação direto com a sociedade local e garantia de informações a respeito dos resíduos sólidos no Município.

§3º A GEMADS, em conjunto com o Departamento de Saneamento do SAMAE, deverá formular as instruções normativas para regimento do conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e suas especificidades.

Art. 12. Cabe ao Município de Gaspar, no âmbito de suas competências:

- I - fiscalizar as atividades disciplinadas por esta Lei;
- II - orientar os geradores de resíduos sólidos quanto aos procedimentos de recolhimento e disposição de resíduos;
- III - divulgar listagem de transportadores e receptores de resíduos cadastrados;
- IV - monitorar e inibir a formação de locais de despejo irregular de resíduos sólidos;
- V - implantar um programa de informação ambiental específico para a gestão integrada dos resíduos sólidos;

Seção II

Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Art. 13. Estão sujeitos à elaboração e apresentação do respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), os grandes geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares, os geradores de resíduos industriais, de serviço de saúde e especiais, definidos no artigo 5º desta Lei.

§1º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) deverão contemplar as seguintes etapas e requisitos mínimos, aos quais os responsáveis deverão dar publicidade:

- I - descrição do empreendimento ou atividade;
- II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III - objetivos e metas;
- IV - procedimentos operacionais de segregação na fonte geradora, acondicionamento, coleta, triagem, armazenamento, transporte, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos, em conformidade com o estabelecido no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e nas normas estabelecidas pelo SISNAMA;
- V - previsão das modalidades de manejo, tratamento e disposição final que correspondam às particularidades dos resíduos sólidos e dos materiais que os constituem;

VI - estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;

VII - indicação dos responsáveis em cada etapa do gerenciamento;

VIII - descrição das formas de sua participação na logística reversa e seu controle, em âmbito local;

IX - identificação das possibilidades de soluções consorciadas ou compartilhadas, considerando a proximidade dos locais estabelecidos para estas soluções e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

X - ações preventivas e corretivas em caso de manejo incorreto;

XI - determinação de cronograma para o desenvolvimento de ações de capacitação técnica necessárias à implementação do PGRS;

XII - procedimentos e meios pelos quais divulgará aos consumidores os cuidados que devem ser adotados no manejo dos resíduos sólidos reversos de sua responsabilidade, incluindo os resíduos sólidos especiais; e

XIV - periodicidade de sua revisão, considerando o período máximo de 4 (quatro) anos.

§2º A GEMADS, em conjunto com o SAMAE deverão formular as instruções normativas para o regimento do conteúdo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

§3º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§4º Para elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas e diretrizes do PGRS, e ainda, para controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado profissional técnico responsável habilitado, com atribuições para tanto.

§5º O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental realizado pelo órgão ambiental competente.

§6º A GEMADS exigirá, na forma de regulamentação específica, como condição à obtenção ou renovação de alvará de funcionamento junto ao Município, a apresentação do PGRS e os documentos comprobatórios de sua respectiva implementação.

§7º A emissão do alvará de funcionamento para os empreendimentos caracterizados como grandes geradores ficará condicionada à apresentação de certidão emitida pelo órgão ambiental, de integral cumprimento do PGRS, comprovando a triagem, o transporte e a destinação dos resíduos gerados.

§8º A implementação do PGRS pelos geradores pode ser realizada mediante a contratação de serviços de terceiros, mantida a responsabilidade do gerador em relação à destinação final dos resíduos.

§9º Os geradores de resíduos sólidos, na execução de contrato com o Poder Público, devem comprovar durante o período contratado, o cumprimento de cada etapa do gerenciamento, definidas no PGRS.

§10 Os grandes geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares em funcionamento terão 180 (cento e oitenta) dias, a partir da regulamentação desta lei, para se adequarem às disposições previstas no caput deste artigo.

CAPÍTULO VII DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Seção I

Das Responsabilidades e Atribuições

Art. 14. Fica instituído o Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, instrumento para a implementação da gestão dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos no Município de Gaspar.

Parágrafo único. O objetivo do programa citado no caput é o cumprimento da legislação quanto à redução da produção, segregação na fonte, transporte e destinação final adequada dos resíduos, e a regulamentação do exercício das responsabilidades dos grandes geradores de resíduos sólidos urbanos domiciliares, transportadores e receptores.

Art. 15. O gerenciamento integrado de resíduos sólidos engloba, no todo ou em partes, as fases e atividades abaixo indicadas:

- I - produção ou geração;
- II - acondicionamento;
- III - coleta seletiva;
- IV - transporte;
- V - triagem e tratamento;
- VI - destinação final adequada, compostagem, reciclagem e utilização das melhores tecnologias disponíveis;
- VII - conservação e manutenção dos equipamentos e das infraestruturas; e
- VIII - atividades de caráter administrativo, financeiro e de fiscalização.

Art. 16. Todos os geradores de resíduos sólidos deverão ter como objetivo a não geração de resíduos e a sua redução, a segregação na fonte geradora, promovendo o adequado acondicionamento, além da destinação final adequada, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação e normas técnicas.

Art. 17. Compete ao poder público, ao setor empresarial e à coletividade a responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados, compreendendo as etapas de segregação na fonte, acondicionamento, disponibilização para coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

Art. 18. O Município é o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, sendo atribuído a este a responsabilidade pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 e seu regulamento.

§ 1º A prestação dos serviços públicos de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e com características de domiciliares, compete exclusivamente ao SAMAE, diretamente ou mediante contratação.

§ 2º Fica o SAMAE responsável por todo o processo de contratação, bem como, pela fiscalização da prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior.

Art. 19. O pequeno gerador de resíduos sólidos urbanos terá cessada a sua responsabilidade com a disponibilização adequada de seus resíduos sólidos para a coleta seletiva.

Art. 20. Os grandes geradores de resíduos sólidos com características de domiciliares são integralmente responsáveis pelos resíduos sólidos decorrentes de suas atividades, devendo suportar todos os ônus decorrentes da segregação, coleta, transporte, compostagem, reutilização e reciclagem, além da destinação final ambientalmente adequada, não podendo transferi-los à coletividade.

§ 1º Somente cessará a responsabilidade do grande gerador de resíduos sólidos quando estes forem reaproveitados em produtos,

na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos.

§ 2º O Poder Público poderá, em caráter facultativo, fornecer os serviços de coleta aos geradores referidos no caput deste artigo através da administração direta ou indireta, mediante cobrança de preço público ou tarifa específica a ser fixado por decreto.

Art. 21. Os condomínios prediais e horizontais, residenciais ou comerciais, compostos exclusivamente pela soma de pequenos geradores, definidos no inciso XXI do Art. 5º desta Lei, deverão responsabilizar-se pela segregação e coleta internas dos resíduos sólidos gerados em cada unidade habitacional.

§ 1º Os condomínios a que se refere o caput deste artigo deverão providenciar a aquisição e instalação de recipientes adequados para o acondicionamento externo temporário dos resíduos, em local identificado com placa e de fácil acesso ao serviço de coleta.

§ 2º A disposição dos resíduos sólidos para o serviço público de coleta deverá seguir os dias definidos para cada setor, em calendário específico fornecido pelo SAMAE.

Art. 22. O serviço público de coleta de resíduos sólidos com características de domiciliares será prestado ou posto à disposição a todos os pequenos geradores, mediante o pagamento de taxa municipal.

Parágrafo único. Os pequenos geradores de resíduos sólidos urbanos deverão promover o acondicionamento adequado dos resíduos, com a sua colocação em condições estanques e de higiene, em sacos plásticos ou em outro recipiente adequado, somente nos dias definidos para cada setor, de forma a evitar o seu espalhamento pela via pública.

Art. 23. No caso de dano ambiental envolvendo resíduos sólidos, a responsabilidade pela execução de medidas mitigatórias, corretivas e reparatórias será da pessoa física ou jurídica causadora do dano, solidariamente com seu gerador.

§ 1º O Poder Público deve atuar no sentido de minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento do evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública.

§ 2º Caberá aos responsáveis pelo dano ressarcir o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas para minimizar ou cessar o dano.

Art. 24. Fica proibido o despejo irregular de todo e qualquer tipo de resíduo sólido, devendo o gerador promover sua adequada segregação na fonte e acondicionamento, sob pena de sofrer as penalidades previstas nesta Lei.

Seção II Da Educação Ambiental

Art. 25. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 26. O SAMAE, em parceria com a GEMADS, deverão incentivar e promover ações voltadas à educação ambiental, de modo a estimular:

I - a redução da geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os impactos adversos ao meio ambiente; e
II - o gerador a contribuir ativamente para a minimização dos resíduos, por meio da racionalização dos resíduos gerados, bem como à sua reutilização ou reciclagem.

Seção III

Da Disciplina dos Transportadores de Resíduos Sólidos Urbanos

Art. 27. A atividade de transporte de resíduos sólidos deverá ser submetida ao processo de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente.

Art. 28. Os transportadores de resíduos sólidos deverão cadastrar-se junto à GEMADS.

§1º O cadastramento deverá ser realizado por ocasião da liberação do primeiro alvará de funcionamento da atividade, através de formulário próprio, devendo ser atualizado na renovação do alvará, ou sempre que houver alterações nos dados do cadastro.

§2º As empresas que já possuem alvará de funcionamento deverão atender ao disposto no caput deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

§3º O transporte de resíduos sólidos deverá obedecer às leis e resoluções nacionais de trânsito pertinentes.

Art. 29. Os transportadores deverão fornecer à GEMADS informações acerca dos geradores atendidos, quantidades coletadas e sua destinação, sempre que determinado.

Seção IV

Da Disciplina dos Receptores de Resíduos Sólidos Urbanos

Art. 30. Os receptores de resíduos sólidos devem estar devidamente licenciados junto ao órgão ambiental competente e regularmente cadastrados no Município.

Parágrafo único. Os receptores de resíduos sólidos deverão informar à GEMADS, regularmente ou sempre que solicitado, a relação dos montantes de cada tipologia de resíduo recebido, conjuntamente com a identificação de cada gerador.

Seção V

Do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos

Art. 31. O tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos deverão ser realizados de forma a minimizar os impactos negativos ao meio ambiente e proteger a saúde pública, dando preferência à reutilização e reciclagem e ao processo de compostagem para os resíduos orgânicos.

Parágrafo único. O processo de compostagem deverá ser licenciado pelo órgão ambiental competente.

Art. 32. Os rejeitos gerados no Município de Gaspar, resultados do processo de segregação na origem e da triagem, deverão ser encaminhadas à destinação final ambientalmente adequada, preferencialmente em aterro sanitário.

Parágrafo único. O envio dos resíduos orgânicos e/ou recicláveis a aterro sanitário atenderá às metas gradativas de redução previstas no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Art. 33. Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº.11.445/2007, o Município de Gaspar poderá participar com outros municípios de Consórcio Intermunicipal para tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, respeitando as disposições estabelecidas nesta Lei.

Seção VI

Da coleta seletiva

Art. 34. Cabe ao Município de Gaspar, ao SAMAE e aos prestadores de serviços contratados, incentivar e ampliar a adequada segregação dos resíduos sólidos na origem, por meio de programa

contínuo de educação ambiental.

Art. 35. Poderão se habilitar para coletar os resíduos sólidos recicláveis, empresas privadas e público-privadas, cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis, formadas por famílias de baixa renda e residentes no Município e que possuam infraestrutura adequada para a recepção dos resíduos.

Art. 36. O Executivo Municipal buscará firmar parcerias com instituições de desenvolvimento econômico e tecnológico, com vistas à implantação de unidades de reaproveitamento e/ou beneficiamento de resíduos sólidos.

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá construir ou locar galpões, de acordo com o zoneamento municipal, em bairros estrategicamente localizados, objetivando a implantação de postos de recepção e triagem de material reciclável, contribuindo, deste modo, com a geração de empregos e renda.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá designar equipe técnica de profissionais da área de psicologia, administração, serviço social e pedagogia para acompanhar os processos de organização dos coletores de materiais recicláveis em associações ou cooperativas, para a elaboração ou encaminhamentos a cursos de formação, alfabetização e gestão, e para a realização de trabalhos terapêuticos objetivando o resgate da auto-estima e da convivência comunitária.

Seção VII

Do mobiliário urbano

Art. 38. O mobiliário urbano será adequado ao Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, com a devida instalação de lixeiras nas tipologias, dimensões e quantidade necessárias, em harmonia com a paisagem, conforme planejamento específico.

Art. 39. Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, cuja atividade envolve o atendimento a clientes, tais como lojas, restaurantes e padarias, deverão obrigatoriamente disponibilizar lixeiras, para os resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, proporcional ao espaço e à quantidade de resíduos gerados, para incentivar e promover a adequada segregação dos resíduos na origem.

Art. 40. A empresa que comercializa produtos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, manterá disponível ao público consumidor em suas dependências, recipiente próprio para a coleta desses resíduos.

§1º Classificam-se como resíduos sólidos potencialmente perigosos pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e seus componentes, frascos de produtos em aerossol e outros determinados pelos órgãos governamentais de pesquisa científica, tecnológica e ambiental.

§2º Os recipientes mencionados no caput do artigo serão instalados em locais visíveis, contendo aviso de alerta e conscientização dos usuários.

Art. 41. O Município e o SAMAE poderão implantar Pontos de Entrega Voluntária (PEVS) de resíduos sólidos urbanos, orgânicos, rejeitos e recicláveis, destinados a atender a demanda de pequenos geradores de resíduos, de acordo com o Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, de forma a propiciar a segregação dos mesmos.

Seção VIII

Dos resíduos verdes e da varrição pública

Art. 42. Os resíduos provenientes da varredura manual dos passeios pavimentados, de sarjetas (meio fio) e canteiros centrais não ajardinados deverão ser previamente segregados no momento da coleta e/ou remoção, utilizando-se os equipamentos de acondicionamento apropriados.

Art. 43. Os detritos da varrição pública, tais como partículas de solo, pedras e areia são considerados rejeitos e devem ser separados dos resíduos orgânicos verdes e dos recicláveis.

Parágrafo único. Os resíduos a que se refere o caput deste artigo deverão ser dispostos em aterro sanitário, devidamente licenciado.

Art. 44. O Município deverá incentivar e priorizar a utilização dos resíduos verdes urbanos oriundos dos serviços de limpeza de logradouros públicos para o processo de compostagem, cujo produto, o composto, possa ser empregado como condicionador de solo agrícola, conforme especificações e normas técnicas.

Art. 45. Fica proibida a disposição de resíduos verdes urbanos nos equipamentos, vias, logradouros e outros espaços públicos.

Art. 46. O gerador de resíduos verdes urbanos deve assegurar sua destinação final ambientalmente adequada ou sua valorização, cumprindo as normas de segurança e salubridade pública.

Parágrafo único. Caso o gerador dos resíduos não possua os meios necessários para o cumprimento do caput, poderá solicitar à municipalidade a remoção, quando esta possuir tal serviço, mediante remuneração.

Art. 47. Os resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos acondicionados em lixeiras instaladas nas vias públicas, devidamente identificadas, devem ser recolhidos de forma separada, oferecendo o tratamento e a destinação final adequada a cada tipologia.

Seção IX

Resíduos Volumosos

Art. 48. Fica proibido o despejo, nos equipamentos, vias, logradouros e outros espaços públicos de resíduos volumosos definidos no inciso XL do artigo 5º desta Lei.

§1º O gerador de objeto volumoso potencialmente reciclável deverá solicitar ao SAMAE a remoção do mesmo e o seu envio a uma unidade de recebimento e triagem destes materiais, devidamente licenciada, mediante pagamento de tarifa ou preço público, a ser regulamentado.

§2º O gerador de objeto volumoso, antes de sua remoção, deverá priorizar seu reaproveitamento ou doação.

Art. 49. O SAMAE poderá terceirizar o serviço de coleta e destinação final de resíduos volumosos e/ou inservíveis oriundos de imóveis residenciais.

Seção X

Dos resíduos da limpeza de unidades individuais de tratamento de esgoto

Art. 50. O lodo proveniente da limpeza das estruturas de tratamento dos esgotos sanitários, do tipo caixa de gordura e fossa séptica, deverá ser encaminhado a unidades de tratamento licenciadas.

CAPÍTULO VIII

DA LOGÍSTICA REVERSA

Art. 51. A instituição dos sistemas de logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerado seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para a cadeia produtiva de outros geradores;
II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;
III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;
IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;
V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;
VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e
VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

Art. 52. Ficam obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;
II - pilhas e baterias;
III - pneus;
IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e
VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 53. Os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração;
b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para a coleta;

II - ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana;
c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;
b) desenvolver e implementar tecnologias que absorvam ou eliminem de sua produção os resíduos sólidos reversos;
c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos;

e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;
b) disponibilizar aos consumidores postos de coleta para os resíduos sólidos reversos; e
c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

Art. 54. A implementação e operacionalização dos sistemas de logística reversa dar-se-ão por meio dos seguintes instrumentos:

I - acordos setoriais;

II - regulamentos expedidos pelo Poder Público; ou

III - termos de compromisso.

§1º Os acordos setoriais firmados com menor abrangência geográfica poderão ampliar, mas não abrandar as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

§2º A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas considerando o grau de impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

§3º Os produtos e os componentes eletroeletrônicos considerados resíduos eletrônicos devem receber destinação final adequada que não provoque danos ou impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade, sendo a responsabilidade solidária, pela destinação final, entre as empresas que o produzem, comercializam ou importem.

§4º Para os componentes e equipamentos eletroeletrônicos que contenham metais pesados ou substâncias tóxicas, a destinação final será realizada mediante a obtenção de licença ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 55. Todo empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos deverá possuir licença ambiental emitida pelas autoridades competentes, onde constarão os condicionantes para o adequado gerenciamento desses resíduos.

CAPÍTULO IX

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Seção I

Das Diretrizes e Responsabilidades

Art. 56. Fica instituído o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil no Município de Gaspar, que estabelece as diretrizes e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos geradores e respectivos transportadores, que tem por diretrizes:

I - a melhoria da limpeza urbana;

II - fomentar a redução, a reutilização, a reciclagem e a correta destinação dos resíduos da construção civil; e

III - a redução dos impactos ambientais, associada à preservação dos recursos naturais.

Parágrafo único. O Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil compreenderá ações de educação ambiental, de controle e fiscalização, necessárias à gestão desses resíduos.

Art. 57. Os geradores de resíduos da construção civil deverão promover a segregação na origem, conforme classificação normatizada pela Resolução CONAMA nº. 307/2002.

Parágrafo único. Os geradores de resíduos da construção civil devem utilizar equipamentos de coleta adequados às características dos resíduos, diretamente ou por transportadores cadastrados junto à GEMADS.

Art. 58. Os geradores de resíduos da construção civil serão integralmente responsáveis pelo gerenciamento de seus resíduos.

Parágrafo único. A remoção dos resíduos da construção civil poderá ser realizada por transportadores públicos ou privados licenciados, mediante remuneração.

Seção II

Dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

Art. 59. Ficam sujeitos à apresentação de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental definidos no inciso XVII do artigo 5º desta Lei.

§1º O PGRCC deverá ser apresentado juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

§2º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

I - caracterização: incluindo a identificação e a quantificação dos resíduos;

II - triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade pelo órgão ambiental competente, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas pela Resolução CONAMA nº. 307/2002.

III - acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos possíveis, as condições de reutilização e reciclagem;

IV - transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas para o transporte de resíduos; e

V - destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Lei.

§3º As obras com atividades de demolição deverão incluir o compromisso com a prévia desmontagem seletiva dos componentes da construção, respeitadas as classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº. 307/2002, visando à minimização dos resíduos a serem gerados e sua destinação final ambientalmente adequada.

Art. 60. No Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) os geradores deverão:

I - apontar, quando necessário, os procedimentos a serem tomados para a correta destinação de outros resíduos eventualmente gerados, como os resíduos de serviço de saúde e resíduos sólidos urbanos, provenientes respectivamente de ambulatórios ou refeitórios, obedecidas as normas técnicas específicas;

II - especificar os agentes responsáveis pelas etapas do Projeto, quando se tratar de serviços de transporte, triagem e destinação de resíduos contratados, sendo que estes deverão estar devidamente licenciados; e

III - prever o deslocamento, recebimento ou envio de resíduos da construção civil Classe A, triados, entre empreendimentos licenciados, detentores de Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Art. 61. O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverá ser analisado dentro do processo de licenciamento, junto ao órgão ambiental competente.

Art. 62. Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem ser assinados pelo profissional responsável pela execução da obra ou por outro profissional devidamente habilitado, com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART/CREA ou CRO).

Art. 63. A execução do PGRCC é de responsabilidade do profissional que o assinou, bem como do responsável técnico pela respectiva obra, podendo ser realizada mediante a contratação de serviços de terceiros habilitados, garantida a responsabilidade do gerador e do responsável técnico.

Parágrafo único. Cabe aos executores das obras ou serviços em logradouros públicos a limpeza e manutenção dos locais de trabalho, bem como a posse dos registros e comprovantes de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) e de destinação correta dos resíduos.

Art. 64. A emissão do Habite-se ou Aceitação de Obras, pelo órgão municipal competente, para empreendimentos dos grandes geradores de resíduos da construção civil deve estar condicionada à apresentação de certidão emitida pela GEMADS, de integral cumprimento do PGRCC, que estará baseado em documentos de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) ou outros documentos de contratação de triagem, transporte e destinação dos resíduos gerados.

Seção III

Das Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil

Art. 65. As Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil devem observar a legislação municipal, estadual e federal de controle da poluição ambiental.

Parágrafo único. Os empreendedores interessados na implantação das áreas a que se refere o caput desse artigo deverão apresentar seus projetos para fins de obtenção de licenciamento junto ao órgão ambiental competente.

Art. 66. As Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil deverão apresentar:

I - identificação das atividades que serão desenvolvidas e as respectivas licenças;

II - sistemas de proteção ambiental;

III - acessos, isolamento e sinalização;

IV - soluções para proteção de águas superficiais e estabilidade geotécnica;

V - documentação de controle e monitoramento de resíduos recebidos e retirados, conforme Plano de Controle de Recebimento de Resíduos, que deve ser elaborado conforme o previsto nas NBRs 15.112:2004 e 15.114:2004 da ABNT; e

VI - consulta prévia de viabilidade técnica junto aos órgãos ambiental e de planejamento do município de Gaspar.

Art. 67. As Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil deverão receber somente os resíduos da construção civil.

Parágrafo único. Eventuais resíduos de outras origens deverão ser devidamente segregados e encaminhados para o tratamento e/ou destinação final adequada, de acordo com as normas técnicas vigentes.

Art. 68. Os resíduos descarregados nas Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil deverão:

I - estar acompanhados do respectivo Controle de Transporte de Resíduos (CTR);

II - ser integralmente triados, evitando o acúmulo de material não-triado.

§1º O acondicionamento dos materiais descarregados ou armazenados temporariamente deve impedir o acúmulo de água.

§2º Os rejeitos que eventualmente estiverem na massa de resíduos recebidos deverão ser removidos e encaminhados ao local de destinação final ambientalmente adequada.

Seção IV

Dos Transportadores de Resíduos da Construção Civil

Art. 69. Os transportadores de resíduos da construção civil deverão se cadastrar junto à GEMADS e obter licença ambiental para transporte.

§1º O cadastramento deverá ser realizado por ocasião da liberação do primeiro alvará de funcionamento da atividade, através de formulário próprio, e atualizado na renovação do alvará ou sempre que houver alterações nos dados do cadastro.

§2º As empresas que já possuem alvará de funcionamento deverão atender ao disposto no caput deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação.

§3º Qualquer veículo não credenciado que estiver executando o transporte de resíduos da construção civil será apreendido e removido para o depósito da Prefeitura Municipal de Gaspar e liberado somente após o pagamento das despesas de remoção e das multas devidas.

Art. 70. Os transportadores de resíduos da construção civil que utilizarem caçambas estacionárias deverão atender às exigências estabelecidas nesta lei, observando as disposições da NBR 14.728/2005, bem como as especificações e requisitos a seguir:

I - ser de material resistente e inquebrável;

II - conter sistema de engate simples e adequado para acoplamento ao veículo transportador;

III - estar identificada com o nome da empresa proprietária, número de ordem de cadastro da empresa junto ao Poder Público Municipal e do contato telefônico; e

IV - conter sinalização, de modo a permitir rápida visualização diurna e noturna.

Art. 71. Não será permitida a colocação de caçambas:

I - no leito de vias onde o estacionamento de veículos seja proibido;

II - nos pontos de coletivos e táxis;

III - nos locais que conflitem com o dispositivo do Art. 181, inciso XXXIX, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em que fica evidenciada a proibição de veículos de carga, a menos de dez metros do alinhamento da construção transversal a via; e

IV - sobre a calçada.

§1º Nas vias públicas onde for proibido o estacionamento em ambos os lados, o Poder Público Municipal poderá, excepcionalmente, permitir a colocação de caçambas por tempo determinado.

§2º Os casos omissos neste artigo serão decididos pelo Poder Público Municipal.

Art. 72. As pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras das caçambas, antes de sua locação e colocação, deverão fornecer documento simplificado de orientação aos usuários de seus equipamentos, com instruções sobre posicionamento da caçamba, volume a ser respeitado, tipos de resíduos admissíveis, co-responsabilidade, penalidades previstas em lei e outras instruções que se fizerem necessárias.

Art. 73. O transporte de resíduos, em geral, e de caçambas carregadas deverá ser acompanhado de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), expedido pela empresa transportadora, e de licença ambiental de transporte expedida pelo órgão ambiental competente.

§1º Os resíduos recolhidos não poderão exceder as bordas laterais e superior das caçambas, durante todo o período de armazenamento e transporte.

§2º Os pneus dos veículos transportadores deverão ser lavados ou limpos, antes de saírem do interior da obra, se estes estiverem sujos de terra ou outro tipo de detrito.

§3º Os responsáveis pela caçamba e/ou locatário deverão manter sempre limpo o local onde aquela estiver colocada.

§4º O CTR será emitido ou disponibilizado pelo órgão competente, devendo o transportador portar uma via impressa do documento no momento do transporte.

§5º Os veículos transportadores de resíduos e as caçambas passarão por vistoria anual do Poder Público Municipal, para fins de autorização de funcionamento.

§6º É obrigatório ao transportador, a utilização de dispositivos de cobertura de carga em equipamentos de coleta, durante o transporte dos resíduos da construção civil.

Art. 74. Os veículos transportadores de resíduos da construção civil que lançar os materiais nas vias, passeios, canteiros, jardins, áreas e logradouros públicos e corpos d'água serão multados, apreendidos e removidos para o depósito da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Parágrafo único. Para a liberação dos veículos citados no caput do artigo, quando autorizada pela legislação, será precedida do pagamento das despesas de remoção e das multas devidas, além das penalidades cíveis, administrativas e criminais cabíveis.

Seção V

Dos Receptores de Resíduos da Construção Civil

Art. 75. Os receptores de resíduos da construção civil devem estar devidamente licenciados junto ao órgão ambiental competente.

Art. 76. Não será admitida, nas áreas de recepção, a descarga de:

I - resíduos de transportadores não cadastrados, de acordo com o disposto nesta Lei e demais normas aplicáveis; e

II - resíduos domiciliares, resíduos industriais e resíduos dos serviços de saúde, entre outros resíduos especiais.

Seção VI

Da Destinação dos Resíduos da Construção Civil

Art. 77. Os resíduos da construção civil devem ser integralmente triados pelos geradores nas áreas receptoras, segundo o disposto na Resolução CONAMA nº. 307/2002, devendo receber a destinação final ambientalmente adequada prevista na legislação em vigor.

Parágrafo único. Os resíduos da construção civil classe A devem ser prioritariamente reutilizados ou reciclados.

Art. 78. Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros sanitários destinados aos rejeitos dos resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas pela lei.

Seção VII

Do Uso de Agregados Reciclados em Obras Públicas

Art. 79. O Poder Público Municipal deve incentivar e priorizar a utilização de materiais oriundos da reutilização, reciclagem ou beneficiamento de resíduos da construção civil, em obras públicas de infra-estrutura e de edificações, sem prejuízo da qualidade das mesmas.

§1º As condições para o uso de agregados reciclados devem ser estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta, obedecidas as normas técnicas brasileiras específicas.

§2º As especificações técnicas e editais de licitação, para obras públicas municipais, devem fazer, no corpo dos documentos, menção ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO X

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Art. 80. O Município de Gaspar, no âmbito de sua competência, poderá editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitada as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, à reciclagem e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território do Município, bem como, para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo poder público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda;

CAPÍTULO XI

DAS PROIBIÇÕES E PENALIDADES

Seção I

Das Proibições e Infrações

Art. 81. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes; e
- IV - outras formas vedadas pela legislação federal, estadual e municipal, bem como normas técnicas.

Art. 82. Nas áreas de disposição final de rejeitos ficam proibidas as seguintes atividades:

- I - catação em qualquer hipótese;
- II - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- III - trânsito de pessoas sem prévia autorização; e

IV - outras atividades que venham a ser definidas pelo poder público municipal.

Art. 83. Constitui infração, nos termos desta Lei:

- I - a realização, não autorizada pelos órgãos competentes, de atividade econômica de deposição, remoção, transporte, armazenamento, valorização, tratamento e eliminação de resíduos sólidos;
- II - o despejo irregular de resíduos sólidos;
- III - a deposição de resíduos sólidos urbanos diversos daqueles a que se destinam os equipamentos públicos e privados de acondicionamento temporário e transbordo;
- IV - a queima de qualquer resíduo sólido, dentro do perímetro urbano e rural;
- V - o lançamento de qualquer resíduo sólido em sarjetas e sumidouros;
- VI - a não realização de limpeza de todos os resíduos provenientes de obras que afetem o asseio das vias e outros espaços públicos;
- VII - a não segregação dos resíduos sólidos na forma estabelecida para a coleta seletiva;
- VIII - a destruição e/ou danificação de recipientes destinados ao armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos;
- IX - o não cumprimento das disposições, cláusulas, regulamentos, editais de licitação e contratos pelos prestadores de serviços públicos de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos; e
- IX - a violação de outros dispositivos desta lei que não expressamente acima mencionados.

Seção II

Da Fiscalização

Art. 84. Compete à GEMADS e ao SAMAE, dentro de suas competências, a fiscalização dos geradores e prestadores de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos em âmbito municipal.

Seção III

Das Penalidades

Art. 85. As infrações às disposições desta Lei, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, serão punidas com as seguintes penas:

- I - advertência;
- II - multa simples e/ou diária a ser estabelecida de acordo com a infração cometida, contada a partir da notificação do infrator; e
- II - cassação das licenças e/ou alvarás de funcionamento.

§1º As multas serão aplicadas após laudo de constatação.

§2º No caso de reincidência das infrações previstas no Art. 81, a multa será aplicada em dobro.

§3º Considera-se reincidência para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

§4º O valor da multa de que trata o caput deste artigo será fixado em regulamento, sendo o mínimo de 10 UFM's e o máximo de 5.000 UFM's, de acordo com a gravidade do dano causado.

§5º A multa simples poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§6º O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar a situação e a reparar os danos causados que estiverem em desacordo com as disposições contidas nesta Lei.

Art. 86. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que

importem inobservância aos preceitos desta Lei e seus regulamentos sujeitam os infratores às sanções previstas na legislação de posturas, ambiental, de uso e ocupação do solo e específicas sobre resíduos, além das demais aplicáveis, e, em especial, as dispostas na Lei Federal nº 9.605/1998.

Seção IV Do Procedimento de Execução das Penalidades

Subseção I Da notificação Preliminar

Art. 87. Verificando-se infração a esta Lei, será expedida contra o infrator Notificação Preliminar, para que imediatamente ou no prazo de até 60 (sessenta) dias, conforme o caso regularize sua situação.

Parágrafo único. O prazo para regularização da situação será enquadrado pelo agente fiscal no ato da notificação, respeitando os limites previstos neste artigo, podendo ser prorrogado por uma única vez.

Art. 88. A notificação terá as características definidas em modelo oficial, deverá ser preenchida em duas vias, sem rasuras ou emendas, e conterá:

- I - nome, ou denominação que identifique o notificado;
- II - dia, mês, ano, hora e lugar da lavratura da notificação preliminar;
- III prazo para a regularização da situação;
- IV - descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal que infringido;
- V - multa ou pena a ser aplicada em caso de não regularização no prazo estabelecido; e
- VI - nome e assinatura do agente fiscal notificante.

§1º Recusando-se o notificado a dar o seu ciente, este fato constará no corpo da notificação, devendo o notificante proceder entrega da mesma por via postal, com aviso de recebimento, ou, por último, através de edital de notificação, publicado em jornal do Município.

§2º A recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via da Notificação Preliminar lavrada, não favorece nem prejudica o infrator.

§3º Ausente ou não encontrado o notificado, o mesmo deverá ser notificado através de edital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em jornal do Município.

Art. 89. Esgotado o prazo de que trata o parágrafo único do Art. 87, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante o órgão competente, será lavrado Auto de Infração.

Subseção II Do Auto de Infração

Art. 90. O Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de infração aos dispositivos desta Lei, praticada por pessoa física ou jurídica.

Art. 91. O Auto de Infração deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem rasuras.

Art. 92. Do Auto de Infração deverá constar:

- I - dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;
- II - o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver das testemunhas;
- III - descrição clara e precisa do fato que se alegue infração, com

referência às circunstâncias pertinentes e indicação do local onde se verificou

IV - capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade e quando for o caso, referências da Notificação Preliminar;

V - o valor da multa a ser paga pelo infrator;

VI - data da emissão e assinatura do autuante; e

VII - a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo.

§1º Quando da entrega do Auto de Infração ao autuado houver recusa à colocação da assinatura, este fato constará no corpo do auto, devendo o autuante proceder à entrega por via postal, com aviso de recebimento, ou, por último, através de edital publicado na imprensa do Município.

§2º O prazo para pagamento do valor da multa constante no Auto de Infração será de 15 (quinze) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§3º As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade, quando do processo constar elementos suficientes para a identificação do infrator e da infração.

§4º A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do Auto de Infração, sua aposição não implicará em confissão e nem tampouco sua recusa agravará a pena.

Subseção III Da Defesa

Art. 93. O autuado terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa contra o auto de infração, contados do dia seguinte à data da cientificação do ato impugnado.

§1º A defesa terá efeito suspensivo e será apresentada por petição escrita à autoridade superior do órgão que expediu a autuação, na qual o autuado alegará de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua.

§2º A defesa apresentada à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem compete.

§3º A petição assinada por procurador, somente produzirá efeito se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

§4º É vedado ao autuado reunir, numa única petição, defesas contra mais de um auto de infração, exceto se decorrentes de infrações idênticas ou quando contiverem provas de fatos conexos.

Art. 94. Recebida a defesa, será dado vista ao agente fiscal responsável pela lavratura do ato impugnado, pelo prazo de dez dias para apresentar esclarecimentos pertinentes e a defesa do ato.

Parágrafo único. Após a manifestação do agente fiscal o processo será encaminhado ao Diretor Presidente do SAMAE ou ao Gerente da GEMADS, que proferirá decisão, observando o seguinte:

- I - a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;
- II - todas as questões levantadas na defesa deverão ser analisadas;
- III - serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;
- IV - a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento; e
- V - deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Subseção IV

Do Recurso

Art. 95. Da decisão mencionada no parágrafo único do artigo anterior, poderá aquele que se julgar prejudicado, interpor recurso ao Prefeito Municipal, ou por comissão por ele instituída para este fim, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão, observado o disposto nos parágrafos 2º a 4º do Art. 100.

§1º É vedado ao recorrente reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão de primeira instância, ainda que versem sobre assuntos conexos ou da mesma natureza.

§2º Ao julgador antes de decidir cabe requerer a realização de diligências.

§3º O acórdão da decisão final deverá determinar, ainda, prazo, se for o caso, para cumprimento da decisão.

Art. 96. Na ausência do oferecimento de defesa ou recurso no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será válida a multa imposta, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, além das demais penalidades previstas e prazos para cumpri-las.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento das penalidades impostas neste artigo será contado a partir da notificação do infrator da decisão.

**Subseção V
Das Diligências e Perícias**

Art. 97. A autoridade julgadora determinará, de ofício ou mediante requerimento do autuado, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias.

§1º O autuado, ao requerer diligência ou perícia, deve indicar:

- I - os motivos que a justifiquem;
- II - no caso de perícia:

- a) o nome, endereço e qualificação profissional do seu perito; e
- b) os quesitos referentes aos exames desejados.

§2º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que não atenda ao disposto no parágrafo anterior.

§3º O custo da diligência ou da perícia correrão por conta do requerente.

Art. 98. Se deferido o pedido de perícia, a autoridade designará servidor para, como perito do Município proceder, juntamente com o perito do requerente, ao exame requerido.

§1º Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado.

§2º Os relatórios ou laudos serão apresentados em prazo fixado pela autoridade julgadora, não superior a trinta dias, que poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da mesma autoridade, mediante solicitação fundamentada.

Art. 99. Será indeferida a realização de diligência ou perícia quando:

- I - o julgador considerar os elementos nos autos suficientes para a formação da sua convicção;
- II - a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado; e
- III - a verificação for prescindível ou impraticável.

Parágrafo único. O despacho que indeferir o pedido de diligência ou perícia deverá ser fundamentado, especificando as razões do indeferimento, e será apreciado como preliminar pela instância de recurso.

**Subseção VI
Das Intimações**

Art. 100. A intimação da decisão proferida em processo administrativo ambiental será feita:

- I - pessoalmente, mediante assinatura, de seu representante legal ou de preposto idôneo;
- II - por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR; e
- III - por edital de notificação publicado na Imprensa do Município, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.

§1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, será, respectivamente, entregue ou encaminhada cópia do Auto de Infração e de seus anexos.

§2º No caso do inciso I, a intimação será feita por servidor do órgão competente.

§3º Considera-se feita a intimação:

- I - pessoal, na data da assinatura;
- II - por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR; e
- III - por edital, 15 (quinze) dias após a data de sua publicação no órgão de publicação oficial do Município.

§4º Tratando-se de notificação à pessoa jurídica de direito privado, é suficiente para comprovação da notificação da mesma o recibo de entrega da carta registrada no endereço da empresa.

Art. 101. As infrações às disposições legais e regulamentares disciplinadas nesta Lei prescrevem em 5 (cinco) anos.

§1º A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição da pena.

§2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

**CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 102. Todos os geradores, transportadores, receptores e órgãos públicos competentes deverão se enquadrar nos dispositivos desta Lei, no prazo de doze meses, a partir da data de sua publicação.

Art. 103. A taxa municipal de coleta de resíduos sólidos incide sobre cada um dos imóveis edificados, localizados em vias ou logradouros beneficiados pelos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, residenciais e não-residenciais, no Município de Gaspar.

Parágrafo único. O fato gerador, o sujeito passivo e a base de cálculo da taxa de coleta de resíduos sólidos estão dispostos na Lei Municipal nº 1.330/91.

Art. 104. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.379, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.379, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº. 3.130, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo I da Lei nº 3.130 de 25 de agosto de 2009, que dispõe sobre o plano plurianual do Município de Gaspar para o quadriênio 2010/2013, modificando as seguintes planilhas de ações por programas:

I - Manutenção do Legislativo;
II - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;
III - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças
IV - Gestão Área da Cultura;
V - Gestão da Educação Infantil;
VI - Gestão de Educação de Ensino Fundamental;
VII - Gestão de Educação de Jovens e Adultos;
VIII - Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
IX - Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;
X - Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
XI - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;
XII - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;
XIII - Gestão do Ditran;
XIX - Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar;
XX - Gestão da Polícia Civil;
XXI - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
XII - Gestão na Área de Desenvolvimento Social;
XIII - Gestão da Fundação Municipal de Esportes;
XIV - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SA-MAE;
XV - Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.380, de 02 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.380, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam anuladas, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), as seguintes dotações constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2011 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar
Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar
Função: 01 - Legislativa
Subfunção: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200004 - Materiais e serviços de terceiros em geral

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 90.000,00

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200006 - Atualizações de Programas e Equipamentos de Informática

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Fica suplementada, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), a seguinte dotação constante do orçamento para o exercício financeiro de 2011 da Câmara Municipal de Gaspar:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200002 - Remuneração de pessoal e obrigações acessórias

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90 - Aplicações Diretas

R\$ 110.000,00

Art. 3º Fica substituído o Anexo I correspondente ao programa "Manutenção do Legislativo", relativo à Câmara Municipal de Gaspar, constante da Lei nº. 3.130, de 25 de agosto de 2009, pelo respectivo anexo que acompanha a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 4.626, de 1º de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 4.626, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE MOACIR MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 21.613, com área total de 9.284,93 m² (nove mil duzentos e oitenta e quatro metros e noventa e três decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, entre as Ruas Paulo A. Eberhardt e Prefeito Leopoldo Schramm, Bairro Coloninha, pertencente a MOACIR MOSER, brasileiro, torneiro mecânico, inscrito no CPF nº 606.930.619-87, contendo as seguintes características: 1.709,08 m² (um mil setecentos e nove metros e oito decímetros quadrados), limitando-se na frente em 19,77

metros confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm; fundos em 16,83m confrontando com terras da área a desmembrar para a Rua 03 (Rua Paulo A. Eberhardt); lado direito em 224,70 metros confrontando com terras a desmembrar para Rua 02; e lado esquerdo em sete linhas, a primeira linha em curva de 11,60m, a segunda linha em 15,20m, a terceira linha em curva de 2,50m, a quarta linha em 49,00m, a quinta linha em 124,40m, ambas confrontando com terras da Área Remanescente de Moacir Moser, a sexta linha em 15,45m e a sétima linha em curva de 15,72m confrontando com o lote 1 a desmembrar.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à abertura de vias previstas no Plano de Mobilidade Urbana do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, viabilizando melhorias na rede de drenagem pluvial, bem como na mobilidade urbana do bairro Coloninha.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.627, de 1º de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 4.627, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE ADRIANA CRISTINA MOSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 20.406 - R- 2, com área total de 10.956,30 m² (dez mil novecentos e cinquenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, entre as Ruas Paulo A. Eberhardt e Prefeito Leopoldo Schramm, Bairro Coloninha, pertencente a ADRIANA CRISTINA MOSER, brasileira, maior, administradora, inscrito no CPF nº 757.876.959-68, contendo as seguintes características: 1.439,45 m² (um mil quatrocentos e trinta e nove metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), limitando-se na frente em 10,64m confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm; fundos em 13,60m confrontando com terras da área a desmembrar para a Rua projeção da Rua Paulo A. Eberhardt; lado direito em cinco linhas, a primeira linha em curva de 13,73m, a segunda linha em 10,70m, a terceira linha em 49,60m, a quarta linha em curva de 2,85m, a quinta linha em 145,20m e a sexta linha em curva de 12,55m, ambas confrontando com terras da Área Remanescente de Adriana Cristina Moser; e lado esquerdo em 224,70m confrontando com terras da Área a Desmembrar para a Rua 01.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à abertura de vias previstas no Plano de Mobilidade Urbana do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, viabilizando melhorias na rede de drenagem pluvial, bem como na mobilidade urbana do bairro Coloninha.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.628, de 1º de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 4.628, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE RAQUEL MOSER DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Dec.-lei 3.365/41, parte de uma área de terras cujo todo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar sob o nº 5.773, com área total de 8.876,59 m² (oito mil oitocentos e setenta e seis metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), situado na cidade de Gaspar, na Rua Dom Daniel Hostins, Bairro Coloninha, pertencente a RAQUEL MOSER DA SILVA, brasileira, cabeleireira, inscrito no CPF nº 606.938.869-00, contendo as seguintes características: 2.892,47 m² (dois mil oitocentos e noventa e dois metros e quarenta e sete decímetros quadrados), limitando-se na frente em 6,00 metros confrontando com a Área Aplicada na Rua Dom Daniel Hostins; fundos em três linhas, a primeira em 11,15 metros, a segunda linha em 9,00 metros e a terceira linha em 6,00 metros, ambas confrontando com a Rua Paulo A. Eberhardt; lado direito em sete linhas, a primeira linha em 156,60 metros, a segunda linha em curva de 14,14 metros, a terceira linha em 18,70 metros, ambas confrontando com a Área a Remanescente 01, a quarta linha em 12,00 metros confrontando com a Rua Inominada, a quinta linha em 18,70 metros, sexta linha em curva de 14,14 metros e a sétima linha em 34,38 metros, ambas confrontando com a Área remanescente 02; e lado esquerdo em oito linhas, a primeira linha em 29,95m a segunda linha em 6,00m, ambas confrontando com terras de Paulo Alois Eberhardt, a terceira linha em 104,20m confrontando com terras de Raquel Moser da Silva, a quarta linha em 36,40m confrontando com terras da área remanescente de Adriana Cristina Moser, a quinta linha em 13,60m confrontando com a área a desapropriar para a rua(rosa), a sexta linha em 16,83m confrontando com a área a desapropriar para a rua(azul), a sétima linha em 25,90m e a oitava linha em 8,60m, ambas confrontando com o lote 1 a desmembrar.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo destinar-se-á à abertura de vias previstas no Plano de Mobilidade Urbana do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, viabilizando melhorias na rede de drenagem pluvial, bem como na mobilidade urbana do bairro Coloninha.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.629 de 01 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.629 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM O SERVIDOR MILTON SANTOS DA SILVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 02 de dezembro, o servidor MILTON SANTOS DA SILVEIRA, do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado com 30 horas semanais, o qual foi nomeado através do Decreto nº 3.226/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Termo de Convênio - Monitoramento Urbano

TERMO DE CONVÊNIO No 01/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR.

Aos três dias do mês de outubro de 2011, o Município de Gaspar, estabelecido a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro - Gaspar/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102244/0001-02, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Celso Zuchi, residente e domiciliado em Gaspar e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP representada por seu Secretário, CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de central de monitoramento com 14 (catorze) câmeras de vídeo no Município de Gaspar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000,

Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto 307, 04 de junho de 2003 e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 3.340, de 08 de setembro de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de câmeras de vigilância no Município de Gaspar, manifestando parecer sobre o assunto;

II. Repassar o montante de R\$ 160.850,00 (cento e sessenta mil oitocentos e cinquenta reais), à SSP SC, até 60 (sessenta) dias após assinatura do convênio, devendo o referido montante ser depositado na c/c nº 911.700-8, Ag. 3582-3, Banco do Brasil, tendo como titular: Fundo para Melhoria da Segurança Pública, inscrito no CNPJ nº 852801470001/35;

III. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de monitoramento urbano de Gaspar, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de monitoramento, pela rede multimídia necessária e pelos custos decorrentes da ampliação.

V. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de monitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores (guarda municipal ou controlador de trânsito).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de monitoramento urbano através de câmeras de vídeo, e submetê-lo à apreciação do Município de Gaspar, com vistas a sua instalação naquela cidade;

II. Tomar as medidas necessárias com vistas à contratação de empresa para instalação de câmeras de vigilância e rede para transmissão das imagens no valor de 131.450,00 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais) para execução do projeto adotado, conforme planilha de custos em anexo;

III. Coordenar a instalação dos equipamentos de vigilância, conforme projeto estabelecido;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e pelas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina;

V. Responsabilizar-se pela manutenção corretiva da rede multimídia em fibra óptica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Guarnição Especial de Gaspar, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer

de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Gaspar para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo em 04 (quatro) vias, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

CÉSAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO
Comandante Geral da Polícia Militar

Testemunhas:

Nome

CPF

Nome

CPF

CÂMARA MUNICIPAL

Emenda À Lei Orgânica Nº. 08/2011

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 08/2011

Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Gaspar.

A Mesa Diretora faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. A Lei Orgânica do Município de Gaspar passa a ter as seguintes alterações:

I - O art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. O Município de Gaspar, entidade integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica. (NR)."

II - O art. 2º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O Município promoverá a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana a que venha a participar, mediante convênio ou consórcio firmado com os demais Municípios. (NR)."

III - O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, devendo pautar sua ação pelo respeito aos princípios dela e da Constituição do Estado de Santa Catarina, em especial os da democracia e da República, implicando, necessariamente, a

eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantidos amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle populares, nos termos da legislação. (NR)."

IV - Os incisos IV e VIII do art. 11 passam a ter a seguinte redação: "IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (NR)."

VIII - prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino dos resíduos sólidos urbanos e de outros resíduos, na forma da lei (NR)."

V - Os incisos V e VI do art. 20 passam a ter a seguinte redação:

"V - fixar o subsídio dos Vereadores para a legislatura subsequente até seis meses antes do término da legislatura vigente, e do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários municipais, observada a legislação; (NR)."

VI - julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei Orgânica; (NR)."

VI - Os incisos I e III do art. 23 passam a ter a seguinte redação:

"I - investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário e Superintendente Municipal, Estadual e Nacional; Diretor-Geral, Consultor, Gerente na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional a que pertencer o Município de Gaspar; Presidente, Superintendente ou Diretor de entidade da administração indireta do Município, Estado e União ou na Chefia de missão temporária de caráter cultural ou de interesse do município;" (NR).

"III - a Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de cento e oitenta dias, sem prejuízo da remuneração. (NR)."

VII - Fica acrescido o § 3º ao art. 23 com a seguinte redação:

"§ 3º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os suplentes subsequentes. (NR)."

VIII - O art. 24 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24. É proibido ao Vereador fixar residência fora do Município, sob pena de perda do mandato declarada de ofício pela Mesa, ou mediante iniciativa de qualquer vereador ou de partido político com representação na Câmara, cujos procedimentos constarão do Regimento Interno da Câmara de Vereadores. (NR)."

IX - Os §§ 1º e 2º do art. 29 passam a ter a seguinte redação:

"§ 1º Cada Sessão Legislativa compreende dois períodos legislativos: de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (NR)."

§ 2º O início dos períodos da Sessão Legislativa independe de convocação. (NR)."

X - Os §§ 1º e 2º do art. 30 passam a ter a seguinte redação:

"§ 1º As sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dois dias úteis e nelas não se tratará de matéria estranha à convocação. (NR)."

§ 2º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores em sessão ou por meio de comunicação pessoal e escrita. (NR)."

XI - Fica acrescido parágrafo único ao art. 32 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Ao prestar compromisso e ao deixar o cargo, o Vereador apresentará declaração de seus bens à Câmara Municipal. (NR)."

XII - O art. 33 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 33. Os Vereadores prestarão compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Gaspar e a legislação em vigor, defendendo a justiça social, a paz e a igualdade de tratamento a todos. (NR)."

XIII - O § 1º do art. 38 passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita por um terço dos Vereadores, necessariamente lida em plenário por qualquer de seus signatários, com denúncia e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas. (NR)."

XIV - O caput do art. 39 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39. São atribuições da Mesa Diretora, entre outras: (NR)."

XV - O art. 39 é acrescido dos seguintes incisos:

"IV - dispor sobre organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara Municipal e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (NR).

V - a iniciativa de projetos de lei dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações da Câmara Municipal; (NR).

VI - elaborar ou expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias; (NR).

VII - por meio de ato, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara Municipal, nos termos estritos da lei; (NR).

VIII - expedir normas ou medidas administrativas; e (NR).

IX - devolver ao Executivo Municipal o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final do exercício. (NR)."

XVI - O caput do art. 40 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 40. O mandato da Mesa será de um ano, permitida uma recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (NR)."

XVII - O caput do art. 46 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 46. No Plenário, as proposições e vetos subordinam-se à discussão e votação em turno único, excetuadas as propostas

relativas: (NR)."

XVIII - Ficam acrescidos ao art. 46 os seguintes incisos:

"I - à Emenda à Lei Orgânica do Município; e (NR).

II - ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. (NR)."

XIX - O art. 47 e seu § 1º a ter a seguinte redação:

"Art. 47. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara. (NR).

§ 1º O voto será público, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara. (NR)."

XX - Fica acrescido o inciso VIII ao § 2º do art. 47 com a seguinte redação:

"VIII - Código Tributário do Município. (NR)."

XXI - Fica acrescido o § 4º e seus incisos ao art. 47 com a seguinte redação:

"§ 4º São matérias de lei complementar: (NR).

I - Código de Obras do Município; (NR).

II - Lei de Parcelamento do Solo; (NR).

III - Lei de Regulamentação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade constantes do Plano Diretor; (NR).

IV - lei que definir as delimitações dos bairros; (NR).

V - Código de Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo; (NR).

VI - Código de Posturas; (NR).

VII - criação dos órgãos da Administração Pública Municipal; (NR).

VIII - regime jurídico dos ocupantes de cargo ou emprego público municipal; e(NR).

IX - regime de previdência dos servidores públicos municipais. (NR)."

XXII - O art. 50 fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 1º A proposição deverá ser protocolada em até quarenta e oito horas antes do início da sessão para figurar na respectiva pauta. (NR).

§ 2º O início da contagem do prazo da proposição, na Câmara Municipal, dar-se-á a partir da sessão plenária em cuja pauta ela figurar. (NR).

§ 3º Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento. (NR).

§ 4º Salvo disposição em contrário, o Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor alteração de proposição de sua autoria enquanto não expirado o prazo do §1º deste artigo. (NR)."

XXIII - O § 4º do art. 53 passa a ter a seguinte redação:

“§ 4º A requerimento escrito ou oral de Vereador e por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara será descaracterizado o pedido de urgência, seguindo a matéria o seu trâmite legal. (NR).”

XXIV - O art. 53 fica acrescido do § 5º com a seguinte redação:

“§ 5º Nas propostas de iniciativa do Prefeito, o prazo a que se refere o § 2º deste artigo será reiniciado no caso de recebimento de mensagem. (NR).”

XXV - O caput do art. 54 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 54. O projeto de lei que implique despesa deverá ser acompanhado de indicação das fontes de recursos. (NR).”

XXVI - O art. 56 fica acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Tratando-se de matéria constante de projeto de lei rejeitado de iniciativa privativa do Executivo ou da Mesa Diretora da Câmara, o pedido de aceitação de nova tramitação dependerá de deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara. (NR).”

XXVII - O caput do art. 66 e seu § 2º passam a ter a seguinte redação:

“Art. 66. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse na sessão solene de instalação da legislatura. (NR).”

§ 2º O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Gaspar e a legislação em vigor, defendendo a justiça social, a paz e a igualdade de tratamento a todos. (NR).”

XXVIII - Fica acrescentado o “art. 70-A” com a seguinte redação:

Art. 70-A. É vedado ao Prefeito e Vice-Prefeito fixar residência fora do município de Gaspar sob pena de perda de mandato cuja declaração caberá à Câmara de Vereadores em procedimentos regulados pelo Regimento Interno da Casa Legislativa. (NR)

XXIX - O inciso X do art. 72 passa a ter a seguinte redação:

“X - proferir em plenário ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município; (NR).”

XXX - O art. 114 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 114. A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas. (NR).”

XXXI - O art. 116 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 116. Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto na Constituição Federal e na legislação. (NR).”
XXXII - O art. 137 fica acrescido dos seguintes incisos:

“VI - a participação das entidades de classe e de moradores no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, elaboração dos planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

VII - a restrição à utilização de áreas de riscos geológicos; e

VIII - a eliminação gradativa de barreiras físicas e arquitetônicas, garantindo à pessoa com deficiência o livre acesso a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, bem como a logradouros públicos. (NR).”

XXXIII - A alínea d do inciso III do art. 139 passa a ter a seguinte redação:

“d) condomínios (NR).”

XXXIV - O inciso II do art. 154 passa a ter a seguinte redação:

“II - promovendo ações específicas, visando à orientação ao consumidor, à educação alimentar e ao consumo sustentável de produtos e serviços; (NR).”

XXXV - O art. 156 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 156. O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela fiscalização do esgoto sanitário e água tratada, pelo abastecimento desta e pela coleta de resíduos sólidos urbanos. (NR).”

XXXVI - O caput do art. 159 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 159. A política habitacional do Município, integrada a da União e a do Estado, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios, na forma da lei: (NR).”

XXXVII - Fica acrescido o inciso V ao art. 159 com a seguinte redação:

“V - assessoramento técnico gratuito à família carente para construção da casa própria. (NR).”

XXXVIII - O art. 163 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 163. A educação, cujas prioridades residirão no ensino infantil e no fundamental, será promovida com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (NR).”

XXIX - Os incisos IX e XVI do art. 165 passam a ter a seguinte redação:

“IX - atendimento ao educando, no ensino infantil e fundamental, mediante programas suplementares de material didático-escolar, de alimentação e de saúde; (NR).”

XVI - informação sobre as condições do meio ambiente, visando à preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável; e (NR).”

XL - Fica acrescido o inciso XVII ao art. 165 com a seguinte redação:

“XVII - preservação dos valores educacionais e culturais locais. (NR).”

XLI - O caput do art. 169 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 169. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, na forma da lei. (NR).”

XLII - O art. 169 passa a ter parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os danos e ameaças ao patrimônio de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e de valor afetivo para a população serão punidos na forma da lei. (NR)."

XLIII - O art. 174 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 174. O Município desenvolverá estudos e pesquisas de tecnologias apropriadas ao homem. (NR)."

XLIV - O art. 179 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 179. O Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem à proteção e recuperação do meio ambiente e sua biodiversidade, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso e parcelamento do solo e de edificações. (NR)."

XLV - O inciso VII do art. 180 passa a ter a seguinte redação:

"VII - incentivar as atividades de conservação ambiental, conservação e recuperação de matas ciliares ao longo do Rio Itajaí-Açu e demais cursos de água; (NR)."

XLVI - O inciso I do art. 196 passa a ter a seguinte redação:

"I - a alteração de nomes de próprios municipais que contenham nome de pessoa, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos de lei; (NR)."

Art. 2º. Ficam revogados os art. 42; art. 43; parágrafo único do art. 46; os §§ 1º e 2º do art. 169; §§ 1º e 2º do art. 196; e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Gaspar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Gaspar (SC), em 1º de dezembro de 2011.

MESA DIRETORA

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI
Primeiro Secretário

RAUL SCHILLER
Segundo Secretário

Lei Nº. 3.384/2011

LEI Nº. 3.384/2011

Autoriza a criação de uma central de empregos para pessoas com deficiência no Município de Gaspar.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o que determina a Lei Orgânica deste Município, em seu artigo 57, parágrafos 6º e 7º,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação de uma central de empregos para pessoas com deficiência no Município de Gaspar, com o objetivo de fomentar a inclusão social destes no mercado de trabalho local.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 3º A central de cadastro de pessoas com deficiências tem por objetivo criar um banco de dados que permita que empresas interessadas possam efetuar contato visando à inclusão social dos deficientes e levantar dados referentes a estas pessoas, como:

I - tipo de deficiência;

II - motivo que ocasionou a deficiência;

III - tempo que possui a deficiência;

IV - diagnóstico e prognóstico da deficiência;

V - qual o nível de comprometimento funcional que ocasionou a deficiência; e

VI - se a deficiência ocasionou impedimento do deficiente em se locomover, como também executar atividades laborativas.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência poderá cadastrar-se junto à referida central, bastando, para tanto, dirigir-se ao local onde será procedido o cadastramento, munida com os documentos pessoais, CPF e RG e comprovante de residência.

Art. 5º As empresas interessadas na mão de obra cadastrada na central de empregos para pessoas com deficiência deverão inscrever-se perante a "Central de Cadastro de Pessoas com Deficiências".

Art. 6º O Município de Gaspar, na forma que lhe convier, poderá oferecer incentivos às empresas empregadoras de pessoas com deficiência, nos termos da Lei.

Art. 7º A despesa a que se refere o artigo 1º desta Lei será suportada pela seguinte dotação orçamentária: Órgão - 00010 - Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade - 00020 - Fundo Municipal de Assistência Social; Função - 08.00244.00029.2.200164.00000 - Ações de Desenvolvimento social; Sub-Função - 3.3.3.9.0.00.00.00.00 - Aplicações diretas.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal de Gaspar regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Gaspar

Gaspar/SC, 5 de dezembro de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Presidente

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 55/2011 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.55/2011

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de tubos e conexões para a execução da nova etapa das obras de implantação de redes de água da Rua São Pedro, entre o acesso da Igreja Matriz até a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nesta cidade.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 20/12/2011.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 20/12/2011 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 5 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato da Dispensa de Licitação Nº 53/2011 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 53/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção, atualização, suporte técnico e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública.

CONTRATADO: PUBLICA INFORMÁTICA LTDA. (95.836.771/0001-20).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 11.796,00 (onze mil setecentos e noventa e seis reais).

DATA VIGÊNCIA: 01.01.2012

DATA VENCIMENTO: 31.07.2012

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Gaspar(SC), em 06 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 52/2011 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 52/2011

OBJETO: Prestação de serviços de montagem e desmontagem de palco, instalação de sonorização e iluminação para apresentação do Coral Show Criança Feliz e Teatro Criação, do Grupo de Teatro da Casa das Oficinas Culturais Dagobert Gunther, evento em comemoração aos 40 anos de SAMAE, a ser realizado no dia 17 de dezembro de 2011, conforme descrito no rider anexo.

CONTRATADO: ELAINE FREITAS LUZ - ME. (14.233.551/0001-00). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais).

DATA VIGÊNCIA: 06.12.2011

DATA VENCIMENTO: 31.12.2011

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar(SC), em 06 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 1/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 1/2010 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 1/2010 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ

do contratado: 92.702.067/0001-96

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Gaspar (SC), em 5 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 14/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 14/2009 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 30/2009 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Gaspar (SC), em 5 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 34/2011- SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 34/2011
Data vigência: 06/12/2011
Data vencimento: 31/12/2011
Número da Licitação: 52/2011 - Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: ELAINE FREITAS LUZ ME. - CNPJ/CPF do contratado: 14.233.551/0001-00
Objeto: Prestação de serviços de montagem e desmontagem de palco, instalação de sonorização e iluminação para apresentação do Coral Show Criança Feliz e Teatro Criação, do Grupo de Teatro da Casa das Oficinas Culturais Dagobert Gunther, evento em comemoração aos 40 anos de SAMAE, a ser realizado no dia 17 de dezembro de 2011, conforme descrito no rider anexo.
Valor: R\$ 7.050,00 (sete mil, cinquenta reais).

Gaspar (SC), em 6 de dezembro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 35/2011 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 35/2011
Data vigência: 01/01/2012
Data vencimento: 31/07/2012
Número da Licitação: 53/2011 - Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: PUBLICA INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF do contratado: 95.836.771/0001-20
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção, atualização, suporte técnico e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública..
Valor: R\$ 11.796,00 (onze mil, setecentos e noventa e seis reais).

Gaspar (SC), em 6 de dezembro de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato de ata registro de preço 952011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS E CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Valor: R\$ 2.025,20 (DOIS MIL E VINTE E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 24/10/2011 TÉRMINO: 24/10/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 95/2011 Signatários: pelo Contratante,

Nilson Bylaardt e, pela contratada : Gisleanne de Oliveira Cardoso

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: REGIS COM DE BRINQUEDOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS E CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Valor: R\$ 42.274,04 (QUARENTA E DOIS MIL DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUATRO CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 24/10/2011 TÉRMINO: 24/10/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 95/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Renato Regis.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: STAUDT E FRACESQUETT LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS E CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Valor: R\$ 16.473,80 (DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E SETENTA E TREIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 24/10/2011 TÉRMINO: 24/10/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 95/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Astor Staudt.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: VOCE COM. DE CALÇADOS LTDA-ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLAS E CEI'S DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Valor: R\$ 17.315,45 (DEZESSETE MIL TREZENTOS E QUINZE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 24/10/2011 TÉRMINO: 24/10/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 95/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Marcio Ronney Rubini Maluta.

Guaramirim, 07 de Novembro, 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeitura Municipal de Guaramirim

Herval do Oeste**PREFEITURA****Portaria Nº 1106/2011**

PORTARIA Nº 1106/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IVAN SERGI BALESTRIN (Matr. 792), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível - 7, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de abril de 2010 e 02 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 01 de dezembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1107/2011

PORTARIA Nº 1107/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor José Bento (Matr. 862), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador De Máquinas II, Nível - 8, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2010 e 01 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 01 de dezembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1108/2011

PORTARIA Nº 1108/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SÉRGIO LUIZ LUNARDELLI (Matr. 350), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador De Máquinas I, Nível - 7, Referência "F", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de setembro de 2009 e 07 de setembro de 2010, para serem gozadas a partir de 01 de dezembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1109/2011

PORTARIA Nº 1109/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor VALDOMIRO SCHRADER (Matr. 780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador De Máquinas II, Nível - 8, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02

de abril de 2010 e 01 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 01 de dezembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1110/2011

PORTARIA Nº 1110/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FRANCIELLE STALLBAUM (Matr. 3197), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de abril de 2010 e 25 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2011 a 03 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1111/2011

PORTARIA Nº 1111/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor RICARDO JOSÉ NODARI (Matr. 2885), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2010 e 01 de janeiro de 2011, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2011 a 03 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1112/2011
PORTARIA Nº 1112/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora IONE MARIA BELOTTO CORREA (Matr. 3229), ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - PSF, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de outubro de 2010 e 24 de outubro de 2011, para serem gozadas a partir de 05 de dezembro de 2011 a 03 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 154.2011

DECRETO PMI Nº 154, de 30 de novembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cem e dez mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

04

- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEFAZ

Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal de Fazenda

Programa: 04 - Administração Financeira

Projeto (Ação): 2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Funcional programática: 04.123.0004

3.3.50.00.00.00.00.0080 (0014) Aplicações Diretas 110.000,00
Total 110.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

24

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Unidade: 24.01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Turístico e Econômico

Programa: 08 - Vocação Natural para o Turismo

Projeto (Ação): 2.024 - Calendário Anual de Eventos

Funcional programática: 23.695.0008

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0114) Aplicações Diretas 110.000,00
Total 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 155.2011

DECRETO PMI Nº 155, de 30 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.143,04 (dois mil e cento e quarenta e três reais e quatro centavos), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

24

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Unidade: 24.01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico e Econômico

Programa: 08 - Vocação Natural para o Turismo

Projeto (Ação): 2.026 - Manutenção da SEDTUR

Funcional programática: 23.122.0008

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0118) Aplicações Diretas 2.143,04
Total 2.143,04

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

24

- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Unidade: 24.01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turístico e Econômico

Programa: 08 - Vocação Natural para o Turismo

Projeto (Ação): 2.026 - Manutenção da SEDTUR

Funcional programática: 23.122.0008

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas 2.143,04
Total 2.143,04

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa 09/2011 (Sedesth)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 38/2011
DISPENSAS Nº 09/2011

Objeto: Profissional para ministrar curso profissionalizante de artesanato para as famílias cadastradas e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família.
Valor Total: R\$ 1.520,00
Palestrante: Maria da Glória Querino Joaquim.
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 65/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 202/2011
DISPENSAS Nº 65/2011

Objeto: Prestação de serviços de consertos de pneus da Frota da Seinfra.
Empresa: Transportadora Celmar Ltda ME.
Valor Total: R\$ 7.800,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 66/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 203/2011
DISPENSAS Nº 66/2011

Objeto: Alteração no percurso da drenagem pluvial na Rua nº 23, no Bairro Vila Nova Alvorada, Trecho fundos do campo da Divinéia - Imbituba - SC.
Empresa: J. L. Construtora Ltda Me .
Valor Total: R\$ 14.372,11,00
Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 07/2011 (Funrebom)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM

PROCESSO Nº 12/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 20 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de viatura nova para ser utilizada nos serviços administrativos do Corpo de Bombeiros de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 08/2011 (Funrebom)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM
PROCESSO Nº 13/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 20 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de serviços gerais (limpeza, cozinha e outros) para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 91/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 201/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 20 de dezembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Locação de equipamentos para conservação de estradas vicinais do Município de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 07 de dezembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1218/2011

DECRETO Nº. 1218 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) na seguinte dotação orçamentária.

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2076 Manutenção do Programa Melhor Idade
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 02 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1219/2011

DECRETO Nº. 1219 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.04 Cultura
2036 Manutenção das Atividades Culturais
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 6.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 4.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 6.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 02 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Edital de Chamamento Agricultura Familiar

Prefeitura Municipal de Iomerê
Edital Chamada Publica nº002/2011
Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar, para o primeiro semestre do exercício de 2012, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 06 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2167/2011

Decreto nº 2167/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010, conforme artigo 13.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

02 - GABINETE DO PREFEITO

2.001 - Manutenção do gabinete do prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

T O T A L R\$ 7.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - GABINETE DO PREFEITO

2.001 - Manutenção do gabinete do prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

T O T A L R\$ 7.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Processo Licitatorio 05/2011 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2011

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2011

O Fundo Municipal de Assistencia Social de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de dezembro de 2010, as 14:00 horas, processo licitatorio na modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação menor preço por item, de acordo com a lei 8.666/93, visando a aquisição de 01 veículo novo, zero kilometro, de fabricação nacional, para um melhor desenvolvimento junto ao bolsa família. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site WWW.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 05 de dezembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 12/2011 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 12/2011

Contratante: Fundo Municipal de Assistencia Social

Contratada: Edilson Grossl 11361731885

Objeto: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra para adaptação do bem imóvel Valor: R\$ 6.760,50 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

Vigência - 05.12.2011 a 30.01.2012

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****Extrato de Rescisão Contratual**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Itapoá através do prefeito municipal em exercício Sr. Mário Elói Tavares, torna público que será rescindido a partir do dia 30/12/2011, os contratos administrativos a baixo qualificados, referente a licitação INEXIGIBILIDADE Nº 08/2011 - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2011 - PROCESSO Nº 66/2011 - com o objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais interessados ao fornecimento de alimentos aos servidores municipais do município de Itapoá/SC, conforme segue:

- Contrato Administrativo nº 62/2011 firmado com a empresa VÂNIA MARIA BOSSA PEREIRA RESTAURANTE - ME, com sede à Rua Francisco Quirino Correia (Rua 760), nº 1353, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.383.724/0001-15;

- Contrato Administrativo nº 63/2011 firmado com a empresa PATRICIA DE AGUIAR BRUNETTI - ME, com sede à Rua Av. André Rodrigues de Freitas, nº 328, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.670.265/0001-49;

- Contrato Administrativo nº 65/2011 firmado com a empresa ADILSON BIANCHINI- ME, com sede à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 1146, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.797.977/0001-32;

- Contrato Administrativo nº 66/2011 firmado com a empresa ZAKALUK & ZAKALUK - ME, com sede à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 1146, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.797.977/0001-32 ;

- Contrato Administrativo nº 68/2011 firmado com a empresa FARMACIA CECCON LTDA- ME, com sede à Rua Erminio Dagnoni, nº 774, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.961.372/0001-96;

- Contrato Administrativo nº 69/2011 firmado com a empresa RESTAURANTE E CHURRASCARIA FONTE NOVA LTDA-ME, com sede à Av. Celso Ramos, nº 1581, Bairro: Itapema do Norte, no município de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 09.275.068/0001-58;

- Contrato Administrativo nº 71/2011 firmado com a empresa P.R. DA SILVA MATEUS E CIA LTDA - ME, com sede à Av. Brasil, nº 115, Bairro: Itapoá, balneário Santa Maria, no município de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 11.992.008/0001-06;

- Contrato Administrativo nº 72/2011 firmado com a empresa CARDOSO DE LIMA E SANTOS LTDA ME, com sede à Rua 2080, nº 205, Bairro Itapoá, balneário Praia do Imperado, no município de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 06.745.807/0001-30;

- Contrato Administrativo nº 73/2011 firmado com a empresa PAULO CEZAR MENEZES - ME, com sede à Avenida Brasil, nº 2481, Bairro: Princesa do Mar na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.806.896/0001-09;

Itapoá, 06 de dezembro de 2011.

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Termo Aditivo N.º 55/2011

TERMO ADITIVO N.º 55/2011 QUE VISA PRORROGAR E REAJUSTAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 36/2010. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram,

de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede na Rua Perpétuo Socorro, 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, inscrita no CI.RG. nº 3.410.151-9, e do CNPJ/MF: 944.334.299-53, e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC; e de outro lado a empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual nº 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 - SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPJ/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar e reajustar a Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 01/2010 - PROCESSO Nº 02/2010, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 36/2010 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula terceira "do preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual para o período de 5,9500600%, passando o valor unitário mensal para R\$ 12.685,69 (doze mil seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), e o valor total para o período de R\$ 152.228,28 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 36/2010, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 36/2010, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 05 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
MÁRIO ELÓI TAVARES
Prefeito em Exercício

CONTRATADA
TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA

HUGO FRANCISCO HOFFMANN
E/OU VILMAR HARGER

CONTRATANTE
SUZINEI RIBEIRO SCHULTZ
Secretaria de Saúde

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome :

CNPJ/MF:

Termo Aditivo Nº 56/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
TERMO ADITIVO Nº 56/2011
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 53/2011
(1º alteração).

CONTRATANTE: Município de Itapoá-SC;
CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.520.829/0001-40, Inscrição Estadual nº 170/0004112, com sede a Rua Vasco da Gama, nº 33, Bairro: Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, CEP: 99.740-000.
LICITAÇÃO: PREGÃO N.º 24/2011 - PROCESSO Nº 68/2011 - REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2011.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para postos de saúde e P.A. Valor R\$: 1.248,00 (um mil duzentos e quarenta e oito reais).
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 05 de dezembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria n.º 3.568

PORTARIA Nº 3.568 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CARLOS KALBFLEISCH, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de novembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.569

PORTARIA Nº 3.569 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr(a) JULIANA FERRARI, Técnico de Enfermagem (PSF), lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002 e Lei Complementar nº 093 de 04 de março de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de novembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.570

PORTARIA Nº 3.570 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr(a) JANAINA APARECIDA FERNANDO, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002 e Lei Complementar nº 093 de 04 de março de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de novembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.571

PORTARIA Nº 3.571 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) OZIREZ ANTONIO FAVARO, do cargo de Técnico de Administração, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 e 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 81, § 4º

da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.572

PORTARIA N.º 3.572 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JACI TERESINHA FERREIRA, Professor Com Magistério, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.573

PORTARIA N.º 3.573 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). FATIMA PRANDO, Professor de Artes Plástica, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.574

PORTARIA N.º 3.574 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). NEI TESSER, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53

de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.575

PORTARIA N.º 3.575 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.576

PORTARIA N.º 3.576 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.577

PORTARIA N.º 3.577 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). RAYLANDER ALVES RIGHI, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar

nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.578

PORTARIA N.º 3.578 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MIRIAN DOLZAN, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.579

PORTARIA N.º 3.579 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JAIR LEME DA SILVA, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.580

PORTARIA N.º 3.580 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ACACIO YSAO YAMAGUTI, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.581

PORTARIA N.º 3.581 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). EMERSON VIEIRA, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.582

PORTARIA N.º 3.582 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). FABRICIA ZUCCHI CASSOL, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.583

PORTARIA N.º 3.583 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). OUMAR CASSOL, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e

Eventos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.584

PORTARIA N.º 3.584 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). PAULO HENRIQUE STROHER, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.585

PORTARIA N.º 3.585 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, Professor de Educação Física, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.586

PORTARIA N.º 3.586 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JULIO VALECIO

FERREIRA, Técnico de Administração, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.587

PORTARIA N.º 3.587 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARIA MIRTES BREDÁ, Técnico de Administração, na Fundação Municipal de Esportes e Eventos, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com a Lei Complementar n.º 53 de 11 de outubro de 2011, bem como edital de redistribuição n.º 01/2011 de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.588

PORTARIA Nº 3.588 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) MARCIA ANGELA DALL'ALBA, Professor Pós-Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de novembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde de 29 de novembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de novembro de 2011
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 119 PP 55

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 119/2011/PMJ,
- Modalidade: PP 55/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para dar publicidade aos autos de infrações de trânsito emitidos pela Gerência de Trânsito do Município de Joaçaba, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação no Município e região onde ocorreu a infração), com publicações semanais, conforme determinação do CETRAN/SC (Resolução nº 008/2004 - Parecer nº 099/2010).

- Empresa Vencedora:

JORNAL O NASCENTE UNIVERSITARIO PREST. SERV. LTDA
VALOR R\$ 3.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 59/2011/PMJ - PL 123/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2011/PMJ

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais e Gabinete do Prefeito, para o período de janeiro a agosto de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 20/12/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 20/12/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 05 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 821/2011/PMJ - TA 02/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 821/2011/PMJ -TA 02/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 821/2011/PMJ, firmado em 27/05/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 50/2011/PMJ - Edital TP nº 5/2011/PMJ, homologado em 27/05/2011, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q.- concreto asfáltico usinado a quente da Rua Marieta Coelho Taugem, Loteamento Jardim Itália, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 6.445,57 (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a 6,526% do valor inicial, sendo R\$ 6.394,57 relativo ao material e meio mecânico e R\$ 51,00 relativo à mão

de obra, referente à execução de serviços descritos no orçamento complementar, em conformidade com o parecer do engenheiro responsável, com os despachos dos Secretários de Infraestrutura e de Gestão Administrativa e com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 10/11/2011.

Retificação Edital de lotação/remoção Sec. de Educação

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO Nº 001/2011 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, retifica item 1. do edital:

1. DO LOCAL E HORÁRIOS

1.1. Na sede da Prefeitura de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba.

1.2. LOTAÇÃO/REMOÇÃO: dias 06 e 07 de dezembro de 2011 (terça-feira)

Horário: Das 13 h às 19 h.

Publique-se.

Joaçaba, 05 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Homologação Pregão 40/2011 - SIMAE****ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 40/2011 - PR**

Processo Administrativo: 54/2011
Processo de Licitação: 54/2011
Data do Processo: 03/11/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2011
b) Licitação Nr.: 40/2011-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/12/2011
e) Data da Adjudicação: 05/12/2011 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006720 - GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA	1	0,0000	85.050,00
- 006911 - POSTO DA VILA LTDA	2	0,0000	77.100,00
	3		162.150,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15), 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (16), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Joaçaba, 5 de Dezembro de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Pregão Presencial JHL 0044/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0061/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2011
PROTOCOLO JHL 2923/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0044/2011 - Licitação 0061/2011, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO 2012.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 21/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/12/2011 a 21/12/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 07 de dezembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0082/201 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0082/2011
PREGÃO PRESENCIAL 0040/2011
PROCESSO LICITATÓRIO 0054/2011
PROTOCOLO JHL 2857/2011
Data: 05/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER VEÍCULOS DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.

Contratado: GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA

Valor do Contrato: R\$1,89 (Hum real e oitenta e nove centavos) o litro de óleo diesel.

Programa/atividade 14.01.2.061 1 4 . 0 1 . 1 . 0 5 1

14.01.1.052

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00 4.4.90.51.99.00.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0083/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0083/2011
PREGÃO PRESENCIAL 0040/2011
PROCESSO LICITATÓRIO 0054/2011
PROTOCOLO JHL 2857/2011
Data: 05/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GSAOLINA E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL - ETANOL PARA ABASTECER VEÍCULOS DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.

Contratado: POSTO DA VILA LTDA

Valor do Contrato: R\$2,30 (Dois reais e trinta centavos) o litro do álcool.

R\$2,44 (Dois reais e quarenta e quatro centavos) o litro da gasolina. Programa/atividade 14.01.2.061

Elemento: 3.3.90.30.01.00.00

Prazo de vigência: 02/01/2012 a 31/12/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA**Lei 893/2011**

Lei nº. 893/2011, de 30 de Novembro de 2011.

cria DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar a dotação abaixo discriminada:

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Unidade : 01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Função : 26 Transporte

Programa : 1070 Estradas Vicinais

Subfunção : 782 Transporte Rodoviário

Recurso : 0.1.2400 Transf. De Convênios - Outros

Projeto/Atividade : 2.051 Manut. Geral da Secretaria de Obras e Serviços

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (68)

Valor : R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para a suplementação da dotação anterior ficam anuladas as dotações abaixo discriminadas:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Função : 04 Administração

Programa : 1030 Administração Geral e Financeira

Subfunção : 122 Administração Geral

Recurso : 0.1.2400 Transf. De Convênios - Outros

Projeto/Atividade : 1.001 Construção do Prédio da Prefeitura

Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00

Valor : R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 30 de Novembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 074/2011

DECRETO nº. 74/2011, de 25 de Novembro de 2011.

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manutenção da Sec. de Administração
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 3.000,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social
Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manutenção da Secretaria de Ação Social
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 2.000,00

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de Novembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 075/2011

DECRETO nº. 75/2011, de 25 de Novembro de 2011.

AUTORIZA A ABRIR VÍNCULO DE RECURSO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto o vínculo de recurso por conta do excesso de arrecadação na importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Recurso : 0.1.6408 Atenção Básica - PAB Fixo
Valor : R\$ 5.000,00

2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de Novembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 076/2011

DECRETO nº. 76/2011, de 30 de Novembro de 2011.

CRIA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE JOSÉ BOITEUX E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar a dotação abaixo discriminada:

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade : 01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função : 26 Transporte
Programa : 1070 Estradas Vicinais
Subfunção : 782 Transporte Rodoviário
Recurso : 0.1.2400 Transf. De Convênios - Outros
Projeto/Atividade : 2.051 Manut. Geral da Secretaria de Obras e Serviços
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00 (68)
Valor : R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para a suplementação da dotação anterior ficam anuladas as dotações abaixo discriminadas:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Função : 04 Administração
Programa : 1030 Administração Geral e Financeira
Subfunção : 122 Administração Geral
Recurso : 0.1.2400 Transf. De Convênios - Outros
Projeto/Atividade : 1.001 Construção do Prédio da Prefeitura
Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00
Valor : R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de Novembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 077/2011

DECRETO nº 077/2011.

CORRIGE A UFM - UNIDADE FISCAL MUNICIPAL

ALCINO PEREIRA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o disposto no artigo 285 e 286 da lei Complementar 003/2002 - Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigida a UFM - Unidade Fiscal Municipal, para o exercício 2012 pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), que passa a vigorar com o valor de R\$ 2,61(dois reais e sessenta e um centavos)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando -se disposições em contrário.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto 76 A/2011

DECRETO nº 076 A/2011.

O Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto nº. 6.094, de 24/04/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a coordenação do Secretário Municipal de Educação, para comporem o COMITÊ do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

Tatiana Weidmann - Representantes das associações de empresários
Daiane Mondini Moser - Representantes das associações de empresários
Eduardo de Andrade - Representantes das associações trabalhadores
Danubia Mazzini Meneghelli - Representantes das associações trabalhadores
Marileia Fusinato - Representantes da sociedade civil
Fabiano Weidmann - Representantes da sociedade civil
Mairo Lunelli - Representante do ministério público
Sergio Fusinato - Representante do ministério público
Maika Lunelli - Representantes do conselho tutelar
Sílvia Schwartz Fusinato - Representantes do conselho tutelar
Márcia Fusinato Barbosa Athayde - Representante de dirigentes do sistema educacional público
Tiago Griboski - Representante de dirigentes do sistema educacional público

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 30 de novembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Decreto 77A/2011
DECRETO nº 077 A/2011.

O Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto nº. 6.094, de 24/04/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a coordenação do Secretário Municipal de Educação, para comporem a EQUIPE LOCAL do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

Marcia Fusinato Barbosa Athayde - Dirigente Municipal de Educação
Cristiane dos Santos - Técnico da secretaria municipal de educação
José Ricardo Meneghelli - Representante dos diretores de escola
Nadia Buzzi Fanslau - Representante dos professores da zona urbana
Erondina da Silva - Representante dos professores da zona rural
Tiago Griboski - Representante dos coordenadores ou supervisores escolares
Marize R. B. Schwartz - Representantes dos conselhos escolares
Julio Cesar Bagattoli - Representante do conselho municipal de educação (quando houver)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 30 de novembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria 380/2011
PORTARIA Nº 380/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da

competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Sigmar Alfarth relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 02.12.2011 a 31.12.2011 (30 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de Dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 381/2011
PORTARIA Nº 381/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Tatiana da Cunha relativas ao período aquisitivo de 17.08.2010 a 16.08.2011 que serão usufruídas no período de 01.12.2011 a 30.12.2011 (30 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de Dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 382/2011
PORTARIA Nº 382/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Reginaldo Penz, relativas ao período aquisitivo de 24.03.2010 a 23.03.2011 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 383/2011
PORTARIA Nº 383/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Serlene de Freitas Preis, relativas ao período aquisitivo de 01.10.2009 a 30.09.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 384/2011
PORTARIA Nº 384/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Terezinha Ribeiro, relativas ao período aquisitivo de 03.08.2010 a 02.08.2011 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 24.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 385/2011
PORTARIA Nº 385/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Mairo Lunelli, relativas ao período aquisitivo de 01.04.2009 a 31.03.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 386/2011
PORTARIA Nº 386/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Joseane Vicente, relativas ao período aquisitivo de 01.03.2010 a 28.02.2011 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 387/2011
PORTARIA Nº 387/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Luiz Antonio Schlup, relativas ao período aquisitivo de 26.01.2010 a 25.01.2011 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 24.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 388/2011
PORTARIA Nº388/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Narci Frizi, relativas ao período aquisitivo de 16.09.2010 a 15.09.2011 que serão usufruídas no período de 29.12.2011 a 27.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 389/2011
PORTARIA Nº389/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Greyce Fabre Amarante, relativas ao período aquisitivo de 20.06.2011 a 19.06.2012 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 (14 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 390/2011
PORTARIA Nº390/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Zita May, relativas ao período aquisitivo de 23.05.2011 a 22.05.2012 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 (14 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 391/2011
PORTARIA Nº391/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marli Fronza Zluhan, relativas ao período aquisitivo de 03.06.2011 a 02.06.2012 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 (14 dias) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 392/2011
PORTARIA Nº 392/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Alex da Cunha, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2010 a 01.01.2011 serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 393/2011
PORTARIA Nº 393/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Ana Claudia Gheller, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2011 a 31.01.2012 serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 (14 DIAS) de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 394/2011
PORTARIA Nº 394/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Carlos José Varela, relativas ao período aquisitivo de 03.11.2010 a 02.11.2011 serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 395/2011
PORTARIA Nº 395/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Juliano Leite, relativas ao período aquisitivo de 05.01.2010 a 04.01.2011 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 396/2011
PORTARIA Nº 396/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Leandro Ribeiro, relativas ao período aquisitivo de 09.05.2011 a 08.05.2012 serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 397/2011
PORTARIA Nº 397/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Maybe Lunelli, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 398/2011
PORTARIA Nº 398/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Miguel Amadeu Fusinato, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 399/2011
PORTARIA Nº 399/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Nara Moser Coelho, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 400/2011
PORTARIA Nº 400/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Maria Madalena L. Uller, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2011 a 01.01.2012 serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 401/2011
PORTARIA Nº 401/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Sandro Marcus Zluhan, relativas ao período aquisitivo de 01.05.2011 a 30.04.2012 serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 402/2011
PORTARIA Nº 402/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Francis Patrick Kietzer, relativas ao período aquisitivo de 18.04.2011 a 17.04.2012 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 407/2011
PORTARIA Nº 407/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Dilmar Cesar da Cunha, relativas ao período aquisitivo de 18.04.2011 a 17.04.2012 que serão usufruídas no período de 26.12.2011 a 08.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 408/2011
PORTARIA Nº 408/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Jacir Peixer, relativas ao período aquisitivo de 02.04.2009 a 01.04.2010 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 409/2011
PORTARIA Nº 409/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Otavio Georg Junior, relativas ao período aquisitivo de 07.04.2010 a 06.04.2011 que serão usufruídas no período de 19.12.2011 a 17.01.2012 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 410/2011
PORTARIA Nº 410/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE PRORROGAR CONTRATO TEMPORÁRIO, do Servidor Genésio Possamai, admitido através da Portaria n. 229/2011, no cargo de Operador de Equipamento, a partir de 31.12.2011 a 31.01.2012.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 411/2011
PORTARIA Nº 411/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE PRORROGAR CONTRATO TEMPORÁRIO, do Servidor Julio Neto, admitido através da Portaria n. 290/2011, no cargo de Operador de Equipamento, até 31.01.2012.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 412/2011
PORTARIA Nº 412/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE PRORROGAR CONTRATO TEMPORÁRIO, do Servidor Daniel Reinert, admitido através da Portaria n. 348/2011, no cargo de Agente Adm. Operacional, até 31.01.2012.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Lauro Muller

PREFEITURA**Portaria nº 159/2011**
P O R T A R I A Nº 159/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 20 de dezembro de 2011, os efeitos da Portaria nº 146/2011, de 11/08/11, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ELIZABETE DE OLIVEIRA DA COSTA, para a função de Servente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27/09/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 27 DE SETEMBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej

Portaria nº 161/2011
P O R T A R I A Nº 161/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EDUARDO RIGHETTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a

Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 03/10/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 162/2011
P O R T A R I A Nº 162/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DANIELA CEOLIN PALHANO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Agricultura junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 03/10/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 163/2011
P O R T A R I A Nº 163/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR, MÁRIO LUIZ MEDEIROS, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto à Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão do seu falecimento.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/10/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 164/2011
P O R T A R I A Nº 164/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADÉLIA DOLORES VIEIRA DE JESUS, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 165/2011
P O R T A R I A Nº 165/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA GONÇALVES PADILHA MELLO, elevando de MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 166/2011
P O R T A R I A Nº 166/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ADRIANA PACHECO BOMBAZARO, elevando de MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 167/2011
P O R T A R I A Nº 167/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ALINE APARECIDA SOUZA ESPINDOLA, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 168/2011
P O R T A R I A Nº 168/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 169/2011
P O R T A R I A Nº 169/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CATARINA SÉRGIO, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 170/2011
P O R T A R I A Nº 170/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CINARA DOS SANTOS, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 171/2011
P O R T A R I A Nº 171/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CINTIA ELIANA FELIPE CARNIATO, elevando de MAG - ST - 3B para MAG - ST - 3C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 172/2011
P O R T A R I A Nº 172/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora EDILAMAR COMELLI, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 173/2011
P O R T A R I A Nº 173/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora EDMAR MORAES DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 174/2011
P O R T A R I A Nº 174/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ELIZANDRA DE SOUZA MENDES, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 175/2011
P O R T A R I A Nº 175/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora FABIANA DA SILVA SPINDOLA, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 176/2011
P O R T A R I A Nº 176/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora FLORA GOMES DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 177/2011
P O R T A R I A Nº 177/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JADNA ELIANA SOUZA DA SILVA, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 178/2011
P O R T A R I A Nº 178/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JANICE DEL PRATO, elevando de MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 179/2011
P O R T A R I A Nº 179/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JANIELLE MAFIOLETTI, elevando de MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 180/2011
P O R T A R I A Nº 180/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARINE CIMOLIN, elevando de MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 181/2011
P O R T A R I A Nº 181/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARINE MADEIRA TAVARES BIANQUINI, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 182/2011

P O R T A R I A Nº 182/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora KARLA ADRIANA DANDOLINI MASIERO, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 183/2011

P O R T A R I A Nº 183/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora LADIR MARIA NAVA ALBORGHETTI, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 184/2011

P O R T A R I A Nº 184/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora LADIR MARIA NAVA ALBORGHETTI, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 185/2011

P O R T A R I A Nº 185/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA APARECIDA CAMBRUZZI MARCOS, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 186/2011
P O R T A R I A Nº 186/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA IGNES GERTRUDES MARIOT, elevando de MAG - ST - 3D para MAG - ST - 3E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 187/2011
P O R T A R I A Nº 187/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA ISABEL DA SILVA SCOTTI, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 188/2011
P O R T A R I A Nº 188/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA LÚCIA AMANDIO, elevando de MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 189/2011
P O R T A R I A Nº 189/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA LÚCIA GONÇALVES MARIOT, elevando de MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 190/2011
P O R T A R I A Nº 190/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MARIA LUIZA CORREA PANDINI, elevando de MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 03 DE OUTUBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 160/2011

P O R T A R I A Nº 160/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EDUARDO RIGHETTO, do Cargo de Provedor em Comissão de Secretário Adjunto junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 30/09/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 30 DE SETEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto Nº 128 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

DECRETO Nº 128 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 12.000,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 12.000,00
Função 13 Cultura 12.000,00
Sub-Função 392 Difusão Cultural 12.000,00
Programa 05 Cultura, Esporte e Turismo 12.000,00
Projeto/Atividade 1.010 Promoção e Eventos de divulgação do Município - Turismo 12.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesa Corrente 12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 12.000,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0024 Transferência de Convênios - Outros 12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor
Transferência de Convênios - Outros 0.1.0024 12.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 05 de Dezembro de 2011.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 49/2011

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, critério de julgamento PELA MAIOR OFERTA GLOBAL, para contratação de empresa especializada em realização de eventos, que se proponha realizar, nos dias 20, 21 e 22 de abril de 2012, conforme todas as especificações constantes no edital e seus anexos, a prestar os serviços de: Realização de Rodeio Country em touros e cavalos; comercialização da bilheteria do evento; contratação e pagamento de artistas e toda a produção dos shows; administração, confecção, controle de ingressos e fornecimento de toda a estrutura de bilheterias necessária; exploração de camarotes; exploração de publicidade do evento; exploração da venda de bebidas e alimentos, durante as festividades alusivas ao aniversário do município de Lindóia do Sul. A abertura do certame será as 08:30 horas do dia 20 de dezembro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 06 de dezembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 44/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 44/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE EDUCACIONAL CONCÓRDIA - LTDA.
Objeto: formalizar entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados junto a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem.
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 07 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 45/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 45/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE LINDOIA DO SUL.
Objeto: cooperação financeira, para a manutenção das atividades da entidade, conforme estabelece o estatuto social e o Plano de Trabalho, objetivando a proteção dos bens e da vida dos habitantes do Município de Lindóia do Sul.
Valor: R\$ 5.000,00
Vigência: 31 de janeiro de 2012.
Assinatura: 18 de novembro de 2011.

Adierson Carlos Bussolaro
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 46/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 46/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE LINDOIA DO SUL.
Objeto: Programa de cooperação financeira, visando o repasse de a CONVENIENTE, de recursos necessários para a manutenção das atividades da entidade.
Valor: R\$ 6.000,00
Vigência: 28 de fevereiro de 2012.
Assinatura: 25 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio 47/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 47/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL - APAE.
Objeto: Cooperação financeira, objetivando a realização da 2º Festa da Gastronomia Italiana.
Valor: R\$ 16.000,00
Vigência: 29 de fevereiro de 2012.
Assinatura: 30 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1409

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 1409 de 29 de novembro de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1019 de 29 de novembro de 2011,

LEI:

Art.1º- Ficam anuladas parcial ou totalmente, as dotações atribuídas às Atividades, Projetos e encargos especiais abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
03.GABINETE DO VICE PREFEITO

Atividade - 0301.04.122.0004.2003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.250,00
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.400,00

05. MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.500,00
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.990,00

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração
Atividade - 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 -Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna

Categoria Econômica - 3.2.90.21.02 - Juros da Dívida Contratada com Governos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.800,00

07.SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Projeto - 0701.16.481.0019.1021 - Programa de Habitação Popular Rural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Projeto - 0701.16.482.0019.1022 - Programa de Habitação Popular Urbana

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Ensino

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 9.500,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 300,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.901,00

Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 123.000,00

Atividade - 0801.12.367.0040.2035 - Contribuição a Entidades Atendimento Deficientes Físicos e Mentais

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.330,00

Setor de Cultura

Atividade - 0802.13.391.0046.2037 - Resgate da Memória Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.18.541.0055.2045 - Preservação do Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.400,00

ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.23.691.0058.2049 - Apoio a Feiras e Exposições
Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 739,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1054 - Manutenção e Obras em Praças e Jardins

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Atividade - 1101.15.452.0061.2055 - Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Atividade - 1101.26.782.0061.2076 - Recuperação e Manutenção das Instalações do Terminal Rodoviário Municipal

Categoria Econômica - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1061 - Construção de Pontes, Pontilhões e Bueiros no Interior

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Projeto - 1101.26.782.0067.1062 - Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros no Interior do Município

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 316.110,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades e encargos especiais abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.740,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

04.ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0401.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 9.300,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 32.900,00

Encargos Sociais - 0601.28.845.0000.0014 - Pagamento da Contribuição ao PASEP
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 36.000,00
 Departamento de Fazenda
 Atividade - 0602.01.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00 Encargos Especiais - 0602.28.843.0000.0016 - Pagamento de Juros, Encargos e Amortização da Dívida Fundada Interna
 Categoria Econômica - 4.6.90.71.02 - Amortização da Dívida Contratada com Governos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.400,00

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Setor de Ensino
 Atividade - 0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.100,00
 Setor de Cultura
 Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.250,00
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00
 Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem Destinação de Recursos
 Setor de Esportes
 Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 700,00
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

10.ASSESSORIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.100,00

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 485,00

Atividade - 1101.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Atividade - 1201.08.241.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras

Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 32.500,00
 Atividade - 1201.08.244.0025.2024 - Manutenção do Centro de Múltiplo uso
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 47.000,00
 Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.635,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 316.110,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Decreto 1410

DECRETO Nº 1410 de 29 de novembro de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente ou totalmente, nas Atividades e Projetos abaixo discriminados, as Modalidades de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

07. SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Projeto - 0701.16.482.0019.1022 - Programa de Habitação Popular Urbana

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 10.000,00

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

09.SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.669,00

TOTAL ANULADO R\$ 53.669,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as Modalidades de Aplicação das despesas atribuídas às Atividades e Encargos Especiais abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
07. SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Projeto - 0701.16.482.0019.1022 - Programa de Habitação Popular Urbana
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 10.000,00
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.669,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 53.669,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1411

DECRETO Nº 1411 de 30 de novembro de 2011.
"ANULA VALORES DE SUPLEMENTAÇÕES QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anulados os valores das suplementações na Fonte 00 - Recursos Ordinários efetuados a conta do excesso ou provável excesso de arrecadação, através dos seguintes Decretos:

Data	Decreto nº	Valor	Elemento	Atividade/Projeto
26/07/2011	1357	10.000,00	3.3.90.00.00	1201.08.241.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa
04/08/2011	1359	47.000,00	4.4.90.00.00	1201.08.244.0025.2024- Manutenção do Centro de Múltiplo uso
20/09/2011	1370	22.500,00	3.3.90.00.00	1201.08.241.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa
21/09/2011	1373	14.000,00	3.3.90.00.00	1101.15.452.061.2056- Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

21/09/2011	1378	5.000,00	3.3.90.00.00	0201.04.122.0004.2002 - Gabinete do Prefeito
21/09/2011	1378	3.000,00	3.3.90.00.00	0401.04.122.0004.2004 -Assessoria Jurídica
21/09/2011	1378	10.000,00	3.3.90.00.00	0601.28.845.0000.0014 - PASEP
21/09/2011	1378	10.000,00	3.3.90.00.00	0802.13.392.0046.2038- Apoio para Difusão Cultural
21/09/2011	1378	20.000,00	3.3.90.00.00	1101.15.452.0061.2052- Manutenção dos Serviços Urbanos
11/10/2011	1386	20.000,00	3.3.90.00.00	0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção Setor de Esportes
25/10/2011	1392	5.100,00	3.1.90.00.00	1001.22.661.0058.2051 -Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
01/11/2011	1394	35.000,00	3.3.90.00.00	1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
01/11/2011	1394	485,00	4.4.90.00.00	1101.15.452.0061.2052 -Manutenção dos Serviços Urbanos
01/11/2011	1394	5.000,00	3.3.90.00.00	1201.08.244.0025.2026 -Manutenção da Assistência social Geral
11/11/2011	1398	15.000,00	3.3.90.00.00	0601.28.845.0000.0014 - PASEP
TOTAL		222.085,00		

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº pml.050.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.050.11
MODALIDADE: Carta-Convite para Compras e Serviços nº 0014/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME

OBJETO: fornecimento de material e mão-de-obra para pavimentação de: 498,71m2 de paralelepípedo de basalto e execução de 156m de meio fio correspondente a parte da Rua João Dalla Lana; e 219,94m2 de paralelepípedo de basalto e execução de 140m de meio fio da Servidão Adriano Staudt, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma
VALOR: R\$ 16.870,50 (dezesseis mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial

DOTAÇÕES:

Conta: 11.1101.15.451.0061.1053.44900000

Reduzido : 094

Órgão : SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Proj/Atividade : PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTO DE RUAS E PASSEIOS PÚBLICOS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos



Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

VILSON DA ROSA
EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME
CONTRATADA

Extrato de Contrato Nº pml.051.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.051.11
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0017/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME
OBJETO: fornecimento de material e mão-de-obra para construção de um abrigo de passageiro simples, com área total de 16,81 m², localizado na Rua Fernando Katschor, no Município de Luzerna(SC), conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma
VALOR: R\$ 9.625,50 (nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 01 (um) mês, contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial
DOTAÇÕES:
Conta: 11.1101.26.782.0061.1058.44900000
Órgão: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Un. Orçamentária: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto/Atividade: CONSTR. REFORMA DE ABRIGOS PASSAGEIROS NO PERÍMETRO URBANO
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Destinação: 000000 Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Reduzido: 145

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

VILSON DA ROSA
EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME
CONTRATADA

Macieira

PREFEITURA

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 28/2011. Contrato Administrativo nº. 0052/2011. Processo licitatório nº 0032/2011. Pregão presencial nº 0015/2011. Objeto: Acréscimo na aquisição de peças e mão de obra, destinados ao conserto dos veículos microônibus VW 8.150 placa MDC 0851 e micro ônibus VW 8.150 placas MCB 5126, este para troca de amortecedores, buchas e molas conforme orçamento em anexo. Contratada: MECÂNICA ZAGO S.B. LTDA. Prazo: 31/12/2011. Valor do acréscimo: R\$ 1.574,56.

Macieira, 05 de dezembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Maracajá

PREFEITURA

Decreto Nº 074 de 05 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 074 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2011.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, a comemoração ao dia de Nossa Senhora da Conceição, considerado feriado municipal através do Artigo 8º, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Maracajá;

Considerando, que o Ponto Facultativo Municipal, proporciona economia ao erário público.

DECRETA:

Art. 1º O ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 09 de Dezembro do corrente em comemoração ao Dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Cidade de Maracajá/SC, durante todo o expediente.

Parágrafo único. No dia 12 de Dezembro de 2011, segunda-feira o expediente retorna a normalidade do horário de verão (Horário Especial), conforme o Decreto nº 057 de 20 de Setembro de 2011.

Art. 2º Ficam excluídos os serviços considerados essenciais e de interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, e serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;
II - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 3º Os diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 05 de Dezembro de 2011.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de Dezembro de 2011.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2335 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 2335 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
0901 - 33900000 - Aplicações Diretas
0901 - 1000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 30 de Novembro de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº 2334 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 2334 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 17 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA
0402.006.181.0060.2015 - Manter a segurança
0402 - 33900000 - Aplicações Diretas
0402 - 15401 - Convênio Transito Polícia Militar R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA
0402.006.181.0060.2015 - Manter a segurança
0402 - 44900000 - Aplicações Diretas
0402 - 15401 - Convênio Transito Polícia Militar R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDIUBA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2336 de 30 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 2336 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0404 - GERENCIA DE MANUTENÇÃO GERAL
0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Ilum. Pública
0404 - 33900000 - Aplicações Diretas
0404 - 11700 - Contribuição para o COSIP R\$ 37.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0404 - GERENCIA DE MANUTENÇÃO GERAL
0404.025.752.0250.2083 - Manutenção da Rede de Ilum. Pública
0404 - 313900000 - Aplicações Diretas
0404 - 11700 - Contribuição para o COSIP R\$ 30.000,00
0404 - 44900000 - Aplicações Diretas
0404 - 11700 - Contribuição para o COSIP R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2337 de 01 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 2337 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas
0401 - 45900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Contrato Aditivo Nº 47/2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 47/2011
CONTRATO ADITIVO Nº 47/2
PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: CONVITE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 59/2011
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA,
OBJETO: Prorroga-se a vigência do referido contrato, tendo como início da vigência dia 05 de Novembro de 2011, findando em 31 de Dezembro de 2011. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: o projeto original recebeu alterações o que atrasou o início da execução da obra e aumento nos quantitativos de serviço
DATA DA VIGENCIA: 05.11.2011 a 31.01.2012

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Aditivo Nº 60/1

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 60/2011
CONTRATO ADITIVO Nº 60/1
PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: CONVITE COMPRAS E SERVIÇOS nº. 85/2011 - Multientidade.
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: RNA CONFECÇÕES LTDA ME,
OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato, a partir da data de 15 de Novembro de 2011 até o dia 22 de Fevereiro de 2012, conforme a liberalidade da Cláusula Segunda do contrato original, motivado pelo aumento das quantidades previstas na licitação, em face da admissão de novos servidores públicos municipais
DATA DA VIGENCIA: 15.11.2011 a 22.02.2012

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Aditivo Nº 63/1

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 63/2011
CONTRATO ADITIVO Nº 63/1
PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: CONVITE COMPRAS E SERVIÇOS nº. 88/2011
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA EPP
OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato, a partir da data de 25 de Novembro de 2011 até o dia 15 de Dezembro de 2011 e também fica acrescido o valor de R\$ 19.859,02 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos), sobre o valor do contrato original, conforme preceitua o Parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.
DATA DA VIGENCIA: 25.11.2011 a 15.12.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de Serviços Nº. 58/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 58/2011
CONTRATO ADITIVO Nº 58/1
PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 76/2011
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA,
OBJETO: Prorroga-se a vigência do referido contrato, tendo como início da vigência dia 19 de Novembro de 2011, findando em 31 de Dezembro de 2011, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: as intempéries climáticas ocorridas na região estão atrasando o cronograma de execução das obras.
DATA DA VIGENCIA: 19.11.2011 a 31.12.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 11/2011 - Aditivo Nº. 11/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº.: 11/2011
ADITIVO Nº. 11/2
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 07/2011.
PREGÃO PRESENCIAL nº. 06/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba
CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - ME
OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato pelo período de 30 dias, iniciando em 01 de Dezembro de 2011, findando em 30 de Dezembro de 2011 o serviço de transporte de Estudantes Universitários do Município de Massaranduba matriculados em Cursos de Ensino Superior nas cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, nos trajetos de ida e volta, conforme itinerário e o transporte dos alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio profissionalizante, nas cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, nos trajetos de ida e volta, de acordo com a Lei Municipal nº. 1285/2011.
DATA DA ASSINATURA: 30/12/2011

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 11/2011 - Aditivo Nº. 11/3

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 11/2011

ADITIVO Nº. 11/3

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 07/2011.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 06/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - ME

OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato para o ano de letivo de 2012, iniciando em Fevereiro de 2012, findando em Novembro de 2012. Tendo como objeto do presente contrato os serviços de transporte de Estudantes Universitários do Município de Massaranduba matriculados em Cursos de Ensino Superior nas cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, nos trajetos de ida e volta, conforme itinerário e o transporte dos alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio profissionalizante, nas cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, nos trajetos de ida e volta, de acordo com a Lei Municipal nº. 1285/2011.

VALOR: O valor global do presente aditivo é de R\$ 112.360,00 (cento e doze mil, trezentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 12/2009 - Aditivo Nº. 12/3

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 12/2009

ADITIVO Nº. 12/3

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 05/2009.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2009

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - ME

OBJETO: O prazo de execução dos serviços pactuado na cláusula quarta do contrato original, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2012, iniciando a partir do primeiro dia letivo do calendário escolar, podendo mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por novos períodos, respeitados os limites estabelecidos pelo inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 22/2011 - Aditivo Nº. 22/2

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 22/2011

ADITIVO Nº. 22/2

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 25/2011.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 09/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - ME

OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato pelo período de 30 dias, iniciando em 01 de Dezembro de 2011, findando em 30 de Dezembro de 2011, transporte de Estudantes Universitários do

Município de Massaranduba matriculados em Cursos de Ensino Superior na cidade de Blumenau e dos alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio profissionalizante, na cidade de Blumenau, nos trajetos de ida e volta, de acordo com a Lei Municipal nº. 1285/2011.

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 22/2011 - Aditivo Nº. 22/3

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 22/2011

ADITIVO Nº. 22/3

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 25/2011.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 09/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: EMPRESA DE ÔNIBUS MASSARANDUBATUR LTDA - ME

OBJETO: Prorroga-se a vigência do contrato para o ano de letivo de 2012, iniciando em Fevereiro de 2012, findando em Novembro de 2012. Tendo como objeto do presente contrato os serviços de transporte de Estudantes Universitários do Município de Massaranduba matriculados em Cursos de Ensino Superior na cidade de Blumenau, nos trajetos de ida e volta, conforme itinerário e o transporte dos alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio profissionalizante, na cidade de Blumenau, nos trajetos de ida e volta, de acordo com a Lei Municipal nº. 1285/2011..

VALOR: R\$ 95.340,00 (noventa e cinco mil, trezentos e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/12/2011

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 71/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 71/2011

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 104/2011.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 44/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba

CONTRATADO: ÁGUIA ASSESSORIA E CURSOS LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada na elaboração de provas para realização de concurso público visando o provimento de cargos públicos conforme relacionados na tabela anexa ao edital, sendo 05 questões de língua portuguesa, 05 questões de matemática, 10 questões de conhecimentos gerais e 20 questões de conhecimentos específicos. Questões objetivas, inéditas e com 4 alternativas de resposta cada uma.

VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 20/01/2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 72/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 72/2011

PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 107/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba
CONTRATADO: SINALBLU IND. E COMERCIO LTDA - EPP
OBJETO: contratação de empresa especializada para execução dos serviços de SINALIZAÇÃO VIÁRIA em diversas Ruas Municipais, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária quantitativa
VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 22/11/2011

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria n.º 408/2011

PORTARIA n.º 408/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1408/2009 e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LÚCIA MOTA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial anexo VIII da Lei nº 1409/2009, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 040/2011.

Meleiro, 06 de Dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 012/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/12/2011, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2011, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 06 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Tomada de Preço N.º 074/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 074/2011

O MUNICÍPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 23/12/2011, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 074/2011, objetivando a CONSTRUÇÃO DE DUAS PASSARELAS EM CONCRETO ARMADO ANEXO A PONTE COLOMBO MACHADO SALES SOBRE O RIO MANOEL ALVES. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 02 de dezembro de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo de SUPRESSÃO Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de CONTRATAÇÃO de EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS de CALÇAMENTO Nº 31/2011.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CALÇAMENTO Nº 31/2011.
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2011.

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na SC 456 KM 15 - Centro, Município de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, brasileiro, solteiro, universitário, inscrito no CPF sob o nº 906.806.939-04;

CONTRATADA:

A empresa VENANCIO & VENANCIO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.977.639/0001-85, com sede na Vila Comunidade Vargem Bonita, na cidade de Caseiros-RS, representada neste ato pelo seu Procurador, Sr. LAURECI BITENCOURT, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente termo Aditivo é a SUPRESSÃO do valor contratado no valor de R\$ 3.135,00 (três mil e cento e trinta e cinco reais), referente a prestação dos serviços de pavimentação em pedra irregular das Ruas Bernardino Lopes de Albuquerque, Florêncio Ribeiro Correa e Erci Dick, objeto do Processo Licitatório nº 32/2011 - TP nº 03/2011, bem como do contrato nº 31/2011,

conforme documentos anexos ao referido processo, ficando o novo valor ajustados entre as partes em R\$ 96.862,95 (noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais com noventa e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do processo licitatório competente e contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 05 de dezembro de 2011.

Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

VENANCIO & VENANCIO LTDA
LAURECI BITENCOURT
Procurador
Fornecedor

TESTEMUNHAS:
SABRINA BECKER GAUER
CPF - 006.523.799-40
ALBERTINHO MANGOLT
CPF - 789.268.079-91

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Edital de Chamamento

MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA. Edital de Chamamento. Empresa: Construtora VMC LTDA - CNPJ: 12.233.974/0001-02. Motivo: Para assinar contrato em 5 (cinco) dias úteis, relativo ao processo de licitação 074/2011 para reforma de unidades habitacionais. Morro da Fumaça em 05 de dezembro de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Altera lei complementar 100

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 126 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 100, 27 DE JUNHO DE 2011
- INSTITUI O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE NAVEGANTES,
AUTARQUIA GESTORA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A lei complementar n° 100, de 27 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Seção I

Da Instituição dos Conselhos e da Diretoria Executiva

Art. 4º A organização do NAVEGANTESPREV compor-se-á de:

- I. Conselho de Administração;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Administrativo, órgão superior de deliberação colegiada, terá a seguinte composição:

- a) []
 - b) .
 - c) um representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí -SSPMR-FRI.
- []

§ 3º Os membros dos Conselhos, e seus respectivos suplentes, serão nomeados pelo prefeito para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição.

[]

§7º As despesas e as movimentações das contas bancárias do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV serão autorizadas em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Assessor Financeiro.

§8º Os representantes dos servidores que irão compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, inclusive os suplentes, serão eleitos pelos segurados ativos e aposentados, em Assembléia Geral especificadamente convocada para este fim, de forma direta e secreta, após o segundo ao de mandato.

§ 9º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV não serão destituíveis ad nutum, podendo afastarem-se de seus cargos a pedido ou depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou função punível com demissão, ou ainda, em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em cinco intercaladas no mesmo ano.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

"Art. 5º []

I - analisar e aprovar proposta orçamentária do Instituto;

[]

VI- analisar e aprovar a devolução de parcelas de benefícios indevidamente recebidos;

VII- analisar a proposta de alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art.13 da Lei Complementar nº 099 de 23 de maio de 2011, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto;

VIII- analisar e aprovar a Política de Investimentos do Instituto;

“Art. 6º []

XXIII- supervisionar o controle bancário e contábil dos recursos financeiros e orçamentários do NAVEGANTESPREV, realizado pela Assessoria Financeira;

“Art. 9º Os membros do Conselho Administrativo deverão ter formação em nível superior, preferencialmente em uma das áreas voltadas para a administração do NAVEGANTESPREV, nos cursos de Ciências Contábeis, Economia, Administração, Direito, Estatística, Atuação ou Recursos Humanos, com conhecimentos mínimos da legislação trabalhista e previdenciária.

“Art. 28 []

[]

II- sobre as matérias referidas no inciso V, do artigo 5º desta Lei, quando presentes pelo menos 3 (três) de seus Conselheiros, com direito a voto.

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes dispositivos à lei complementar nº 100, de 27 de junho de 2011, com a seguinte redação:

Art. 4-A A Diretoria Executiva do NAVEGANTESPREV será composta por:

I. Diretor Presidente;

II. Assessoria Administrativa e de Previdência;

III. Assessoria Financeira;

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva deverão obrigatoriamente ser bacharéis nas áreas de Direito ou Administração ou Economia ou Ciências Contábeis.

§ 2º Os cargos de Diretor Presidente e Assessor Financeiro serão providos em comissão, sendo nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º O cargo de Assessor Administrativo e de Previdência deverá, obrigatoriamente, pertencer ao quadro de servidores efetivos.

Art. 4-B São atribuições do Diretor Presidente:

a) representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir e nomear procuradores, prepostos e delegados, especificando, nos respectivos instrumentos, os atos que podem praticar;

b) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Assessor Financeiro;

c) autorizar as despesas relativas à folha de pagamentos e respectivos encargos, dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Navegantes;

d) autorizar as demais despesas de sua competência nas fases de empenho, liquidação e pagamento, observadas as normas legais específicas;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

e) firmar, juntamente com os Assessores, convênios, contratos, acordos e demais documentos, firmando, em nome do Instituto, os respectivos atos;

f) supervisionar e coordenar a administração do Instituto na execução das atividades estatutárias e das medidas tomadas pelo Conselho de administração e pela Diretoria Executiva;

g) emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições;

h) prestar contas, anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro e encaminhar demonstrativos e relatórios mensais ao Chefe do Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipal até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, bem como fazer publicar resumo financeiro mensal no órgão oficial de imprensa deste Município;

i) apresentar ao Conselho de Administração, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior;

j) homologar cálculos de benefícios previdenciários e indicação de beneficiários oriundos dos órgãos de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;

k) apresentar anualmente os seus cálculos atuariais, os quais integrarão o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, a fim de, se for o caso, serem revistas as contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes, prevista na Lei Complementar nº099 de 23 de Maio de 2011;

l) fornecer às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas;

m) praticar todos os atos de gestão inerentes ao exercício de suas funções.

Art. 4-C São atribuições do Assessor Administrativo e de Previdência:

a) dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

b) gerenciar os recursos humanos do Instituto;

c) praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução das atividades do Instituto;

d) zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do Instituto;

e) solicitar requisições de empenho e despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;

f) analisar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos;

g) coordenar o registro e atualização dos assentamentos dos segurados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;

h) expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamento;

i) orientar segurados e dependentes e realizar investigações “in loco”, se necessário, para análise dos processos em andamento;

j) supervisionar e executar as atividades relativas à compensação financeira entre regimes de previdência;

k) gerir o Plano de Benefícios Previdenciários definido em regulamento e o respectivo plano de custeio previdenciário;

l) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

Art. 4-D São Atribuições do Assessor Financeiro:

a) elaborar a proposta orçamentária do Instituto;

b) propor a alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o artigo 13 da Lei Complementar nº099 de 23 de maio de 2011, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto, com base nas avaliações atuariais;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

c) elaborar a Política de Investimentos do Instituto, encaminhar ao Conselho de administração para aprovação e publicar no sítio eletrônico do Município e na imprensa oficial;

d) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Diretor Presidente;

e) elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de

arrecadação, registro e controle;
f) organizar e manter atualizados os registros e a escrituração contábil do Instituto;
g) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 27 de junho de 2011:

- I. § 5º do artigo 4º;
- II. incisos XVII, XXI e XXII do Art.6;
- III. Parágrafo único do Art.9º;
- IV. incisos XVII,XVIII,XIX e XX do Art.16.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Altera lei complementar 99

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centros

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI COMPLEMENTAR Nº 125 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 99, 23 DE MAIO DE 2011 - INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 99, de 23 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.19 - Cabe às entidades mencionadas no inciso III do artigo 13 desta lei proceder ao desconto da contribuição de seus servidores na folha de pagamento e recolhê-la, juntamente com a de sua obrigação, até o dia 10 (dez) do mês seguinte aquele a que as contribuições se referirem.

Art. 27. A organização do NAVEGANTESPREV compor-se-á de:

- I. Conselho de Administração;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Administrativo, órgão superior de deliberação colegiada, terá a seguinte composição:

- a) []
- b).
- c).
- d) um representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí -SSPMRFRI.

[]

§3º Os membros dos Conselhos, e seus respectivos suplentes, serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição.

[]

§7º As despesas e as movimentações das contas bancárias do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV serão autorizadas em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Assessor Financeiro.

§8º Os representantes dos servidores que irão compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, inclusive os suplentes, serão eleitos pelos segurados ativos e aposentados, em Assembléia Geral especificadamente convocada para este fim, de forma direta e secreta, após o segundo ao de mandato.

§9º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV não serão destituíveis ad nutum, podendo afastarem-se de seus cargos a pedido ou depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou função

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio nº 100 - Centros

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

punível com demissão, ou ainda, em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em cinco intercaladas no mesmo ano.

"Art. 28 []

I - analisar e aprovar proposta orçamentária do Instituto;

[]

VI- analisar e aprovar a devolução de parcelas de benefícios indevidamente recebidos;

VII- analisar a proposta de alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art.13 desta Lei, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto;

VIII- analisar e aprovar a Política de Investimentos do Instituto;

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes dispositivos à Lei nº. 99, de 23 de maio de 2011, com a seguinte redação:

Art. 27-A A Diretoria Executiva do NAVEGANTESPREV será composta por:

- I. Diretor Presidente;
- II . Assessoria Administrativa e Previdenciária;
- III. Assessoria Financeira;

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva deverão obrigatoriamente ser bacharéis nas áreas de Direito ou Administração ou Economia ou Ciências Contábeis.

§ 2º Os cargos de Diretor Presidente e Assessor Financeiro serão providos em comissão, sendo nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º O cargo de Assessor Administrativo e de Previdência deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro de servidores efetivos.

Art. 27-B São atribuições do Diretor Presidente:

- a) representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir e nomear procuradores, prepostos e delegados, especificando, nos respectivos instrumentos, os atos que podem praticar;
- b) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Assessor Financeiro;
- c) autorizar as despesas relativas à folha de pagamentos e respectivos encargos, dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio

- de Previdência Social de Navegantes;
- d) autorizar as demais despesas de sua competência nas fases de empenho, liquidação e pagamento, observadas as normas legais específicas;
- e) firmar, juntamente com os Assessores, convênios, contratos, acordos e demais documentos, firmando, em nome do Instituto, os respectivos atos;
- f) supervisionar e coordenar a administração do Instituto na execução das atividades estatutárias e das medidas tomadas pelo Conselho de administração e pela Diretoria Executiva;
- g) emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições;
- h)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES**

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centros
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

- h) prestar contas, anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro e encaminhar demonstrativos e relatórios mensais ao Chefe do Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipal até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, bem como fazer publicar resumo financeiro mensal no órgão oficial de imprensa deste Município;
- i) apresentar ao Conselho de Administração, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior;
- j) homologar cálculos de benefícios previdenciários e indicação de beneficiários oriundos dos órgãos de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;
- k) apresentar anualmente os seus cálculos atuariais, os quais integrarão o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, a fim de, se for o caso, serem revistas as contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes;
- l) fornecer às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas;
- m) praticar todos os atos de gestão inerentes ao exercício de suas funções.

Art.27-C São atribuições do Assessor Administrativo e de Previdência:

- a) dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;
- b) gerenciar os recursos humanos do Instituto;
- c) praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução das atividades do Instituto;
- d) zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do Instituto;
- e) solicitar requisições de empenho e despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;
- f) analisar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos;
- g) coordenar o registro e atualização dos assentamentos dos segurados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;
- h) expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamento;
- i) Orientar segurados e dependentes e realizar investigações "in loco", se necessário, para análise dos processos em andamento;
- j) supervisionar e executar as atividades relativas à compensação financeira entre regimes de previdência;
- k) gerir o Plano de Benefícios Previdenciários definido em regulamento e o respectivo plano de custeio previdenciário;
- l) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

Art.27-D São Atribuições do Assessor Financeiro:

- a) elaborar a proposta orçamentária do Instituto;
- b) propor a alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o artigo 13 desta lei, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto, com base nas avaliações atuariais;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES**

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centros
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

- c) elaborar a Política de Investimentos do Instituto, encaminhar ao Conselho de administração para aprovação e publicar no sítio eletrônico do Município e na imprensa oficial;
- c) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Diretor Presidente;
- d) elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;
- e) organizar e manter atualizados os registros e a escrituração contábil do Instituto;
- f) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

Art. 3º Fica revogado o § 5º do artigo 27 da lei n.º 99 de 23 de maio de 2011.

Art. 4.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Anulação parcial de dotações orçamentárias

LEI N.º 2538 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) das seguintes dotações:
ÓRGÃO: 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO
UNIDADE: 02 - Diretoria Administrativa - FMV
Função: 06 - Segurança Pública
Programa: 25 - Trânsito Legal
Subfunção: 183 - Informação e Inteligência

2.076 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV
Fonte de Recursos - 081 - Recursos Convênios Trânsito - Parte PMN
9 - 3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

T O T A L R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO

UNIDADE: 01 - Diretoria Técnica - FMV

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 25 - Trânsito Legal

Subfunção: 183 - Informação e Inteligência

1.047 - Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária

Fonte de Recursos - 094 - Recursos Convênios Trânsito - Parte PMN

1 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.075 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica - FMV

Fonte de Recursos - 094 - Recursos Convênios Trânsito - Parte PMN

3 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

T O T A L R\$ 40.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Anulação parcial de dotações orçamentárias

LEI N º 2540 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 01 - Diretoria Técnica - FMC

Função: 13 - Cultura

Programa: 23 - Cultura para todos

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

1.001 - Construção da Biblioteca Pública Municipal

Fonte de Recursos - 104 - Recursos Ordinários

01 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Fonte de Recursos - 156 - Recursos de Convênios - Estado

02 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Fonte de Recursos - 158 - Recursos de Convênios - União

03 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 - Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 - Cultura

Programa: 23 - Cultura para todos

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

2.070 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos - 104 - Recursos Ordinários

05 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

ÓRGÃO: 27 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Navegantes

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 27 - Infraestrutura para o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 - Policiamento

1.079 - Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar

Fonte de Recursos - 125 - Recursos Vinculados - Estado

02 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00

T O T A L R\$ 350.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 21 - Fundação Hospitalar de Navegantes

UNIDADE: 01 - Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 - Saúde

Programa: 55 - Atendimento Hospitalar

Subfunção: 301 - Atenção Básica

2.073 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FHMN

Fonte de Recursos - 127 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

13 - 3.1.50.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

T O T A L R\$ 350.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 02 de dezembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Anulação parcial de dotações orçamentárias

LEI N º 2541 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 850.830,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil, Oitocentos e Trinta Reais) das seguintes dotações:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 - Diretoria de Imprensa

04.131.0003 - 2.009 - Manut. e Func. da Diretoria de Imprensa

Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
19 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
02 - Diretoria de Bens Materiais e Serviços
04.122.0005 - 2.015 - Manut. e Func. da Diretoria de Bens Materiais e Serviços
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
30 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

10 - SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
01 - Diretoria de Contabilidade
04.123.0006 - 2.018 - Manut. e Func. da Diretoria de Contabilidade
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
37 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
38 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
01 - Diretoria de Apoio à Indústria e ao Comércio
22.661.0056 - 2.022 - Manut. e Func. da Dir. de Apoio a Ind. ao Comércio
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
163 - 3.3.91.00.00.00 - Aplicação Direta Decorr.Op.Entre Órgãos R\$ 3.990,00
162 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 - Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 - 2.023 - Manut. e Func. do Núcleo de Apoio a Família
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
56 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
08.243.0032 - 2.033 - Manut. e Func. do Abrigo Municipal
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
53 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
54 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.990,00
13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 - Diretoria Pedagógica
12.361.0008 - 1.020 - Aquisição de Equipamentos de Informática
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
76 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 79.900,00

03 - Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0014 - 1.022 - Aquisição de Ônibus Escolares
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
96 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 99.990,00
12.367.0009 - 2.047 - Manut. e Func. da Educação Especial
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
126 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 29.990,00
127 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 19.990,00
12.366.0010 - 2.048 - Manut. Efunc. da Educação de Jovens e Adultos
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
123 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
124 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 19.990,00

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
01 - Diretoria de Segurança de Defesa Social
06.182.0016 - 2.059 - Manut. e Func. da Diretoria de Segurança e Defesa Social
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
47 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 19.990,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
03 - Diretoria de Pavimentações
26.782.0020 - 1.080 - Construção da Via Portuária
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
195 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 11.000,00

Total R\$ 850.830,00

Art. 2º - Os recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 - Diretoria Administrativa
12.361.008 - 2.037 - Manut. e Func. da Diretoria Administrativa - EF
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
80 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
12.365.0007 - 2.054 - Manut. e Func. da Diretoria Administrativa - EI
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
110 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

02 - Diretoria Pedagógica
12.361.0008 - 2.038 - Manut. e Func. da Diretoria Pedagógica - EF
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
88 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 70.000,00
12.365.0007 - 2.055 - Manut. e Func. da Diretoria Pedagógica - EI
Fonte de Recursos : 135 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos
115 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 39.830,00

16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
01 - Diretoria de Eventos e Marketing
23.695.0017 - 2.060 - Manut. e Func. da Diretoria de Eventos e Marketing
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
171 - 3.3.50.00.00.00 - Transf. a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 51.000,00

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
01 - Diretoria de Pavimentações
26.782.0020 - 1.039 - Pavimentação de Vias Públicas
Fonte de Recursos: 134 - Recursos Ordinários
181 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 250.000,00

Total R\$ 850.830,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes-SC., 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Concede abono especial de fim de ano aos servidores
LEI N º 2542 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ABONO ESPECIAL DE FIM DE ANO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder aos servidores públicos municipais, bem como aos inativos e pensionistas, a cargo da municipalidade, um abono especial de fim de ano no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em parcela única, a ser pago no mês de dezembro de 2011.

Art. 2 º Não fará jus ao abono autorizado no caput deste artigo o servidor que tenha afastado-se de suas atividades até 31/12/2010, bem como os agentes públicos que percebem subsídio, assim considerados como tal, em consonância com o § 4 º do Art.39 da CF/88.

Art. 3º A gratificação mencionada neste artigo não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, ficando excluída da base de cálculo do adicional de tempo de serviço, bem como de quaisquer outros percentuais que incidam sobre a remuneração dos servidores, não sofrendo a incidência de contribuição previdenciária nem sendo utilizada como base de cálculo para proventos de inatividade ou pensões.

Art. 4 º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta dotação(ões) própria(s) consignada(s) no orçamento vigente.

Art. 5 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Concede subvenção social a entidade que especifica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI N º 2543 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica autorizado, o Município de Navegantes, a conceder contribuição financeira à Sociedade Recreativa e Cultural 1 º de Maio, localizada na Rua Orlando Ferreira n º 2.492, bairro de

Machados, Navegantes-SC, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - sob o n º 83.742.205/0001-70.

Parágrafo Único - A entidade beneficiada foi declarada de utilidade pública pela lei municipal 1881 de 13/04/2005.

Art. 2 º A subvenção mencionada no artigo anterior compreende o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, durante 12 meses, com a primeira parcela a ser repassada em janeiro de 2012 e as demais nos meses subsequentes, para aplicação em obras sociais da entidade beneficiada.

Art. 3 º A entidade beneficiada apresentará à Secretaria Municipal de Finanças, Fiscalização e Controle, a prestação de contas dos valores repassados, mensalmente.

Art. 4 º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementada à época oportuna.

Art. 5 º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Concessão de subvenção social para a Associação Atlética Portuguesa

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2539 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a conceder subvenção social para a Associação Atlética Portuguesa, inscrita no CNPJ sob o n º 06.915.595/0001-91, estabelecida na Avenida Conselheiro João Gaya n º 1190, 2 º piso, Centro, neste município. Parágrafo Único: A entidade beneficiada foi declarada de utilidade pública pela lei n º 1933 de 10 de outubro de 2005.

Art. 2 º A subvenção social de que trata o artigo anterior compreende o montante de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) repassados em 01 (uma) parcela de R\$ 1.000,00 (mil reais) em dezembro de 2011 e 12 parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma, mensalmente, de janeiro a dezembro de 2012.

Art. 3 º A entidade beneficiada prestará contas do valor recebido à Secretaria Municipal de Finanças, Fiscalização e Controle.

Art. 4 ° As despesas com a execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5 ° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Dispõe sobre estrutura administrativa do Instituto de Previdência de Navegantes

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 127 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Diretoria Executiva

Art. 1 ° A Diretoria Executiva, órgão da administração do Instituto de Previdência de Navegantes, prevista no artigo 27-A da Lei Complementar n ° 99/2011 e no artigo 4-A da Lei Complementar n ° 100/2011, à qual compete a prática dos atos necessários à operacionalização e à administração dos planos de benefícios e custeio do sistema de previdência municipal, possui a seguinte estrutura:

I. Presidência;

II. Assessoria Administrativa e de Previdência;

III. Assessoria Financeira

Seção I

Da Presidência

Art. 2 ° Compete ao Diretor Presidente:

a) representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir e nomear procuradores, prepostos e delegados, especificando, nos respectivos instrumentos, os atos que podem praticar;

b) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Assessor Financeiro;

c) autorizar as despesas relativas à folha de pagamentos e respectivos encargos, dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Navegantes;

d) autorizar as demais despesas de sua competência nas fases de empenho, liquidação e pagamento, observadas as normas legais específicas;

e) firmar, juntamente com os Assessores, convênios, contratos, acordos e demais documentos, firmando, em nome do Instituto, os respectivos atos;

f) supervisionar e coordenar a administração do Instituto na execução das atividades estatutárias e das medidas tomadas pelo Conselho de administração e pela Diretoria Executiva;

g) emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições;

h) prestar contas, anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro e encaminhar demonstrativos e relatórios mensais ao Chefe do Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipal até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, bem como fazer publicar resumo financeiro mensal no órgão oficial de imprensa deste Município;

i) apresentar ao Conselho de Administração, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior;

j) homologar cálculos de benefícios previdenciários e indicação de beneficiários oriundos dos órgãos de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n ° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

k) apresentar anualmente os seus cálculos atuariais, os quais integrarão o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, a fim de, se for o caso, serem revistas as contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes, prevista na Lei Complementar nº099 de 23 de Maio de 2011;

l) fornecer às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas;

m) praticar todos os atos de gestão inerentes ao exercício de suas funções.

Seção II

Da Assessoria Administrativa e de Previdência

Art. 3 ° Compete ao Assessor Administrativo e de Previdência:

a) dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

b) gerenciar os recursos humanos do Instituto;

c) praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução das atividades do Instituto;

d) zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do Instituto;

e) solicitar requisições de empenho e despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;

f) analisar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos;

g) coordenar o registro e atualização dos assentamentos dos segurados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;

h) expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamento;

i) orientar segurados e dependentes e realizar investigações "in loco", se necessário, para análise dos processos em andamento;

j) supervisionar e executar as atividades relativas à compensação financeira entre regimes de previdência;

k) gerir o Plano de Benefícios Previdenciários definido em regulamento e o respectivo plano de custeio previdenciário;

l) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

Seção III

Da Assessoria Financeira

Art. 4 ° Compete ao Assessor Financeiro:

a) elaborar a proposta orçamentária do Instituto;

b) propor a alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o artigo 13 da Lei Complementar nº099 de 23 de maio

de 2011, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto, com base nas avaliações atuariais;
 c) elaborar a Política de Investimentos do Instituto, encaminhar ao Conselho de administração para aprovação e publicar no sítio eletrônico do Município e na imprensa oficial;
 d) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Diretor Presidente;
 e) elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;
 f) organizar e manter atualizados os registros e a escrituração contábil do Instituto;
 g) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadora do Instituto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
 www.navegantes.sc.gov.br

CAPÍTULO II

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 5.º Os membros da Diretoria Executiva deverão obrigatoriamente ser bacharéis nas áreas de Direito ou Administração ou Economia ou Ciências Contábeis.

Art. 6.º Os cargos de Diretor Presidente e Assessor Financeiro serão providos em comissão, sendo nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§1º O cargo de Assessor Administrativo e de Previdência deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro de servidores efetivos.

Art. 7.º Os servidores do Quadro de Cargos do Instituto de Previdência de Navegantes - NAVEGANTESPREV, constantes do Anexo Único desta Lei, serão remunerados pela Autarquia, sendo-lhes aplicado o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Navegantes e o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Navegantes.

§1º A título de carência, em favor do Instituto de Previdência de Navegantes -NAVEGANTESPREV, no prazo de 3 (três) meses, o Poder Executivo arcará com as despesas de pessoal da Diretoria Executiva e gratificação dos membros do Conselho de Administração, prevista no artigo 10, incisos I e II da Lei Complementar n.º 100 de 27 de junho de 2011.

Art. 8.º As despesas originadas no §1º do artigo anterior, correrão por conta de dotações do orçamento geral do Instituto.

Art. 9.º Transcorrido o prazo de carência estabelecido no §1º do artigo 7º, o orçamento do Instituto de Previdência de Navegantes consignará a cada ano, dotações específicas para atender as despesas nele especificadas.

Art. 10 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
 ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
 Secretário De Administração E Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
 www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 127 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ANEXO ÚNICO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS

CARGO	SÍMBOLO	VAGAS	VENCIMENTOS
DIRETOR PRESIDENTE		01	R\$ 6.900,00
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E DE PREVIDÊNCIA		01	R\$ 4.000,00
ASSESSOR FINANCEIRO		01	R\$ 4.000,00

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito

JONAS DE SOUZA
 Secretário De Admin. E Logística

Institui plano de incentivos econômicos e benefícios fiscais

LEI COMPLEMENTAR N.º 124 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
 INSTITUI PLANO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E BENEFÍCIOS FISCAIS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 60, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O PLANO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS do Município de Navegantes tem por escopo o incentivo à geração de emprego e de renda através da instalação ou ampliação de atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços no Município, através da concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais.

Art. 2.º O Plano de Incentivo Fiscal poderá ser concedido, a requerimento da parte interessada ou de iniciativa do Poder Executivo Municipal, quando este entender conveniente sua intervenção na economia local, e sempre mediante Parecer do Conselho de Desenvolvimento de Navegantes - DESENAVE.

Art. 3.º Poderão ser beneficiadas com o Plano de Incentivo Fiscal, que se reveste de estímulos, isenção tributária e redução de alíquotas:

I - as empresas de natureza industrial, prestadoras de serviços, comerciais e outras atividades, incluindo dentre estas as Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte, assim consideradas como tal, na forma estabelecida no Art.3º da Lei Complementar

nº 123/06, que pretendam instalar-se no Município ou as já instaladas, que venham a ampliar suas instalações e/ou atividades, desde que seus investimentos sejam, comprovadamente relevantes para a geração de empregos e renda, e, acima de tudo, assegurem a qualidade de vida da população, através da proteção e conservação ambiental;

II - Para as empresas pesqueiras, as que exercem serviços portuários de forma direta e indireta, áreas de transporte, logística e construção naval, e ainda, em função da grande complexidade da atividade, e considerando a geração de um espaço físico adicional aos limites territoriais do Município, será dada especial atenção às políticas que norteiam o setor;

III - Para empresas voltadas ao setor turístico, que exerçam serviços diretos, em especial de entretenimento e lazer que atraia público de outras regiões, rede hoteleira e outros empreendimentos turísticos que visem a melhoria de infra-estrutura e o incremento da atividade turística do Município;

IV - Excepcionalmente, os incentivos e benefícios constantes deste diploma legal poderão ser estendidos a projetos e empreendimentos de real interesse do Município não consignados nesta Lei, devidamente analisados pelo Poder Executivo através do DESENAVE e autorizados pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único: A defesa e a preservação do meio ambiente constituem-se condições indispensáveis a qualquer atividade econômica do município de Navegantes.

Art. 4º Não serão eliminados a livre concorrência, o cooperativismo e o associativismo.

CAPÍTULO II DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS

Art. 5º Os benefícios fiscais em caráter de generalidade serão concedidos mediante a comprovação de enquadramento nesta Lei e pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos.

§ 1º O prazo de isenção de que trata o presente artigo deverá ser apreciado pelo Chefe do Poder Executivo, emitido parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Município, após aprovação do DESENAVE, que deverá fundamentá-lo.

§ 2º A Empresa que pretende se enquadrar nesta lei deverá dar prioridade em seu quadro de funcionários àqueles que residam no Município de Navegantes.

Art. 6º Somente serão concedidos os benefícios desta Lei às pessoas jurídicas de direito privado, legalmente constituídas, em pleno gozo de seus direitos e detentoras de registro dominial ou contrato de locação, ficando vedada a concessão para o mesmo beneficiário, e atinente ao mesmo imóvel, exceto nos casos de expansão do empreendimento.

§ 1º Em caso do requerente dos incentivos ter locado o imóvel, sob o qual implantará o empreendimento, não sendo seu efetivo proprietário, fica vedada a concessão dos seguintes tributos, os quais estão sendo tratados no Art.8º desta Lei: Contribuição de Melhoria, ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

§ 2º Excetua-se dos tributos elencados no artigo anterior o IPTU, caso o locatário e interessado nos benefícios fiscais demonstre ter ficado como responsável pelo referido Imposto no Contrato firmado com o locador do imóvel, caso em que poderá ser deferido o benefício, desde que cumpra com os demais requisitos previstos nesta Lei, especialmente o disposto nos parágrafos seguintes, e, dentro dos limites estabelecidos no Art.8º.

§ 3º Visando a conferir credibilidade ao instrumento, o contrato firmado entre o Locador e Locatário, a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser no mínimo subscrito por duas testemunhas e/ou serem autenticadas as respectivas assinaturas;

§ 4º Para que os benefícios fiscais possam ser concedidos, o período da locação a que se refere o caput deste artigo, deverá ser no mínimo igual ou maior que o período do incentivo concedido pelo Município de Navegantes, SC ao empreendedor.

Art. 7º Os incentivos econômicos, serão concedidos mediante a comprovação de enquadramento nesta Lei, após deliberação do DESENAVE e compreenderão, isolada ou cumulativamente e em caráter de generalidade:

I - A realização, por parte do poder público municipal, dos serviços de terraplanagem, metragem a ser edificada e na cessão de equipamentos para preparo do solo a ser utilizado;

II - permuta de áreas em atendimento às solicitações de empreendimentos econômicos já existentes, desde que sua escolha e preço sejam compatíveis com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, em conformidade com o que dita a Lei 8.666/93 em seus Artigos 24, X e 17, I, alínea c;

III - Construção ou co-participação na construção ou pavimentação de acessos ao local destinado à implantação da empresa, bem como co-participação na implementação das linhas de transmissão de energia elétrica, da rede de água, drenagem e telefonia;

IV - A participação na realização de cursos de formação e especialização de mão-de-obra para as empresas, recomendados pelo órgão que cumpra tal função no Município;

V - Articulação com instituições de ensino e pesquisa, objetivando o acesso das empresas aos recursos tecnológicos disponíveis;

VI - outros incentivos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município, mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - DESENAVE.

Art. 8º Os benefícios fiscais, serão concedidos mediante a comprovação de enquadramento nesta Lei, após deliberação do DESENAVE e compreenderão, isolada ou cumulativamente e em caráter de generalidade:

I - Isenção de até 80% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, na aquisição do imóvel destinado a implantação ou ampliação do empreendimento econômico;

II - Isenção de até 80% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, após expedição do alvará para construção da obra, pelo período máximo de 5 (cinco) anos, seguindo normas estabelecidas no Capítulo II, exceto para os empreendedores que tiverem locado o imóvel sob o qual implantarão o empreendimento, e não tiverem demonstrado terem ficado como responsáveis pelo pagamento do tributo no contrato de locação firmado com o locador do imóvel, aliado as demais condições previstas no Art.6º desta Lei.

III - Isenção de até 50% (cinquenta por cento) da contribuição de melhoria, exceto para os empreendedores que tiverem locado o imóvel, sob o qual implantarão o empreendimento, conforme disposto no parágrafo 1º do Art.6º desta Lei;

IV - Isenção de até 80% (cinquenta por cento) da taxa de licença para execução da obra;

V - Isenção de até 60% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Serviços - ISS, pelo período máximo de 5 (cinco) anos, a contar da data de expedição do alvará de funcionamento, ou caso de ampliação a contar do mês subsequente a data do Decreto ou ato que oficializar o benefício, seguindo normas estabelecidas no Capítulo II, respeitando-se sempre o limite do artigo 88 dos ADCT (mínimo de 2%), sendo importante registrar que para os casos de renovação, só poderão ser usufruídos os benefícios no exercício seguinte ao pedido;

VI - Isenção de até 80% da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento regular de estabelecimento, pelo máximo de 5 (cinco) anos, a contar do início das atividades, ou em caso de ampliação, no exercício subsequente, seguindo normas estabelecidas no Capítulo II.

§ 1º Nos casos em que a alíquota relativa ao ISS for de 2%, limite mínimo previsto no Art.88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou, na hipótese das Microempresas e empresas de pequeno Porte que tenham aderido ao Simples Nacional, não caberá qualquer isenção de ISS.

§ 2º Entende-se por início das atividades, para fins de concessão dos benefícios fiscais que trata a presente lei, a data da expedição do alvará (impressão), exceto nos casos em que este por cassado em decorrência de irregularidades, ocasião em que os benefícios cessarão, e somente poderão voltar a serem usufruídos quando de sua regularização, a qual deverá ser devidamente comprovada perante o fisco municipal, em prazo concedido por este.

Art. 9º Os benefícios da presente Lei, quando concedidos às empresas já instaladas no Município, somente atingirão, no tocante à isenção de tributos e incentivos econômicos, o acréscimo das instalações ou incremento de mão-de-obra e faturamento, efetivamente realizados em consonância com projeto específico, ponto este que deverá ser analisado de forma minuciosa pelo DESENAVE quando da aprovação dos mesmos, especialmente seus aspectos quantitativo e temporal, devendo estar devidamente fundamentado.

CAPÍTULO III DA INCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 10 Não será enquadrada no plano de incentivos quem não estiver comprometida, nos seus projetos, com o mínimo impacto possível ao meio-ambiente, condição esta que será analisada pelo Poder Executivo, bem como aquelas detentoras dos benefícios que venham a contribuir direta ou indiretamente para degradação do meio ambiente.

§ 1º Serão igualmente excluídas as empresas que após a concessão dos benefícios previstos nesta Lei alterarem a sua atividade originária sem a devida anuência do Chefe do Poder Executivo, por meio do parecer das secretarias competentes.

§ 2º Será suspensa a concessão do benefício às empresas que estiverem irregulares com a construção da obra (empreendimento), e, caso não venham a comprovar sua regularização em tempo estabelecido pela equipe de Fiscalização de Obras do Município, terão seus benefícios excluídos.

§ 3º Os incentivos e benefícios da presente Lei poderão ser transferidos aos sucessores em observância à legislação pertinente, os quais gozarão do tempo restante dos benefícios, desde que requeiram no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da efetiva sucessão, após análise e aprovação do DESENAVE.

Art. 11 Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei às empresas que deixarem de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, ou que venham a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude, sonegação, ou agressão ambiental, encontram-se inadimplentes com o fisco, responsabilizando-se pelo recolhimento, aos cofres públicos municipais, do valor correspondente aos benefícios obtidos por meio desta Lei, acrescidos de juros legais e correção monetária, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, não superiores a 12 (doze).

§ 1º Responsabilizam-se pelo recolhimento aos cofres públicos, do valor correspondente aos benefícios obtidos por meio deste Plano

de Incentivos Fiscais, as empresas que ao final do prazo do incentivo concedido, não tiverem obtido resultados satisfatórios acerca dos propósitos manifestados no Projeto apresentado por estas, o que deverá ser avaliado pelo DESENAVE.

§ 2º Comprovada a má-fé na utilização dos benefícios, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios e incentivos concedidos, sem prejuízo das penalidades específicas.

Art. 12 Reverterão ao Poder Público Municipal as áreas públicas já concedidas a título de incentivos econômicos, bem como as benfeitorias nelas realizadas, quando não utilizados em suas finalidades.

Art. 13 Não será concedido qualquer dos benefícios previstos nesta Lei a empresa que tenha débito vencido perante a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, incluindo o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e, abrangendo, quanto aos débitos para Fazenda Municipal, inclusive seus diretores, proprietários ou sócios majoritários.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS

Art. 14 A solicitação da empresa interessada nos incentivos econômicos e benefícios fiscais estabelecidos nesta Lei Complementar, deverá ser instruído com o respectivo projeto e encaminhado através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município, onde será protocolado e apresentado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - DESENAVE de acordo com a ordem de chegada, conforme estabelecido na presente Lei.

§ 1º O projeto de que trata este artigo será composto pelos itens abaixo relacionados, para os quais segundo a presente lei são estabelecidas as seguintes finalidades:

- I - Plano de Trabalho: para demonstrar o planejamento das atividades, bem como os propósitos da empresa no Município;
- II - Estudo de mercado: para demonstrar a relação de demanda e oferta e a viabilidade do empreendimento no local;
- III - Engenharia de projeto: para demonstrar de forma sucinta a execução da obra relativa ao empreendimento;
- IV - Tamanho e localização do empreendimento: demonstrar através de relatórios, planilhas e mapas o tamanho e localização do empreendimento;
- V - Orçamento da receita e da despesa: precisão através de planilhas do faturamento e dos investimentos feitos no empreendimento;
- VI - Financiamento: caso a empresa utilize de algum financiamento, deverá ser inclusa no projeto a forma;
- VII - Organização: demonstrar a estrutura da empresa com relação a hierarquia e planos de cargos e salários;
- VIII - Avaliação sócio-econômica: os pontos positivos e negativos para a sociedade e economia local que o empreendimento irá trazer;
- IX - Cronograma de implantação, detalhamento sobre ciclo produtivo: através de relatórios, planilhas e mapas apresentar o cronograma de implantação e detalhamento sobre o ciclo produtivo do empreendimento;
- X - Deverá contemplar no mínimo uma medida visando a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000.
- XI- Certidão Negativa de Débitos Federal (Justiça Federal, FGTS, Previdência Social e Certidão negativa conjunta da Receita Federal/PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual, Municipal, falência, concordata e ainda a certidão simplificada a ser

obtida perante a Junta Comercial.

§ 2º Os incisos I à X do parágrafo acima descrito são requisitos para os casos de instalação e expansão das empresas interessadas, exigindo-se apenas o inciso XI para os casos de expansão;

§ 3º Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis na presente Lei, serão itens indispensáveis nos projetos, mediante avaliação do Poder Executivo Municipal através do DESENAVE:

I - A preservação do meio- ambiente, apresentando, se necessário, estudo prévio de impacto ambiental;

II - Geração de tributos;

III - O valor do investimento e sua provável influência para o desenvolvimento do Município;

IV - Aplicação e transferência de tecnologia;

V - Número de novos empregos diretos;

VI - Utilização de matéria-prima local;

VII - Indústria pioneira;

VIII - Capital direto;

IX - Expansão de indústrias já instaladas.

§ 4º A concessão do benefício dependerá ainda de:

I - Estudo dos documentos mencionados no §3º a ser realizado pelo DESENAVE;

II - Estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar o incentivo e nos dois seguintes, de acordo com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser realizado pela Secretaria de Finanças.

Art. 15 O deferimento da concessão de incentivos e/ou benefícios fiscais às empresas interessadas fica condicionado a que a pessoa jurídica desista expressamente, de forma irrevogável e irrevogável, total ou parcialmente, até o momento do ingresso no Plano, da impugnação, do recurso interposto, do embargo ou da ação judicial proposta e cumulativamente, renuncie a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam os referidos processos administrativos e ações judiciais que tenham por objeto tributos municipais.

Art. 16 Às empresas já beneficiadas anteriormente a promulgação desta Lei com os incentivos econômicos será vedado:

I - Alienar os terrenos recebidos pelo Poder Público Municipal antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades do empreendimento beneficiado pela presente Lei;

II - Dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei, antes de decorridos 10 (dez) anos do início ou ampliação das atividades.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 18 Os benefícios ou serviços prestados às empresas, de acordo com os artigos desta Lei, deverão ser contabilizados em conta especial e individual, para efeito de eventual aplicação do artigo 11 desta lei.

Art. 19 Ficam revogadas as disposições da Lei nº 1.185, de 11 de março de 1997, e Resoluções dela decorrentes.

Art. 20 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário De Administração E Logística

Nova Trento

PREFEITURA

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 142/2011 CONTRATO Nº 161/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 142 de 29/08/2011
Origem: Processo Licitatório nº 085/2011 - Tomada de Preços nº 002/2011. Homologação: 29/08/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: JLT CONSTRUÇÕES LTDA., situada na Rua Azambuja, 214, Sala 13, na cidade de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.748.573/0001-47. Objeto do Contrato: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Segunda do Contrato 142/2011, para acrescentar a importância de R\$ 35.687,92 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos), correspondente a 5,806% do contrato citado, para que a empresa execute serviços de estaqueamento no terreno onde será construída a Creche Tipo C. Validade do Contrato: 29/08/2012.

Nova Trento, 03 de outubro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato TA 01 Contrato TEMPORÁRIO 026/2011 EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO TEMPORÁRIO 026/2011.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: MARIZETE DE OLIVEIRA D'SANTI. OBJETO: Prorrogação de prazo. Cargo: Auxiliar de serviços gerais. Fundamento: Lei 410, de 21 de Dezembro de 2009. Vigência: 02/12/2012 - 31/12/2012. Novo Horizonte-SC, 01/12/2011, Santos Zilli - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 100
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º100/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$48.168,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 101

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º101/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$110.032,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 102

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º102/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$17.960,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 103

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º103/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$12.000,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 104

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º104/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$53.086,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 105

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º105/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades

de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$23.288,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 106

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º106/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$15.180,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º070/2011 do PREGÃO Nº190/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL: aquisição de filtros e lubrificantes para manutenção de máquinas e veículos. VALOR: R\$837.272,55. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 71

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º071/2011 do PREGÃO Nº194/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL: aquisição de filtros e lubrificantes para manutenção de máquinas e veículos. VALOR: R\$28.786,70. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 72

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

ATA N.º072/2011 do PREGÃO Nº193/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL: aquisição de filtros e lubrificantes para manutenção de máquinas e veículos. VALOR: R\$6.073,90. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços N° 73

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA N.º073/2011 do PREGÃO Nº192/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL: aquisição de filtros e lubrificantes para manutenção de máquinas e veículos. VALOR: R\$5.893,90. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 74

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º074/2011 do PREGÃO Nº191/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL: aquisição de filtros e lubrificantes para manutenção de máquinas e veículos. VALOR: R\$74.730,70. DATA: 02/08/2011 A 02/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º075/2011 do PREGÃO Nº185/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME. OBJETO: compra de sanitizantes para higienização dos hortifruti-grangeiros nas unidades escolares. VALOR: R\$15.867,38. DATA: 08/08/2011 A 08/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 76

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º076/2011 do PREGÃO Nº152/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: aquisição de materiais para deck de madeira em diversas localidades deste município. VALOR: R\$236.940. DATA: 08/08/2011 A 08/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 77

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º077/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME. OBJETO: aquisição de material de pintura para manutenção de ruas e avenidas deste município. VALOR: R\$13.985,00. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 78

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º078/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de material de pintura para manutenção de ruas e avenidas deste município. VALOR: R\$297,60. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 79

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º079/2011 do PREGÃO Nº184/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.

OBJETO: aquisição de material de pintura para manutenção de ruas e avenidas deste município. VALOR: R\$9.146,70. DATA: 09/08/2011 A 09/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º080/2011 do PREGÃO Nº183/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMD COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de construção para serem distribuídos para famílias que foram atingidas pelas chuvas. VALOR: R\$327.670,00. DATA: 11/08/2011 A 11/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 81

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º081/2011 do PREGÃO Nº183/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDECI CECILIO DOS SANTOS ME. OBJETO: aquisição de materiais de construção para serem distribuídos para famílias que foram atingidas pelas chuvas. VALOR: R\$49.000,00. DATA: 11/08/2011 A 11/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 82

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º082/2011 do PREGÃO Nº201/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOÃO CARLOS CARDOSO JUNIOR TRANSPORTES ME. OBJETO: aquisição de saibro para a manutenção e reparos das vias públicas do município. VALOR: R\$200.000,10. DATA: 12/08/2011 A 12/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 83

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º083/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para as unidades de ensino cadastradas no PNAE. VALOR: R\$571.174,48. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 84

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º084/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para as unidades de ensino cadastradas no PNAE. VALOR: R\$35.319,70. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 85

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º085/2011 do PREGÃO Nº203/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para as unidades de ensino cadastradas no PNAE. VALOR: R\$35.319,70. DATA: 16/08/2011 A 16/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 86

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º086/2011 do PREGÃO Nº149/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO ELÉTRICA ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: aquisição de peças para manutenção dos veículos leves e pesados. VALOR: R\$295.000,00. DATA: 18/08/2011 A 18/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 87

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º087/2011 do PREGÃO Nº220/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de copos de 200ml de água mineral para distribuição gratuita em eventos públicos. VALOR: R\$26.050,00. DATA: 23/08/2011 A 23/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 88

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º088/2011 do PREGÃO Nº225/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETO: fornecimento de bica corrida para as ruas e avenidas do município. VALOR: R\$700.500,00. DATA: 31/08/2011 A 31/08/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º090/2011 do PREGÃO Nº222/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA EPP. OBJETO: aquisição e confecção de uniformes para a Banda Musical, Orquestra Municipal e Coral Municipal da Rede de Ensino. VALOR: R\$64.700,00. DATA: 06/09/2011 A 06/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 91

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º091/2011 do PREGÃO Nº224/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MELLO & SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME. OBJETO: aquisição de uniformes para os manipuladores de alimentos (merendeiras) alocadas nas cozinhas das Unidades Escolares. VALOR: R\$35.920,00. DATA: 06/09/2011 A 06/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 92

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º092/2011 do PREGÃO Nº233/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ÁGAPES BUFFET E EVENTOS LTDA ME. OBJETO: fornecimento de marmita diariamente de segunda a sexta-feira. VALOR: R\$80.000,00. DATA: 15/09/2011 A 15/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 93

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º093/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município. VALOR: R\$3.083,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º094/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL STORINNY LTDA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município. VALOR: R\$4.545,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 95

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º095/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município. VALOR: R\$7.300,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº 96

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º096/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INECOM EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município.

VALOR: R\$14.800,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº97

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º097/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JDEB COMÉRCIO SERVIÇOS E INSTALAÇÕES. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município. VALOR: R\$1.785,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº98

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º098/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: aquisição de equipamentos é para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino do município. VALOR: R\$14.700,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata de Registro de Preços Nº99

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º099/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para as unidades de ensino do município e Secretaria de Educação para a limpeza e organização das unidades de ensino. VALOR: R\$18.870,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

Passo de Torres

PREFEITURA

Portaria Nº 091/2011

PORTARIA 091, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA REGINA CONSTANTE DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Ana Regina Constante de Souza, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Ana Regina Constante de Souza até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 092/2011

PORTARIA Nº 092, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

"DESIGNA ROSILENE DE MATOS DELFINO, PARA EXERCER CUMULATIVAMENTE A FUNÇÃO DE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Rosilene de Matos Delfino, servidora Pública em caráter efetivo, para exercer cumulativamente a função de Fiscal de Vigilância Sanitária na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 093/2011

PORTARIA Nº 093, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados a partir de: 01/12/2011 à 30/12/2011.

-Marinelma Gonçalves Scheffer;
-Robert Francis Broca minotto;
-João Apolinário;

-Rosilene de Matos Delfino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 094/2011

PORTARIA Nº 094, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

"EXONERA, À PEDIDO, WALTER PORTO MUNARI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os Incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar à pedido, Walter Porto Munari do Cargo de Motorista de ônibus e ambulância.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei 1475-2011

LEI Nº. 1475 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera Anexo I da Lei nº 349/86 e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município de que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ampliado em 03 (Três) o quadro do cargo de motorista, previsto no Anexo I da Lei 349/86 e suas posteriores alterações.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das

dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 06 de dezembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 07 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.563, de 06 de Dezembro de 2011

LEI Nº 1.563, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS, ATRAVÉS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL, E ESTÍMULOS FISCAIS À EMPRESA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, e Processo Administrativo de Expediente nº 026/2011: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado, na forma da Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a doar, com encargos, à Firma Individual "JL MÓVEIS LTDA ME", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.296.857/0001-17, com sede na Rua Francisco Nardi, nº 2044, no Município de Tangará, uma área de terra medindo até 1.500 m² (mil e quinhentos metros quadrados), avaliada em R\$ 40,00 m² (quarenta reais por metro quadrado), área esta que faz parte de área maior medindo 63.860,50 m², de domínio do Município, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 6.567.

Art. 2º O imóvel doado deverá ser utilizado pela empresa doadora, para abrigar as instalações de empresa de fabricação de esquadrias de madeira, portas, paredes, forro, janelas e móveis sob medida.

Art. 3º Além da doação do terreno de que trata o artigo 1º, fica o Município autorizado a conceder à empresa donatária os seguintes incentivos econômicos e estímulos fiscais:

I - execução, sem custo, de serviços de terraplenagem, observado o limite total de incentivos para os fins do disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar Municipal n. 136/2007;

II - isenção de impostos municipais pelo prazo de 10 (dez) anos;
III - isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção.

Art. 4º A empresa doadora, em razão da doação do terreno, fica obrigada a cumprir os seguintes encargos:

I - executar as obras de terraplenagem no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

II - viabilizar o início da construção, execução das obras de implantação e instalações das máquinas e equipamentos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

III - concluir as obras e entrar em operação no prazo de 60 (sessenta) dias do término do prazo de que trata o inciso II;

IV - gerar no mínimo 2 (dois) empregos diretos a partir do início das atividades e no mínimo 4 (quatro) no segundo ano de atividade;

V - manter faturamento médio mensal inicial mínimo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 5º O imóvel doado reverterá ao domínio do Município nos seguintes casos:

I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação dos benefícios, Processo Administrativo Municipal nº 060/2011, e os contidos nesta lei;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - cessação das atividades ou desvio de finalidade;

IV - entrar em processo de falência;

V - extinção ou dissolução da sociedade;

VI - paralisação ou alteração da atividade;

VII - transferir, sem autorização, abandonar ou desativar a unidade. Parágrafo único. No caso de reversão do imóvel doado ao domínio do Município, as construções e benfeitorias passarão para o domínio público, sem direito a indenização.

Art. 6º Por ocasião da outorga da escritura pública de doação, a Firma Donatária deverá apresentar prova de regularidade fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal, e prova de regularidade com a seguridade social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 7º A empresa donatária poderá dar em garantia a instituições Financeiras ou Bancárias, o terreno recebido em doação, para fins de empréstimo destinado à implantação de Projetos de incremento das atividades e custeio da produção.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em grau superior, em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 dezembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.564, de 06 de Dezembro de 2011

LEI Nº 1.564, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS, ATRAVÉS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL, E ESTÍMULOS FISCAIS À EMPRESA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, e Processo Administrativo de Expediente nº 026/2011: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado, na forma da Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a doar, com encargos, à Firma Individual "THIAGO DALMOLIN ME", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.674.442/0001-00, com sede no Município de Pinheiro Preto, uma área de terra medindo até 1.000 m² (mil metros quadrados), avaliado em R\$ 40,00 m² (quarenta reais por metro quadrado), área esta que faz parte de área maior medindo 63.860,50m², de domínio do Município, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 6.567.

Art. 2º O imóvel doado deverá ser utilizado pela empresa donatária, para abrigar as instalações de empresa de prestação de serviços de esquadrias metálicas, alumínio, fabricação de portões e cercas.

Art. 3º Além da doação do terreno de que trata o artigo 1º, fica o Município autorizado a conceder à empresa donatária os seguintes incentivos econômicos e estímulos fiscais:

I - execução, sem custo, de serviços de terraplenagem, observado o limite total de incentivos para os fins do disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar Municipal n. 136/2007;

II - isenção de impostos municipais pelo prazo de 10 (dez) anos;

III - isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção.

Art. 4º A empresa donatária, em razão da doação do terreno, fica obrigada a cumprir os seguintes encargos:

I - executar as obras de terraplenagem no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

II - viabilizar o início da construção, execução das obras de implantação e instalações das máquinas e equipamentos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

III - concluir as obras e entrar em operação no prazo de 60 (sessenta) dias do término do prazo de que trata o inciso II;

IV - gerar no mínimo 03 (três) empregos diretos a partir do início das atividades e no mínimo 05 (cinco) no segundo ano de atividade;

V - manter faturamento médio mensal inicial mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 5º O imóvel doado reverterá ao domínio do Município nos seguintes casos:

I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação

dos benefícios, Processo Administrativo Municipal nº 059/2011, e os contidos nesta lei;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - cessação das atividades ou desvio de finalidade;

IV - entrar em processo de falência;

V - extinção ou dissolução da sociedade;

VI - paralisação ou alteração da atividade;

VII - transferir, sem autorização, abandonar ou desativar a unidade.

Parágrafo único. No caso de reversão do imóvel doado ao domínio do Município, as construções e benfeitorias passarão para o domínio público, sem direito a indenização.

Art. 6º Por ocasião da outorga da escritura pública de doação, a Firma Donatária deverá apresentar prova de regularidade fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal, e prova de regularidade com a seguridade social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 7º A empresa donatária poderá dar em garantia a instituições Financeiras ou Bancárias, o terreno recebido em doação, para fins de empréstimo destinado à implantação de Projetos de incremento das atividades e custeio da produção.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em grau superior, em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de dezembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.482 de 30 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 3.482 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme artigo 16º § 4º da Lei Municipal nº 1.451/2010 de 05 de Novembro de 2010; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0204 - Secretaria de Transportes e Urbanismo

Função: 26 - Transporte

Sub-função: 782 - Transportes Rodoviárias

Programa: 0020 - Estradas Vicinais

Projeto Atividade: 2062 - Manutenção da Malha Rodoviária

Aplicações Diretas: 33900000 - R\$ 75.000,00

Fonte 01.24.55

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio nº 15215 2011-3, Processo nº 1165 11-9 celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Pinheiro Preto valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) para a Manutenção da Malha Viária no município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.485, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.485, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2031 Aplicação Recursos Salário Educação

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Fonte 01.58

Art. 2º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2031 Aplicação Recursos Salário Educação

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Fonte 01.58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.486, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.486, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0201 - Secretaria de Administração e Planejamento

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0002 - Administração e Planejamento

Atividade: 1004- Reforma do Centro Administrativo

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte: 0300 R\$ 4.500,00

Total Suplementado R\$ 4.500,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2010, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100 - Exercício de 2010.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 049/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

LICITAÇÃO 049/2011 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, faz saber a todos, que realizará na data de 20/12/2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 049/2011, visando a AQUISIÇÃO DE TINTA PARA PINTURA PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/12/2011, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 048/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 048/2011 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 20/12/2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 048/2011, visando à prestação de serviços para pintura do prédio do Centro Administrativo de Pinheiro Preto/SC.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/12/2011, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 050/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 050/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 21 de dezembro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 050/2011 visando à AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO DESTINADO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 21/12/2011, até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE DEZEMBRO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 0295/2011

CONTRATO Nº 0295/2011

OBJETO: Serviço para Execução de Obra de Engenharia - Pavimentação de Via Publica com Pedras Irregulares.

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço Nº 017/2011

EMPRESA CONTRATADA: Fiorelli Ind. e Com. de Lajotas Ltda

VALOR DO CONTRATO: 7.836,00(sete mil Oitocentos e trinta e seis reais). CONTRATO: 17/11/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0296/2011

CONTRATO Nº 0296/2011

OBJETO: Execução de Obra de Engenharia - Pavimentação de Via Publica com Pedras Irregulares.

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço Nº 019/2011
EMPRESA CONTRATADA: LB Comercio e Serviços LTDA.
VALOR DO CONTRATO: 15.010,00(quinze mil e dez reais).
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Termo Aditivo 027/2011

TERMO ADITIVO 027/2011

OBJETO: Serviços de Arbitragem

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 001/2011

EMPRESA CONTRATADA: Liga Videirense de Futebol de Salão.

VALOR DO CONTRATO: 697,67(seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos).

DATA DO CONTRATO: 24/11/2011

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Aviso de Contratação Temporária de Telefonista - Edital N.º 012/2011

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL N.º 012/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função de TELEFONISTA

Data período da inscrição: 07/12/2011 a 19/12/2011

Horário: Das 07:30horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas

Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva,111, em Pinheiro Preto.

Centro Administrativo em 06 de dezembro de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI,
Prefeito Municipal

Porto Belo**PREFEITURA****Decreto Nº 936/2011**

DECRETO Nº 936/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso I da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010 - LOA, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 915.049,50 (Novecentos e quinze mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Código Reduzido: 21

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 34.600,00

Código Reduzido: 22

Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 10.500,00

Atividade: 2.006 - Transferência de Recursos a AMFRI

Código Reduzido: 25

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 28.843.0000

Operação Especial: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

Código Reduzido: 35

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Código Reduzido: 36

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.451.0021

Projeto: 1.004 - Pavimentação e Urbanização de Ruas

Código Reduzido: 44

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 27.500,00

Funcional-Programática: 15.452.0021

Projeto: 2.011 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Código Reduzido: 53

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 45.190,48

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014

Projeto: 1.010 - Construção e Ampliação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental

Código Reduzido: 70

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 507 - 0.2.0058 - Recursos: Salário Educação

Valor: R\$ 12.191,31

Funcional-Programática: 12.365.0017

Projeto: 1.013 - Construção e Ampliação de Núcleos de Educação Infantil

Código Reduzido: 4

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 74.800,00

Funcional-Programática: 08.243.0029

Atividade: 2.017 - Manutenção do Conselho Tutelar

Código Reduzido: 5

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Código Reduzido: 19
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Valor: R\$ 25.800,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Projeto: 1.014 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde
 Código Reduzido: 1
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Valor: R\$ 3.383,68
 Atividade: 2.035 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
 Código Reduzido: 20
 Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Valor: R\$ 10.000,00
 Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Código Reduzido: 29
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 502 - 0.1.0002 - Recursos: Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Valor: R\$ 10.000,00
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.041 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade
 Código Reduzido: 40
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 529 - 0.2.0065 - Recursos: Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 Valor: R\$ 21.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0007
 Atividade: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade
 Código Reduzido: 20
 Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
 Valor: R\$ 3.225,00
 Código Reduzido: 22
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
 Valor: R\$ 14.259,03

ÓRGÃO: 13 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
 Funcional-Programática: 17.512.0023
 Atividade: 2.065 - Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
 Código Reduzido: 12
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
 Valor: R\$ 500.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.074 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Código Reduzido: 5
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 12.300,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Código Reduzido: 5
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
 Valor: R\$ 300,00

ÓRGÃO: 21 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.055 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Código Reduzido: 5
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos: Ordinários
 Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2011 por conta dos Recursos: Ordinários na importância de R\$ 757.874,51 (Setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavo), das Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação na importância de R\$ 100.600,00 (Cem mil e seiscentos reais), do Salário Educação na importância de R\$ 12.191,31 (Doze mil, cento e noventa e um reais e trinta e um centavo), das Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde, na importância de R\$ 23.383,68 (Vinte e três mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos), de Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar na importância de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), totalizando em R\$ R\$ 915.049,50 (Novecentos e quinze mil, quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
 em Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de outubro de 2011.
 ALBERT STADLER
 Prefeito

Decreto Nº 937/2011

DECRETO Nº 937/2011

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17, inciso II da Lei Municipal nº 1.883, de 17/12/2010".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
 DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 30.692,60 (Trinta mil, seiscentos e noventa e dois reais e sessenta centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-Programática: 04.123.0003
 Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
 Código Reduzido: 39
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 622,90

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Atividade: 2.011 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Código Reduzido: 54
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 8.650,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Código Reduzido: 19
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 4.000,00
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil
 Código Reduzido: 41
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 12.799,70

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.241.0005
 Atividade: 2.045 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica ao Idoso
 Código Reduzido: 4
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 821,00
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Código Reduzido: 9
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.074 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Código Reduzido: 5
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 799,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações orçamentárias abaixo descritas na mesma importância:

ÓRGÃO: 04 - Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda
 Funcional-Programática: 04.123.0003
 Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
 Código Reduzido: 40
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 622,90

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.011 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Código Reduzido: 53
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 8.650,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Código Reduzido: 16
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 4.000,00
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil
 Código Reduzido: 46
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 501 - 0.1.0001 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 12.799,70

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.241.0005
 Atividade: 2.045 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica ao Idoso
 Código Reduzido: 5
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 821,00
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Código Reduzido: 6
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 900,00
 Código Reduzido: 7
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 600,00
 Código Reduzido: 11
 Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 1.500,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.074 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Código Reduzido: 7
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Fonte de Recurso: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Valor: R\$ 799,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
 em Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de outubro de 2011.
 ALBERT STADLER
 Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.950/2011

LEI Nº 3.950, de 30 de novembro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Agricultores de Caçadorzinho, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Agricultores de Caçadorzinho, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, regida por estatuto, com sede na localidade de Caçadorzinho - Distrito de Santa Cruz do Timbó, neste Município, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.028, de 15 de dezembro de 2004, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Agricultores de Caçadorzinho uma subvenção mensal no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), no período de 1º de novembro de 2011 a 30 de outubro de 2012, totalizando R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), disponibilizados para aquisição de produtos destinados a inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão de dotação própria prevista no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2884600032034 Encargos Gerais da Administração
DOTAÇÃO 3350-100 Transf. à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Agricultores de Caçadorzinho, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O convênio terá sua vigência até 31 de dezembro de 2012, contados de 1º de novembro de 2011.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Resolução Nº 006, de 02 de dezembro de 2011

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Porto União - SC

RESOLUÇÃO nº 006, de 02 de dezembro de 2011.

Define os parâmetros para a inscrição das entidades e organizações

da assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária realizada em 02 de dezembro de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.916, de 26 de novembro de 2003 e 3.781, de 20 de julho de 2010, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº12. 101, de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, a qual define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social dos Municípios e do Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União/SC.

Art. 2º - As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I- de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II- de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei, tais como:

a) assessoria política, técnica, administrativa e financeira a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a

intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

b) estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda;

c) produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

III- de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do art. 18 daquela Lei, tais como:

a) promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

b) formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

c) reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I- ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;

II- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III- elaborar plano de ação anual conforme anexo I;

IV- elaborar relatório de atividades conforme anexo II.

Art. 4º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades e organizações inscritas.

§ 2º Se a entidade ou organização de assistência social de atendimento não desenvolver qualquer serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial no Município de sua sede, a inscrição da entidade deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no Conselho de Assistência Social do Município indicado como sendo de sua sede no estatuto social.

Art. 5º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais as entidades e organizações inscritas de acordo com o art. 4º.

Art. 6º A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, no âmbito da Política de Assistência Social.

§ 1º Os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e com o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

§ 2º Os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº 6.308, de 2007, que orienta sobre a regulamentação do art. 3º da Lei 8.742, de 1993, entre outras legislações pertinentes.

Art. 7º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 8º Em caso de interrupção de serviços, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviço.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I- requerimento, conforme anexo III;

II- cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III- cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV- plano de ação anual, conforme anexo I;

V- cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ;

VI- Certidão de Licença Sanitária, atualizada (quando for o caso);

VII- Licença do Corpo de Bombeiro, atualizada;

VIII- Alvará de Funcionamento, atualizado;

IX- Relação nominal dos membros da diretoria atual com número de RG, CPF e endereço, assinada pelo dirigente da instituição;

X- após dezoito meses de funcionamento da Entidade, apresentar cópia da Lei de Utilidade Pública, bem como, cópia autenticada da publicação desta Lei.

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios respectivos, apresentando os seguintes documentos:

I- requerimento, conforme o modelo anexo II;

II- plano de ação anual, conforme anexo I;

III- comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 6º e do art. 7º desta Resolução.

Art. 11. As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área deverá inscrever seus serviços,

programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do §1º e §2º do art. 6º e o art. 7º desta Resolução, mediante apresentação de:

- I- requerimento, na forma do modelo anexo III;
- II- cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III- cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV- plano de ação anual, conforme anexo I.

Art. 12. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá:

- I- receber e analisar os pedidos de inscrição e a documentação respectiva;
- II- providenciar visita à entidade ou organização de assistência social e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento;
- III- pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição em reunião plenária;
- IV- encaminhar a documentação ao órgão gestor para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guardar, garantindo o acesso aos documentos sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social.

Parágrafo único. A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

Art. 13. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais das entidades inscritas.

Art. 14. As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de março, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I- Plano de ação anual, conforme anexo I;
- II- Relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso IV do artigo 3º.
- III- Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- VI- Certidão de Licença Sanitária, atualizada (quando for o caso);
- VII- Licença do Corpo de Bombeiro, atualizada (quando for o caso);
- VIII- Alvará de Funcionamento, atualizado;
- IX- Relação nominal dos membros da diretoria atual com número de RG, CPF e endereço, assinada pelo dirigente da instituição;
- X- Após dezoito meses de funcionamento da Entidade, apresentar cópia da Lei de Utilidade Pública, bem como, cópia autenticada da publicação desta Lei.

Art. 15. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 16. A inscrição das entidades ou organizações de assistência social, dos serviços dos projetos, dos programas e dos benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro a que se refere o inciso IV do artigo 12

e demais providências.

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º Os recursos das decisões do Conselho Municipal de Assistência Social deverão ser apresentados ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.

§ 5º O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 6º As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social padronizará e utilizará única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único. O Conselho fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexo IV.

Art. 18. O Conselho Municipal de Assistência Social estabelecerá numeração única e seqüencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. As entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão requerer junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, a inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos nesta Resolução, até o prazo de 30 de abril do ano subsequente.

Art. 20. As disposições previstas no inciso IV do art. 12 e no § 2º do art. 16, somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistencial Social.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogando as disposições em contrário, revogando em especial a Resolução CMAS nº 009, de __ de ____ de 2005.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2011.

ROSE MARI APARECIDA GUERIOS DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO I

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Porto União:

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal: _____ Secundário _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ n _____ Bairro _____

Município _____ UF ____ CEP _____

Tel. _____

FAX _____ E-mail _____

Atividade Principal _____

Inscrição:

CONSEA _____

CMDCA _____
 CONSELHO DO IDOSO _____
 Outros (especificar) _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
 Endereço _____ no _____ Bairro _____
 Município _____ UF _____ CEP _____
 Tel. _____
 Celular _____
 E-mail _____
 RG _____ CPF _____ Data nasc. ____/____/____
 Escolaridade _____ Período do Mando-
 to: _____
 C - Informações adicionais

Termos em que,
 Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

MINUTA

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ no

Bairro _____

Município _____

UF _____ CEP _____ Tel. _____

FAX _____ E-mail _____

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de _____

sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

10/13

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____
 nº _____ Bairro _____
 Município _____ UF _____
 CEP _____ Tel. _____
 Celular _____ E-mail _____

RG _____ CPF _____ Data

nasc. ____/____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

11/13

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS
 ANEXO III
 MINUTA

Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ nº

Bairro _____

Município _____

UF _____ CEP _____ Tel. _____

FAX _____ E-mail _____

Atividade Principal _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

12/13

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____

nº _____ Bairro _____

Município _____ UF _____

CEP _____ Tel. _____

Celular _____ E-mail _____

RG _____ CPF _____ Data

nasc. ____/____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,
Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do representante legal da entidade

13/13

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS
ANEXO IV
MINUTA

Comprovante de inscrição no Conselho Municipal
Conselho Municipal (Estadual ou do Distrito Federal) de

INSCRIÇÃO Nº _____

A _____ entidade _____, CNPJ
_____, com sede

em _____, é inscrita neste Conse-
lho, sob número

_____, desde ____/____/____.

A entidade executa (rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/
projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando
os endereços

respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unida-
de/estabelecimento no
mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

Anexo I da Resolução CMAS nº057, de 24 de novembro de 2010
PLANO DE AÇÃO ANUAL

1. IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE EXECUTORA

Entidade Executora/Razão Social C.N.P.J.

Endereço (DDD) Telefone/Fax

Cidade

UF

CEP

E-mail

Nome do responsável pela entidade C.P.F.

R.G. /Órgão expedidor.

/

Cargo

E-mail

Endereço completo

CEP

(DDD) Tel./Fax

2. IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE MANTENEDORA (quando houver)

Entidade Mantenedora/Razão Social C.N.P.J.

Endereço (DDD) Telefone/Fax

Cidade

UF

CEP

E-mail

Nome do responsável pela entidade C.P.F.

R.G. /Órgão expedidor.

/

Cargo

E-mail

Endereço completo

CEP

(DDD) Tel./Fax

3. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

Descrever sobre as finalidades estatutárias da Entidade e como a
Entidade vem historicamente
executando-as.

4. OBJETIVO GERAL

Descrever sobre o objetivo geral da Entidade.

4.1 Objetivos Específicos

Elencar os objetivos específicos da Entidade.

5. METAS

6. ORIGEM DOS RECURSOS

FONTE VALOR ANUAL (R\$)

Ex: Fundo Municipal de Assistência Social 50.000,00

Fundo Nacional de Assistência Social 40.000,00

TOTAL GERAL 90.000,00

7. INFRAESTRUTURA

7.1 Recursos Físicos

RECURSOS FÍSICOS QUANTIDADE

Ex: Recepção 01

Sala de Atendimento individualizado 03

7.2 Recursos Materiais

RECURSOS MATERIAIS PERMANENTES QUANTIDADE

Ex: Computador com acesso a internet 02

Automóvel 01

7.3 Recursos Humanos

NOME CARGO/FUNÇ

ÃO

VÍNCULO HORAS

SEMANAIS

Ex. João da Couve Assistente Social CLT 30

8. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS

SOCIOASSISTENCIAIS (obs.: para cada serviço, programa, proje-
to ou benefício, deverá ser
preenchido um quadro específico).

8.1 TIPOLOGIA

() Proteção Social Básica

() Proteção Social Especial Média Complexidade

() Proteção Social Especial Alta Complexidade

() Assessoramento

() Defesa de Direitos

8.2 DESCRIÇÃO

Descrever no que consiste este Serviço, Programa, Projeto ou Be-
nefício que a Entidade presta
demonstrando como este trabalho tem vinculação com a Política
de Assistência Social.

8.3 PÚBLICO ALVO

Descrever qual é o público-alvo atendido por este Serviço, Progra-
ma, Projeto ou Benefício,
constando segmento, faixa etária, situação, corte de renda (se
houver) etc..

8.4 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Descrever a capacidade de atendimento deste Serviço, Programa,
Projeto ou Benefício.

8.5 OBJETIVOS

Descrever os objetivos deste Serviço, Programa, Projeto ou Be-
nefício.

8.6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Objetivos Descrição das Atividades Mês

Inicial

Mês

Final

Copiar os objetivos

citados acima.

Elencar as atividades que serão realizadas para
alcançar cada um dos objetivos deste Serviço,
Programa, Projeto ou Benefício.

01/201

1

12/201

1

8.7 RECURSO FINANCEIRO UTILIZADO
Descrever qual o montante de recursos financeiros que são utilizados para manutenção deste Serviço, Programa, projeto ou Benefício.

8.8 RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS
Descrever quais os recursos humanos envolvidos no desenvolvimento deste Serviço, Programa, projeto ou Benefício.

8.9 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL
Descrever qual é a abrangência territorial deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, de acordo com a Territorialização do SUAS.

8.10 FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS
Descrever como os usuários deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício participam na elaboração dos critérios, na definição das prioridades, no desenvolvimento do trabalho, e na avaliação da qualidade dos serviços prestados.

8.11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Descrever como este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício é monitorado e avaliado pela equipe da própria Entidade e por órgãos externos. Quais os instrumentos utilizados para o registro das informações, qual a periodicidade da elaboração de relatórios quantitativos, quem tem acesso a estes produtos do monitoramento e avaliação interna, se há monitoramento e avaliação de órgãos externos, quais os indicadores de monitoramento e avaliação.

Anexo II da Resolução CMAS nº057, de 24 de novembro de 2010

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE EXECUTORA
Entidade Executora/Razão Social C.N.P.J.
Endereço (DDD) Telefone/Fax
Cidade
UF
CEP
E-mail
Nome do responsável pela entidade C.P.F.
R.G. /Órgão expedidor.
/
Cargo
E-mail
Endereço completo
CEP
(DDD) Tel./Fax

2. IDENTIFICAÇÃO ENTIDADE MANTENEDORA (quando houver)
Entidade Mantenedora/Razão Social C.N.P.J.
Endereço (DDD) Telefone/Fax
Cidade
UF
CEP
E-mail
Nome do responsável pela entidade C.P.F.
R.G. /Órgão expedidor.
/
Cargo
E-mail
Endereço completo
CEP
(DDD) Tel./Fax

3. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS
Descrever sobre as finalidades estatutárias da Entidade e como a Entidade vem historicamente executando-as.

4. OBJETIVO GERAL
Descrever sobre o objetivo geral da Entidade.

4.1 Objetivos Específicos

Elencar os objetivos específicos da Entidade.

5. METAS
Descrever sobre as metas que foram planejadas e tiveram êxito, além daquelas que não foram previstas, mas que foram alcançadas, e também as metas que não foram realizadas justificando os motivos.

6. ORIGEM DOS RECURSOS
FONTE VALOR ANUAL (R\$)
Ex: Fundo Municipal de Assistência Social 50.000,00
Fundo Nacional de Assistência Social 40.000,00
TOTAL GERAL 90.000,00

7. INFRAESTRUTURA
7.1 Recursos Físicos
RECURSOS FÍSICOS QUANTIDADE
Ex: Recepção 01
Sala de Atendimento individualizado 03
7.2 Recursos Materiais
RECURSOS MATERIAIS PERMANENTES QUANTIDADE
Ex: Computador com acesso a internet 02
Automóvel 01
7.3 Recursos Humanos
NOME CARGO/FUNÇÃO
VÍNCULO HORAS SEMANAIS
João da Silva Assistente Social CLT 30

8. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS (obs.: para cada serviço, programa, projeto ou benefício, deverá ser preenchido um quadro específico).

8.1 TIPOLOGIA DA ENTIDADE
() Proteção Social Básica
() Proteção Social Especial Média Complexidade
() Proteção Social Especial Alta Complexidade
() Assessoramento
() Defesa de Direitos

8.2 DESCRIÇÃO
Descrever no que consiste este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício que a Entidade presta demonstrando como este trabalho tem vinculação com a Política de Assistência Social.

8.3 PÚBLICO ALVO
Descrever qual foi o público-alvo atendido por este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, constando segmento, faixa etária, situação, corte de renda (se houver) etc..

8.4 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
Descrever qual foi a capacidade de atendimento deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

8.5 OBJETIVOS
Descrever quais foram os objetivos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

8.6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES
Objetivos Descrição das Atividades Mês
Inicial
Mês
Final
Copiar os objetivos citados acima.
Elencar as atividades que foram realizadas para alcançar cada um dos objetivos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.
01/201
1
12/201
1

8.7 RECURSO FINANCEIRO UTILIZADO

Descrever qual foi o montante de recursos financeiros que foram utilizados para manutenção deste Serviço, Programa, projeto ou Benefício.

8.8 RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Descrever quais foram os recursos humanos envolvidos no desenvolvimento deste Serviço,

Programa, projeto ou Benefício.

8.9 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Descrever qual foi a abrangência territorial deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, de acordo com a Territorialização do SUAS.

8.10 FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Descrever como foi a participação dos usuários deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício na elaboração dos critérios, na definição das prioridades, no desenvolvimento do trabalho, e na avaliação da qualidade dos serviços prestados.

8.11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrever como este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício foi monitorado e avaliado pela equipe da própria Entidade e por órgãos externos. Quais os instrumentos utilizados para o registro das informações, qual foi a periodicidade da elaboração de relatórios quantitativos, quem teve acesso a estes produtos do monitoramento e avaliação interna, se houve monitoramento e avaliação de órgãos externos, quais foram os resultados dos indicadores de monitoramento e avaliação.

Anexo III da Resolução CMAS nº057, de 24 de novembro de 2010 MINUTA

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____

Data de inscrição no CNPJ ____/____/____

Endereço _____ nº _____

Bairro _____

Município _____ UF _____

CEP _____ Tel. _____

FAX _____ E-mail _____

Atividade Principal _____

Inscrição: _____

CONSEA _____

CMDCA _____

CONSELHO DO IDOSO _____

Outros (especificar) _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____

Endereço _____

no _____ Bairro _____

Município _____ UF _____

CEP _____ Tel. _____

Celular _____ E-mail _____

RG _____ CPF _____ Data

nasc. ____/____/____

Escolaridade _____

Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,

Pede deferimento.

Local _____ Data ____/____/____

Assinatura do Representante Legal da Entidade

Anexo IV da Resolução CMAS nº057, de 24 de novembro de 2010

Anexo VI da Resolução CMAS nº057, de 24 de novembro de 2010

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de dezembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

SCHEILA BATISTA DA SILVA ZUCATELLI
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1231

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.231, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
Homologa Termo de Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e o Clube de Mães Lar da Menina

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e o Clube de Mães Lar da Menina, visando a execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1232

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.232 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
Homologa Termo de Convênio nº 004/2011 que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência de São Vicente de Paulo

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Homologa Termo de Convênio nº 004/2011 que entre si celebram o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência de São Vicente de Paulo, visando a execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI
Presidente da Mesa

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 124 1353/2011



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1353/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9676	55441209C	6599/2	08/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
AGF4900	54073801D	6920/0	08/02/2011	R\$ 127,69	233
AJI6329	54074381D	6920/0	29/08/2011	R\$ 127,69	233
ATL3108	54074328D	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
DJB8266	55439898C	6637/1	06/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
DOK2240	54073804D	6920/0	09/02/2011	R\$ 127,69	233
DWR3519	55441518C	6920/0	13/09/2011	R\$ 127,69	233
IPP0156	54073904D	6599/2	12/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
LCB2696	55441519C	6920/0	13/09/2011	R\$ 127,69	233
LWT7096	54074043D	6599/2	12/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXK2354	55441517C	6920/0	13/09/2011	R\$ 127,69	233
LYP2184	54074222D	6599/2	14/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYP2184	54074223D	6556/4	14/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZU1722	54074054D	6548/2	11/09/2011	R\$ 85,12	229
MAC9810	55439629C	5169/1	10/09/2011	R\$ 957,69	165
MAH7670	54074040D	6548/2	11/09/2011	R\$ 85,12	229
MBC1192	54074214D	6610/2	07/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MBM1456	54076409D	5118/0	21/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM1456	54076410D	6599/2	21/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MET4055	54074709D	6912/0	12/09/2011	R\$ 53,20	232
MFF6740	54076373D	5010/0	02/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFF6740	54076374D	5118/0	02/10/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFW9456	54074364D	6920/0	24/08/2011	R\$ 127,69	233
MGT4379	54073335D	6556/1	07/09/2011	R\$ 191,53	230 * I
MIT4399	54850240C	5274/1	19/02/2011	R\$ 191,53	175
MIT4399	55444878C	5274/2	19/02/2011	R\$ 191,53	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 124 1354/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1354/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IPP0156	54073903D	5738/0	12/09/2011	R\$ 191,53	186 * II
IPP0156	54073905D	5819/1	12/09/2011	R\$ 574,61	193
JFT8627	55439634C	5541/1	13/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ6349	55439632C	5452/1	13/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MBH2760	54074713D	6122/0	12/09/2011	R\$ 191,53	214 * I
MEE5050	55441185C	6122/0	31/08/2011	R\$ 191,53	214 * I
MGM4359	54074604D	6270/0	12/09/2011	R\$ 127,69	220 * II
MIK7706	54074042D	7030/2	12/09/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIT4399	54850241C	6017/1	19/02/2011	R\$ 191,53	206 * III
MIT4399	54850242C	6289/1	19/02/2011	R\$ 127,69	220 * III
MIT4399	54850243C	6378/0	19/02/2011	R\$ 127,69	220 * XII
MIT4399	55444875C	5835/0	19/02/2011	R\$ 127,69	195
MIT4399	55444876C	5720/0	19/02/2011	R\$ 127,69	186 * I
MIT4399	55444877C	5819/1	19/02/2011	R\$ 574,61	193
MMK0014	54074050D	5185/2	13/09/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de PENALIDADE PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 492 646/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 646/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN6372	8492033599	6050/3	05/09/2011	R\$ 191,53	208
ACA4080	8492030168	7455/0	10/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEM4837	8492032556	7455/0	14/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEO0259	8492033459	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEP3762	8492032675	7455/0	18/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AET8501	8492033876	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEU0380	8492029409	6050/3	18/06/2011	R\$ 191,53	208
AJE3651	8492032814	5673/2	25/08/2011	R\$ 85,12	183
AJH2140	8492033343	5673/2	30/08/2011	R\$ 85,12	183
AJL7362	8492026065	5673/2	13/02/2011	R\$ 85,12	183
AJT9502	8492032772	7455/0	23/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AKB6941	8492030404	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
ALY9662	8492033364	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMA5557	LE00028343	7455/0	03/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
ANM2169	8492033192	5673/2	28/08/2011	R\$ 85,12	183
AVA2363	8492030518	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AVA2363	8492030653	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BFB4475	8492032720	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
BFB4475	8492032721	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
BFB4475	8492032825	7463/0	19/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
BUX2009	8492033471	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
CAW2887	8492033836	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
CAW2887	8492033849	7455/0	06/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
CKF1087	8492033775	5673/2	01/09/2011	R\$ 85,12	183
CSL9966	8492032943	7455/0	22/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
DKT6723	8492033571	7463/0	01/09/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLC4226	8492032153	7455/0	09/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
GZF2327	8492032736	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
HRC7987	8492033290	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IEC1869	8492033618	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183
JJD4166	8492030546	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
KEL3886	8492033233	6050/3	27/08/2011	R\$ 191,53	208
LWT9051	8492033832	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWT9392	8492033327	5673/2	25/08/2011	R\$ 85,12	183
LWZ3772	8492031041	5673/2	24/07/2011	R\$ 85,12	183
LXT8915	8492033131	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXV3274	8492032757	5673/2	21/08/2011	R\$ 85,12	183
LYK9666	8492033384	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYP0579	8492032680	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYS8727	8492033294	7471/0	28/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
LYX3877	8492033604	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
LZU1811	8492033798	5673/2	08/09/2011	R\$ 85,12	183
LZW9034	8492033591	5673/2	02/09/2011	R\$ 85,12	183
MAI0112	8492033702	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAI0112	8492033704	6050/3	10/09/2011	R\$ 191,53	208
MAN2598	8492030609	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP3900	8492033885	7455/0	01/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT9193	8492032674	7455/0	22/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX1699	8492033536	5673/2	02/09/2011	R\$ 85,12	183
MBC6155	8492030721	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC6155	8492031801	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBE1867	8492032080	5673/2	05/08/2011	R\$ 85,12	183
MBE7851	8492033448	7455/0	09/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBJ9770	8492033529	6050/3	07/09/2011	R\$ 191,53	208
MBS9038	8492033742	7455/0	06/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT4718	8492033759	7455/0	10/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBX1002	8492034343	5673/2	22/09/2011	R\$ 85,12	183
MBY1235	8492033320	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCR2372	8492033510	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCT3841	8492033163	5673/2	29/08/2011	R\$ 85,12	183
MCV9774	8492033305	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCY5736	8492033262	7455/0	31/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ6333	8492033278	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ9069	8492033654	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDA7439	8492033239	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDA7439	8492033901	7463/0	09/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDK0006	8492032188	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDK1318	8492033539	7463/0	04/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDN5761	8492033757	7455/0	09/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDO2473	8492030149	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDR9736	8492033758	7455/0	09/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDS9111	8492033312	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDW4096	8492032873	7471/0	20/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDW4096	8492033264	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEF3654	8492033259	7463/0	31/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEF3654	8492033684	7455/0	05/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEN9441	8492033690	7455/0	07/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEP0289	8492033709	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MER2925	8492033100	7463/0	26/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEW7897	8492032829	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX5484	8492033104	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY0777	8492033074	5673/2	24/08/2011	R\$ 85,12	183
MFB8735	8492033221	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFC1422	8492032807	5673/2	22/08/2011	R\$ 85,12	183
MFD1006	8492033673	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF0550	8492033422	5673/2	30/08/2011	R\$ 85,12	183
MFJ4795	8492026150	6050/3	11/02/2011	R\$ 191,53	208
MFJ9685	8492034389	5673/2	25/09/2011	R\$ 85,12	183
MFR9940	8492034323	7455/0	22/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFS9904	8492033141	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY8203	8492033686	7455/0	05/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGA5818	8492033388	7455/0	29/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6912	8492033791	5673/2	05/09/2011	R\$ 85,12	183
MGK8407	8492031309	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGN2323	8492034605	7455/0	21/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGP5525	8492033995	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGQ8174	8492031117	7463/0	27/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGW5951	8492033452	7455/0	05/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHA4444	8492034504	6050/3	25/09/2011	R\$ 191,53	208
MHA5839	8492033809	5673/2	10/09/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHD4152	8492030782	7463/0	17/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHE0290	LE00028544	7455/0	10/05/2008	R\$ 85,13	218 * I
MHF1415	8492033376	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHF1415	8492033393	7455/0	30/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHG0729	8492032912	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI0250	8492033044	7455/0	24/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHK9803	8492034002	7455/0	18/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9029	8492033079	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9029	8492033132	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHN9029	8492033138	7463/0	28/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHO5261	8492030602	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU5639	8492028868	5673/2	31/05/2011	R\$ 85,12	183
MHV1829	8492033348	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIB1275	8492034218	5673/2	18/09/2011	R\$ 85,12	183
MIB5605	8492031352	7455/0	26/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIF1735	8492033137	7455/0	27/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH4161	8492033152	7463/0	29/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH4161	8492033223	7455/0	25/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH4161	8492033228	7463/0	26/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH4161	8492033256	7463/0	31/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH4161	8492033658	7455/0	01/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH4161	8492033663	7463/0	02/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH4161	8492033834	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MII0605	8492032239	7455/0	09/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MII4717	8492033248	7463/0	29/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MII4717	8492033258	7455/0	31/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MII4717	8492033659	7455/0	01/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MII8921	8492033619	6050/3	03/09/2011	R\$ 191,53	208
MIJ6243	8492029025	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK7706	8492033052	7463/0	17/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIK7706	8492033381	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK7706	8492033402	7463/0	25/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIM1177	8492033656	7455/0	01/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIS9414	8492034552	6050/3	26/09/2011	R\$ 191,53	208
MJC8512	8492033829	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJP8169	8492033840	7455/0	04/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJQ2459	8492033292	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMM6064	8492033682	7455/0	04/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 124 1351/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1351/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEE3867	54856595C	5169/1	20/11/2011	165
AQH9248	55441056C	6599/2	11/11/2011	230 * V
DAI5090	55441055C	6610/2	11/11/2011	230 * VII
DIR3183	55440882C	5045/0	04/11/2011	162 * V
DIR3183	55440883C	5142/0	04/11/2011	164 c/c 162 * V
ECO3144	54074631D	6599/2	21/09/2011	230 * V
IEJ0924	54076499D	6599/2	27/10/2011	230 * V
KFG7146	54074468D	6548/2	22/10/2011	229
LXP0991	55437923C	6912/0	09/11/2011	232
LXP0991	55437924C	6599/2	09/11/2011	230 * V
LXP0991	55437925C	6580/0	09/11/2011	230 * IV
LXX2304	55440838C	6599/2	08/11/2011	230 * V
LYK3996	55440816C	6670/0	02/11/2011	230 * XIII
LYK3996	55440818C	6548/2	02/11/2011	229
MAQ5842	55440889C	5010/0	07/11/2011	162 * I
MAQ5842	55440890C	5118/0	07/11/2011	164 c/c 162 * I
MBX6561	54077728D	5010/0	06/11/2011	162 * I
MBX6561	54077729D	6912/0	06/11/2011	232
MFX9572	54074489D	7340/0	08/11/2011	252 * IV
MGT9621	54074885D	6920/0	31/10/2011	233
MIF3273	54076765D	5010/0	13/11/2011	162 * I
MIF3273	54076766D	5061/0	13/11/2011	163 c/c 162 * I
MKP8560	55441005C	6599/2	08/11/2011	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 124 1352/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1352/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVG0202	54074469D	5738/0	23/10/2011	186 * II
LXA8403	54076770D	5207/0	14/11/2011	169
LXA8403	54076771D	6181/0	14/11/2011	215 * II
LXM9181	55440867C	5525/0	02/11/2011	181 * XV
MAQ5842	54042787D	5738/0	09/11/2011	186 * II
MCT6999	54043101D	5460/0	09/11/2011	181 * IX
MFH9886	54043074D	5380/0	04/11/2011	181 * I
MFK3395	54043046D	5738/0	04/11/2011	186 * II
MFN1702	55440960C	5541/1	04/11/2011	181 * XVII
MFY9572	54074488D	7030/1	08/11/2011	244 * I
MGK8489	54042933D	5541/5	11/10/2011	181 * XVII
MGN0985	55440961C	5541/1	04/11/2011	181 * XVII
MGT3031	54074471D	5738/0	26/10/2011	186 * II
MIF3273	54076767D	5835/0	13/11/2011	195
MIF3273	54076768D	5207/0	13/11/2011	169
MIT4067	54043057D	5967/0	21/10/2011	203 * V
MIT4067	54043058D	5835/0	21/10/2011	195
MJB8486	54043077D	5541/1	08/11/2011	181 * XVII
MKP8560	55440965C	5541/1	08/11/2011	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO de INFRAÇÃO de TRÂNSITO Nº 492 645/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 645/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM9183	8492036039	7455/0	04/11/2011	218 * I
AEU0380	8492033973	5673/2	18/09/2011	183
AEV4033	8492034987	6050/3	13/10/2011	208
AGL0080	8492036136	5673/2	04/11/2011	183
AGP6263	8492036139	5673/2	05/11/2011	183
AGQ1023	8492035164	7455/0	09/10/2011	218 * I
AHK7920	8492036324	7463/0	06/11/2011	218 * II
AIL5631	8492036043	7455/0	06/11/2011	218 * I
AKL5708	8492036209	6050/3	07/11/2011	208
ALP1960	8492036092	7455/0	05/11/2011	218 * I
ALW2048	8492035701	5673/2	26/10/2011	183
AMJ4890	8492036220	6050/3	03/11/2011	208
AMJ5141	8492036114	7455/0	05/11/2011	218 * I
AMV4329	8492035056	7455/0	06/10/2011	218 * I
AMY0555	8492034921	5673/2	14/10/2011	183
ANN1149	8492035064	7463/0	07/10/2011	218 * II
ANN1149	8492035105	5673/2	06/10/2011	183
AOW0955	8492035161	6050/3	08/10/2011	208
ATT2322	8492034905	7455/0	08/10/2011	218 * I
BTJ6380	8492036069	7471/0	05/11/2011	218 * III
DWK0253	8492036063	7455/0	02/11/2011	218 * I
HMJ0395	8492035737	5673/2	30/10/2011	183
IEK7144	8492034970	5673/2	08/10/2011	183
IKO4296	8492036099	5673/2	04/11/2011	183
KAF5689	8492036148	5673/2	04/11/2011	183
LXA5241	8492036045	7455/0	04/11/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI2740	8492035087	7463/0	10/10/2011	218 * II
LXK4515	8492035017	5673/2	07/10/2011	183
LXL4926	8492036050	7455/0	07/11/2011	218 * I
LXS6948	8492035797	6050/3	28/10/2011	208
LXY5842	8492036014	7455/0	27/10/2011	218 * I
LYK3996	8492036038	7455/0	02/11/2011	218 * I
LYP3571	8492036143	5673/2	07/11/2011	183
LYX4236	8492035074	7455/0	08/10/2011	218 * I
LZJ8158	8492034915	5673/2	08/10/2011	183
LZO8289	8492035687	5673/2	25/10/2011	183
MAL7672	8492035162	5673/2	08/10/2011	183
MAT2865	8492034888	7455/0	09/10/2011	218 * I
MAY2422	8492036180	7455/0	01/11/2011	218 * I
MBF9357	8492035111	6050/3	09/10/2011	208
MBK9029	8492036058	7455/0	03/11/2011	218 * I
MBX1002	8492036182	7455/0	02/11/2011	218 * I
MCF5779	8492036286	7455/0	03/11/2011	218 * I
MCV7219	8492034979	5673/2	11/10/2011	183
MCW5187	8492035005	7455/0	09/10/2011	218 * I
MDL7907	8492036208	6050/3	06/11/2011	208
MDT2549	8492036282	7455/0	01/11/2011	218 * I
MEA8493	8492036137	5673/2	05/11/2011	183
MEC6721	8492036013	7455/0	31/10/2011	218 * I
MEE4513	8492036138	5673/2	05/11/2011	183
MEQ4350	8492035820	6050/3	30/10/2011	208
MEW7897	8492035875	6050/3	27/10/2011	208
MEZ2025	8492036112	7455/0	07/11/2011	218 * I
MFH5834	8492035100	7455/0	13/10/2011	218 * I
MFN3108	8492034935	7455/0	07/10/2011	218 * I
MFN3108	8492035016	7471/0	07/10/2011	218 * III
MFR1847	8492036280	7455/0	06/11/2011	218 * I
MFR3574	8492034916	5673/2	09/10/2011	183
MFR9940	8492036135	6050/3	04/11/2011	208
MFS9876	8492036275	7455/0	03/11/2011	218 * I
MGC7011	8492036176	7455/0	06/11/2011	218 * I
MGK3023	8492036171	7471/0	05/11/2011	218 * III
MGQ4900	LE00029035	7455/0	10/06/2008	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS8214	8492036288	7455/0	03/11/2011	218 * I
MGU0404	8492035702	6050/3	26/10/2011	208
MHM5419	8492034895	7463/0	07/10/2011	218 * II
MHT0307	8492034938	6050/3	09/10/2011	208
MHU7687	8492036181	7455/0	01/11/2011	218 * I
MHV1829	8492035913	6050/3	28/10/2011	208
MIH4161	8492036259	7455/0	07/11/2011	218 * I
MIN5875	8492035021	7463/0	08/10/2011	218 * II
MIR8502	8492035732	5673/2	27/10/2011	183
MIS9414	8492036283	7463/0	01/11/2011	218 * II
MIX8281	8492036163	7463/0	02/11/2011	218 * II
MIX8281	8492036192	7455/0	04/11/2011	218 * I
MJA7629	8492035154	7455/0	13/10/2011	218 * I
MJB8169	8492035165	5673/2	11/10/2011	183
MMS6751	8492035800	5673/2	29/10/2011	183
MNV5826	8492036080	6050/3	01/11/2011	208
MNZ2513	8492036250	7455/0	05/11/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 5 DE DEZEMBRO DE 2011

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

FUNDAÇÕES**Extrato Contratural 17/2011**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2011

DA ESPÉCIE: Contrato de serviços de confecção de impressos em geral, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a empresa GRÁFICA SÃO BENTO LTDA ME.

DO OBJETO: Confecção de impressos em geral para divulgação do município de São Bento do Sul - Cartazes em 12 modelos diferentes, conforme Convite nº 08/2011, de 21 de novembro de 2011.

DO VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais)

DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2011, a contar desta data.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2011.

Ass: PEDRO MACHADO DE BITENCOURT, pela Fundação Cultural
THAIS ROMANIV, pela Empresa Contratada

SAMAE**PORT 160, de 25 de Novembro de 2011**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 160, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, OLEGÁRIO SLUMINSKI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 161, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 161, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JONAS ALVES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 162, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 162, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, FRIDOLINO VAN DEN BOOM, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 164, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 164, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, PEDRO FÜRST, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 165, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 165, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, LEOMIR ALVES, ocupante do cargo efetivo de ENCANADOR, nível 4, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 166, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 166, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, IVONE TE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 167, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 167, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOSÉ AULÍSIO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 168, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, OSNI PAULO LANGA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 5, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 169, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 169, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, CELSO CIRIACO AIROSO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 170, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 170, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, MARCOS GERTLER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 171, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 171, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOÃO CARNEIRO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 5, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "G", permanecendo um saldo remanescente de 02 (dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 172, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 172, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ALÍRIO MORAES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, nível 2, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 475 (quatrocentos e setenta e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 173, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 173, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOSÉ VILMAR VARELA, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "F", permanecendo um saldo remanescente de 110 (cento e dez) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 174, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 174, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOANITO GONDARSKI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "F", permanecendo um saldo remanescente de 106 (cento e seis) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 175, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 175, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ADIR ROGOZINSKI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, nível 5, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "F", permanecendo um saldo remanescente de 100 (cem) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 176, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 176, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ALTAIR LUÍS DO PRADO, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "F", permanecendo um saldo remanescente de 97 (noventa e sete) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 177, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 177, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, SIDNEI JOSÉ NENEVÊ, ocupante do cargo efetivo de Leiturista, nível 4, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "F", permanecendo um saldo remanescente de 25 (vinte e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 178, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 178, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, LIBINO ANTONIO DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 1.020 (hum mil e vinte) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 179, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 179, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, EDITE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 1, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 985 (novecentos e oitenta e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 180, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 180, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, LUÍS SÉRGIO FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 984 (novecentos e oitenta e quatro) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 181, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 181, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e

Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, GILNEI DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 929 (novecentos e vinte e nove) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 182, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 182, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOÃO RODRIGUES MADEIRA, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 928 (novecentos e vinte e oito) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 183, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 183, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, MIGUEL BONETT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações nível 2, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 928 (novecentos e vinte e oito) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 184, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 184, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e

Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JOEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro nível 4, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "B" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 59 (cinquenta e nove) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 185, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 185, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 677 (seiscentos e setenta e sete) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 186, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 186, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, RENATO JOSÉ QUOST, ocupante do cargo efetivo de Leiturista nível 3, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 573 (quinhentos e setenta e três) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 187, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 187, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito

Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da Letra "C" para a Letra "D", permanecendo um saldo remanescente de 832 (oitocentos e trinta e dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 188, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 188, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, LUIZ CLÁUDIO PIECHONTCOSKI, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, nível 4, letra "A", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra "A" e um saldo remanescente de 833 (oitocentos e trinta e três) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 189, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 189, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, CLAUDETE STAWNY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 1, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "A" para a letra "C", permanecendo um saldo remanescente de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 190, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 190, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, MÁRCIO CLEITON BRAGA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "A", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra "A", e um saldo remanescente de 747(setecentos e quarenta e sete)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 191, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ADAIR CHAVES, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "A", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da permanecendo na letra "A" e um saldo remanescente de 16 (dezesseis)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 192, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 192, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, EDNILSON MARCOS SPOLETE, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D", permanecendo um saldo remanescente de 747 (setecentos e quarenta e sete)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 193, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 193, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela

Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, GABRIEL BENJAMIM DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Mecânico de Manutenção, nível 4, letra "A", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da permanecendo na letra "A" e um saldo remanescente de 42 (quarenta e dois)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 194, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 194, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, OSVALCIR PETERS, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D", permanecendo um saldo remanescente de 898 (oitocentos e noventa e oito)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 195, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 195, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ARNALDO ANTONIO LINZMEYER, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra "C" e um saldo remanescente de 896 (oitocentos e noventa e seis)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 196, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 196, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ARNALDO DZIEDZIC JÚNIOR, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D" e um saldo remanescente de 895 (oitocentos e noventa e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 197, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 197, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ALDO MARCOS DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D", permanecendo um saldo remanescente de 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 198, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 198, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ELOIR SEBASTIÃO ANDRÉ, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, nível 2, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "D" e um saldo remanescente de 525 (quinhentos e vinte e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 199, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 199, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JANILSO BARBOSA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D" e um saldo remanescente de 521 (quinhentos e vinte e um) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 200, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 200, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, GENÉSIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, nível 4, letra "A", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "A" para a letra "C", permanecendo um saldo remanescente de 519 (quinhentos e dezenove) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 201, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 201, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, MARCO RODRIGO REDLICH, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra "B", e um saldo remanescente de 535 (quinhentos e trinta e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 202, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 202, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, SANDRO

MATEO BEIER, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, nível 6, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "b" para a letra "f", permanecendo um saldo remanescente de 1.066 (hum mil, sessenta e seis)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 203, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 203, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ANTONIO DE ANDRADE PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, nível 4, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 103 (cento e três)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 204, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 204, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ABEL MORO, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, nível 6, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 191 (cento e noventa e um)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 205, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 205, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, GERSON LUIZ RAMOS, ocupante do cargo efetivo de Encanador, nível 4,

letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "E", permanecendo um saldo remanescente de 715(setecentos e quinze)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 206, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 206, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, JEAN MARCELO FUCK, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, nível 5, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "C", permanecendo um saldo remanescente de 630 (seiscentos e trinta)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 207, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 207, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, EDELSON ILG, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 6, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "C" para a letra "D", permanecendo um saldo remanescente de 814 (oitocentos e quatorze)dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 208, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 208, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, GERALDO POKRYWIECKI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, nível 2, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais,

lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "C", permanecendo um saldo remanescente de 32 (trinta e dois) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 209, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 209, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, EMERSON PISKE BONETES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Técnico, nível 5, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, da letra "B" para a letra "C", permanecendo um saldo remanescente de 927 (novecentos e vinte e sete) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 210, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 210, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, SÉRGIO ESTICA, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, nível 4, letra "C", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra "C", e um saldo remanescente de 595 (quinhentos e noventa e cinco) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

PORT 211, de 25 de Novembro de 2011

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 211, de 25 de novembro de 2011.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER a partir de 1º de outubro de 2011, ZAIRA ZIPPERER SCHROEDER, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Química, nível 8, letra "B", com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, permanecendo na letra

"B", e um saldo remanescente de 714 (setecentos e quatorze) dias, conforme Lei Municipal nº 2918, de 18 de novembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.321, de 05 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.321, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal dos tributos municipais para o exercício de 2012, atualiza o valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município, com base no art. 102 da mesma Lei, considerando o interesse público com amparo na Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979 e alterações posteriores,

D E C R E T A:

Art. 1º Os tributos municipais, a serem lançados no exercício financeiro de 2012, obedecerão ao Calendário Fiscal constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica atualizada a expressão monetária UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, do período compreendido entre o mês de dezembro de 2010 a novembro de 2011, num percentual de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco por cento), passando o valor real unitário de R\$ 75,21 (setenta e cinco reais e vinte e um centavos) para R\$ 79,68 (setenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Parágrafo único. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será utilizada na cobrança de todos os tributos previstos no sistema tributário municipal vigente.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 4.136, de 06 de dezembro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 05 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.321, de 05 de dezembro de 2011)

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2012

TRIBUTOS	VENCIMENTO
Taxas:	
1.1. Taxa pelo exercício do poder de Polícia	1.1. Isento
1.2. Taxa pela prestação de serviços públicos	1.2. Conforme requerimento do contribuinte (antes da prestação do serviço)
2. Impostos:	
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	1ª parcela e parcela única: 12/03/2012 Demais parcelas todo dia 10

2.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Variável (ISS)	15º dia do mês subsequente
2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISS)	15º dia do mês

São Lourenço do Oeste, SC, 05 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Resolução N° 730; 009/2011, de 05 de Dezembro de 2011.

RESOLUÇÃO N° 730; 009/2011, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a aprovação do edital do processo eleitoral para escolha de conselheiros tutelares para o triênio 2012/2015 do Município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste, no uso de suas atribuições legais, aprovou em reunião ordinária realizada no dia 02 de dezembro do corrente ano, com base na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA Nº 139, de 17 de março de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º. A presente resolução regulamentará o processo de escolha e posse, às vagas dos Conselheiros Tutelares, órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros titulares e suplentes, eleitos, para um mandato de 03 (três) anos.

Art. 2º. A escolha dos membros do Conselho tutelar, às vagas realizar-se-á no dia 03 de março de 2012, por meio de voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de 16 (dezeses) anos residentes no Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º. Qualquer cidadão pode pretender investidura no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, respeitada as condições legais de elegibilidade e incompatibilidade.

Art. 4º. O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de uma Comissão Organizadora, expedirá edital baixando as normas para as inscrições de candidatos ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Referido edital contemplará os seguintes itens:

- I. Das vagas e remuneração;
- II. Das disposições preliminares;
- III. Das inscrições;
- IV. Das vagas e dos requisitos para inscrição;
- V. Da homologação das inscrições;
- VI. Da campanha eleitoral;
- VII. Das eleições;
- VIII. Do resultado das eleições;
- IX. Das atribuições;
- X. Das disposições finais;
- XI. Do cronograma.

Art. 6º. A Comissão Organizadora do Processo Eleitoral é composta conforme as determinações da Resolução CMDCA/SLO Nº 08/2011.

Art. 7º. Compete a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral:

- I. Analisar os pedidos de inscrição e credenciar os candidatos;

II. Organizar o processo eleitoral, conforme edital de convocação;

III. Aprovar o material necessário às eleições;

IV. Apreçar e julgar os recursos e impugnações;

V. Acompanhar o processo eleitoral em todas as suas etapas;

VI. Criar subcomissões eleitorais, se necessário, para auxiliar no processo eleitoral, organizando e acompanhando a escolha dos Conselheiros Tutelares, de acordo com a Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009.

VII. Disciplinar as condutas permitidas e vedadas pelos candidatos durante a campanha, nos termos do artigo 7º da Resolução nº 139/2011 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 8º. Designar a data de 03 de março de 2012, para que se efetue o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Lourenço do Oeste.

§ 1º. Os candidatos a Conselheiros Tutelares da Cidade de São Lourenço do Oeste devem ser escolhidos através do voto universal, direto, secreto e facultativo a todas as pessoas a partir de 16 (dezeses) anos que tenham inscrição eleitoral correspondente às zonas eleitorais na Cidade de São Lourenço do Oeste.

§ 2º. Cada eleitor poderá votar uma única vez e em apenas 01(um) candidato.

Art. 9º. As inscrições dos candidatos (as) serão feitas na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social - SDS, entre os dias de 09 a 13 de janeiro/2012, encerrando-se impreterivelmente nessa última data, às 17h00min.

Art. 10º. São requisitos para inscrição e registro dos candidatos a membros dos Conselhos Tutelares:

I - reconhecida idoneidade moral comprovada por certidão negativa de antecedentes civil e criminal;

II - idade superior a 21 anos;

III - ter domicílio civil (residência ou local de trabalho) no município há mais de 02 (dois) anos;

IV - possuir o ensino médio completo;

V - estar em gozo dos direitos políticos;

VI - ter noção básica de Informática o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de certificado da realização do curso;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria B, no mínimo, em situação regular;

VIII - ter domicílio eleitoral na Cidade de São Lourenço do Oeste e estar em dia com os direitos políticos, comprovado por certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) de votação nas últimas eleições (1º e 2º Turnos de 2010);

IX - não ocupar cargo comissionado na Administração Pública Municipal; e

X - não ocupar cargo eletivo, de natureza político - partidária.

Parágrafo único. Na entrega dos documentos no ato da inscrição, os mesmos poderão ser autenticados pela pessoa responsável pelo recebimento das inscrições, caso o candidato tiver em mãos os documentos originais solicitados.

Art. 11º. Conforme a Lei Federal nº 8.069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§ 1º Em razão das disposições constantes do caput deste artigo, será permitido o registro das candidaturas das pessoas que possuírem o grau de parentesco mencionado, porém, em caso de restarem eleitos mais de um candidato, somente tomará posse o mais votado.

§ 2º O impedimento de que trata o caput, aplica-se ao Conselheiro Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou distrital.

§ 3º. O conselheiro que assumir o mandato como titular, em

decorrência de vacância da vaga por desistência ou perda de mandato de conselheiro, em período de um ano ou menos, este não será computado para fins de nova eleição, conforme artigo 44º, § 2º da Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009.
Art. 12º. Estabelecer os seguintes prazos:

Atividade	Datas
Publicação do Edital	09/12/2011
Inscrição dos Candidatos - 05 dias	09/01 à 13/01/2012
Homologação das inscrições	17/01/2012
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	25/01/2012
Prazo para apresentação de defesa	27/01/2012
Análise e julgamento das inscrições impugnadas pela Comissão Organizadora	30/01/2012
Publicação e divulgação da relação das candidaturas deferidas	31/01/2012
Reunião com os candidatos habilitados para esclarecimento formal das regras da campanha eleitoral	09/02/2012
Período de campanha eleitoral	31/01/2012
Dia da eleição	03/03/2012
Publicação e divulgação oficial do resultado da eleição	05/03/2012
Prazo para interposição de recursos	06/03/2012
Análise e decisão dos recursos pelo CMDCA e Comissão Organizadora	08/03/2012
Publicação de resolução do CMDCA homologada através de decreto assinado pelo Prefeito Municipal com o resultado definitivo do processo de escolha e proclamando os eleitos	12/03/2012
Capacitação para Conselheiros Tutelares Titulares eleitos. Conselheiros suplentes poderão participar	26,27 e 28/03/2012
Os candidatos eleitos deverão participar do processo de transição entre as gestões 2009/2012 e 2012/2015	29 e 30/03/2012
Posse dos Conselheiros Tutelares	1º/04/2012

Art. 13º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, 05 de dezembro de 2012.

SIMONE STRADA

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste

Retificação ao Mês de Abertura ProcessoS 152 e 153/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA MÊS DA SESSÃO DE ABERTURA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS 152/2011 PREGÃO 98/2011, 153/2011 PREGÃO 99/2011, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 06/12/2011 PÁG 237, no que se refere-se ao mês de abertura, leia-se: 19/12/2011 MESMO HORÁRIO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 241/2011, de 11 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2011, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 238/2011.

Origem: originário do Processo nº 127/2011, Modalidade Convite

para Compras e Serviços nº 018/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SC - CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 11.297.750/0001-93.

Objeto: Prever a administração das taxas de bloqueto, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por unidade, cobrada pela Agência Bancária, onde o Município arcará com as despesas de emissão de bloqueto, resguardando-se no direito de abatimento do valor a ser repassado à Contratada no pagamento da 2ª (segunda) parcela.

Dotação Orçamentária: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Data de Assinatura: 11 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Sandra Leite Dell Osbel - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 252/2011, de 24 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 169/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 81/2010, Modalidade Concorrência de Preços nº 03/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 169/2010, de 02/09/2010, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Data de Assinatura: 24 de novembro de 2011.

Vigência: da data da assinatura até 22 de fevereiro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 255/2011, de 24 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 195/2011.

Origem: originário do Processo Licitatório Processo Licitatório nº 102/2011, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia no 14/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: Supressão do item 2 e do item 4, do Contrato nº 195/2011, de 31/08/2011, conforme cláusula primeira o termo aditivo.

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Data de Assinatura: 24 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Blademir Luiz Suzin - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 256/2011, de 29 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 256/2011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 188/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 064/2011, Modalidade Concorrência

para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2011.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: VIDALAR PROJETOS E INSTALAÇÕES DE AR CONDI-
CIONADO LTDA, CNPJ nº 07.229.093/0001-70.
Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 188/2011, de 23/08/2011, pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2011.
Vigência: Da data da assinatura até 29 de dezembro de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela con-
tratante e Luiz Carlos Battisti - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 257/2011, de 29 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Termo de Rescisão do Contrato nº 215/2011, de 06 de outubro de 2011.
Origem: Processo nº 118/2011, Modalidade Convite para Obras e Serviços nº 017/2011;
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: Bonin Engenharia e Avaliações Ltda., CNPJ nº 02.332.344/0001-42.
Objeto: Rescisão amigável do Contrato nº 215/2011, de 06 de outubro de 2011.
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2011.
Vigência: 30 de novembro de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela con-
tratante e Domingos Bonin - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 258/2011, de 29 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 135/2010.
Origem: Originário do Processo Licitatório nº 061/2010, Modalidade Tomada de Preços nº 007/2010.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.
Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 135/2010, de 23/06/2010, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2011.
Vigência: da data da assinatura até 30 de janeiro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela con-
tratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 259/2011, de 29 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 259/2011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 148/2011, Modalidade Ilegibilidade de Licitação nº 2/2011.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: VILLAR - COMÉRCIO E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA EPP, CNPJ nº 01.982.675/0001-46.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "ALMA SERRANA", A SE REALIZAR NO DIA 31 DE DEZEMBRO, EM COMEMORAÇÃO

DO RÉVEILLON.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Dotação Orçamentária: 06.01.2.003.3.3.90.00.00.00.00.
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.
Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.151 de 29/12/2010.
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2011.
Vigência: Da data da assinatura até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela con-
tratante e João Ramão Monfort Villar - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 260/2011, de 30 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2011, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 140/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 91/2011.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: IVANDRO TOCHETTO ME, CNPJ nº 02.512.731/0001-41.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.
Valor: R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).
Dotação Orçamentária: 08.01.2.014.4.4.90.52.12.00.00.00 (113/2011).
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.
Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.151 de 29/12/2010.
Data de Assinatura: 30 de novembro de 2011.
Vigência: Da data da assinatura até 31 de dezembro de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela con-
tratante e Ivandro Tochetto - pela contratada.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 072, de 25 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 072, DE 25 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.
Usuário- Aluno: de matrícula nº 1100058912012, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Arlete Molon, CPF nº 687.516.139-72.
Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 072, de 25 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KR4M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7490, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 072, de 25 de setembro de 2011.
Data da assinatura: 29 de novembro de 2011.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Arlete Molon - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 111, de 25 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 111,

DE 25 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 502356405, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Darci Martins, CPF nº 425.504.839-87.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 111, de 25 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH08, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7566, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 24, de 25 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 04 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Darci Martins - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 160, de 25 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 160, DE 25 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 202487091, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leonira Mendonça, CPF nº 021.658.959-28.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 160, de 25 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KM47, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7574, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 160, de 25 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 1º de dezembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leonira Mendonça - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 24, de 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 24, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 901271942, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdemar Rodrigues, CPF sob nº 780.443.679-39.

Objeto: Rescisão do Termo de Cessão de Uso de Bem Público nº 24, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KG6Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7565, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 24, de 25 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 04 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdemar Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Acordo Nº 008/2011, 10 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 008/2011, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a Sra. Cleni de Souza, CPF nº 000.876.050-07.

Objeto: Reparação de dano material causado no bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394T89K, com registro patrimonial sob o nº 7750, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste - SC, cedido ao Aluno-Usuário através do Termo de Cessão de Uso nº 216, de 20 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 10 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Cleni de Souza - pela Contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 157/2011

DECRETO Nº157/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.09.2011 - Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 1.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 05 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria n.º 374/2011

PORTARIA n.º 374/2011

Autoriza a disposição das servidoras que menciona.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 12, da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a disposição da servidora VIVIANE JUNKES LOPES da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento para o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Autorizar a disposição da servidora JANICE DE FREITAS

do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara para a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/12/2011.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Lista dos Candidatos Inscritos

Estado de Santa Catarina

Edital de Processo Seletivo Nº 001/2011

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito de São Pedro de Alcântara homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 001/2011

01 – Agente Administrativo - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
3	BRUNA SCARLETT ALVES
33	TAINARA PITZ
44	ANDRÉIA ERHARDT
Total = 03	

02 – Auxiliar de Serviços Gerais - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
1	IZETE TEREZINHA DA SILVA VENTURA
Total = 01	

03 – Motorista II - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
9	ANDERSON DA SILVA LAURINDO
17	VALÉRIO LUIZ PAULI
31	VAGNER EDESON MACAGNAN
58	RUY LAUREANO
69	JOSÉ LINO NAU
85	ADEMIR PEREIRA DA CRUZ
Total = 06	

04 – Trabalhador Braçal - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
13	ANTONIO CARLOS ELEIAS
28	TEREZINHA KUHN HAMES
Total = 02	

05 – Agente Comunitário de Saúde - PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
14	DAIANY CRISTINA HOFFMANN
30	MARINEIDE BORGES SCHEFFMACHER
42	EDITE HACK
Total = 03	

06 – Auxiliar de Consultório Dentário – PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
57	TUANE SCHMITZ

75	IVONE CONSTANTE TRIERVEILER
86	AMÉLIA GUETTEN LOHN
Total = 03	

07 – Auxiliar de Enfermagem – PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
71	ÉRICO NERI DA ROSA
Total = 01	

08 – Enfermeiro - PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
27	SCHEILA BIANCHI MARQUES
34	ICARO ROBERTO AZEVEDO PICOLLI
40	LETICIA SEIXAS VARGAS DA SILVA
63	TATIANE DA SILVA
66	ÉMILLI WIGGERS ALVES
Total = 05	

09 – Médico Clínico Geral - PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
68	JULIANO TEIXEIRA DE SÁ
78	ANA CLÁUDIA LOPES CALÇAS PAZ
Total = 02	

10 – Odontólogo - PSF - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
79	LUIZ RENATO DE MELO CALÇAS PAZ
Total = 01	

11 – Técnico em Enfermagem - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
37	CARLA SILVA LUCIANO
70	ANDREZA REGINA CARDOSO
72	GLEICE HELENA MOTZ BARBOSA
82	CHARLES DA CUNHA
Total = 04	

12 – Professor I (Auxiliar de Sala) - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
2	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA
4	PATRÍCIA PETRY LAURENTINO
5	MAIARA DA SILVA VENTURA
6	ADRIANA VIEIRA
7	FABIANA HAMES
8	LUCIANA MATOS CORDEIRO
10	DEIZE REGINA NASCIMENTO
11	ANGRA DA SILVA LAURINDO
12	MARISTELA SCHUCH
15	EDUARDA STÄHELIN
19	SEZIANE TURATTO
21	ANA CAROLINA JUNCES
32	MICHELEM CAREM DA SILVA
35	FRANCIELE VIEIRA
43	FABÍOLA HORÁCIO
50	RAQUEL PETRY LOHN
52	JESSICA COELHO
53	SCHEILA DUTRA
55	ANA CAROLINE DA CUNHA
60	VIVIANE KUHN
61	NICOLE MERLOTTI PITZ

62	VERA LUCIA KUHN STAHELIN
65	LYGIA MARIA DA LUZ
67	MARIANE APARECIDA PEREIRA
73	NÚBIA SOARES CALDAS
76	GISELE MATIAS JUNCKES
83	FRANCIELLE SCHÜTZ
Total = 27	

13 – Professor II – Educação Infantil - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
16	KARINA SILVANO
20	CHRISTIANI ARANTES DOS SANTOS
22	ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES
23	TAIS DE MELO VIEIRA
24	DANIELA DA ROCHA THEISIES
25	VALQUÍRIA MACEDO DE SOUSA
36	MARIVONE JUNCKES DUARTE
48	CLARÍCIA ELIANI KNISS
51	DENISE VENTURA
54	CRISTIANE HOFFMANN
64	DÍELI HOFFMANN
84	DANIELI ELIANE NAU
Total = 12	

14 – Professor II – Ensino Fundamental - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
26	SILVIA MARIA MENDES BARNADÉ
49	FABIANA HOFFMANN PRATES
59	GISÉLE DE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU
81	TATIANA CORDEIRO DA SILVA
Total = 04	

15 – Professor II – Educação Especial - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
	MARIA TERESA MARTINS PINHEIRO DA SILVA SMIELEWSKI
38	MARINÊS DE MELLO
41	SIMONE HOFFMANN
56	
Total = 03	

16 – Professor Horista Habilitado - História - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
74	LUCIANA DOS SANTOS MENEZES
Total = 01	

17 – Professor Horista Habilitado – Educação Física - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
18	THIAGO RODRIGUES
29	LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES
Total = 02	

18 – Professor Horista Habilitado – Informática Educativa - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
46	ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES
Total = 01	

19 – Professor Horista Habilitado - Música - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
39	NEY PLATT

Total = 01	
------------	--

20 – Professor Horista Não Habilitado – Educação Física - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
47	ALLAN FRANCISCO DE SOUZA
77	FILIPPE LOHN
Total = 02	

21 – Professor Horista Não Habilitado – Informática Educativa - CR

Número da Inscrição	Nome do Candidato
45	JÚLIO CESAR MANOEL
80	CLAUDIA COELHO MELO
Total = 02	

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 14:00 horas do dia 10.12.2011, nas dependências da Escola de Educação Básica "Gama Rosa" em São Pedro de Alcântara - SC.

São Pedro de Alcântara, 05 de Dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
Município de São Pedro de Alcântara
Edital de Processo Seletivo Nº 001/2011

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público que todas as inscrições referentes ao Edital de Processo Seletivo Nº 001/2011, foram HOMOLOGADAS, a lista completa com os nomes dos inscritos está afixada no mural de publicações da Prefeitura Municipal. Comunica ainda que as provas serão realizadas às 14:00 horas do dia 10.12.2011, nas dependências da Escola de Educação Básica "Gama Rosa" em São Pedro de Alcântara - SC.

São Pedro de Alcântara, 05 de Dezembro de 2011.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Dispensa Nº 55/2011-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 55/2011 - DL****Processo Nr.: 169/2011
Data: 06/12/2011**

Folha: 1/2

Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFOR. NA GESTÃO PÚB. MUNICIPAL -CIGA

Código: 10668

Endereço: PRAÇA XV DE NOVENBRO 270

Cidade: FLORIANÓPOLIS - SC

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contrato de programa com vistas à consecução do serviço de publicações de atos oficiais expedidos pelos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Contrato de programa com vistas à consecução do serviço de publicações de atos oficiais expedidos pelos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Schroeder/SC.	MÊS	360,00	4.320,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração i para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de con público ou em convênio de cooperação.

TEXTO

Justifica-se o contrato tendo em vista a necessidade instituída por lei, de que os atos da Municipalidade sejam publicados no Diário Oficial dos Municípios - DOM, gerido pelo Consorcio de Informatica da Gestão Pública Municipal - CIGA.

SCHROEDER, 6 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 55/2011 - DL****Processo Nr.:** 169/2011**Data:** 06/12/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 2 de Dezembro de 2011

Valor da Despesa: 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 206/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
 89275-000 - SCHROEDER - SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br
 Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 206/2011 - PMS
 Processo Licitatório nº. 154/2011-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 71/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	7.380	Km	3,36	24.796,80
02	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	1.800	Km	3,30	5.940,00
03	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 45 LUGARES, para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	14.260	Km	3,30	47.058,00
TOTAL R\$					77.794,80

Data da Assinatura: 06/12/2011 - Vigência: 06/12/2012
 Valor do contrato: R\$ 77.794,80 (setenta e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 207/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
 89275-000 - SCHROEDER - SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br
 Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 207/2011 - PMS
 Processo Licitatório nº. 158/2011-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 74/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CIDADE REVENDEDORA DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.111.117/0001-42, estabelecida na Rua Carlos Oechsler, nº. 370, Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.257-820.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP para suprir as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	RECARGA DE GLP P 13	245	Unidade	39,50	9.677,50
02	RECARGA DE GLP P 45	60	Unidade	168,50	10.110,00
TOTAL R\$					19.787,50

Data da Assinatura: 06/12/2011 - Vigência: 06/12/2012
 Valor do contrato: R\$ 19.787,50 (dezenove mil e setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Edital 007/2011 -

EDITAL 007/2011 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC), CHAMADA PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC)

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público que as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 3.3 do Edital n.º 007/2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 860, de 07 de novembro de 2011:

Item 1 - DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DEFERIDAS E INDEFERIDAS:

1.1. Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:

- a) Eriete Krogel - RG 3.772.606 SSP/SC
- b) Ezequiel Rodrigo do Nascimento - RG 4.522.495 SSP/SC
- c) Jéssica Aline Karsten - RG 5.073.982-4 SSP/SC

1.2. Inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar:

- a) Luciene Copes Coelho - RG 278881 SESDC/RO, não há interstício entre os mandatos desempenhados e a atual eleição, conforme previsto no art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
- b) Mariza Gomes Borchardt- RG 1583849 SSP/SC, não atendeu ao critério previsto no item 3.2.1 alínea "d" do edital.

ITEM 2 - DA CHAMADA PARA AVALIAÇÃO ESCRITA DE CONHECIMENTOS GERAIS

2.1. A avaliação escrita, requisito para inscrição definitiva do candidato, será no dia 16 de janeiro de 2012 com início às 8h e duração máxima de 2 horas, no centro de Múltiplo Uso, situado na rua Paulo Jahn, nº 245, centro, Schroeder (SC). Somente poderão sair da sala os candidatos quando todos entregarem a prova.

2.1.1. Os candidatos deverão estar munidos de um documento de identidade com foto e deverão chegar no local da avaliação com no mínimo de dez minutos de antecedência.

2.1.2. O conteúdo programático específico versará sobre a Lei Federal nº 8.069/1990 - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações.

ITEM 3 - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA FORMAÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL

3.1 Fica prorrogado para o dia 16 de dezembro de 2011 o prazo final para as entidades não governamentais indicarem os seus delegados para a eleição. O recebimento dos documentos para a indicação dos mesmos será no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sito a Rua Marechal Castelo Branco 3329, Centro, Schroeder(SC), o período de entrega dos mesmos foi prorrogado para até o dia, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min.

3.2 O CMDCA publicará, em até 72h após o término do período de inscrição dos delegados, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, lista homologatória dos delegados aptos à votação.

Mantém-se inalteradas as demais disposições editalícias.

Schroeder, 06 de dezembro 2011.

SILVANIA FERREIRA
Presidente do CMDCA

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Edital N.º 002/2011 - Seleção de Estagiários - Divulgação das Inscrições

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
EDITAL N.º 002/2011 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER(SC) faz saber a todos os interessados que não houve nenhuma inscrição para a Seleção de Estagiários regulamentada pelo Edital n.º 002/2011, motivo pelo qual fica cancelada a respectiva seleção.

Schroeder (SC), 6 de dezembro de 2011.

DENÍLSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 71/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2011**Número do Registro de Preços: 48/2011****Data do Registro: 06/12/2011****Válido até: 06/12/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	3,3600	1
2	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	3,3000	1
3	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 45 LUGARES, para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina	KM	TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		0	3,3000	1

SCHROEDER, 6 de Dezembro de 2011.

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 74/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2011

Número do Registro de Preços: 49/2011

Data do Registro: 06/12/2011

Válido até: 06/12/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP para suprir as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Plan

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RECARGA DE GLP P 13	UN	CIDADE REVENDEDORA DE GÁS LTDA (12244)		0	39,5000	1
2	RECARGA DE GLP P 45	UN	CIDADE REVENDEDORA DE GÁS LTDA (12244)		0	168,5000	1

SCHROEDER, 6 de Dezembro de 2011.

Siderópolis

PREFEITURA

Decreto nº 109

DECRETO N.º 109, 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Regulamenta a Execução do Convênio com a FATMA para gestão florestal compartilhada e aprova tabela de preço

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Convênio de Cooperação Técnica e institucional para gestão florestal compartilhada nº13.542/2011-9 firmado com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Município de Siderópolis devidamente apto para execução da gestão florestal, no território do Município de Siderópolis, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, de conformidade com as Cláusulas do Convênio 13542/2011-9.

Art. 2º - Fica delegada a competência aos engenheiros agrônomos e/ou ambiental do Quadro de Pessoal do Município, para emissão de parecer técnico, com anuência do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, em assinatura conjunta.

Art. 3º - De conformidade com o convênio poderão ser executados, como obrigação da FATMA, com apoio do Município.

Autorização, fiscalização e controle de corte eventual de árvores, bem como aproveitamento de árvores mortas ou caídas em função de causas naturais, para benfeitorias ou lenha nas propriedades ou posses de comunidades tradicionais, limitadas a 20(vinte) unidades e cujo volume não exceda a 20,00 m³ (vinte metros cúbicos), em vegetação secundária estágio médio e avançado de regeneração, a cada período de 03 (três) anos, aplicadas às normas legais, especificamente o Código Florestal e o Decreto Federal nº 6.660/20008.

Autorização para corte, supressão ou exploração de vegetação natural secundária no estágio inicial de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, para imóveis cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural nos termos da legislação, no limite de até 3,0 ha (três hectares), de áreas de corte, aplicadas às disposições da Lei da Mata Atlântica e Decreto nº 6.660/2008.

Averbação de Reserva Legal, de conformidade com o disposto na Lei nº 4.771/1965 e Código Ambiental Catarinense. (aplicar como modelo a IN-15 da FATMA ou a que lhe substituir).

Autorização para corte e supressão de vegetação secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, em imóveis urbanos com área de corte de até 1,0 ha (um hectare), para fins de edificação, assim como, aplicadas às disposições da Lei da Mata Atlântica e Decreto nº 6.660 de 21/11/08.

Autorização para corte e supressão de vegetação secundária, em imóveis urbanos, quando em estágio inicial para área de até 5,0 ha (cinco hectares). Nos casos em que houver tramitando licenciamento e somente para os municípios habilitados em conformidade com a Resolução CONSEMA nº 02/2006, será autorizada a supressão da vegetação em estágio médio e/ou avançado de regeneração da Mata Atlântica, em imóveis urbanos, com área de corte de até 3,0 ha (Três hectares), aplicadas às disposições da Lei nº 11.428 de 22/12/06 e Decreto nº 6.660 de 21/11/08, e conforme as instruções normativas aplicadas pela FATMA.

Autorização para supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP para atividades consideradas de baixo impacto ambiental, estabelecidas pela Resolução CONSEMA nº 10/2010:

Poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas ou exóticas, em situação de risco de queda, que podem ameaçar a vida,

patrimônio ou meio ambiente, assim consideradas por meio de laudo técnico, expedido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Implantação de obras de arte, como pontes, alas e ou cortinas de contenção e tubulações para viabilizar acesso aos imóveis urbanos ou rurais, desde que, não possuam alternativa técnica e locacional, econômica e ou ambiental viável, limitada a uma largura máxima estabelecida de 12 m (doze metros) e com ART de projeto e execução da obra por profissional legalmente habilitado.

Desassoreamento, limpeza de leito de curso d'água, manual ou mecânica, com ações de retirada de sedimentos, entulhos e espécies vegetais herbáceas, para normalizar o fluxo d'água em áreas iguais ou inferiores a 100m² (cem metros quadrados) e 50 (cinquenta) metros lineares, com ART de projeto e execução da obra por profissional legalmente habilitado.

Pequenas retificações de cursos d'água, em no máximo 15 m (quinze metros) de extensão em áreas antropizadas, visando a contenção de processos erosivos, segurança de edificações e de vias públicas, mediante laudo e projeto técnico expedido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART.

d.1. Em caso de risco iminente poderá ser autorizada a intervenção mediante laudo da defesa civil, devendo apresentar ao órgão ambiental competente o relatório de conclusão da obra.

Retirada manual ou mecânica, sem aproveitamento econômico, de entulhos e restos de materiais vegetais lenhosos, oriundos da deposição natural nas margens de cursos d'água ou planícies de alagamento, por ocasião de enchentes, enxurradas ou outros eventos climáticos, condicionada a recuperação da área de intervenção, caso necessário.

e.1. Em caso de uso na propriedade ou doação a entidade filantrópica deverá ser apresentado laudo comprobatório e recuperação da área de intervenção, caso necessário.

Desativação de reservatórios artificiais resultantes do barramento ou represamento de cursos d'água, com superfície menor ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), sob orientação de profissional legalmente habilitado com ART e mediante recuperação de APP.

Recuperação de áreas degradadas em APP, em imóveis urbanos e rurais, por obras civis e obras de arte correlatas, com áreas inferiores ou iguais a 500 m² (quinhentos metros quadrados), com projeto e execução de profissional legalmente habilitado e respectiva ART.

g.1. A intervenção em APP prevista no item g, quando situada em área urbana, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental municipal, desde que o município esteja habilitado no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, nos termos da Resolução CONSEMA nº 002/2006.

Implantação de sistema de coleta, tratamento, lançamento e destinação final de efluentes sanitários domésticos unifamiliares e multifamiliares abaixo do porte P, consolidadas, desde que não possua alternativa técnica locacional, econômica e ambiental viável e mediante projeto aprovado pelos órgãos competentes.

Obras de drenagem de águas pluviais em áreas urbanas, que não caracterizem canalização ou tubulação de curso d'água, devendo ser exigida recuperação da APP;

Substituição de espécies exóticas por nativas em área de até 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), em imóveis urbanos ou rurais, com projeto de recuperação ambiental simplificado e execução de forma gradual, devendo ser exigido projeto técnico com ART quando for necessário.

Art. 4º - A solicitação de procedimentos, segue o seguinte trâmite: Preenchimento do FCEI – modelo disponível no site da FATMA, para consulta inicial; Protocola – Consulta;

Parecer de viabilidade e requerimento de documentos necessários para emissão da taxa para pagamento;
 Parecer final e emissão de autorização / licenciamento.
 Art. 5º - Fica aprovada a seguinte tabela de preços para execução dos serviços descritos no presente decreto:

SERVIÇOS	Modalidade da Licença Ambiental	PREÇOS (R\$)
Declarações	Declaração	10,00
Averbação de Reserva Florestal Legal	XX	Isento
- Implantação de obras de arte, pontes, alas e ou cortinas de contenção e tubulações; - Obras de drenagem de águas pluviais em áreas urbanas.	Certidão Ambiental	57,00
Supressão de Vegetação	Autorização Ambiental	83,00
Corte Eventual de Árvores	Autorização Ambiental	57,00
Desassoreamento, limpeza de leito de curso d' água e pequenas retificações de cursos d' água.	Licença Ambiental	LAP: 251,26
		LAI: 627,13
		LAO: 1.255,30
Poda, corte ou extração de espécies florestais nativas ou exóticas, em situação de risco a vida, patrimônio ou meio ambiente	Autorização Ambiental	15,00
Autorização para retirada manual ou mecânica, sem aproveitamento econômico, de entulhos e restos vegetais lenhosos.	Autorização Ambiental	57,0
- Desativação de reservatórios artificiais com superfície menor ou igual a 500,0 m²; - Recuperação de Área Degradada em APP em imóveis urbanos e rurais com áreas inferiores ou iguais a 500,0 m²; - Implantação de sistema de coleta, tratamento, lançamento e destinação final de efluentes sanitários domésticos unifamiliares e multifamiliares abaixo do porte P; - Substituição de espécies exóticas por nativas em áreas de até 5.000,0 m², em imóveis urbanos e rurais.	Licença Ambiental	LAP: 100,00
		LAI: 200,00
		LAO: 400,00

Obs.: LAP: Licença Ambiental Prévia; LAI: Licença Ambiental de Instalação e LAO: Licença Ambiental de Operação.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin Em, 17 de Novembro de 2011.
 DOUGLAS GLEEN WARMLING
 Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
 Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
 Agente Administrativo

Portaria nº 267

PORTARIA Nº 267, DE 04 DE NOVEMBRO 2011
 EXONERA A PEDIDO MORGANA APARECIDA DE SOUZA ARES E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido MORGANA APARECIDA DE SOUZA ARES, brasileira, CPF/MF sob nº631.277.259-49, Professora, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
 Em, 04 de Novembro de 2011.
 ELVI DONADEL
 Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO
 Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
 Agente Administrativo

Portaria nº 268

PORTARIA Nº 268, DE 04 DE NOVEMBRO 2011
 CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA SANDRA REGINA BIZ ALFREDO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a SANDRA REGINA BIZ ALFREDO, CPF/MF nº854.924.269-15, Professora, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.
 Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
 Em, 04 de Novembro de 2011.
 ELVI DONADEL
 Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO
 Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
 Agente Administrativo

Portaria nº 269

PORTARIA Nº 269, DE 04 DE NOVEMBRO 2011
 CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº249/2011

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº249/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora SANDRA DA SILVA BARBOSA DE

NEZ, CPF/MF nº022.361.089-58, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, a contar de 31/10/2011
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 04 de Novembro de 2011.
ELVI DONADEL
Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº270

PORTARIA Nº 270, DE 16 DE NOVEMBRO 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº91/2011

ELVI DONADEL, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº91/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora DALVANI BAESSO NOLA, CPF/MF nº522.175.079-15, Professora, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Novembro de 2011.
ELVI DONADEL
Prefeito Municipal em Exercício

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº271

PORTARIA Nº 271, DE 21 DE NOVEMBRO 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº243/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº243/2011, considerando o retorno ao trabalho do servidor ADEMIR JOSE VIEIRA, CPF/MF nº343.102.079-67, Encanador, do Quadro Permanente do Município, a contar de desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº272

PORTARIA Nº 272, DE 22 DE NOVEMBRO 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº247/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº247/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora GLORIA REGINA DA SILVA, CPF/MF 289.547.209-65, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 22 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº273

PORTARIA Nº 273, DE 24 DE NOVEMBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA ALINE BROGNI VIEIRA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a ALINE BROGNI VIEIRA, CPF/MF nº040.811.779-61, Enfermeira - PSF, a partir de 27/11/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Novembro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº 274

PORTARIA Nº 274, DE 24 DE NOVEMBRO 2011
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 213/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,
no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII,
art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 213/2011, considerando o
retorno ao trabalho da servidora MARILENE MACHADO DE SOUZA,
CPF/MF nº 548.497.219-15, Professora MAG-ST-20h, do Quadro
Permanente do Município, a contar de 01/11/2011

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24
de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº 275

PORTARIA Nº 275, DE 24 DE NOVEMBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA
ELIANE ELIZABETH FRASSETTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,
no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII,
art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio
doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social
- INSS, a servidora ELIANE ELIZABETH FRASSETTO, CPF/MF
nº 378.818.689-53, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do
Município, a contar de 16/11/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24
de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº 276

PORTARIA Nº 276, DE 30 DE NOVEMBRO 2011
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA
GISELE FRASSETTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,
no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII,

art.51 da Lei Orgânica do Município;
RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio do-
ença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a
servidora GISELE FRASSETTO, CPF/MF nº 556.500.909-04, Técni-
ca de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, a partir
de 27/11/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 30 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30
de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº 277

PORTARIA Nº 277, DE 30 DE NOVEMBRO 2011
NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1º CONCURSO DE DE-
CORAÇÃO NATALINA DE SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,
no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso
VII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.967/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus, os membros da Comissão
Organizadora do 1º Concurso de Decoração Natalina:

I - Representantes do Poder Executivo:

- a. Cristiano Cancelier;
- b. Kelly Dalla Lana;
- c. Dalvania Cardoso.

II - Representantes da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas:

- a. Daniel Paulo Gamba;
- b. Dilnei Demetrio;
- c. Celir Machado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 30 de Novembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30
de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Portaria nº 278

PORTARIA Nº 278, DE 30 DE NOVEMBRO 2011
Altera o art.1º da Portaria nº 203/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópo-
lis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da

Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Alterar o Art.1º da Portaria nº203/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - Conceder Função Gratificada a servidora ZILMAR RUBIA BITTENCOURT, CPF nº016.102.779-29, Recepcionista, do Quadro Permanente do Município, FG 06, Valor R\$100,00, Responsabilidade pela organização e protocolo de entrega de convites de eventos do Município.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Novembro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº279

PORTARIA Nº 279, DE 30 DE NOVEMBRO 2011
Altera o art.1º da Portaria nº108/2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Alterar o Art.1º da Portaria nº108/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor(a) Elaine Barreiros dos Santos, CPF nº058.660.219-43, Assistente Administrativo II, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade pelo protocolo e cadastro de visitas no Paço.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Novembro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº280

PORTARIA Nº 280, DE 30 DE NOVEMBRO 2011
EXONERA A PEDIDO DEFENDI COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis,

no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI - Programa de Demissão Incentivada.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido DEFENDI COMIN, brasileira, CPF sob nº538.330.159-34, ocupante do cargo de Operário Braçal, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/11/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Novembro de 2011.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Novembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Contrato nº85

Contrato nº85/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº79/2011 - Modalidade: Pregão Presencial nº80/2011.

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: VALDIR RONZONI EPP

Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar.

Valor: R\$24.669,00 (vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais)

Vigência: até 31/12/2011.

Contrato nº86

Contrato nº86/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº80/2011 - Carta Convite nº81/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: CONFECÇÕES DUMINELLI LTDA ME

Objeto: Fornecimento de Uniformes Escolares para distribuição gratuita a Alunos matriculados nas Redes de Ensino Municipal, em conformidade com as condições estabelecidas em Edital

Valor: R\$68.166,10(sessenta e oito mil cento e sessenta e seis reais e dez centavos)

Vigência: até 31/12/2011.

Contrato nº87

Contrato nº87/2011

Adjudicação: Processo de Licitação Nº 77/2011 - Tomada de Preço Nº 78/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: CONGRESIDER - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa para a execução de serviços de pavimentação com lajotas na Rua Santa Paulina - Bairro Vila Caxias, neste município

Valor: R\$93.286,38(noventa e três mil duzentos e oitenta e seis

reais e trinta e oito centavos)
Vigência: 60 dias.

Contrato nº 88
Contrato nº 88/2011

Adjudicação: Processo de Licitação nº 78/2011 - Tomada de Preço nº 79/2011,
Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
Contratado: CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação asfáltica na Rua Siderúrgica, bairro Centro, neste Município.
Valor: R\$59.980,00 (Cinquenta e nove mil novecentos e oitenta reais)
Vigência: até 31/12/2011

Contrato nº 89
Contrato nº 89/2011

Adjudicação: Processo de Licitação Nº 76/2011 - Concorrência Pública Nº.01/2011
Vendedor: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
Comprador: ATHENA CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: Pelo presente contrato a vendedora se compromete a transferir para a propriedade da compradora os seguinte imóvel, com a finalidade exclusiva de construção de empreendimento imobiliário cosistente em 96 unidades habitacionais de apartamentos, divididas em 6 blocos, a ser desenvolvida no âmbito do programa Habitacional Minha Casa Minha Vida:Área remanescente de 7.000 m2, parte da matrícula n. 5.936, assim confrontando: Norte 15 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis (área desmembrada) e 45 metros com a Rua Projetada; Sul 80 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis; Leste 45 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis e 36 metros com Rua Padre Anchieta e; Oeste 55 metros com Loteamento Mafalda Bonassa e 43,44 metros com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis (área desmembrada).
Valor: R\$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

Contrato nº 90
Contrato nº 90/2011

Adjudicação: Processo de Licitação Nº 84/2011 - Dispensa Nº.84/2011
LOCATARIO: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
LOCADOR: INSTITUTO SÃO PIO X
Objeto: Locação de Imóvel, localizado na Avenida São Luiz Oriene - Centro, abrangendo quadra esportiva coberta, descoberta, campo esportivo e duas salas de aula para uso nos projetos sócio-educativo esportivo
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência: até 31/03/2012

Edital Pregão Nº 85
Prefeitura Municipal de Siderópolis
ATO EDITAL DE PREGÃO Nº. 85/2011.

A Prefeitura Municipal de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei .10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 20/12/2011, até às 10h (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de

receber propos-tas para a aquisição de combustíveis, através de empresa(s), para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial e que sejam fornecidos nos postos de abastecimento do licitante vencedor, para o exercício de 2012. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município.

Siderópolis, 06 de dezembro de 2011.
BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Presidente da Comissão de Licitação

Timbó

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial n.º 03 2011 Aquisição de Fraldas Descartáveis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL PREGÃO Nº 000003/2011
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS DESCARTÁVEIS A SEREM DISTRIBUIDAS AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADOS JUNTO A ASSISTENCIA SOCIAL. O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes. Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 20 de dezembro de 2011 as 09:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 06/12/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial n.º 144/2011 Manutenção da Frota

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000144/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA A FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 19 de dezembro de 2011. ABERTURA: dia 19/12/2011 às 09h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 05/12/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 131 2011 Aquisição de combustíveis

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 131/2011

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó
OBJETO: Registro de preços de combustíveis (óleo diesel e gasolina aditivada).
EMPRESAS FORNECEDORAS: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda; Auto Posto Nasato Ltda.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.401.866,00 (um milhão, quatrocentos e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2012
Órgãos Participantes: Prefeitura Municipal de Timbó, Secretaria Municipal de Educação, Fundos, Fundações e Samae.

Timbó, 05/12/2011
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Contrato n.º 206/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/206

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó
CONTRATADO: Rodomaq Ltda.
OBJETO: Contratação de empresa para execução do projeto de contenção de encostas e limpeza de valas.
VALOR TOTAL: R\$ 149.525,99 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos).
PRAZO: 05/12/2011 a 04/01/2012.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

Decreto Nº 1.419/2011

DECRETO Nº 1.419/2011
CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Laurete Benetti Damian, Vanessa Tessaro e Jéssica Dassoler, brasileiras, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 08/2011.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar

recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

TUNÁPOLIS/SC, 05 de Dezembro de 2011.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

JACKSON SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Concurso Público Extrato do Edital Nº. 008/2011

CONCURSO PÚBLICO
EXTRATO DO EDITAL Nº. 008/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNAPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº. 13/2006, combinado com a Lei Complementar nº 025/2010, 027/2011 e Lei Orgânica do Município, torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público, para admissão de servidores para os cargos constantes do quadro abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções de edital próprio.

1- DOS CARGOS/FUNÇÕES E DA QUANTIDADE DE VAGAS

1.1- As vagas destinam-se ao concurso público abaixo delineado e deverão ser preenchidos por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital.

1.2- O Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas, para contratação efetiva, conforme a necessidade da municipalidade e compor reserva técnica, destinado a prover função, do Quadro do Magistério Público Municipal professores e quadro técnico, sob o Regime Estatutário vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

1.3- O número de vagas disponibilizadas são as constantes nos quadros abaixo, para os candidatos aprovados, os que excederem ao número de vagas, constituirão reserva técnica:

PROFESSORES HABILITADOS

Cargo	VAGAS	Vencimento Base em R\$	Carga Horária Semanal	ESCOLARIDADE
Professor I: Educação Infantil	03 01	1.428,00 714,00	40 hs/sem 20 hs/sem	Portador do certificado de conclusão de curso superior com habilitação em educação infantil
Professor III: Língua Estrangeira - Inglês	01	1.071,00	30 hs/sem	
Professor IV: Língua Estrangeira - Alemão	01	1.071,00	30 hs/sem	Nível superior completo específico na área de atuação
Professor V: Artes	01	1.428,00	40 hs/sem	Nível superior completo específico na área de atuação
Professor VI: Educação Física	01	1.071,00	30 hs/sem	Nível superior completo específico na área de atuação

Professor VII: Informática	01	357,00	10 hs/sem	Habilitação de nível Superior na área específica ou licenciatura na área da educação com ênfase em Informática, ou, especialização em gestão de Tecnologias Aplicadas a Educação.
	01	1.428,00	40 hs/sem	

Obs: Demais vantagens no vencimento, como nível de escolaridade, regência de classe e deslocamento, serão de acordo com a legislação específica e não está incluso no vencimento acima.

QUADRO TÉCNICO DO MAGISTÉRIO

Nº vagas	Cargo	Carga Horária semanal	Vencimento em R\$	Escolaridade
01	Aux. Administrativo Escolar	40	720,00	Ensino Fundamental + habilitação veículo automotor
02	Auxiliar de Ensino	40	1.190,00	Habilitação de Ensino Médio no Curso de Magistério ou Curso de Pedagogia.
01	Fonoaudiólogo	10	763,80	Superior na área
01	Nutricionista	30	1.894,21	Superior na área
01	Psicólogo	20	1.527,62	Superior na área

Obs.: Nível de escolaridade de acordo com a Lei Complementar nº 027/2011.

QUADRO GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	Nº VAGAS	VENCTO	CARG. HORÁR	HABILITAÇÃO
Motorista Veículo Pesado	01	917,98	40 h	Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação específica.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas nos dias 07 de Novembro de 2011 a 06 de Janeiro de 2012, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tunápolis(SC).

3. DAS PROVAS

3.1. Obrigatória para todos os candidatos, será aplicada no dia 21 (vinte e um) de Janeiro de 2012, das 8:30 às 11:30 horas, nas dependências da Escola Municipal Helga Follmann, Rua Afonso Rodrigues, 115, na Cidade de Tunápolis/SC.

A integra deste Edital com seus anexos, estarão publicados no mural da Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC) e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br

Tunápolis (SC), 05 de Dezembro de 2011.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Decreto 105/2011

DECRETO Nº 105/11, de 25 de novembro de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), assim classificados:
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.13(6) - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte de recursos (6413) Farmácia Básica Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 25 de novembro de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 106/2011

DECRETO Nº 106/11, de 28 de novembro de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), assim classificados:
06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.361.0035.2.011 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0043.0(40) - Aplicações Diretas
R\$ 23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0061.0(109) - Aplicações Diretas
R\$ 42.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte (0043) no valor de R\$ 23.000,00 e da fonte (0061) no valor de R\$ 42.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Turvo(SC), 28 de Novembro de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Pregao Presencial FMS 22/2011

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 22/2011 - Pregão Presencial nº. 22/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de 03 Veículos zero km para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 09:30 horas do dia 16/12/2011
Abertura da Sessão: a partir das 09:30 horas do dia 16/12/2011
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 06 de Dezembro de 2011
NESTOR RECO
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0870/11

PORTARIA nº 0870/11
Nomeia Técnico de Nível Superior

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0871/11

PORTARIA nº 0871/11
Nomeia Técnico de Nível Superior

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

MIGUEL ALBERTO VIECELI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de novembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0877/11

PORTARIA nº 0877/11
Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, ARNALDO POSSANSKE e MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, o seguinte imóvel:

"Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 14.375,00m², (quatorze mil, trezentos e setenta e cinco metros quadrados), constante da Área 02, situado na rua Anita Garibaldi, Bairro Carboni, nesta cidade e Comarca de Videira-SC, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com a Prefeitura Municipal de Videira e a Área 02; ao SUL, com a rua Anita Garibaldi, Rio do Peixe e a Área 02; ao LESTE, com Luiz Carlos Pasqual; e ao OESTE, com a Área 02 de Ivone Maria Taffarel Fávero"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Contrato n. 0633/2011

Extrato do Contrato n. 0633/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA MARILDE GARCIA MILAN

CPF: 017.730.729-35

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DENISE GARBIN GONÇALVES

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0637/2011

Extrato do Contrato n. 0637/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA SALETE PIN MOREIRA

CPF: 056.210.319-89

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIZENE SALETE DE DEUS BOEIRA

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 20 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0641/2011

Extrato do Contrato n. 0641/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA SALETE BAVARESCO

CPF: 478.089.189-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA WALBER

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0642/2011

Extrato do Contrato n. 0642/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANETE DIAS FERREIRA

CPF: 038.312.099-36

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CÁTIA MARIA BOCCA

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0645/2011

Extrato do Contrato n. 0645/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 989.215.173-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO

VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2011 a 25 de novembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.470,91 (Um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato n. 0656/2011

Extrato do Contrato n. 0656/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA APARECIDA MARTINS

CPF: 023.306.869-43

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CANDIDA DE ALMEIDA RALDI

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0659/2011

Extrato do Contrato n. 0659/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE APARECIDA DE CAMARGO

CPF: 068.275.259-29

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0669/2011

Extrato do Contrato n. 0669/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA NUNES

CPF: 043.661.459-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GEMANIR FELCKILCKER BETU

VIGÊNCIA: de 17 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0671/2011

Extrato do Contrato n. 0671/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANA DA SILVA LAIDNES

CPF: 045.773.949-52

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KARINE CONCEIÇÃO DE SOUZA

VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2011 a 05 de novembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo de Rescisão n. 0128/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0128/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0632/11

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NAIARA BORIN THIBES DE CAMPOS

CPF: 006.271.879-78

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de novembro de 2011.

Extrato do Termo de Rescisão n. 0131/2011

Extrato do Termo de Rescisão n. 0131/2011

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0036/10

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISA INÊS MARIN

CPF: 892.109.309-59

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 03 de novembro de 2011.

Editais de Convocação Nº 103/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 103/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionadas para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

CONVOCADO	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1. LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0870/11, DE 30/11/11
2. MIGUEL ALBERTO VIECELLI	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0871/11, DE 30/11/11

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados

com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Editais de Notificação Nº 024/11

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 024/2011

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto na Lei Orgânica, artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85), artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta nos Autos de Infrações e seus anexos, os quais se encontram à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária,

DECLARA

Notificados os Contribuintes abaixo relacionados, do lançamento de multa por descumprimento de obrigação acessória, não entrega da DIF - Declaração de Informações Fiscais dos períodos mencionados:

Contribuinte: MAFFERSON DE OLIVEIRA ME

Endereço: Rua Dionísio Locatelli, 701 - Farroupilha

Inscrição Municipal: 1910051 CNPJ: 04.952.742/0001-78

Auto de Infração Nº: 036/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 037/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: ATUALIZE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA

Endereço: Rua XV de Novembro, 656 - Centro

Inscrição Municipal: 178723 CNPJ: 04.254.150/0001-82

Auto de Infração Nº: 061/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: LOCADORA MAO DE OBRA NA CONS. CIVIL D.W LTDA

Endereço: Rua 19 de Setembro, 263 - Panazzolo

Inscrição Municipal: 1968424 CNPJ: 07.318.499/0001-29

Auto de Infração Nº: 056/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2008 a dezembro de 2008.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 057/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 058/2011 Data de Emissão: 17/10/2011

Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: SPORT ACADEMIA LTDA ME

Endereço: Rua Saul Brandalise, 89 - Centro

Inscrição Municipal: 151473 CNPJ: 01.672.689/0001-63

Auto de Infração Nº: 028/2011 Data de Emissão: 23/08/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 030/2011 Data de Emissão: 23/08/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: IPC REPRESENTAÇÕES LTDA

Endereço: Pierina Brolesse, 73 - Santa Teresa

Inscrição Municipal: 1903764 CNPJ: 04.830.325/0001-52

Auto de Infração Nº: 033/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2008 a dezembro de 2008.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 034/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 035/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: GAMES NET ESCOLA VENDAS E DIVERSÕES LTDA

Endereço: Rua Padre Anchieta, 27 - Matriz

Inscrição Municipal: 1934619 CNPJ: 05.619.752/0002-30

Auto de Infração Nº: 038/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 039/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: ALBATROZ LETREIROS LTDA

Endereço: Rua Coronel Alberto Schmidt, 76 - Centro

Inscrição Municipal: 1936255 CNPJ: 04.286.711/0001-25

Auto de Infração Nº: 040/2011 Data de Emissão: 05/09/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: AGROPECUARIA GIORDANI LTDA ME

Endereço: Angelo Grazziotin, 90 - Matriz

Inscrição Municipal: 1947893 CNPJ: 00.376.831/0001-62

Auto de Infração Nº: 050/2011 Data de Emissão: 13/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 051/2011 Data de Emissão: 13/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Contribuinte: REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS MALE LTDA

Endereço: Rod SC 303, s/n - Nossa Sra Aparecida

Inscrição Municipal: 1957090 CNPJ: 06.928.512/0001-07

Auto de Infração Nº: 052/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2008 a dezembro de 2008.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 053/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2009 a dezembro de 2009.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

Auto de Infração Nº: 054/2011 Data de Emissão: 17/10/2011 Valor: R\$ 113,79

Infração: Não entrega da DIF- Declaração de Informações Fiscais de janeiro de 2010 a dezembro de 2010.

Fundamentação Legal: RISS/VDA-94 art.26, §1º,III, e art. 58, inciso IX. Lei 69/85, art.52, II, alínea "a", nº 4;

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 02 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

Vitor Meireles

PREFEITURA

Aviso de Pregão 05/2011 FMS

Processo de Licitação 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público,

para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando Registro de Preços, para aquisição de Medicamentos Material Hospitalar e Odontológico. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 09h00min, do dia 20 de dezembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 07 de dezembro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

Lista Preliminar do Concurso Público 001/2011

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, considerando o disposto no Edital do concurso público nº 001/2011, no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles, torna público:

Art.1º Ficam deferidas as inscrições relacionadas no anexo único deste edital para os cargos do concurso público nº 001/2011.

Art. 2º Não houve inscrições de candidatos portadores de necessidades especiais.

Art. 3º Este edital e seus anexos encontram-se afixados no mural da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios no site www.diariomunicipal.sc.gov.br e também estão disponível no site www.eticaconcursos.com.br e www.vitormeireles.sc.gov.br.

Art. 4º Fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, para apresentação de recursos em relação as inscrições deferidas, indeferidas e quanto à portadores de necessidades especiais, na forma prevista no Edital do concurso público nº 001/2011.

Art. 5º Os candidatos com a inscrição deferida ficam convocados a comparecer para a realização das provas no dia 21 de janeiro de 2012, às 9 horas, na Escola de Educação Básica Victor Meirelles, situada na Rua Leopoldo Krambeck, 03, Centro, Município de Vitor Meireles / SC.

Art. 6º Os candidatos com a inscrição deferida ao cargo de operador de máquinas ficam convocados a realizarem as provas práticas no dia 21 de janeiro de 2012, às 13 horas, na Garagem Municipal da Prefeitura de Vitor Meireles, situada na Rua Vereador Francisco Roedel, s/nº, Centro, Município de Vitor Meireles / SC.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 05 de Dezembro de 2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Ficam DEFERIDAS, após verificação de regularidade, as inscrições dos seguintes candidatos aos cargos do certame aberto através do Edital do Concurso Público nº 001/2011 de 10 de Novembro de 2011.

Inscrição	Nome	Nascimento	RG	Cargo
1	JUAREZ LIMA VARELA	22/02/1958	754.632	Assistente Social
2	LEONICE MORGENTHOTH	31/05/1973	32052472	Assistente Social
3	RAFAELA WESTPHAL	24/06/1992	5.894.422	Assistente Social
4	HELENA DE SOUZA	24/09/1991	5.720.674	Auxiliar de Consultório Odontológico
5	LETÍCIA SCHMITT	28/05/1990	5232514	Auxiliar de Consultório Odontológico
6	JOSE STOEBERL	29/03/1961	1.638.806-2	Auxiliar de Manutenção e Conservação
7	MARILDA APARECIDA RUCINSKI	19/09/1984	5.087.593	Auxiliar de Manutenção e Conservação
8	MAURICIO FRAZAO	04/10/1993	5.772.834	Auxiliar de Manutenção e Conservação
9	ANNA KAROLINE FOSSA	26/06/1991	5181531	Enfermeiro
10	CRISTIANE AMARANTE	24/12/1980	3.658.536-0	Enfermeiro
11	DÉBORA CARDOSO COSTA	08/01/1988	16197968	Enfermeiro
12	KARICHELY LOURENA FIUZA FARIA	13/02/1988	mg152269116	Enfermeiro
13	REGINA DA COSTA OLIVEIRA	21/08/1981	5076666956	Enfermeiro
14	ROBSON JOÃO ROSA	21/09/1979	3553809	Enfermeiro
15	JULIANA APARECIDA DA SILVA BERTEI	18/09/1980	3464820	Farmacêutico
16	MAURICIO SBROGLIO RAMOS	12/04/1983	36025780	Farmacêutico
17	DIOGO CRISTIANO PINTO	06/07/1988	47297654	Fiscal de Tributos e Posturas
18	FÁBIO KAMMER	06/09/1982	4088611	Fiscal de Tributos e Posturas
19	MARCELO SADLOWSKI	05/02/1989	4.935.981	Fiscal de Tributos e Posturas
20	MARIO JOSE PIRATH JUNIOR	01/07/1981	3.404.432	Fiscal de Tributos e Posturas
21	ROSANE PEREIRA MORAES	07/08/1985	41923030	Fiscal de Tributos e Posturas
22	TIAGO MARTINS DE MELO	03/04/1986	84659436	Fiscal de Tributos e Posturas
23	ANDRE LUIS RIBAS DE ABREU	21/02/1986	76503184	Médico Clínico Geral
24	HUGO RAMON MACIEL CARDOZO	29/04/1963	VO34075-G	Médico Clínico Geral
25	LUIZ TERUO KOYAMA	15/12/1946	1.232.532	Médico Clínico Geral
26	PAOLLA PUCCI	02/05/1985	4246777	Médico Clínico Geral
27	ALEXANDRE LUIS MEDEIROS	22/11/1973	8/R2266772	Médico Veterinário
28	ANNA JÚLIA GIRARDI	14/05/1982	44281137	Médico Veterinário
29	ARTUR EUSTÁQUIO DA SILVA	08/11/1983	2001006016744	Médico Veterinário

30	CÉSAR SUAVE	09/02/1989	4404102	Médico Veterinário
31	FERNANDO KRAMBECK	17/05/1984	46904646	Médico Veterinário
32	GABRIEL DUVOISIN	11/08/1985	3633569	Médico Veterinário
33	JÚLIA BROERING GOMES	15/06/1988	48349380	Médico Veterinário
34	MARLON MATTIA ANDRADES	17/01/1985	3.910.227	Médico Veterinário
35	RICARDO SCHMIDT DIAS	01/05/1986	37176692	Médico Veterinário
36	JOICE GUBLER	22/04/1986	4171052	Nutricionista
37	THAISE SUÉLEN LANGE	08/05/1990	4.280.572	Nutricionista
38	ADRIANA CORRÊA	25/11/1981	3268310	Odontólogo
39	BERNARDO PABST	16/03/1982	4118634	Odontólogo
40	BIANCA REGINA CRISTOFOLINI	11/02/1990	4087936	Odontólogo
41	BRUNO ALEIXO VENTURI	24/02/1989	44058748	Odontólogo
42	CAIO CÉSAR BARTNACK	12/06/1986	4868908	Odontólogo
43	CARLA CAROLINE PAULETTO IANNUZZI	14/04/1988	4.326.228	Odontólogo
44	EZEQUIEL SOUZA DOS SANTOS	20/05/1967	7056733228	Odontólogo
45	LEANA DIERICH MICHEL	05/12/1984	4280395	Odontólogo
46	LEILA CLARISSE HILLESHEIM	02/08/1986	4234904	Odontólogo
47	PEDRO ROWEDER BERNARDES	12/10/1979	3757870	Odontólogo
48	RAPHAEL YOSHIYUKI KOYAMA	22/09/1987	3693388	Odontólogo
49	SAMY BECHTOLD BETT	06/03/1987	5. 042. 086	Odontólogo
50	VINICIUS MENEZES MACHADO	30/07/1981	2080842392	Odontólogo
51	WAGNER PINTO	16/03/1978	36045047	Odontólogo
52	CLEITON BITTELBRUNN	15/09/1985	4.690.117-5	Operador de Máquinas
53	DIEGO DAROLT	18/06/1988	4690068	Operador de Máquinas
54	DOUGLAS WAN-GRADT	21/10/1991	5.038.942	Operador de Máquinas
55	ENDRIGO RIGO	22/02/1986	1079848626	Operador de Máquinas
56	FABRICIO HINCHEL	05/03/1983	7R/4.024.263	Operador de Máquinas
57	GELASIO DE OLIVEIRA	27/08/1973	7R/2.916.692	Operador de Máquinas
58	JAIR FAUSTO	07/05/1973	7R/2.919.097	Operador de Máquinas
59	JARDEL PETERSEN	03/07/1983	4.690.043-8	Operador de Máquinas
60	JONAS CARDOZO	19/11/1972	7R 2.623.330	Operador de Máquinas
61	MARCIO DA SILVA	16/04/1966	6.423.872	Operador de Máquinas
62	MIGUEL PEREIRA	26/09/1964	3R/1.674.150	Operador de Máquinas
63	OSCAR CAUNDUI MEDEIROS	01/10/1983	7R/4.118.136	Operador de Máquinas

64	OSNI DA SILVA	25/09/1972	7R/3.242.743	Operador de Máquinas
65	SIDEMAR KRAUS	21/09/1985	5.368.093	Operador de Máquinas
66	ALEXANDRA MARKMANN CARDOZO	25/03/1988	4R/4.284.503	Técnico em Enfermagem
67	CATRICIA CATARINA BOING	19/05/1990	5181860	Técnico em Enfermagem
68	DORCAS NUNCFÔNRO INÁCIO	24/02/1955	526396	Técnico em Enfermagem
69	ELIANE VEIGA	19/08/1975	3.483.371	Técnico em Enfermagem
70	JANDIRA MARIA DAROLT	03/12/1960	3R.1.420.923	Técnico em Enfermagem
71	JUCILEI CIPRIANI	26/05/1982	3980989	Técnico em Enfermagem
72	KATIA REGINA DA CRUZ	02/06/1976	3212011	Técnico em Enfermagem
73	VANIA MARISE DOS SANTOS TAVARES	13/02/1969	7R2624102	Técnico em Enfermagem
74	VERA LUCIA SANTANA DE ARRUDA	17/04/1968	3766312	Técnico em Enfermagem
75	ELIZABETH LIMA GONÇALVES	17/01/1964	06.519.561-2	Turismólogo
76	JULIANA KUCHLER ROSA	24/02/1981	3908869	Turismólogo
77	ROBERTA SCHMITT	21/02/1988	4280496	Turismólogo

Associações

AMMVI

Resolução Nº 20/11

RESOLUÇÃO nº 20/11

Declara ponto facultativo no dia 14/11/2011, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

Considerando-se que o dia 14 de novembro do corrente, segunda-feira, está intercalado entre o final de semana e o feriado nacional da Proclamação da República (terça-feira) e que a grande maioria dos órgãos públicos municipais estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AMMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Associação neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 14 de novembro de 2011 (segunda-feira).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Blumenau, SC, em 07 de Novembro de 2011; 42º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 21/11

RESOLUÇÃO nº 21/11

Institui e estabelece pagamento de diárias para deslocamentos internacionais a serviço, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;
Considerando-se a dificuldade de aplicação do regime de adiantamento para custeio de despesas em viagens internacionais frente à disparidade de cotação de câmbios e multiplicidade de moedas utilizadas, bem como a dificuldade de aferição da regularidade dos documentos comprobatórios recebidos em prestação de contas;
Considerando-se a possibilidade de adoção de diárias para custeio de tais despesas e a necessidade de disciplinar sua concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído a verba indenizatória de diárias para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, a ser concedida ao empregado que se deslocar em caráter eventual ou transitório para fora do país, em objeto de serviço.

§ 1º - A diária corresponderá ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos previstos nesta Resolução.

§ 2º - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração.

§ 3º - Não será devido o pagamento de diárias para deslocamentos de empregados aos países do mercado comum do sul - MERCOSUL ou quando fora deste em período inferior a quatro horas.

§ 4º - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

§ 5º - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

Art. 2º - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem.

Parágrafo Único - O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Aplica-se o disposto nesta Resolução, aos servidores públicos colocados à disposição da AMMVI por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente pela própria Associação.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 07 de Novembro de 2011; 42º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Resolução Nº 22/11

RESOLUÇÃO nº 22/11

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 35.000,00.

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011 no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

04.122.0002.2001 - Manutenção Secretaria Executiva
3339000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
15.122.0002.2005 - Manutenção Secretaria Engenharia e Planejamento
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Total Suplementação R\$ 35.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2011:

04.122.0003.2002 - Secretaria Administrativa de Investimentos
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
Total Anulação R\$ 35.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 24 de Novembro de 2011; 42º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Consórcios

ARIS

Edital de Convocação n. 012/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2011

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião extraordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 15 de dezembro de 2011, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 15 de dezembro de 2011

Horário: Início às 13h30 e término até as 17h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Apresentação do planejamento da ARIS para o ano de 2012.
- 3) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2011.
AFONSO VEIGA FILHO
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIDEMA

Resolução Nº 02/2011 RESOLUÇÃO Nº 02/2011

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente
- CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

R E S O L V E

Art. 1º Prorrogar por 2 (dois) a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2009, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, conforme item 9.4 do Edital nº 001/2009, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 03 de agosto de 2011.

JORGE ANTONIO COMUNELLO,
Prefeito de Formosa do Sul,
Presidente do CIDEMA.

CIGA

Extrato Contrato 121 - PGT - Lages

Extrato de Contrato nº 121/2011
Programa de Gestão Tributária - Lages

CONTRATANTE: Município de Lages

CNPJ: 82.777.301/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 340/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 11 de novembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMOSC

Resolução Nº 01/2011 RESOLUÇÃO Nº 01/2011

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 do Estatuto Social:

R E S O L V E

Art. 1º Prorrogar por 2 (dois) a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2009, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS, conforme item 9.4 do Edital nº 001/2009, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 03 de agosto de 2011.

VILMAR FOPPA
Prefeito de Caxambu do Sul
Presidente do CIS

Credenciamento 11/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 11/2011

PRESTADOR: CLÍNICA DE ULTRASSOM HERMES LTDA

OBJETO: Prestação de serviço na área de ultrassonografias

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 12/2011

PRESTADOR: LABORATÓRIO BIOESTE

OBJETO: Prestação de serviço na área de Exames de Análises Clínicas

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2011

CIS/AMURC

Edital de Processo Seletivo Para Contratação Temporária Nº 01/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2011

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTENDADO - CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede situada a Rua João da Cruz Kreiling, 1056, no município de Canoinhas, SC, através de seu Presidente, comunica aos interessados que realizará Teste Seletivo para contratação de pessoal, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

I - DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1 O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PROVA
02	Enfermeiro	- Graduação em Enfermagem; - Registro no COREN/SC.	R\$ 1.886,66	30 horas	Objetiva/Descritiva

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 12 a 16 de dezembro de 2011 das 08h às 12h, no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC, com sede administrativa situada a Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, SC, o candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras.

2.2 O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG), CPF, comprovante de depósito da inscrição e documentos que comprovem a graduação exigida para o cargo.

2.5 O valor da inscrição é de R\$ 70,00(setenta reais) que deverá ser depositado na conta corrente nº 000.200-8 agência nº 0413 opção 006 da Caixa Econômica Federal.

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Presidente homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação e afixação junto ao CISAMURC e no site da www.amplanorte.org.br.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

III - DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.3.1 Comprovação através de Diploma de Curso Superior em Enfermagem, registro no órgão de classe (COREN/SC) e comprovação de sua regularidade;

3.3.3 Cópia legível da Carteira de Identidade;

3.3.4 Cópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

3.3.5 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.3.6 Duas fotos 3x4;

3.3.7 Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.3.8 Certidão de Nascimento dos filhos;

3.4 O prazo de vigência da contratação do enfermeiro será de 12 (doze) meses.

IV - DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 Enfermeiro

É responsável pela realização de atividades de educação e promoção da saúde, pelas responsabilidades determinantes sobre as

condições de vida e saúde dos indivíduos, famílias e comunidades, além de todas as atividades de enfermagem contidas na Lei do Exercício Profissional. Deve participar da equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da população, na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde; promover a integração entre o Centro de Diagnóstico por Imagem e o Hospital Santa Cruz, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde; supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, pessoal de apoio administrativo, zeladoras, conforme delegação, realizando a educação em serviço e em período de adaptação, planejando cronograma, orientando atividades, avaliando o desempenho técnico administrativo, fornecendo parecer técnico sobre o aproveitamento do mesmo, visando a boa qualidade de serviço prestado. O enfermeiro deve, ainda, planejar a necessidade, avaliar a qualidade, controlar medicamentos, materiais de consumo e equipamentos solicitando a manutenção ou reparo quando necessário, planejando necessidades de equipamentos, materiais e insumos.

V - DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

5.1 A prova escrita será realizada no dia 21 de dezembro de 2011, com início às 09h e término às 11h, nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC - Campus Canoinhas, situado na Av. Expedicionários, s/n, bairro Campo da Água Verde, neste município de Canoinhas - SC.

5.1.1 Os candidatos deverão estar no local da prova com 30 minutos de antecedência.

5.2 As provas serão compostas de 08 questões objetivas que versarão sobre Português e Noções de Informática; 08 questões objetivas e 01 descritiva que versarão sobre Conhecimentos Específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.2.1 Será atribuído o valor de 0,5 ponto para cada questão objetiva e de até 2,0 pontos para a questão descritiva.

5.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

5.9 Cabe recurso do gabarito oficial até as 12hs do dia 23/12/2011.

5.10 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 26 de dezembro de 2011, junto à sede administrativa do CISAMURC e no site: www.amplanorte.org.br.

VI - DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

- 6.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos na prova escrita;
- 6.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;
- 6.3 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;
- 7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;
- 7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;
- 7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;
- 7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Administrativa do CISAMURC, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;
- 7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;
- 7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;
- 7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;
- 7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfazer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 06 de dezembro de 2011.

ELÓI JOSÉ QUEGE

Presidente

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUES

Compreensão e Interpretação de textos. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis: conceito, classificação e emprego. Sintaxe: frase, oração, período simples e composto; termos da oração; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; colocação dos pronomes átonos. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; conotação e denotação; figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Hardware: componentes básicos de um microcomputador e seu funcionamento; principais periféricos; Software: Sistema operacional Windows XP: principais comandos e funções; Noções de utilização do aplicativo, edição e formatação de texto, criação e uso de planilha de cálculo; Segurança: Ligar e desligar; ambiente; disquetes; cópia de segurança; vírus e antivírus; Conceitos relacionados à internet e intranet, Navegadores, Correio eletrônico.

ENFERMEIRO

Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional. Epidemiologia; História natural das doenças e níveis de prevenção; Vigilância epidemiológica. Epidemiologia das doenças transmissíveis: Diagnóstico clínico e laboratorial, tratamento, medidas de profilaxia e assistência de enfermagem. Fundamentos de enfermagem. Processo de enfermagem. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Biossegurança. CME. Urgência e Emergência. Administração de medicamentos. Administração em enfermagem: Princípios gerais da administração e funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Lei SUS 8080/90. Estudo de caso.